



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS- ICHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA
AMAZÔNIA – PPGSCA

MARINEIDE NUNES DE SOUZA

PROTEÇÃO SOCIAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE VÍTIMAS
DA VIOLÊNCIA SEXUAL, NA CIDADE DE PARINTINS – AM:
ATUAÇÃO EM REDE?

Parintins-AM

2017

MARINEIDE NUNES DE SOUZA

**PROTEÇÃO SOCIAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE VÍTIMAS DA
VIOLÊNCIA SEXUAL, NA CIDADE DE PARINTINS – AM: ATUAÇÃO EM REDE?**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia.

Orientadora: Professora Doutora Simone Eneida Baçal de Oliveira

Parintins-AM

2017

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S729p Souza , Marineide Nunes
Proteção Social à Criança e ao Adolescente Vítimas da Violência Sexual, na cidade de Parintins-AM: : atuação em rede? / Marineide Nunes Souza . 2017
199 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Simone Eneida Baçal de Oliveira
Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) -
Universidade Federal do Amazonas.

1. Criança . 2. Adolescente . 3. Violência sexual. 4. Rede de proteção . I. Oliveira, Simone Eneida Baçal de. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

MARINEIDE NUNES DE SOUZA

**PROTEÇÃO SOCIAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE VÍTIMAS DA
VIOLÊNCIA SEXUAL, NA CIDADE DE PARINTINS – AM: ATUAÇÃO EM REDE?**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia. Sob a orientação da Professora Doutora Simone Eneida Baçal de Oliveira.

Aprovado em _____ de _____ de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Simone Eneida Baçal de Oliveira
Presidente

Prof^a. Dr^a. Yoshiko Sasaki
Membro

Prof^a. Dr^a. Lidiany de Lima Cavalcante
Membro

*À minha linda mãe, Mirtes Nunes de
Souza, que não concluiu o ensino
fundamental, mas é a pessoa com quem
mais aprendo,
Ao meu marido, Abenias Lima Rocha,
grande amigo e companheiro.
Aos meus irmãos, Abdala Nunes,
Darilene Nunes e Jarete Nunes,
Dedico.*

AGRADECIMENTOS

À Deus, senhor da minha vida, que me permitiu sonhar com o mestrado e me ajudou a conquistar este sonho me dando força, coragem e sabedoria. Muito obrigada meu Senhor e Rei, não teria conseguido sem sua ajuda.

À minha linda mãe, Mirtes Nunes de Souza, que talvez não tenha a real noção do que seja o mestrado, mas sempre me apoiou na realização dos meus sonhos.

Ao meu marido, Abenias Lima Rocha, grande amigo e companheiro de todas as empreitadas, muito obrigada pela força, paciência e compreensão.

Aos meus irmãos maternos e paternos, especialmente Abdala Nunes, Darilene Nunes e Jarete Nunes.

À minha orientadora, Professora, Doutora Simone Eneida Baçal de Oliveira pelos ricos conhecimentos compartilhados durante as orientações. Nossos encontros foram poucos, mas extremamente importantes e determinantes para a concretização deste trabalho. Muito obrigada pela paciência e compreensão, tenho-lhe admiração desde a graduação, com o mestrado ela só aumentou.

Às professoras doutoras Cristiane Bonfim Fernandez e Yoshiko Sasaki pelas ricas sugestões e correções durante o processo de qualificação.

À professora Doutora Iraildes Caldas Torres, pelo carinho, atenção e muito conhecimento compartilhado com a turma de mestrado e doutorado de Parintins.

À professora mestre Dayana Cury Rolim que me ensinou os primeiros passos da pesquisa ainda na graduação e foi determinante no processo de seleção do mestrado do PPGSCA.

À todos os participantes da pesquisa que, mesmo em condições precárias, se esforçam para enfrentar todas as formas de violação de direitos do segmento infantojuvenil em Parintins.

À minha tia Cecília que sempre me recebeu com muito carinho em sua casa em Manaus. À minha prima Greyce pela amizade, recepção e ajuda. Ao Vagner pelas várias caronas.

Aos meus tios Aldenor e Neide por toda ajuda.

Aos amigos, Maria de Lourdes, Maria Sandrelle, Patrício Ribeiro e Lindsay Kerolle e Edivane Souza que com abraços, palavras de incentivo e sugestões contribuíram com a materialização deste sonho.

À todos os professores do programa e colegas da segunda turma de mestrado e doutorado do PPGSCA em Parintins.

À todos que direta e indiretamente me ajudaram durante o processo.

À todos o meu muito obrigada! Que Deus os abençoe!

Não me toque aqui

Papai, não! O que é isso?

Não, isso não se faz

O senhor deveria me amar

Me respeitar, sem me maltratar

Deveria ser lindo como o sol

A certeza depois do frio

Eu o peixe e o senhor o rio

Assim? Tenho medo, calafrio!

Tio? Avô? Primo? Vizinho?

Pessoas que chamo de senhor

Se acham confusas na própria ilusão

E eu criança, ferida na escuridão

Atenção a todos, TODOS?

Ele parece confiável, PARECE!

Mas, sou eu menina que padece

Alerta, me ouve, não me esquece

Não me toque aqui, não me aperte

Sou menina, quero só ser criança

Festa, cores, luz, muita dança

Sem traumas, só esperança

Preciso de sonhos e não pesadelos

Quero tudo de bom e bom

Quero grandeza de gente grande

Quero carinho que não constrange

(Lauro Souza)

RESUMO

A violência sexual contra crianças e adolescentes é uma das expressões da questão social e, como tal, tem despertado iniciativas de organismos internacionais, nacionais e locais que imprimem esforços para o seu enfrentamento. Ocorre geralmente de maneira velada e o combate a essa violação é um desafio por conta da complexidade que envolve o fenômeno. Em Parintins, dados das instituições locais de proteção ao segmento infantojuvenil revelam a frequência dessa forma de violência e como proposta de enfrentamento utiliza-se o trabalho em rede. Frente a isso, neste trabalho propôs-se analisar como ocorre o trabalho da rede de proteção no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes em Parintins/AM. Além desse objetivo central do objeto, desvelamos de que forma ocorre a intersetorialidade entre as diferentes instituições do município que compõem a rede de proteção social à criança e ao adolescente, tendo em vista os desdobramentos do trabalho realizado em rede, verificamos também a operacionalidade das instituições que compõem a rede de proteção social à criança e ao adolescente em Parintins e, por fim, realizamos uma análise do trabalho dos profissionais inseridos na rede de proteção no enfrentamento à violência sexual infantojuvenil em Parintins. A pesquisa é de natureza qualitativa, o instrumental técnico utilizado foi a entrevista semiestruturada. O universo dos pesquisados foi de 9 sujeitos e, destes, 8 atuam em instituições ligadas diretamente aos direitos de crianças e adolescentes, como Delegacia Especializada, Conselho Tutelar, CMDCA, Ministério Público, CREAS, SAVVIS, Abrigo Vovó Conceição, SEDUC. Além desses sujeitos, a pesquisa também alcançou uma militante do Movimento Social Articulação Parintins Cidadã. Os resultados da pesquisa mostraram que a rede de proteção enfrenta várias dificuldades no combate à violência sexual, como por exemplo a falta de estrutura física e humana das instituições. Também revelou que as ações da rede são mais intensas em períodos festivos, principalmente durante o Carnailha e Festival Folclórico de Parintins. Outros dados trazidos na pesquisa referem-se à morosidade da justiça em relação à responsabilização dos agressores e ainda a impunidade. Por fim, um dado importante refere-se ao número de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes registrados na delegacia e no conselho tutelar e o número de casos acompanhados pelo CREAS.

Palavras-chave: Criança e Adolescente. Violência Sexual. Rede de Proteção.

ABSTRACT

Sexual violence against children and adolescents is one of the expressions of the social question and, as such, has attracted initiatives from international, national and local organizations that are working hard to confront it. It usually occurs in a veiled way and the fight against this violation is a challenge because of the complexity involved in the phenomenon. In Parintins, data from local institutions for protection of the child and adolescent segment frequently register the incidence and have been used as a proposal to address the issue of networking. In view of this, this work made an analysis of how the work of the protection network in the confrontation to sexual violence against children and adolescents in Parintins / AM occurs. In addition to this central objective of the object, we reveal how the intersectoriality between the different institutions of the municipality that make up the network of social protection to the child and the adolescent occurs, considering the unfolding of the work done in network, we also verify the operability of the institutions which make up the social protection network for children and adolescents in Parintins, and, finally, an analysis of the work of the professionals included in the protection network in the face of sexual violence against children and youth in Parintins. The research is of qualitative nature, the technical instrument used was: the semistructured interview. The investigators' universe was 9 and of these subjects, 7 work in institutions directly linked to the rights of children and adolescents, such as Specialized Police, Guardianship Council, CMDCA, Public Ministry, CREAS, SAVVIS, Abrigo Vovó Conceição, SEDUC. Besides these subjects, the research also reached a militant of the Social Movement Articulação Parintins Cidadã. The results of the research showed that the protection network faces several difficulties to face sexual violence, they are directly related to the lack of physical and human structure of the institutions. It also revealed that the actions of the network are more intense in festive periods, especially during the Carnailha and Folklore Festival of Parintins. Other data brought in the research refer to the slowness of justice in relation to the accountability of the aggressors and also impunity. Finally, important data refers to the number of cases of sexual violence against children and adolescents registered at the police station and guardianship council and the number of cases followed by CREAS.

Keywords: Child and Adolescent. Sexual Violence. Protection net

LISTA DE SIGLAS

ABRAPIA - Associação Brasileira Multidisciplinar de Proteção à Criança e ao Adolescente

CDC - Convenção dos Direitos da Criança

CECRIA - Centro de Referência, Estudos e ações sobre Crianças e Adolescentes

CEDCA - Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Amazonas

CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

DECCMI - Delegacia Especializada em Crimes contra à Mulher, à Criança, o Idoso e o Adolescente

DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

ECPAT - Campanha pelo Fim da Prostituição, da Pornografia Infantil e do Tráfico de Crianças para Fins Sexuais

EMBRATUR - Empresa Brasileira de Turismo

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PAEFI - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PAIR - Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil

PESTRAF – Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil

PNEVSCA – Programa Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes

PSE – Programa Saúde na Escola

SAVVIS - Serviço de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual

SEMASTH – Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação

SINAN – Sistema de Informação de Agravos e Notificações

UEA – Universidade do Estado do Amazonas

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

USAID - Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: SGDCA – Eixo: Promoção.....	44
Quadro 02: Instituições do SGDCA: Eixo – Defesa	48
Quadro 03: Instituições do SGDCA: eixo – controle/membros do CMDCA.....	51
Quadro 04: Expressões da Violência Intrafamiliar.....	59
Quadro 05: Formas de exploração sexual comercial.....	77
Quadro 06: Tipos de violência sexual.....	81
Quadro 07: Ocorrências da Delegacia Especializada de Parintins: crimes contra menores.....	86
Quadro 08: Casos de Violência contra Crianças e Adolescentes em Parintins atendidos pelo Conselho Tutelar.....	101
Quadro 09: Casos de violência contra crianças e adolescentes em Parintins atendidos pelo Abrigo Vovó Conceição.....	103
Quadro 10: casos de violência contra crianças e adolescentes em Parintins atendidos pelo CREAS.....	106
Quadro 11: Iniciativas que Contribuíram com a Construção da Política de Enfrentamento à Violência Sexual.....	108
Quadro 12: Trabalho da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente no Enfrentamento à Violência Sexual.....	117
Quadro 13: Trabalho das instituições no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes.....	141
Quadro 14: Profissionais que atuam no atendimento às vítimas de Violência Sexual em Parintins.....	158

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
I POLÍTICA DE ATENÇÃO AO PÚBLICO INFANTOJUVENIL: ANTECEDENTES HISTÓRICOS E DESAFIOS DA ATUALIDADE	19
1.1. COMPREENSÃO DO SER CRIANÇA E ADOLESCENTE: MARCOS CONCEITUAIS.....	19
1.2. CONSTRUÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL À INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA NO BRASIL.....	22
1.2.1 Proteção Social: apontamentos teóricos	22
1.2.2. Atenção Pública dirigida ao segmento infantojuvenil no Brasil.....	30
1.3. PARADIGMA DA PROTEÇÃO INTEGRAL E SUA RELAÇÃO COM O TRABALHO EM REDE	37
1.4 POLÍTICA DE ATENDIMENTO À INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA EM PARINTINS.....	42
II VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO CONTEXTO PARINTINENSE	53
2.1 ENTENDENDO A VIOLÊNCIA: CONCEITO E SUAS EXPRESSÕES CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	54
2.2 VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	65
2.3 ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL	85
2.4 PANORAMA DAS PRINCIPAIS VIOLAÇÕES CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO CONTEXTO PARINTINENSE	95
III ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM PARINTINS: O TRABALHO DA REDE DE PROTEÇÃO.....	111
3.1 REDE DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE NO ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA SEXUAL EM PARINTINS.....	111
3.2 A INTERSETORIALIDADE NO DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTOJUVENIL NO MUNICÍPIO DE PARINTINS	132

3.3 A OPERACIONALIDADE DAS INSTITUIÇÕES DA REDE DE PROTEÇÃO NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL EM PARINTINS	139
3.4 O TRABALHO DOS OPERADORES DA REDE DE PROTEÇÃO NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTOJUVENIL EM PARINTINS	156
CONSIDERAÇÕES FINAIS	165
REFERÊNCIAS	168
APÊNDICES	175

INTRODUÇÃO

A Violência Sexual Contra Crianças e Adolescente é uma questão complexa que ganhou maior relevância no Brasil a partir de 1990, fruto de um processo de mobilização e articulação de sujeitos e Movimentos Sociais e tem se tornado prioridade no debate de Organismos Nacionais e Internacionais. É uma realidade cada vez mais evidente, especialmente por conta de dados estatísticos que ganham a mídia e também devido aos casos com repercussão nacional e internacional.

O documento intitulado: Mapa da Violência 2012: crianças e adolescentes do Brasil, utilizando-se dos registros do SINAN¹, revela que, em 2011, um total de 10.425 crianças e adolescentes vítimas de violência sexual receberam atendimentos, sendo a grande maioria do sexo feminino: 83,2%. Entre os 15 e os 19 anos os índices femininos atingem sua máxima expressão: 93,8%. Dentre os tipos de violência sexual de maior notificação, estão, na sequência, os estupros, o assédio sexual e o atentado violento ao pudor.

Na publicação de 2015, o Mapa da Violência, que retrata o homicídio de mulheres no Brasil, a violência sexual ocupa o terceiro lugar, 11,0% perdendo apenas para a violência física com 48,7% e a violência psicológica com 23%. O documento também deixa claro que a violência sexual tem maior incidência nas crianças de até 11 anos, 29%, e adolescentes, 24%. É importante ressaltar, que esses dados foram organizados com base nos atendimentos realizados pelo SUS no ano de 2014, ou seja, esses números podem ser ainda maiores. Também é importante sinalizar que essas agressões são praticadas com mais frequência nas residências das vítimas.

Essa manifestação da violência frequentemente está interligada a questões relacionadas ao gênero, à cultura e a economia, sendo permeada por uma relação de submissão, preconceito e discriminação. Não pode ser entendida fora do contexto do atual modelo econômico, que por vezes, cria e reforça relações autoritárias de exclusão e submissão diante de diversos segmentos da sociedade, como o público infantojuvenil.

Em alguns municípios do Amazonas, casos de exploração sexual de crianças e adolescentes ganharam repercussão nacional, principalmente por envolver agentes políticos na rede de exploração. Em Parintins, na Delegacia Especializada e no Conselho Tutelar do município têm sido crescentes os registros de casos de violência sexual contra o segmento infantojuvenil, conforme descrito no capítulo II deste trabalho. Por conta da complexidade

¹ Sistema de Informação de Agravos e Notificações - SINAN

que geralmente envolve a violência sexual, os dados apresentados podem representar apenas a ponta do *iceberg*, pois a agressão sexual, devido às circunstâncias em que ocorre, pelos sujeitos envolvidos, e por outras implicações, muitas vezes não chega ao conhecimento das instituições competentes.

Diante da gravidade que envolve a questão, as iniciativas que visam prestar atendimentos às vítimas, os órgãos responsáveis pela punição do agressor e outros segmentos que trabalham visando o combate a todas as formas de violência contra o público infantojuvenil geralmente atuam de maneira articulada, ou seja, em rede.

O trabalho em rede pode ser definido como o compartilhamento de poderes, recursos humanos e materiais. Faleiros (1998) descreve que o trabalho em rede implica uma visão relacional dos envolvidos nessa dinâmica, tendo por base uma correlação de poder onde a perspectiva da totalidade supera a fragmentação. Nesta relação, Estado e sociedade trabalham juntos, somando forças e potencializando os recursos disponíveis.

Diante do panorama da violência sexual contra crianças e adolescentes em Parintins e, por conta das experiências acadêmicas nessa área, buscou-se com este trabalho conhecer como ocorre o trabalho da rede de proteção à criança e ao adolescente em Parintins no enfrentamento à violência sexual. Para alcançar esse objetivo, primeiramente buscou-se desvelar de que forma ocorre a intersetorialidade entre as diferentes instituições do município que compõem a rede de proteção social à criança e ao adolescente, tendo em vista os desdobramentos do trabalho realizado em rede. Também traçou-se como estratégia verificar a operacionalidade das instituições que compõem a rede de proteção social à criança e ao adolescente em Parintins e, por fim, realizamos uma análise do trabalho dos profissionais inseridos na rede de proteção no enfrentamento à violência sexual infantojuvenil em Parintins.

Esses objetivos foram pensados a partir de um conhecimento prévio da realidade parintinense quanto ao enfrentamento da problemática em questão, haja vista o número de instituições pelas quais geralmente um caso de violência sexual contra crianças e adolescentes pode passar. É na busca por conhecer essa dinâmica que este trabalho se debruçou em conhecer como ocorre o trabalho das instituições do Sistema de Garantia dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes no enfrentamento à violência sexual e como ocorre a relação entre as instituições envolvidas nesse processo.

A princípio, tinha-se como uma das hipóteses que esse processo ocorria de forma fragmentada, parcial e que o município não contava com a estrutura necessária para de fato enfrentar a violência sexual contra o público infantojuvenil em Parintins. Suposições como

estas se confirmaram ao longo do desenvolvimento deste trabalho e podem ser observadas principalmente no terceiro capítulo.

O interesse pela investigação é resultante, a princípio, das experiências vivenciadas durante a graduação em Serviço Social, como a participação em Projetos de Extensão da Universidade Federal do Amazonas/ICSEZ voltados à problemática e o estágio supervisionado no CREAS. Essas experiências influenciaram no Trabalho de Conclusão de Curso que foi construído em torno da temática da violência sexual que atinge crianças e adolescentes intitulado: Proteção à População Infantojuvenil: a efetividade das ações do CREAS no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes no município de Parintins.

Para a realização deste trabalho, optou-se por uma abordagem qualitativa, tendo como principal instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada aplicada a 9 sujeitos. Martinelli (1999), defende que “o importante nesse contexto não é o número de pessoas que vai prestar a informação, mas o significado que esses sujeitos têm em função do que estamos buscando com a pesquisa” (p. 24). A abordagem qualitativa foi escolhida por se entender que dava mais abertura para a coleta de informações e dados acerca do enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes em Parintins.

A construção deste trabalho obedeceu basicamente três procedimentos metodológicos. A princípio os esforços se concentraram mais na revisão bibliográfica, tendo como fontes livros, artigos, documentos oficiais, legislações, teses, dissertações, reportagens, dentre outros voltados à temática discutida. Nesse processo, também ocorreu a pesquisa documental, para a qual também se mostrou necessária a visita institucional. Esta contemplou os arquivos e documentos do CMDCA, da delegacia especializada, do conselho tutelar, do CREAS e do Serviço de Acolhimento Institucional Vovó Conceição. Nesse processo, foram conseguidos dados referentes aos registros das principais violações dos direitos do segmento infantojuvenil, descritos no segundo capítulo deste trabalho. Os dados conseguidos com a pesquisa documental realizada no CMDCA referem-se às instituições voltadas ao atendimento de crianças e adolescentes em Parintins descritos no primeiro capítulo. A pesquisa documental também ocorreu em sites oficiais, como o do Planalto, para acesso às legislações utilizadas ao longo do trabalho.

A pesquisa documental pode ser incluída também na pesquisa de campo, já que também contemplou instituições localizadas em Parintins. Além da coleta de dados documentais, aplicou-se a entrevista semiestruturada, da qual os dados estão analisados no terceiro capítulo deste trabalho.

A aplicação da entrevista ocorreu nas instituições onde trabalham os sujeitos da pesquisa. A escolha dos sujeitos ocorreu de acordo com o trabalho que desenvolvem no processo de enfrentamento à violência sexual de crianças e adolescentes em Parintins e da importância da instituição para a qual trabalha nesse processo. Assim escolheu-se um delegado representando a delegacia especializada, um médico representando o SAVVIS, uma pedagoga representando os profissionais da educação, uma psicóloga representando os profissionais do CREAS, uma assistente social representando os profissionais do Serviço Acolhimento Institucional Vovó Conceição, a presidente do CMDCA, uma conselheira tutelar, uma promotora representando um membro do judiciário. A entrevista semiestruturada também foi aplicada a um membro do Movimento Social Articulação Parintins Cidadã, a escolha deste movimento social ocorreu levando em consideração que uma de suas principais bandeiras de lutas é o combate à violência de gênero, principalmente contra as mulheres em Parintins.

Importante destacar que a psicóloga do CREAS não aceitou ser entrevistada, mas recebeu o roteiro e digitalizou suas respostas. Em relação ao membro do judiciário, a princípio, o sujeito selecionado foi o juiz, mas este também não aceitou participar da pesquisa. Todos os sujeitos da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

No processo de coleta de dados, também utilizou-se da observação sistemática, usada durante uma das noites do Festival Folclórico de Parintins, tendo como objetivo conhecer como ocorre o trabalho dos operadores da rede nos eventos festivos.

Após a coleta de dados, especialmente as entrevistas, trabalhou-se a organização e sistematização destes. Nesse processo, os dados quantitativos adquiridos com a pesquisa documental foram organizados em quadros, assim como as instituições registradas no CMDCA. As entrevistas, após a sua transcrição, foram organizadas por categorias: rede, intersetorialidade, operacionalidade, e trabalho profissional. Nesse processo houve a análise e o estabelecimento das relações existente entre os dados. Vale ressaltar que, na tentativa de não expor os entrevistados, as falas estão indicadas com algarismos romanos.

Acredita-se que este trabalho, tornado acessível, poderá proporcionar um conjunto organizado de conteúdos que, de alguma forma, podem contribuir com a rede de proteção em Parintins, assim como, também subsidiar outros trabalhos científicos ou servir de fonte de consulta.

O trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro discute-se sobre a construção dos direitos do segmento infantojuvenil, apresentando as principais instituições

que lidam com esse segmento em Parintins. No segundo, apresenta-se as formas mais frequentes de violência contra crianças e adolescentes, dando ênfase à violência sexual. Nesse capítulo também é apresentado dados referente às principais violações de direitos desse segmento a partir dos registros da Delegacia Especializada, do Conselho Tutelar, do CREAS e do Abrigo Vovó Conceição.

No terceiro e último capítulo, faz-se o debate teórico sobre rede de proteção e intersetorialidade e, em seguida, apresenta-se os dados adquiridos com a pesquisa. Nesse contexto, é apresentado o trabalho da rede de proteção no enfrentamento à violência sexual em Parintins. Também debatemos sobre o trabalho das instituições no processo de enfrentamento a violência sexual, bem como a prática profissional dos operadores da rede. Ao longo do capítulo são sinalizadas as dificuldades e os desafios no enfrentamento à violência sexual.

1 POLÍTICA DE ATENÇÃO AO PÚBLICO INFANTOJUVENIL: ANTECEDENTES HISTÓRICOS E DESAFIOS DA ATUALIDADE

Não se respeita um direito do cidadão com caridade. Com caridade consegue-se vilipendiar ainda mais o cidadão cujos direitos estão sendo feridos (SAFFIOTI, 2007, p. 91).

O entendimento que se tem sobre a infância e a adolescência no Brasil na atualidade é resultado de um conjunto de fatores históricos, políticos, sociais, econômicos e culturais que ao longo da história influenciaram direta e indiretamente na formação do pensamento acerca desse público. Entender esses sujeitos como seres em desenvolvimento, alvos da proteção social sob responsabilidade do Estado, da família e da sociedade é resultado de lutas sociais, pesquisas em diferentes áreas do conhecimento que contribuíram para que estes sujeitos, a nível mundial e nacional, tivessem uma legislação específica.

Fernandez (2012) ressalta que historicamente a infância tem sido marcada por um não reconhecimento. Vale frisar que o tratamento voltado ao público infantojuvenil tem influências das relações familiares, religiosas, estatais e de outras instituições da sociedade. Também é evidente nesse entendimento que as diferenças de classes, gênero e étnico-raciais sempre estiveram presentes nos estágios da humanidade orientando o entendimento, o tratamento e atenção voltada ao público em questão.

1.1. COMPREENSÃO DO SER CRIANÇA E ADOLESCENTE: MARCOS CONCEITUAIS

O entendimento, a forma de viver e os sentimentos relacionados à infância e à adolescência são resultantes de construções culturais de cada sociedade em tempos determinados. A humanidade obedecendo aos valores de cada época, os limites de espaço, as limitações ambientais, construiu o tratamento voltado às crianças e adolescentes, que em algumas civilizações, era permeado pelas diferenças de classes, de gênero, de raça/etnia e etc.

Funari (2002) pontua que na cultura antiga grega, após o nascimento, as crianças recebiam banhos com água, vinho ou outro líquido e, em alguns lugares era possível ver a distinção entre meninos e meninas feita através da exposição de um ramo de oliveira ou uma fita de lã. As famílias com posses, frequentemente davam festas ao nascimento de seus herdeiros, as pobres se limitavam a dar nomes.

Nesse contexto, havia a distinção no trato de meninos e meninas, geralmente as meninas das famílias mais ricas eram confinadas e tinham pouco contato com os homens. A forma de brincar expressava os costumes e valores da época, determinando o papel de cada um na vida adulta. Os brinquedos das meninas enfatizavam os papéis que desempenhariam como mães e donas de casa, na adolescência participavam de cerimônias que as preparavam para o casamento. As meninas filhas de famílias mais abastadas podiam aprender a tocar e a dançar.

As brincadeiras dos meninos também expressavam a vida adulta que teriam, as mais frequentes eram lutas, caças e competições esportivas como forma de preparação para a entrada ao exército. A educação dirigida a estes voltava-se para o conhecimento das letras, da poesia e da retórica. A diferença de classes também pode ser identificada através das uniões conjugais, para as famílias de posses representava uma aliança feita entre o pai e o noivo que geralmente era mais velho que a noiva. Os homens casavam-se basicamente aos trinta anos e as mulheres por volta dos quinze. Nas famílias pobres, o casamento não tinha tanta formalidade e a diferença de idade entre os noivos era menor, a menina não passava sua infância e adolescência confinada e, nem sempre era o pai que arranjava o casamento.

Em Roma, nas famílias ricas o pai também era responsável por acertar o casamento dos filhos, o homem era bem mais velho, tendo aproximadamente entre trinta a quarenta anos, e a mulher entre doze a dezoito anos. Os sem grandes posses, que eram a maioria da população romana, casavam-se para somar esforços no trabalho e a diferença de idade entre os noivos era menor. Nessas famílias pobres, os filhos tinham que contribuir com os pais no processo de trabalho, aprendiam a dominar um pouco a leitura, a escrita e a fazer contas com os pais ou professores também pobres. Aos meninos ricos era destinado o ensino da oratória, do grego e o latim. O domínio da oratória era bastante frisado pois acreditava-se que a vida pública dependia da capacidade de defesa de interesses e ideias (FUNARI, 2002).

Ariés (2011), discorrendo sobre a história da criança e da família, pontua que na sociedade medieval, o sentimento de infância não existia, isso não significa que esse público não fosse alvo de atenção. O autor retrata que depois do período de maior dependência da mãe ou da ama, a criança já era introduzida nas diferentes atividades que envolvia a vida adulta, como trabalho, situações de lazer e etc. Com frequência, as crianças com pouca idade não eram contabilizadas, esse fato se deve as condições demográficas da época que reduziam as chances de sobrevivência, devido à alta taxa de mortalidade infantil.

Ao longo dos séculos, os sentimentos que orientavam o trato às crianças passam por mudanças, o autor retrata que “um novo sentimento da infância havia surgido, em que a

criança, por sua ingenuidade, gentileza e graça, se tornava uma fonte de distração e de relaxamento para o adulto, um sentimento que poderíamos chamar de paparicação” (p. 100). Esse sentimento era mais frequente, ou mais nitidamente expressado, pelas mulheres, geralmente mães ou amas.

A “paparicação”, por volta do final do século XVI e durante o século XVII, foi alvo de críticas por parte de moralistas e educadores que mostravam-se preocupados com o conhecimento psicológico sobre esse público e com sua educação, especialmente moral. Ariés afirma que a esses dois sentimentos da infância: a “paparicação”, advinda do contexto familiar, e a preocupação dos eclesiásticos ou homens da lei e de moralistas que defendiam a disciplina e racionalidade dos costumes, foi somado, no século XVIII, uma preocupação maior com a higiene e saúde física das crianças, especialmente no contexto familiar.

No capitalismo, a partir do século XIX, em alguns países da Europa e os norte-americanos, crianças e adolescentes, pelas precárias condições de subsistência de suas famílias, eram levadas a adentrarem precocemente ao mundo do trabalho. Nesse contexto, eram submetidos a intensas jornadas, em péssimas condições de trabalhos, recebendo salários baixíssimos que não cobriam suas necessidades mais básicas. Alguns tinham menos de cinco anos de idade e chegavam a trabalhar por mais de doze horas diárias. Esse trabalho era vantajoso para o dono da fábrica, pois se contentavam facilmente com os baixos salários e não apresentavam resistência à disciplina imposta nas fábricas (HUBERMAN, 1976 apud SANTOS, 2012).

Assim, as péssimas condições laborais ofereciam riscos como a mutilação e a morte, que eram frequentes, além das doenças que se proliferaram por conta do crescimento urbano e também da pobreza. Essas e outras situações fizeram com que os trabalhadores se organizassem para lutar contra a intensa exploração do trabalho pelos donos do capital. Os principais instrumentos de luta dos trabalhadores foram a organização sindical e a formação de partidos políticos que defendiam os valores e princípios da classe trabalhadora. Como fruto das intensas mobilizações, os trabalhadores, ao longo da história, conseguiram reduzir as horas de trabalho, atualmente estabelecida em oito horas diárias, conseguiram direito a férias remuneradas, dentre outras conquistas.

Essas conquistas também implicaram diretamente na forma de inclusão de crianças e adolescentes no mundo do trabalho. Desde a criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1919, ficou definida a idade mínima de 14 anos para o ingresso no trabalho na indústria e também a proibição do trabalho noturno de menores de 18 anos (OIT/BRASIL).

Ao longo do século XX, documentos internacionais foram criados com a intenção de proteger e garantir o desenvolvimento seguro de crianças e adolescentes. Em 1924 é promulgada a Declaração de Genebra reconhecendo a necessidade das crianças serem protegidas independente de raça/etnia, nacionalidade, classe social, religião e etc., buscando determinar a garantia de condições necessárias ao desenvolvimento das crianças em todas as dimensões da vida humana.

Dando sequência ao processo internacional de atenção ao desenvolvimento de crianças e adolescentes, em 1946, as Nações Unidas criam o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), tendo como objetivo promover o desenvolvimento e a criação de políticas e campanhas de atendimento à infância. A proposta visa dar atenção às crianças de baixa renda de países em desenvolvimento, também há a preocupação com os cuidados maternoinfantis e com a mortalidade infantil (GEHRKE, 2012).

Em 1959 é promulgada a Declaração da Criança, trazendo as garantias já instituídas em documentos anteriores da ONU e estabelecendo 10 princípios que determinam a proteção à infância e a responsabilidades daqueles devem promovê-la. Trinta anos após essa declaração, em 1989, foi realizada a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, considerando criança aqueles com menos de 18 anos de idade.

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), considera-se adolescente aquele entre os dez a dezenove anos. Para a ONU, adolescente é aquele que possui idade entre os 15 e 24 anos. No Brasil, a legislação que classifica e determina o período cronológico de crianças e adolescentes é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), considerando criança de 0 a 12 anos de idade incompletos e adolescente aquele que se encontra na faixa etária de 12 a 18 anos incompletos. Neste trabalho, adota-se a classificação estabelecida no ECA.

Feita essa breve discussão, na sequência apresenta-se uma reflexão acerca do tratamento dirigido a esse público no Brasil.

1.2. CONSTRUÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL À INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA NO BRASIL

1.2.1 Proteção Social: apontamentos teóricos

A proteção social pode ser compreendida como um conjunto de ações de caráter público exercidas pelo Estado, dentro de uma sociedade democrática, cujo objetivo é prover a

segurança social de sua população ou dos segmentos que dela precisam. Para Jaccoud (2009), “a proteção social pode ser definida como um conjunto de iniciativas públicas ou estatalmente reguladas para a provisão de serviços e benefícios sociais visando enfrentar situações de risco social ou privações sociais” (p. 58).

As primeiras propostas de construção de um sistema de proteção social surgiram no contexto da intensificação da industrialização, por volta do século XIX, e as consequências que esse processo provocou na vida de inúmeras famílias, tanto das que conseguiram ingressar no mercado de trabalho, tendo salários, quanto das que não tinham nenhum membro assalariado. Nesse contexto, a pobreza e a miséria faziam parte de uma parcela significativa da população, principalmente das que residiam nas cidades, que na época, passavam pelas transformações do processo de industrialização. Essa realidade é ilustrada no filme francês denominado “Germinal” (1993), o qual descreve a situação de extrema pobreza a qual inúmeras famílias eram sujeitas, intensa exploração da força de trabalho, péssimas condições de trabalho, adoecimento dos trabalhadores, exploração do trabalho infantil, e o início da organização e luta dos trabalhadores.

Jaccoud (2009) assevera que antes do processo de industrialização e suas consequentes transformações na vida social, as sociedades protegiam seus membros através de ações de base familiar ou comunitária. Com a industrialização houve o inchaço das cidades, pessoas atraídas pelas possíveis oportunidades de emprego deixaram a vida rural em busca da sobrevivência. Como as fábricas não conseguiam abarcar toda a mão-de-obra disponível, crianças, adultos e idosos sofriam com as precárias condições de vida promovida pela miséria que assolava inúmeras famílias.

Com a industrialização e a urbanização das sociedades modernas, ampliou-se o risco de as famílias de trabalhadores caírem na miséria em decorrência da impossibilidade de obter um salário no mercado de trabalho. As causas poderiam ser múltiplas – doença, velhice, desemprego, morte – e passaram a ser chamadas de “risco social”. Impôs-se, assim, ao Estado, face aos riscos sociais, a tarefa de atuar na oferta de proteção social, a princípio instituindo mecanismos que possibilitassem a garantia de renda quando da impossibilidade de acessá-la pela via do trabalho e, posteriormente, garantindo uma oferta de serviços e benefícios associados a certo patamar de bem estar (JACCOUD, 2009, p. 58).

Com a industrialização e as transformações trazidas por ela, parte da sociedade, já mais urbana, se tornou mais vulnerável às situações oriundas dos riscos do trabalho assalariado ou da ausência dele. Essa situação foi determinante no processo de organização da classe trabalhadora que promoveu intensas pressões sociais que levaram o Estado a criar alternativas no sentido de mediar esses conflitos. Foi nesse contexto que as primeiras ações no

sentido de promover a proteção social foram pensadas e, ao longo do tempo, passaram por avanços no sentido de promover garantias tanto aos trabalhadores assalariados quanto aqueles que estão fora do mercado de trabalho formal.

Netto (2009) afirma que no processo de mudança do capitalismo concorrencial para o monopolista, o Estado é obrigado a ampliar sua atuação junto às classes populares, isso para que o capitalismo dos monopólios não sofra com as ameaças da organização e fortalecimento da classe trabalhadora. Nesse contexto, através do “jogo democrático”, o Estado, através das políticas sociais, passa a atender algumas das demandas posta pelas “classes subalternas”.

Esse processo dá início à intervenção do Estado de forma sistemática sobre a questão social², administrando suas expressões através de políticas setoriais que irão contemplar algumas das sequelas da questão social. O autor deixa claro o reconhecimento da organização e luta da classe operária no processo de aquisição de direitos que repercutiram na construção das políticas sociais, mas também dá ênfase ao objetivo de consenso entre as classes como medida preventiva do capitalismo.

Pereira (2013) caracteriza a proteção social como um processo complexo e contraditório, que envolve aspectos econômicos, políticos e sociais e é permeada por conflitos e correlações de forças. Trata-se da criação e distribuição de bens e serviços que visam atender as necessidades humanas. Ressalta ainda que, a proteção social é permeada por uma batalha de paradigmas e envolve duas tradições da economia política: a clássica ou liberal e a crítica ou marxista.

Sob o domínio do capitalismo, a proteção social é dirigida por um Estado que está sob o domínio do capital que visa dar a direção que lhe convém, buscando conciliar os interesses antagônicos. Sob a lógica da geração de lucros a todo custo, implementar ações que visem promover a proteção social é cair no impasse de se trabalhar com recursos ínfimos diante da dimensão da população que precisa ser protegida contra os riscos sociais promovidos pela contradição capital/trabalho (PEREIRA, 2013).

No contexto brasileiro, a construção da proteção social acompanhou as transformações econômicas e políticas pelas quais o país passou desde a primeira república e foi decisivamente influenciada pelos interesses antagônicos de classes políticas e econômicas

² O entendimento sobre a questão social defendido neste trabalho é o trazido por Iamamoto, para a qual a “questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia” (IAMAMOTO, 2008, p. 77).

em contraposição às necessidades de trabalhadores e da população necessitada de cobertura social.

Freitas (2005), analisando a relação do Estado com a realidade social brasileira ao longo da história, sinaliza cinco padrões hegemônicos que marcaram alguns estágios da intervenção estatal sobre a questão social através das políticas sociais. O primeiro, aproximadamente entre 1888 até 1930, marca o período da velha república, com forte poder de influência da oligarquia rural, da presença de coronéis, contexto em que, mesmo com a abolição da escravatura, ainda persistiam os valores desse regime, especialmente nas grandes propriedades rurais. Nesse período, a assistência social era prestada através de ações de instituições particulares, pois não tinha na constituição da época nenhuma obrigatoriedade do Estado em prover esse serviço. Já haviam algumas iniciativas no sentido de organizar a classe operária que vinha sendo influenciada pelos imigrantes europeus.

O segundo padrão é marcado pela influência da burguesia rural e corporativista, período do primeiro governo Vargas. Nesse contexto começa a ganhar notoriedade questões relacionadas ao trabalho e à previdência social. As principais conquistas foram a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e a instituição da legislação trabalhista e previdenciária, porém essas conquistas não alcançaram os trabalhadores rurais. Outro elemento que merece destaque é a organização e luta por direitos sociais da classe operária, especialmente os trabalhistas, já mais organizada, ainda sob a forte influência dos imigrantes europeus.

O terceiro padrão é delimitado a partir do pós-guerra até o golpe militar de 1964 e foi influenciado pela burguesia populista. Esse período também foi propício à evolução partidária, inclusive de esquerda, e o ambiente internacional favorecia o estabelecimento da democracia representativa, apesar da resistência de certos grupos. No campo da proteção social, é criada a Legião Brasileira de Assistência pela primeira dama Darcy Vargas. Algumas políticas sociais, como educação, saúde, assistência social e habitação vivenciaram um processo de expansão popular. Entretanto, apesar dessa expansão, a proteção social era marcada pelo caráter clientelista e populista engendrado pela era Vargas.

A quarta conjuntura é descrita pela autora como militar-burguesa-multinacional, palavras-chave que caracterizam o período que vai de 1964 até 1985. Marca esse contexto o domínio militar e a entrada de capitais internacionais, o que provocou movimentos nunca vistos na economia brasileira. Entretanto, apesar do crescimento econômico, na mesma proporção crescia a miséria e a desigualdade social. Também caracteriza esse período a forte repressão contra todos os que manifestassem posicionamentos contrários às ideias pregadas

pelos militares. A proteção social nesse período passa por algumas redefinições, ganha um caráter mais universal e tenta contemplar um maior número de pessoas.

O último período retratado por Freitas (2005) descreve a hegemonia neoliberal, que promoveu mudanças decisivas na proteção social brasileira idealizada na Constituição de 1988. Nesse contexto, o Estado passa a atender as sugestões da cartilha neoliberal, promovendo a privatização e o retrocesso de programas de cunho universalistas da proteção social brasileira. Há o forte incentivo às práticas voluntaristas e, as políticas sociais passam por um processo de focalização sobre os estratos mais atingidos pela desigualdade social. O Estado assume um posicionamento mais limitado frente às demandas sociais, cumprindo o papel mais reduzido na regulação da vida social.

Draibe (2002) sinaliza que as tentativas de se construir um sistema de políticas sociais no Brasil desde os anos 1930 até finais dos anos 1970, tendo em vistas as definições, os recursos públicos destinados e os resultados obtidos “pode ser apreendido sob o conceito de Estado de Bem Estar Social” (p. 4). Apesar dessas iniciativas, os resultados obtidos se mostraram insuficientes diante da tamanha desigualdade de raízes históricas no país. No contexto da década de 1980, o processo de mobilização de segmentos da sociedade lutando pela redemocratização do país e pela aquisição de direitos provocou influências importantes na construção da Constituição Federal de 1988. Na nova Carta Magna foram inseridos princípios que provocariam mudanças significativas no sistema de proteção social do país, dentre os quais:

A ampliação e extensão dos direitos sociais; a concepção de seguridade social como forma mais abrangente de proteção; um certo afrouxamento do vínculo contributivo como princípio estruturante do sistema; a universalização do acesso e a expansão da cobertura; a recuperação e redefinição de patamares mínimos dos valores dos benefícios sociais; maior comprometimento do Estado com o sistema, projetando um maior grau de provisão estatal pública de bens e serviços sociais (DRAIBE, 2002, p. 7).

Esses princípios deveriam orientar a criação de políticas públicas que estariam mais conectadas com a realidade brasileira, criando assim um sistema de proteção social capaz de dar conta das necessidades de uma nação marcadamente desigual. Entretanto, a autora sinaliza que os princípios igualitários e universalistas, ainda que inscritos na Constituição Federal, não foram suficientes para garantir a destinação de recursos suficientes para promover as mudanças necessárias à proteção social brasileira.

A proposta de proteção social contida na Carta Magna é a de prover proteção a toda à população, independente de contribuição, e é orientada a partir de uma perspectiva de direito. Esse posicionamento contraria a perspectiva histórica que marcou a proteção social brasileira

baseada no seguro social e tendo como participantes os ingressos no mercado de trabalho formal.

Jaccoud (2009) pontua que o Brasil passou por várias reformas no campo social executadas pelo Estado no período de 1985 a 1995, uma das mais importantes foi a instituição da seguridade social como um sistema de proteção social assegurada na Constituição Federal de 1988. O objetivo da seguridade social seria proporcionar à população brasileira um conjunto de medidas executadas pelo Estado visando atender as privações econômicas e/ou sociais que acometesse a sociedade. As ações deveriam atender situações decorrentes “de riscos sociais – enfermidade, maternidade, acidente de trabalho, invalidez, velhice e morte –, sejam decorrentes de situações socioeconômicas como desemprego, pobreza ou vulnerabilidade, as privações econômicas e sociais” (p. 62). Essas situações devem ser enfrentadas a partir de serviços públicos ofertados pelas políticas de previdência social, saúde e assistência social.

As alterações na proteção social brasileira pós-constituição podem ser sintetizadas em:

(i) a instituição da Seguridade Social como sistema básico de proteção social articulando e integrando as políticas de seguro social, assistência social e saúde; *(ii)* o reconhecimento da obrigação do Estado em prestar serviços de saúde de forma universal, pública e gratuita, em todos os níveis de complexidade, por meio da instituição do Sistema Único de Saúde – SUS; *(iii)* o reconhecimento da assistência social como política pública instituindo o direito de acesso aos serviços pelas populações necessitadas e o direito a uma renda de solidariedade aos idosos e portadores de deficiência em situação de extrema pobreza; *(iv)* extensão dos direitos previdenciários com estabelecimento do salário-mínimo como valor mínimo e garantia de irredutibilidade do benefícios; *(v)* a extensão dos direitos previdenciários rurais com redução do limite de idade, inclusão do direito à trabalhadora rural, o reconhecimento do direito à aposentadoria apoiado em uma transferência de solidariedade ao trabalhador familiar; *(vi)* o reconhecimento do seguro desemprego como direito social do trabalhador a uma provisão temporária de renda em situação de perda circunstancial de emprego (JACCOUD, 2009, p. 63).

Não se pode negar os ganhos no campo social instituídos na Constituição de 1988, fruto de intensas lutas e mobilizações da classe trabalhadora e de segmentos sociais comprometidos com a construção e ampliação dos direitos a toda a população brasileira. A autora ainda assevera que a Constituição de 1988 “alargou o arco dos direitos sociais e o campo da proteção social sob responsabilidade estatal, com impactos relevantes no que diz respeito ao desenho das políticas, à definição dos beneficiários e dos benefícios” (p. 63).

No entanto, apesar dessas garantias, a seguridade social desde então vem sofrendo vários embates, pois se configura como um campo de disputas no qual interesses e posicionamentos políticos divergentes lutam por seus objetivos. Esses embates terminam por

determinar o perfil das políticas sociais construídas de maneira setorial para atender as demandas da população, e na construção de cada uma são incorporados tanto os princípios defendidos pela Carta Magna, quanto as recomendações do projeto neoliberal. Um exemplo disso pode ser visto na própria seguridade social, composta pelas políticas de saúde, previdência e assistência social.

Na política de saúde, mesmo sob o princípio da universalidade, há a possibilidade de participação do mercado em caráter complementar, e como a prestação de serviços públicos geralmente é marcada pela escassez de serviços, demora nos atendimentos, baixa cobertura dentre outros fatores, a participação do mercado acaba por ocorrer de maneira mais ampla do que deveria.

Na previdência social, apesar da ampliação da cobertura, alcançando categorias que por décadas ficaram de fora dessa política, os esforços para dar cobertura à população ainda são insuficientes, especialmente por conta da dinâmica do mercado de trabalho, que para a manutenção da contradição capital/trabalho necessita deixar de fora um expressivo número de trabalhadores aptos para o trabalho. Essa política também tem sido alvo do mercado, fazendo com que empresas do setor financeiro invistam pesado na comercialização de seguros privados.

A Assistência Social, a partir da Constituição Federal de 1988, teve avanços nunca vistos no Brasil, ganhando status de política pública, garantidora de direitos sociais, tornando-se obrigatoriedade do Estado em provê-la a todos os que dela necessitar. Desde então vem passando por transformações importantes como, a instituição da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (1993), Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004) e o Sistema Único de Assistência Social – SUAS (2005). Apesar desses ganhos, há defensores da recuperação de valores conservadores para essa política, difundindo a ideia de que a assistência social pode ser prestada por iniciativas privadas, por empresas socialmente responsáveis, devendo a intervenção estatal nesse campo ser a mínima possível.

Sob a égide do capital, a proteção social tem sofrido com as investidas da lógica mercadológica, sendo frequentemente tratada de maneira a desqualificá-la enquanto política pública orientada pela prestação de serviços que tenham como objetivo garantir direitos. Mas apesar dessas investidas, Pereira (2013) assevera que “ela não é descartada pelo sistema que a engendra, mas colocada a serviço da satisfação das insaciáveis necessidades do capital, em detrimento da satisfação das necessidades sociais que vem sendo ostensivamente rebaixadas em nível bestial de sobrevivência animal (p.640).

As configurações que têm sido adotadas para as políticas sociais no Brasil são recomendações de organismos internacionais que sugerem ações focadas nas situações mais agravantes da pobreza, ações estas que têm exigido muito da política de assistência Social, especialmente através dos programas de transferência de renda. É importante notar, que o processo de transferência de renda, além de contribuir para a saída de um expressivo número de famílias da condição de indigentes, também é responsável por movimentar o mercado, já que com um valor, ainda que mínimo, as pessoas podem ter o poder de compra.

Diante da influência neoliberal frente às políticas de proteção social, Mota, Maranhão e Sitcovisky (2010) asseveram que nesse contexto a seguridade social passa por um processo de reordenamento e a política de assistência social vem ganhando centralidade no processo de enfrentamento das contradições sociais, sendo usada como um dos principais mecanismos de administração das desigualdades.

Vale lembrar que a seguridade social brasileira tem se configurado desde o seu processo de construção como um campo de disputas, em que interesses antagônicos lutam para influenciar nas decisões políticas que darão direção a proteção social brasileira. Nesse processo, o capital tem levado vantagem em relação ao trabalho, promovendo repercussões negativas na cobertura dos segmentos que precisam da proteção social.

Os autores descrevem cinco tendências da seguridade social brasileira: a primeira refere-se ao processo de regressão de políticas redistributivas em relação às políticas compensatórias, seletivas e fragmentadas dirigidas ao combate à pobreza. A segunda descreve o processo de privatização e mercantilização de serviços sociais, delegando ao mercado a comercialização de serviços que podem gerar lucros e a iniciativa privada a oferta de serviços de cunho assistencial geralmente destinada aos sujeitos que não têm o poder de compra, trata-se do processo de minimização da intervenção estatal.

A terceira tendência diz respeito ao incentivo e o louvor dado às iniciativas voluntárias, sugerindo um Estado gerente frente às diferentes refrações da questão social. A quarta tendência faz referência ao surgimento de novas categorias analíticas que terminam por ofuscar análises críticas da sociedade e de como é produzida a desigualdade, um exemplo desse processo citado pelas autoras, refere-se às categorias de inclusão e exclusão social.

A última tendência trabalhada refere-se à falta de clareza entre a relação da política de assistência social com as políticas de intervenção sobre o mercado de trabalho. Dá-se ênfase às ações pontuais contra o desemprego, sem a devida comprovação de seus resultados, à geração de renda e à preparação da força de trabalho para que consiga se inserir no mercado,

esquecendo-se ou deixado de lado de promover o debate sobre o processo de precarização do trabalho e da proteção social aos riscos do trabalho.

O objetivo de se trazer alguns apontamentos teóricos acerca da proteção social no Brasil é de apenas situar a discussão, tendo em vista contribuir com a compreensão acerca da atenção pública dirigida ao segmento infantojuvenil no país. Não houve a pretensão de trazer nessas breves linhas os pormenores que influenciaram a construção de políticas sociais, tendo em vista a extensa lista de autores que discutem essa questão com afinco, especialmente no âmbito do Serviço Social. Mas de entender esse processo, e saber como este foi determinante na atenção dirigida às crianças e adolescentes, como por exemplo, as conquistas incluídas na Constituição Federal, que inaugura a proteção integral a esse público no Brasil. Essa garantia repercutiu diretamente na construção de algumas políticas setoriais que, na atualidade, contam com programas e projetos específicos para atender as demandas desse público, como exemplo, toma-se a política de assistência social que, inclusive, conta com um serviço de atendimento às vítimas de violência sexual. Torres et al. (2009) pontuam que as conquistas inscritas na Constituição de 1988 e, conseqüentemente no ECA sinalizam para a construção de um Estado de Bem-Estar, ou seja, orientam a construção de políticas que visam atender direitos do público infantojuvenil.

1.2.2. Atenção Pública dirigida ao segmento infantojuvenil no Brasil

Uma busca teórica sobre a história da infância e da adolescência no Brasil revela um passado com inúmeras situações que demonstram uma tímida ou mesmo a inexistência de atenção com grande parte desses sujeitos. Os diferentes contextos políticos e econômicos que marcaram a história do Brasil, desde sua colonização, refletiram diretamente no conceito e no tratamento voltado a esse público.

Rizzini (2009), assevera que ao longo da história prevaleceu no Brasil a necessidade de controle da população pobre, frequentemente vista como perigosa, sendo realçada nesse processo as diferenças entre os que podiam ter uma infância privilegiada e os considerados menores marginalizados. A autora sinaliza que em todos os tempos, nos diferentes lugares do mundo sempre existiram “crianças desvalidas”.

O Brasil, desde 1500, até 1822, foi colônia de Portugal, o que leva a entender que as legislações, inclusive no tocante às crianças e adolescentes, também eram ditadas por esse país. Nesse período, Portugal contava com a participação da Igreja católica no processo de submissão dos indígenas às suas normas.

Faleiros e Faleiros (2007) enfatizam que o cuidado com as crianças indígenas pelos padres jesuítas tinha por objetivo batizá-las e incorporá-las ao trabalho. Assim, a Igreja era utilizada como um dos principais meios para conseguir a submissão das crianças às normas de Portugal, fazendo com que deixassem seus costumes com o objetivo principal de incorporá-las em atividades que trouxesse lucros para os portugueses. O cuidado dos jesuítas também visava usá-las para a conversão dos indígenas adultos.

É importante frisar que o trabalho na cultura indígena tinha sua maneira específica de organização, sendo uma atividade que em suma visava o suprimento das necessidades básicas. Com a invasão portuguesa, o trabalho passou a ser incorporado como uma atividade com vista à exploração, desprezando, desse modo, a cultura desses povos, incutindo-lhes o trabalho como algo penoso que visava o lucro de alguns ou de um pequeno grupo.

No que se refere às crianças escravas, é válido lembrar que os escravos eram vistos como mercadoria, algo a ser comercializado e utilizado de maneira a proporcionar produção e lucro. O cuidado e a preocupação com as crianças escravas era quase inexistente, haja vista o custo que era para o seu senhor mantê-las, o que resultava na morte de muitas crianças escravas que se quer podiam contar com o leite materno de suas mães, pois estas eram obrigadas a amamentar os filhos dos brancos (FALEIROS; FALEIROS, 2007).

Rizzini e Pilotti (2009) relatam que o abandono de crianças, sendo elas escravas ou não, era uma prática muito frequente não apenas no Brasil, mas também em países ditos “civilizados”. Os autores afirmam que diante do crescimento do número de crianças abandonadas, coube às Câmaras Municipais cuidar desses sujeitos desde 1521.

Essa iniciativa foi em muitos aspectos, negligenciada pelas Câmaras Municipais, resultando com isso na intervenção da Santa Casa de Misericórdia que passou a assumir a assistência às crianças abandonadas. Para atender à internação de crianças ilegítimas, ou seja, as nascidas fora do casamento, indesejadas e frequentemente abandonadas, foi implantada a Roda dos Expostos, um cilindro giratório na parede da Santa Casa que permitia que a criança fosse colocada de fora sem que fosse vista de dentro da casa. O local reservado para essas crianças recebeu o nome de “Casa dos Expostos”. A cor da maioria das crianças deixadas na Roda era branca ou parda, possíveis filhos de brancos ou de brancos e negros.

As crianças que eram colocadas na roda só podiam permanecer na instituição até um ano e meio. Essas “crianças eram entregues a amas-de-leite alugadas ou a famílias que recebiam pensões muito pequenas e utilizavam as crianças para o trabalho doméstico” (FALEIROS; FALEIROS, 2007, p. 20). Na Casa dos Expostos, o número de mortalidade

infantil era grande, basicamente esse número circulava em torno de 70%, tudo isso devido à omissão ou falta de condições da própria Santa Casa, ou ainda, por desinteresse da Corte.

Faleiros (2009), analisando a relação entre a infância e os processos políticos no Brasil sugere três pontos para melhor compreendermos essa relação: a política de inserção dos pobres no trabalho precoce e subalterno; a relação entre coisa pública e coisa privada e a relação entre repressão, filantropia e cidadania. Para o autor esses três pontos marcam a história de atenção dirigida ao público infantojuvenil.

Nesse sentido, na República Velha, a atenção voltada a esses sujeitos era orientada pela omissão, repressão e paternalismo, cujos interesses políticos seguiam uma perspectiva liberal de não intervenção do Estado sob orientação da hegemonia do setor agroexportador. Também tinha influência sobre o Estado a burguesia industrial que se posicionava contra a legislação social, pois se beneficiava do trabalho infantil.

Com o passar do tempo, os problemas relacionados ao público infantojuvenil passam a ganhar mais repercussão, especialmente o trabalho infantil, a mortalidade infantil, crianças e adolescentes em situação de rua, a prática de homicídios, a questão da política educacional, colocando em confronto interesses políticos diversos no parlamento. Assim, os liberais, o bloco católico, os socialistas e os defensores de uma intervenção gradual do Estado nas questões sociais buscam soluções para sanar os problemas latentes da época envolvendo o público em questão.

Diante disso, diferentes iniciativas foram criadas no sentido de enfrentar as problemáticas como à mortalidade infantil, o abandono, entretanto, os asilos, as escolas, os subsídios dados às santas casas se mostraram ineficientes. Assim, a intervenção do Estado passa a ser mais solicitada. Nesse contexto, higienistas e juristas elaboram estratégias de controle da raça e da ordem. Esses dois setores da sociedade brasileira, que também eram moralistas, contribuíram com a criação da seção de higiene infantil e do primeiro código de menores, Melo Matos, em 1927 (FALEIROS, 2009).

Rizzini e Pilotti (2009) afirmam que no início da década de 1920, a primeira tentativa do governo de regulamentar a assistência e a proteção aos “menores” abandonados e delinquentes possibilitou a intervenção do Estado na esfera familiar, através da suspensão do pátrio poder e também a apreensão dos menores. Nesse contexto a família é vista como inabilitada para cuidar dos filhos, sendo as mães denegridas como prostitutas e os pais como alcoólatras, assim incapazes de proporcionar aos filhos uma adequada influência moral.

Durante as primeiras décadas do período republicano, surgem os reformatórios e as escolas premonitórias e correcionais, que serviram de abrigo para os menores abandonados e

viciosos. Estas instituições tinham como objetivo recolher os “indesejados”, frequentemente vistos como seres que estavam sujando a imagem da cidade, utilizando-se para isso de métodos repressivos.

Essas práticas desconsideravam discussões em nível nacional e internacional voltadas ao atendimento especializado para crianças e adolescentes que defendiam a assistência pautada na razão científica, prezando objetivos propostos, sendo estabelecido um método de trabalho com vistas a alcançar resultados concretos. Assim, gerava-se de uma nova concepção de crianças e adolescentes, sendo repensados os diversos tratamentos destinados a esses sujeitos (RIZZINI, 2009).

Apesar das discussões nacionais e internacionais sobre o entendimento das crianças e adolescentes como sujeitos em desenvolvimento, no Brasil, iniciativas que realmente atendesse as demandas desse público demoraram a ser materializadas. No período em questão, a assistência voltada às crianças e adolescentes era frequentemente pautada em métodos repreensivos.

Com base no Regulamento do Abrigo de Menores em 1924, Rizzini (2009) ressalta que deveria existir no abrigo uma organização institucional de atendimento, abrangendo diversos aspectos, como a distribuição e classificação da clientela – motivo da internação, a inteligência de cada um, aptidões, caráter, dentre outros aspectos. O atendimento seria orientado pela observação continuada e individual dos menores³, e o tratamento estava pautado na regeneração ou preservação desses sujeitos, com o objetivo principal de inculcar o sentimento de amor ao trabalho e proporcionar uma conveniente educação. Nesse contexto, o trabalho era visto como uma atividade que poderia transformar o “menor desvalido”, num sujeito de valor para a sociedade.

Contudo, apesar do Regulamento do Abrigo de Menores prever a classificação dos usuários, havia a ausência de segregação dos sujeitos enviados para estas instituições: crianças, adolescentes, homens e mulheres eram colocados em um mesmo ambiente. Essa situação foi alvo dos críticos da época que denunciavam as péssimas condições das instituições, o ambiente de promiscuidade, dentre outros problemas.

É importante ressaltar que o Código de Menores de 1927 tinha sua filosofia pautada nas ideais higienistas e correccional disciplinar. Com sua ascensão é abolida formalmente a Roda dos Expostos, assim como, é estabelecida a proteção legal até os 18 anos, o que

³Este termo é usado no sentido de situar a concepção de se tinha de criança e adolescente no momento histórico em questão. Neste trabalho não se adota essa denominação por entendê-la como discriminadora e em alguns momentos pejorativa.

significa conseqüentemente inserir a criança numa dimensão de direito e sob a tutela do Estado.

Assim, constata-se que nas primeiras iniciativas de assistência do governo republicano, “predominava a pauta repressiva, para a qual a orfandade e a pobreza justificavam a apreensão do menor” (RIZZINI, 2009, p. 228). Faleiros (2009) também ressalta que havia a intenção de integrar pelo trabalho, já que no contexto da industrialização o trabalho infantil representava um complemento para as famílias, e dominar pela repressão aqueles que não eram integrados pelo trabalho.

Em 1930, o governo de Vargas inaugura um quadro político que procura contemplar alguns interesses sociais, sendo um período propício ao surgimento das políticas públicas no Brasil. Assim, a assistência começa a ganhar uma nova dimensão, compreendendo a família, a infância e a mulher. A educação também passa a ter outro olhar, sendo incorporada com vista a proporcionar formação ao trabalhador.

O período que data de 1937 a 1945 pode ser conhecido como Estado Novo, contexto marcado pela instalação do aparato executor das políticas sociais no país e pela instauração do sufrágio universal. Nesse contexto é criado o Serviço de Assistência ao Menor-SAM, que funcionava como um sistema penitenciário para a população menor de idade sob orientação correcional-repressiva.

Rizzini e Pilotti (2009) ressaltam que antes da criação do SAM não existia no Brasil um órgão ou instituição em escala nacional que tivesse controle sobre a assistência oficial ou privada. O SAM deu segmento ao modelo de assistência ao menor utilizado pelos Juízes de Menores, encaminhando os “menores abandonados/desvalidos” às escassas instituições particulares conveniadas com o governo.

Aos “delinquentes”, só restavam às escolas públicas de reforma, as colônias correcionais, e os presídios, já que a iniciativa privada não dispunha de alternativas para o atendimento desse público. Aos poucos, o SAM começa a ser questionado pela população brasileira, sendo visto como desumanizante, fábrica de delinquentes e etc. Esses questionamentos levaram a discussões na mídia e no parlamento e influenciaram, no contexto da autocracia burguesa, a criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor - FUNABEM (Lei 4.513 de 1/12/64).

Com a ascensão do governo militar, são presenciados inúmeros retrocessos no que se refere a democracia e a cidadania. Esse contexto foi marcado pela restrição à liberdade de opinião e expressão, recuos no campo dos direitos sociais e a instituição dos Atos

Institucionais que consentiam em punições, exclusões e marginalizações para os não simpatizantes desse regime.

Lorenze (2007) afirma que a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor tinha seu principal objetivo pautado na formulação e implantação da Política Nacional do Bem Estar do Menor (PNBEM), aproveitando do SAM sua estrutura física e pessoal, herdando também sua organização. Assim percebe-se que mesmo com o surgimento da FUNABEM, o tratamento voltado à grande parte de crianças e adolescentes permanecia pautado em ações de cunho repressivo. A FUNABEM visava prestar assistência à infância através da internação, alcançando os abandonados e carentes, bem como aqueles que cometessem alguma infração. No entanto, a assistência destinada a esses indivíduos permanecia centralizada e baseada, como tantas outras áreas, no controle autoritário dos militares, sendo os “menores” concebidos como um problema social.

Assim, a FUNABEM E PNBEM, apesar de se proporem a prestar assistência aos “menores” primando pela reintegração destes aos diversos ambientes sociais, acabaram por se constituírem em instituições que privaram esses indivíduos de liberdade, em ambientes como a FEBEM (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor), que, na época, receberam inúmeras críticas, sendo vista como a *universidade do crime*.

Comentando o Código de Menores de 1979 criado durante o regime militar, Lorenze (2007) afirma que este foi construído com base numa revisão feita ao Código de Menores de 1927, sem o rompimento com sua dimensão arbitrária, assistencialista e repressora junto ao público infantojuvenil. Para a autora, o novo Código de Menores introduz o conceito de “menor em situação irregular”, que caracterizava meninos e meninas inseridos num contexto denominado de infância em “perigo” e infância “perigosa”, ficando estes sob a administração da Justiça de Menores. Evidentemente, o Código de 1979 reforça a autoridade exercida pelo poder judiciário sobre o público infantojuvenil, cabendo, desse modo, ao Juiz de Menores intervir nas diversas situações de “irregularidade” ou de *patologia social*.

A década de 1980 ficou marcada por inúmeras conquistas no âmbito social e político, como a derrota do Regime Militar, a presença mais atenuante do sindicalismo, movimento das Diretas Já, a busca pela anistia e a luta por direitos trabalhistas, sociais, políticos e civis. Dentre os inúmeros acontecimentos que marcaram essa década, merece destaque a elaboração e promulgação da Constituição Federal de 1988.

Esse contexto propiciou importantes conquistas no tocante ao público infantojuvenil, sendo palco de diferentes discussões que repercutiram diretamente na construção do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Rizzini e Pilotti (2009) relatam que nesse período, as irregularidades que permeavam as políticas voltadas para a infância e a adolescência também passam a ser questionadas, tornando esse contexto propício a um intenso movimento político em torno da defesa e conquista de direitos das crianças e adolescentes. Essa luta também contou com a participação de várias entidades da sociedade civil, como o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (MNMMR)⁴, que surgiu em 1985 em São Bernardo do Campo e a Pastoral da Criança, criada em 1983.

Os diversos segmentos que tinham como propósito estabelecer diretrizes que promovessem assistência e proteção às crianças e adolescentes ganhavam maior dimensão e organicidade. Como resultado dessas iniciativas, germina um novo paradigma de proteção às crianças e adolescentes brasileiros, concebendo-os como sujeitos de direitos, em desenvolvimento, alvos da proteção da família, da comunidade, da sociedade e principalmente do Estado.

Dando continuidade ao momento de conquistas políticas e sociais, em 25 de abril de 1990, o Senado aprova o Estatuto da Criança e do Adolescente. Em 28 de junho do mesmo ano essa lei é aprovada pela Câmara, e em 13 de julho de 1990 Fernando Collor de Melo a sanciona. Assim, nasce o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

Silva (2005) pondera que o Estatuto é “processo e resultado”, pois é produto de uma construção histórica de manifestações da sociedade a favor da infância e da adolescência não somente no Brasil, mais conectado às iniciativas globais voltadas para a defesa e proteção desse público.

Tecendo algumas críticas ao ECA, a autora sugere que este não contempla as diferenças regionais brasileiras, desconsiderado por exemplo, algumas particularidades de crianças e adolescentes indígenas da Amazônia. Outro ponto refere-se à ausência de um rompimento com o projeto de sociedade em curso, para a autora essa lei operou apenas algumas reformas com vista a acompanhar as mudanças sociais ocorridas no processo de sua elaboração.

Com a ascensão do ECA, a concepção de “menor” muito utilizada nas duas legislações que o antecedeu, passa a ser substituída por sujeitos de direitos e em desenvolvimento, alvos da proteção da família, da comunidade, da sociedade e do Estado. A este último fica a responsabilidade de garantir, através de políticas públicas, os condicionantes

⁴ Atualmente o termo usado para caracterizar as pessoas que moram nas ruas é População em Situação de Rua, conforme prevê o decreto de Nº 7.053 de 23 de Dezembro de 2009.

necessários ao pleno desenvolvimento desses sujeitos. Para tal deve voltar sua atenção para todas as áreas que circunscrevem o cotidiano de crianças e adolescentes, abrangendo suas famílias, dando o acesso à educação, saúde, lazer, proteção dentre outros requisitos necessários à manutenção da vida.

Na atualidade, mesmo com as garantias proporcionadas pelo ECA, um expressivo contingente de crianças e adolescentes continuam sendo expostas às mais variadas formas de violência e sem o devido acesso aos serviços necessários ao seu pleno desenvolvimento.

Com a Constituição Federal – CF de 1988 e com o ECA em 1990, uma nova dinâmica de proteção à criança e ao adolescente é regulamentada, exigindo tanto do Estado quanto da sociedade e da família uma forma de pensar e cuidar do público infantojuvenil. Trata-se do entendimento de que essa proteção não pode ser executada a partir de um único foco, precisa entender que esses sujeitos são seres em desenvolvimento e necessitam de um conjunto de elementos que garantam esse processo. Diante disso, o próximo item trata da relação entre a proteção integral e o trabalho em rede.

1.3. PARADIGMA DA PROTEÇÃO INTEGRAL E SUA RELAÇÃO COM O TRABALHO EM REDE

No Brasil, a proteção integral destinada às crianças e adolescentes começou a ser construída no processo de luta pela redemocratização do país e também pela construção de direitos, instituídos na Carta magna de 1988, que declara em seu artigo 227 que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

A partir disso, crianças e adolescentes brasileiros passaram a ser alvos da proteção social independente das diferenças de classe, gênero, raça/etnia e etc. rompendo, desse modo, com a histórica diferença entre o tratamento estatal destinado às crianças e adolescentes pobres, geralmente pautado na repressão e discriminação. A constituição também determina que se garanta o atendimento de todas as necessidades desse público, entendendo-os como sujeitos que devem ter prioridade no atendimento de suas demandas, assegura ainda a proteção contra toda e qualquer forma de violência.

Deixa claro a quem cabe à responsabilidade de zelar pelas garantias discriminadas: família, sociedade e Estado. Estes, de maneira individual ou coletiva têm a responsabilidade de prover o atendimento das necessidades para o pleno desenvolvimento de crianças e adolescentes, devendo colocá-los a salvo de toda forma de violação desses direitos. Ao determinar que Estado, sociedade e família sejam responsáveis pela proteção e promoção da infância e adolescência, de alguma maneira, a Constituição abre a oportunidade para que estes sujeitos trabalhem juntos, de maneira articulada, abrindo espaço para a atuação em rede.

Quando o referido artigo elenca o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária e também a proteção contra toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, a Constituição inaugura a proteção integral, entendendo que crianças e adolescentes precisam de todos esses serviços e condições para terem o desenvolvimento pleno.

Esse artigo traz um novo momento em relação aos direitos desses sujeitos e inaugura uma forma de entender, proteger e promover o público infantojuvenil chamada de proteção integral. Importante lembrar que não se deve compreender essas garantias fora do cenário internacional no que diz respeito às crianças e adolescentes, pois as garantias postas na Constituição Federal de 1988 refletem a luta nacional e internacional, principalmente as empreendidas pela Organização das Nações Unidas-ONU, através de sua agência de Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF, por garantias jurídicas voltadas para esse público.

Nogueira Neto (2011) assevera que o processo de organização, discussão e construção que antecedeu a Convenção dos Direitos da Criança - CDC influenciou diretamente a luta e a construção do sistema de proteção social dirigida às crianças e adolescentes no Brasil e na América Latina de modo mais amplo. Portanto, no processo constituinte, e posteriormente, na construção do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, apropriou-se de informações sobre a normativa jurídica internacional que estava sendo discutida no processo de organização da CDC. Dentre as questões que foram apropriadas, estão a de “titularidade de direitos, da prevalência da garantia dos direitos sobre o atendimento de necessidades, o reconhecimento novo do direito de expressão da opinião e da participação, os princípios gerais da não-discriminação e da prevalência do interesse superior” (p. 5).

O autor sinaliza que a expressão “proteção integral” tem sido muito usada de maneira vaga e plurívoca em diferentes publicações, sem a devida caracterização. Para ele, a proteção integral

Na verdade, não é ela propriamente uma doutrina científica, no sentido tradicional da expressão, mas uma chave-hermenêutica, isto é, um modo peculiar de se interpretar a Convenção sobre os Direitos da Criança - CDC e toda a normativa internacional pertinente. Na verdade, ela é, no fundo, um discurso teórico referencial justificador das estratégias de incidência política do UNICEF na América Latina e Caribe. Ou seja, são insumos principalmente para o trabalho dessa agência das Nações Unidas de advocacy, que serviram salutarmente para produzir, entre nós, reflexões teóricas inovadoras, boas práticas e fundamentos para alterações no ordenamento jurídico latino-americano e caribenho (incluído obviamente o Brasil). Essencialmente, a verdadeira doutrina embasadora de tudo isso é a teoria geral dos direitos humanos, em suas dimensões ético-política e jurídica (NOGUEIRA NETO, 2011, p. 3).

O autor sugere que a proteção integral é um modo de interpretar as ações e influências do UNICEF no contexto da América Latina, trata-se de orientações embasadas na teoria geral dos direitos humanos a nível internacional que terminaram por influenciar a mudança de paradigma que, até então, orientava a atenção estatal dirigida ao público infantojuvenil no Brasil. Ainda na intenção de caracterizar a proteção integral o autor pontua que ela também é o resultado daquilo que foi produzido em diferentes áreas do conhecimento que em estágios históricos perceberam a necessidade de novas práticas no trato de crianças e adolescentes. Ressalta ainda que não se trata de algo acabando, mas ainda em construção:

Essa chamada doutrina da proteção integral [...] é um somatório e uma tentativa de sistematização de várias teorias emergentes no campo da Ciência do Direito e da Dogmática Jurídica, da Ciência Política, da Antropologia, da Sociologia, da Psicologia, da Pedagogia e de outros campos do saber. Ou melhor, se dirá: variadas explicitações dos discursos justificadoras de novas práticas, em busca de uma teoria unificadora, definidora e explicativa, ainda em construção (p. 5).

Para Nogueira Neto (2011), o paradigma da proteção integral está baseado nos macros-paradigmas dos direitos humanos, da democracia e do desenvolvimento humano autossustentado. Assevera que são elementos interdependentes que devem ser entendidos num processo constante de “trocas e reforço mútuo”. Esses paradigmas foram introduzidos no preâmbulo e no texto constitucional assim como em outros instrumentos jurídicos criados a partir das orientações constitucionais como, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira-LDB, Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, dentre outras.

Diante do modelo disciplinar, que por décadas orientou às práticas estatais e filantrópicas dirigidas às crianças e adolescentes considerados em situação irregular, o autor também destaca que é uma tentativa de construir uma abordagem multidisciplinar. Assim, sob

a orientação da proteção integral, dá-se a abertura para uma proposta de intervenção baseada no trabalho intersetorial e multiprofissional, seguindo as orientações jurídicas postas tanto na Constituição Federal de 1988 como no Estatuto da Criança e do Adolescente. É nesse sentido, que neste trabalho entende-se que é o paradigma da proteção integral que sugere que o trabalho voltado ao público infantojuvenil seja pensado a partir de uma perspectiva em rede.

No início da década de 1990 é promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA que discrimina os direitos postos na CF e determina as responsabilidades de cada esfera do Estado, da sociedade e da família por essas garantias. Em seu Art. 4º, congrega os elementos postos na Constituição e acrescenta que a comunidade também deve ser responsável pela proteção desse público.

Essa legislação também discorre, em seu artigo 86, sobre a política de atendimento, determinando que esta “far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos Estados, do distrito Federal e dos Municípios”. Nesse artigo fica clara a proposta de que a proteção integral de crianças e adolescentes só pode ser realizada a partir de um trabalho coletivo, que articule as ações do Estado com as da sociedade civil organizada ou não. Ou seja, deixa aberta a oportunidade para o atendimento ao público infantojuvenil a partir de uma proposta em rede.

O objetivo fundamental das redes de atenção à criança e ao adolescente é contribuir para o fortalecimento dos princípios estabelecidos na Constituição Federal, na Lei Orgânica da Assistência Social e no Estatuto da Criança e do Adolescente. Ao contrário da atuação verticalizada, característica de várias instituições, o trabalho em rede se revela como um processo dinâmico, facilitando a construção de vínculos horizontais e interdependentes, tendo por finalidade a complementaridade das ações que visam garantir os direitos do público infantojuvenil.

O trabalho em rede pode ser vislumbrado como uma ação que rompe com os limites setoriais e institucionais, supera também, fronteiras municipais, estaduais e federais, ou mesmo internacionais, formando uma teia, que quanto mais articulada, mais eficaz se torna no combate a todas as formas de violação dos direitos de crianças e adolescentes.

Faleiros e Faleiros (2007) afirmam que as redes de proteção dos direitos de crianças e adolescentes estão fincadas no Sistema de Garantia de Direitos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente, envolvendo múltiplos organismos de ordem governamental e não governamental, nos níveis municipal, estadual e federal.

Nesse sentido, o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente – SGDCA visa à articulação e integração das diferentes esferas de governo e sociedade civil,

com o objetivo de aplicar os instrumentos necessários para o funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual e Municipal. Esse sistema foi instituído através da resolução 113/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA e, constitui-se

[...] na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal (Art. 1º).

Trata-se da estruturação nacional de um sistema de proteção social para o público infantojuvenil envolvendo o Estado e a sociedade civil. É uma forma de garantir o acesso aos direitos humanos, regimentando a responsabilidade de cada ente federado, suas competências e atribuições. Esse sistema está baseado em três pilares ou eixos: defesa, promoção e controle social. Sinteticamente, a defesa diz respeito ao acesso aos mecanismos jurídicos de proteção legal, a promoção prevê o atendimento de crianças e adolescentes através das políticas públicas, e o controle envolve o exercício da fiscalização e do controle sobre as ações dos eixos da defesa e da promoção. Assim,

Compete ao Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente promover, defender e controlar a efetivação dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais, coletivos e difusos, em sua integralidade, em favor de todas as crianças e adolescentes, de modo que sejam reconhecidos e respeitados como sujeitos de direitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento; colocando-os a salvo de ameaças e violações a quaisquer de seus direitos, além de garantir a apuração e reparação dessas ameaças e violações (Art. 2º).

Desse modo, as instituições de defesa, promoção e controle, deverão atuar de maneira integrada, entendendo que os direitos humanos são indivisíveis e, portanto, para que crianças e adolescentes tenham acesso ao desenvolvimento pleno, precisam de um conjunto de políticas públicas, especialmente as sociais. Para que esses serviços sejam oferecidos, o eixo da defesa precisa monitorar e cobrar do poder público nas suas diferentes esferas a oferta e a qualidade desses serviços. De igual modo, o controle deve ser exercido de forma autônoma, exigindo a destinação de recursos e sua aplicação correta e responsável. É esse o entendimento de que crianças e adolescentes devem ter acesso a proteção integral posta na Constituição Federal de 1988 e no ECA e, que os direitos humanos são indivisíveis.

Segundo Teixeira (2002), essa forma de gestão, dentre outras influências, é resultante das transformações pelas quais passou o Estado, no caso do Brasil, especialmente por toda

efervescência política da década de 1980 e suas implicações nas décadas seguintes. As mudanças por conta da instituição da democracia, da descentralização político-administrativa, a relação mais próxima do Estado com a sociedade, a criação de políticas públicas, a participação da sociedade civil na oferta de serviços essenciais à população, dentre outros fatores, passa a exigir modalidades inovadoras de parcerias entre setores do Estado e organizações empresariais ou sociais.

Esse é o contexto no qual, especialmente entre as políticas sociais, o trabalho em rede vem ganhando espaço. Segundo a autora, essa proposta tem sido usada na administração de políticas e projetos, principalmente aqueles com recursos insuficientes frente às inúmeras demandas e, pode envolver instituições governamentais e não governamentais. Entretanto, apesar da adesão em vários setores a essa proposta, o trabalho em rede é um processo complexo e pode ser um espaço de divergências.

É um trabalho que visa somar esforços, potencializar recursos, melhorar resultados em prol de um objetivo fim. Feita essa apreciação, destaca-se que não foi o objetivo deste item fazer uma discussão exaustiva sobre o trabalho em rede, essa discussão está melhor desenvolvida no capítulo três deste trabalho, mas de sinalizar para a relação da proteção integral com a gestão em rede. Feito isso, o próximo item tem a pretensão de descrever a política de atendimento a criança e ao adolescente em Parintins.

1.4 POLÍTICA DE ATENDIMENTO À INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA EM PARINTINS

*Na Ilha Tupinabarana nasceu Parintins
que eu vou decantar;
Parintins dos parintintins é o nome da
tribo desse lugar (Chico da Silva).*

A cidade de Parintins, também conhecida como Ilha Tupinambarana, está localizada na margem direita do rio Amazonas, é mundialmente conhecida pelo Festival Folclórico dos Bumbás Garantido e Caprichoso, que acontece todos os anos no final do mês de junho. O município conta com uma área territorial de 5.952,369 km², sua população está estimada em 2015 em 111.575 habitantes A cidade fica próxima ao estado do Pará, distante da capital do Estado do Amazonas, Manaus, 369 km (IBGE, 2016).

Além do Festival Folclórico dos Bumbás, a cidade se destaca no período do carnaval por conta do Carnailha e, no mês de julho, recebe devotos de vários lugares, especialmente

dos estados do Amazonas e Pará, devido à festa de Nossa Senhora do Carmo, considerada a padroeira da Cidade. Além dessas festas, o município no decorrer do ano conta com várias outras festividades que expressam a cultura local, entretanto, a festa que mais se destaca é o Festival Folclórico que atraí turistas do mundo todo. Nesse período, Saunier (2003) destaca que “chegam a Parintins ministros de Estado, políticos de todo o Brasil, artistas famosos, escritores, poetas e a imprensa escrita, falada e televisionada de todo o mundo, que transmitem imagens, publicam matérias jornalísticas com fotos e anunciam fatos e novidades do folclore da Ilha Tupinambarana” (p. 201).

A economia da cidade está baseada principalmente no setor agropecuário e no movimento econômico por conta da administração e dos serviços públicos. A maior parte de sua população tem renda per capita de até meio salário mínimo e, se concentra na faixa etária de 15 a 59 anos, seguida pelo grupo de 0 a 14 anos, ou seja, possui uma população jovem (IBGE, 2016). Para ilustração, apresenta-se um mapa da localização da cidade.

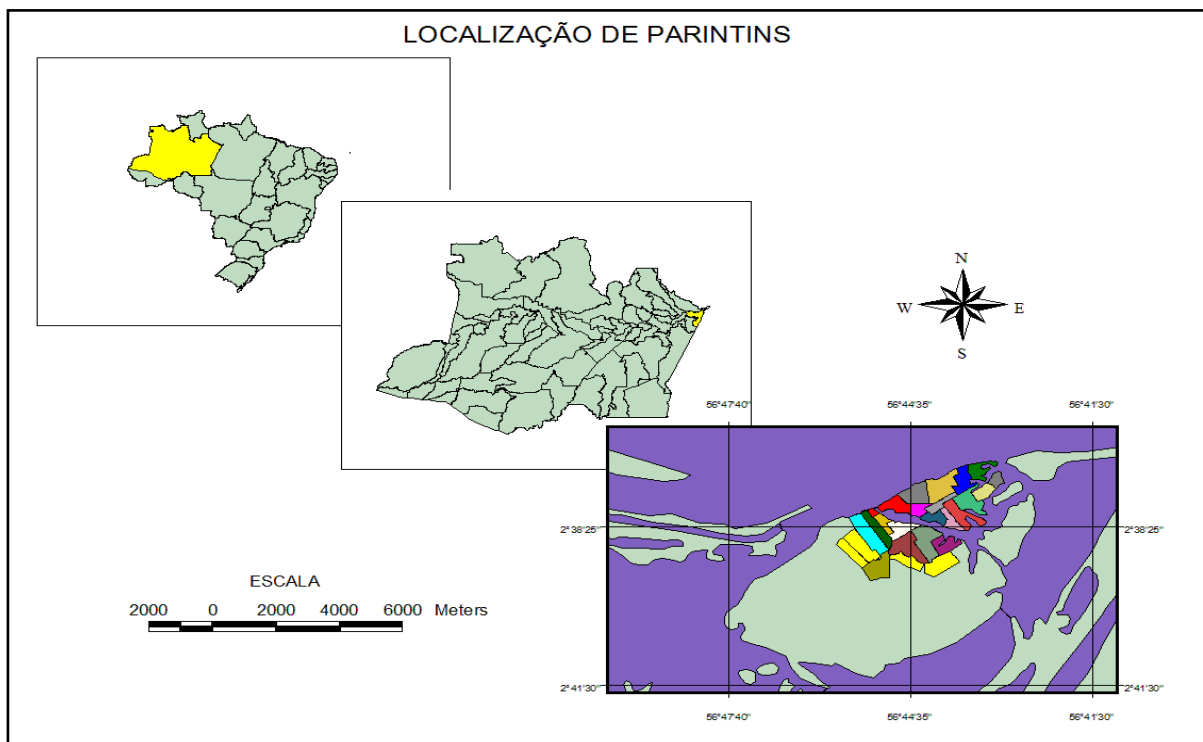


Figura 01: Mapa de localização do município de Parintins.

Fonte: Souza, N. Dinely, 2013.

Parintins é uma ilha, cercada pelo grande rio Amazonas, por conta disso, a cidade tem várias chácaras no seu entorno. Do ano de 2010 a 2011, período em que estava cursando a graduação em serviço social pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM, estagiei no

Centro de Referência da Assistência Social – CREAS. Nesse período, algumas adolescentes estavam sendo acompanhadas pela equipe da instituição por terem sido exploradas sexualmente. Segundo o relato de algumas das adolescentes, os programas aconteciam em chácaras no entorno dos rios, fato que confirma o que é posto por Torres e Oliveira (2012), que sinalizam para o fato de que no contexto amazônico, a violência sexual e mais especificamente exploração sexual, acompanham a geografia da região.

No município, nos últimos anos, no período que antecede o carnaval e o festival folclórico são implementadas ações que visam proteger o público infantojuvenil de diversas agressões, como o trabalho infantil e a violência sexual, que com frequência são evidenciadas durante essas duas festividades. Nessa ação são envolvidos órgãos e instituições que compõe a rede de proteção e outros segmentos que se unem com vista a garantir a proteção de crianças e adolescentes, utilizando-se para tal, de palestras, panfletagem e abordagens.

Na sequência, apresenta-se uma imagem que ilustra, em parte, como a cidade fica durante os dias de festa do Festival Folclórico de Parintins, por ser uma ilha, toda a sua orla é preenchida com vários barcos. A cidade, nos dias de festa, recebe um expressivo número de turistas que chegam através das vias fluviais e aéreas. A chegada dos turistas e o número reduzido de pessoas que atuam na rede de proteção à criança e ao adolescente nesse período dificultam o trabalho dos membros da rede no enfrentamento às problemáticas mais evidentes nesse período.



Figura 02: imagem aérea da cidade de Parintins

Fonte: <https://www.acritica.com>

A política de atendimento à criança e ao adolescente em Parintins é pautada pelas recomendações postas no ECA, mais especificamente, as determinadas no artigo 86, e pela Lei Municipal Nº 420/2008 da Procuradoria Geral do Município - PGMP. Comporta ações governamentais e não-governamentais, tendo no município instituições de atendimento que recebem recursos do município, do estado e do governo federal.

Segundo a referida Lei municipal, em seu artigo 4º, essa política será garantida através do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Tutelar. A política também dá abertura para a participação da iniciativa privada, prevista no artigo 5º que prevê que “os programas de atendimento à infância e a juventude, por parte do Poder Público Municipal, serão executados pelos órgãos municipais e por intermédio de convênios com entidades de caráter privado, observando sempre o caráter comunitário das atividades”.

O município conta com políticas sociais básicas como saúde, educação, assistência social, cultura, esporte e lazer. Conta com uma Delegacia Especializada em Crimes contra à Mulher, à Criança, o Idoso e o Adolescente, e com órgãos do judiciário, como Ministério Público, Vara da Infância e Juventude. Conta ainda com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, Conselho Tutelar, Escolas municipais e estaduais, hospitais e centros de saúde, dentre outras instituições.

A partir de visitas institucionais tendo como objetivo a coleta de dados documentais realizadas junto ao CMDCA, ao Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS e em algumas instituições do município, buscou-se conhecer as instituições que atendem crianças e adolescentes em Parintins. Assim, apresenta-se um quadro com algumas das instituições que compõem o sistema de Garantia dos Direitos das Crianças e Adolescentes – SGDCa em Parintins e fazem parte do eixo da promoção.

INSTITUIÇÕES DO SGDCa: EIXO – PROMOÇÃO			
INSTITUIÇÃO	OBJETIVO	PÚBLICO-ALVO	AÇÕES
Projeto Casa de Acolhida – Santa Rita	Promover a cidadania e oportunizar às crianças e adolescentes cursos	Crianças de 12 a 15 anos (meninos e meninas)	Oficinas de Arte, Informática, Violão, Pintura em tecidos, Escultura, Artes com EVA, Esportes e Palestras.

	profissionalizantes.		
Fundação Boi Bumbá Caprichoso – Escola de Arte Irmão Miguel de Pascale	Promover o desenvolvimento das potencialidades e contribuir para melhoria da qualidade de vida de seus usuários.	Crianças, Adolescentes e Jovens de 07 a 18 anos (meninos e meninas).	Atividades didáticas, momentos recreativos, eventos sociais, culturais e desportivos com torneios, apresentações musicais, de danças, capoeira.
Programa Educacional de Resistência às Drogas – PROERD/Polícia Militar – PM	Tem como objetivo transmitir uma mensagem de valorização à vida, e da importância de manter-se longe das drogas e da violência.	Crianças, adolescentes e Pais.	Palestras de prevenção ao uso de drogas.
Programa Pelotão Mirim – Polícia Militar – PM	O objetivo inicial do programa era trabalhar com os adolescentes autores de ato infracional. Atualmente o programa atende crianças e adolescentes e oferece orientações e reforço escolar.	Crianças e Adolescentes 07 a 14 anos	Aulas de Reforço
Programa Educacional Bombeiro Mirim – PROEBOM – Corpo de Bombeiros Militar do Amazonas	Desenvolver e valorizar os ideais humanos, o civismo e, contribuir na formação de crianças e adolescentes através dos valores de cidadania.	Crianças e adolescentes	Treinamento de Ordem Unida, Primeiros Socorros, Combate a Incêndios, Natação, Rapel, Educação Ambiental e demais temas transversais necessários ao desenvolvimento social e cultural dos alunos.
Universidade do Folclore – Paulinho Faria/Boi Bumbá Garantido	Promover a formação cidadã e a inclusão social através da oferta de oficinas de arte e do acompanhamento psicossocial.	Crianças e adolescentes na faixa etária entre 7-17 anos	Oficinas de teclado, violão, cavaquinho, dança, pintura e desenho; atendimento psicossocial.
Associação Regional Lindolfo Monteverde – Ponto de Cultura	Transmitir às novas gerações os valores e tradições dos fundadores do Boi Garantido através de atividades ligadas à arte e à cultura.	Crianças e adolescentes	Oficinas de dança, batucada, toada, produção textual e teatro.

Associação PESTALOZZI de Parintins	Promover Atendimento Educacional Especializado para crianças e adolescentes com deficiência	Crianças e adolescentes com deficiência	Atendimento Educacional Especializado, cursos de: libras, comunicação alternativa e aumentativa, braile, uso de recursos ópticos e não ópticos, curso de uso do Soroban, Curso para o desenvolvimento para os processos mentais, dentre outros.
Escola de Áudio e Comunicação Padre Paulo Manna	Contribuir com a educação de alunos com deficiência	Crianças e adolescentes com deficiência	Ensino infantil e fundamental
Instituto Raimunda Antônia de Paula Melo – IRAPAM	Contribuir com o desenvolvimento artístico parintinense.	Crianças, adolescentes e jovens	Oficinas de pinturas
Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS	Ofertar atendimentos psicossociais, jurídicos e educativos a indivíduos e famílias que tiveram seus direitos violados, estão sob ameaça ou estão com os vínculos familiares fragilizados.	Mulheres, crianças, adolescentes, idosos, homens em situação de ameaça ou violação de direitos. Adolescentes em situação de cumprimento de medidas socioeducativas, dentre outros.	Atendimento/acompanhamento psicossocial e assessoria jurídica
Centro de Referência de Assistência Social – CRAS	Através da Oferta e organização de serviços socioassistenciais da proteção social básica do SUAS, visa fortalecer a convivência familiar e comunitária	Famílias em situação de vulnerabilidade e risco social; beneficiários do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada – BPC; pessoas com deficiência; idosos, dentre outros.	Atendimento/acompanhamento psicossocial, pedagógico, oferta de oficinas, cursos, palestras, orientações, dentre outros serviços.
Serviço de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual - SAVVIS	Prestar assistência médica, psicossocial, laboratorial, coletar vestígios da violência, dentre outros serviços às vítimas de violência sexual.	Vítimas de violência sexual, independente de sexo e idade.	Atendimento médico e psicossocial, realização de exames, como testes rápidos e coletas de informações que possam contribuir com a responsabilização do agressor.
			Ações de segurança alimentar e promoção da alimentação

Programa Saúde na Escola – PSE	Programa intersetorial que visa contribuir com a formação integral dos estudantes por meio da promoção, prevenção e atenção à saúde.	Comunidade escolar: estudantes, gestores e profissionais da saúde.	saudável; promoção das práticas corporais e atividades físicas na escola; saúde e prevenção nas escolas; educação para a saúde sexual. Saúde reprodutiva e prevenção das DSTs/Aids; prevenção ao uso do álcool, tabaco e outras drogas; promoção da cultura de paz e prevenção às violências; promoção da saúde ambiental e desenvolvimento sustentável.
Centro de Atenção Psicossocial – CAPS	Prestar atendimentos às pessoas com sofrimento ou transtornos mentais	Pessoas com sofrimento ou transtornos mentais, incluindo usuários/dependentes químicos, independente de idade.	Atendimento/acompanhamento médico, psicossocial dos usuários e suas famílias, realização de oficinas terapêuticas, dentre outras.
Abrigo Vovó Conceição	Ofertar o serviço de acolhida à crianças e adolescentes que, por alguma situação de violação de direitos, foram tirados do convívio de suas famílias.	Crianças e adolescentes com vínculos familiares rompidos ou com direitos violados	Moradia provisória; atendimento/acompanhamento psicossocial
Liceu de Artes e Ofícios Cláudio Santoro	Estimular as diversas manifestações artísticas, contribuindo com a integração da população à sua cultura local.	Crianças, adolescentes, jovens e adultos.	Oferece cursos de: música popular, violão, teclado e musicalização; coral infantil e adulto; danças; teatro; cursos voltados para pessoas com deficiência; artes visuais, dentre outros.

Quadro 01: Instituições do SGDCA – Eixo: Promoção.

Fonte: Pesquisa de campo, 2016, 2017.

A promoção dos direitos de crianças e adolescentes em Parintins contempla instituições públicas e privadas, numa relação Estado sociedade civil, cujo objetivo é promover o acesso aos serviços ligados, especialmente, aos direitos sociais. Segundo o SGDCA, no inciso do artigo 14:

§ 1º Essa política especializada de promoção da efetivação dos direitos humanos de crianças e adolescentes desenvolve-se, estrategicamente, de maneira transversal e intersetorial, articulando todas as políticas públicas (infraestruturantes, institucionais, econômicas e sociais) e integrando suas ações, em favor da garantia integral dos direitos de crianças e adolescentes.

Em Parintins, a política de atenção às crianças e adolescentes além das instituições elencadas, contam com Unidades Básicas de Saúde - UBS, dois hospitais. Um deles funciona em um prédio da Diocese de Parintins, assim como uma policlínica. Essa Parceria, público/privado é historicamente presente no município e envolvem, principalmente as políticas de educação, assistência social e saúde. No município, várias escolas, tanto da rede municipal de ensino quanto da estadual funcionam em prédios da Diocese. Mas existem também escolas funcionando em espaços de igrejas evangélicas, como da Igreja presbiteriana, Assembleia de Deus e Igreja Batista.

Na Política de Assistência Social, na cidade de Parintins funcionam dois CRAS, um deles em um prédio de uma Igreja Evangélica, o outro, no ano de 2016, funcionou em uma propriedade particular que foi alugada para esse fim, trata-se de um antigo bar, que inclusive não tinha rampa de acesso e nem banheiro adequado para atender pessoas com deficiência física. Outro CRAS funciona numa comunidade rural do município, chamada Vila Amazônia, acessível através de transporte fluvial, podendo levar, em média, no máximo uma hora de viagem.

As instituições da sociedade civil são várias e atuam principalmente na oferta de serviços socioassistenciais. A maioria delas está ligada aos trabalhos voltados para os aspectos culturais e artísticos, tentam transmitir através de suas ações a cultura local, mais especificamente elementos relacionados ao Festival Folclórico de Parintins. Ofertam além de acompanhamento psicossocial e pedagógico, oficinas de dança, teatro, música, pintura, artesanato, dentre outros. Geralmente recebem recursos do próprio Estado.

Algumas instituições estão ligadas diretamente às associações folclóricas dos bumbas Garantido e Caprichoso, outras são ações da Igreja Católica, algumas estão ligadas às associações de bairro, outras são iniciativas de pessoas que, ao longo de suas vidas, executavam ações voltadas para o público infantojuvenil e decidiram criar instituições com o objetivo de conseguir recursos para a execução de suas atividades. Durante as pesquisas, não foi identificada nenhuma instituição representante da sociedade civil que trabalhe diretamente com as vítimas de violência sexual.

Das instituições elencadas no quadro, as que atuam diretamente no atendimento às vítimas de violência sexual são o CREAS, o Acolhimento Institucional Vovó Conceição, o SAVVIS, das quais, do eixo da promoção, foram escolhidos sujeitos que participaram da entrevista semiestruturada deste trabalho.

Além das instituições citadas, no município a Universidade do Estado do Amazonas – UEA e a Universidade Federal do Amazonas – UFAM também têm contribuído com o desenvolvimento de projetos de extensão e de pesquisas voltados para o público infantojuvenil nas áreas de educação, assistência social, violência, saúde, cultura e etc. Também conta com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM que oferta o ensino médio integrado à formação técnica e também o ensino técnico na modalidade subsequente.

Na sequência, apresenta-se o quadro com as instituições que compõem o eixo da defesa dos direitos do público infantojuvenil no município de Parintins.

INSTITUIÇÕES DO SGDCA: EIXO – DEFESA		
INSTITUIÇÃO	ATRIBUIÇÕES/OBJETIVO	AÇÕES
Conselho Tutelar – CT	Zelar pelo cumprimento dos direitos de crianças e adolescentes previstos no ECA	Atendimento e acompanhamento das denúncias; realização de visitas domiciliares; palestras de caráter preventivo em escolas da rede estadual e municipal de ensino e em comunidades rurais; atuou durante das festividades do Carnailha e do Festival Folclórico realizando junto à rede socioeducativa abordagens de caráter preventivo e protetivo; requisita serviços, dentre outros.
Ministério Público - MP	Atua na defesa dos direitos e interesses públicos.	Promover e acompanhar os procedimentos relacionados às crianças e adolescentes tais como: ato infracional; proteção aos interesses individuais, coletivos e difusos e etc. também cabe ao MP zelar pelo respeito aos direitos e garantias legais de crianças e adolescentes.
Defensoria Pública	Ofertar assistência judicial integral e gratuita àqueles que dela necessitarem	Prestar orientações jurídicas e a defesa judicial dos direitos individuais e coletivos. Acompanhar ações relacionadas a guarda, adoção, ato infracional, dentre outras.
Juizado da Infância e da Juventude/ 2ª Vara	Conhecer e aplicar as medidas cabíveis às situações: representações do Ministério Público relacionadas ao ato infracional; pedidos de adoção; ações relacionadas as irregularidades em instituições de atendimento às crianças e adolescentes; casos	Dentre outras atividades em Parintins, expede a portaria que disciplina a participação de crianças e adolescentes durante o Festival Folclórico e de outras

	encaminhados pelo CT, dentre outras.	festividades do município.
3ª Delegacia Interativa de Parintins – DIP/Delegacia Especializada em Crimes contra Mulheres, Menores e Idosos – DECCMI	Promover a segurança; Registrar ocorrências; Esclarecer possíveis crimes através das investigações, dentre outros. Geralmente atua após o acontecimento de algum crime	Realiza o trabalho de investigação dos casos que envolvem crianças e adolescentes, junto um corpo de provas e encaminha ao Ministério Público
Polícia Militar – PM, 11ª Batalhão de Policiamento Ostensivo	Promover a segurança e a ordem pública	Atua no sentido de prevenir a ocorrência de crimes; atua também na repressão de situações de violência, inclusive podendo fazer uso da força.

Quadro 02: Instituições do SGDCA: Eixo – Defesa

Fonte: Pesquisa de campo, 2016; Pesquisa Documental; Lei 8069.

O eixo da defesa está relacionado à proteção jurídico-social e atua na defesa de direitos que estão sendo violados, negados ou negligenciados. Busca promover o “acesso à justiça, ou seja, pelo recurso às instâncias públicas e mecanismos jurídicos de proteção legal dos direitos humanos, gerais e especiais, da infância e da adolescência, para assegurar a impositividade deles e sua exigibilidade, em concreto” (CONANDA, resolução 113 /2006, Art.6º). Trata-se de instituições ou órgãos que podem, além de garantir a proteção legal de crianças e adolescentes, determinar ou exigir que o que está previsto em lei seja atendido.

Em Parintins, o CT conta com cinco conselheiros que atendem diferentes demandas do público infantojuvenil tanto da cidade de Parintins quanto das comunidades rurais ou ribeirinhas do município. Os conselheiros atuam atendendo casos que envolvem a violação de direitos e também realizam o trabalho preventivo, como palestras quando estas são solicitadas.

Quanto à promotoria, a promotora entrevistada para este trabalho informou que o município conta com 3 promotorias, ela é responsável pela 3ª. A 2ª é responsável por lidar, dentre outras situações, com questões relacionadas às crianças e adolescentes. Essa promotoria esteve por um tempo sem promotor, assim como a segunda vara de justiça estava sem o juiz titular. “Então imagina uma cidade do tamanho de Parintins com essa problemática do menor sem um juiz e sem um promotor! [...] isso já faz um certo tempo” (pesquisa de campo, 2017).

Essa situação, segundo a entrevistada, a levou a acumular essa segunda promotoria, visto às inúmeras situações relacionadas às “questão da violência, da criminalidade, do menor

infrator, e da questão social que é dessa 2ª promotoria, ou seja, os direitos do cidadão, do consumidor, eu resolvi acumular essa 2ª promotoria, a partir de meados de janeiro ou fevereiro desse ano” (Pesquisa de campo, 2017).

Em Parintins, a delegacia especializada que atende situações de violência contra crianças e adolescentes, mulheres e idosos funciona no mesmo espaço em que são atendidas todas as outras formas de crimes, como tráfico de entorpecentes, roubos, furtos, assaltos, acidentes de trânsito, dentre outras ocorrências. Esse espaço acaba por se mostrar como um ambiente pouco confortável para as vítimas de violência sexual, por exemplo. Geralmente, o espaço de espera para registro dos Boletins de Ocorrências é um pouco tumultuado, com várias pessoas esperando para fazer alguma denúncia, também há a presença constante da imprensa local.

Nesse contexto, quem sofreu algum tipo de violência, como mulheres, idosos, crianças e adolescentes, podem se sentir constrangidos. No momento da coleta de dados, a DECCMI estava sem a delegada que atende os casos de violência contra mulheres, idosos, crianças e adolescentes, por conta da saída da antiga profissional devido sua aposentadoria. Atualmente, a delegacia especializada já conta com uma nova delegada.

Como é possível observar, no eixo do controle do SGDCA, instituições que deveriam defender e, até, fiscalizar outras instituições que compõem o eixo da promoção, contam com recursos humanos reduzidos, situação que pode refletir na sobrecarga de trabalho dos profissionais que de alguma forma terão dificuldades de lidar com as inúmeras demandas relacionadas ao público infantojuvenil. Trata-se da violência exercida pelo Estado que, em certas situações, faz pouco caso das demandas apresentadas pelo público infantojuvenil e de outros sujeitos.

A seguir, apresenta-se o quadro com as instituições que compõem o conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes – CMDCA em Parintins e, na sequência, é apresentada uma breve discussão sobre o eixo do controle social.

INSTITUIÇÕES DO SGDCA: EIXO – CONTROLE/MEMBROS DO CMDCA	
SEGMENTO GOVERNAMENTAL	SEGMENTO SOCIEDADE CIVIL
Procuradoria Geral do Município; Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal do Meio Ambiente; Secretaria Municipal de Cultura e Turismo; Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação;	Associação das Igrejas Evangélicas de Parintins – APALEPIN; Diocese de Parintins; Escola Áudio Comunicação Padre Paulo Manna; Programa Pelotão Mirim; Instituto Boi Bumbá Garantido; Fundação Boi Bumbá Caprichoso; Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Quadro 03: Instituições do SGDCA: eixo – controle/membros do CMDCA

Fonte: Resolução CMDCA Nº 01/2016, pesquisa documental.

O CMDCA em Parintins é composto por 12 membros titulares, cada um tendo seus respectivos suplentes, é presidido por uma representante da sociedade civil que representa a Associação das Igrejas Evangélicas de Parintins – APALEPIN. A vice-presidente e a secretária representam o poder público municipal. Essa gestão iniciou em 2016 e estará vigente até 2018. Os representantes que compõem o referido conselho atendem os requisitos relacionados a paridade exigida entre o número de representantes dos órgãos governamentais e não-governamentais. Funciona em uma das salas do prédio da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação – SEMASTH.

Esse conselho tem como uma de suas atribuições exercer o controle sobre as ações públicas executadas pelos eixos da promoção e defesa do SGDCA no município. Assim como nas políticas sociais, os conselhos de direitos do público infantojuvenil também atuam na esfera estadual, na União e no Distrito Federal conforme prevê a resolução 113/ 2016 do Conanda.

Art. 22. Na União, nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios haverá um Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, respectivamente, composto por igual número de representantes do governo e da sociedade civil organizada, garantindo a ampla participação da população, por suas organizações representativas, no processo de formulação e controle da política de atendimento aos direitos da criança e ao adolescente, dos seus programas, serviços e ações.

Esses conselhos, segundo o artigo 23 da referida resolução, tem a incumbência de acompanhar, avaliar e monitorar todas as ações públicas relacionadas à promoção e defesa dos direitos do público infantojuvenil nas suas respectivas esferas. No âmbito municipal, cabe ao CMDCA também acompanhar a execução da política de atendimento às crianças e adolescentes no sentido de verificar se está sendo executada conforme os documentos legais municipais, estaduais e/ou nacionais. Assim, deve exercer,

[...] o controle sobre os atos do governo monitorando a sua gestão; promover as discussões sobre os direitos de crianças, adolescentes e de suas famílias; avaliar as condições de funcionamento da rede física quanto a capacidade operacional dos equipamentos, programas e serviços, e a qualidade da gestão e do atendimento; induzir o poder público a dar respostas as demandas da população com transparência e publicização, evitando que os direitos conquistados pelo cidadão não sejam confundidos com privilégios, clientelismo ou favor dos governantes; e contribuir para a formulação de uma agenda pública local na direção dos direitos de cidadania (LIMEIRA, 2014, p. 107-108).

Importante lembrar que as discussões em torno do controle social no Brasil, exercido pela população em relação às ações do Estado, ganhou força a partir na década de 1980, contexto de luta pela redemocratização do país e de construção de políticas setoriais tendo em

vista o acesso aos direitos pela população. Nesse contexto, observa-se certa abertura do Estado frente às demandas da população, especialmente de setores organizados da sociedade na área da saúde, assistência social, idosos e crianças e adolescentes, dentre outros.

Corrêa (2009) assevera que o Estado, enquanto mantenedor do consenso e da função coercitiva, é o espaço onde as classes sociais disputam para ter seus interesses atendidos e, é nessa correlação de forças que é possível as classes subalternas ter suas demandas incorporadas e atendidas. Desse modo,

[...] o controle social na perspectiva das classes subalternas visa a atuação de setores organizados na sociedade civil que as representam, na gestão das políticas públicas no sentido de controlá-las para que atendam, cada vez mais, às demandas e aos interesses dessas classes. Neste sentido, o controle social envolve a capacidade que as classes subalternas, em luta na sociedade civil, têm para interferir na gestão pública, orientando as ações do Estado e os gastos estatais na direção dos interesses destas classes, tendo em vista a construção de sua hegemonia (CORRÊA, 2009, p. 6).

Trata-se de uma forma de captar a atenção do Estado, dentro das correlações de forças existentes entre as classes em conflitos de interesses, fazendo-o destinar atenção e recursos para determinado setor, área ou grupo da sociedade. As ações de controle sobre o Estado podem ocorrer através dos mecanismos de fiscalização, participação nos conselhos de direitos, conferências municipais, estaduais e nacional.

Sendo os conselhos e as Conferências os principais instrumentos que materializam a participação social, são estes mecanismos que permitem o exercício de certa corresponsabilidade entre Estado e sociedade tendo em vista o interesse público. Assim, faz-se necessário que os participantes dos conselhos ou das conferências estejam em condição de igualdade e liberdade para opinar, e assim, respeitadas as diferenças e pluralidade, promover certo consenso que vise o melhor para a coletividade (COSTA; VIEIRA, 2013, p. 237).

Importante lembrar que a participação da sociedade ocorre via representação, tanto nos conselhos das políticas ou setores, ocorre por segmento, comportando representantes do Estado e da sociedade civil. “Elas determinam a pluralidade da representação, bem como o grau de regulamentação da discussão e da tomada de decisão, produzindo espaços mais ou menos plurais, mais ou menos democráticos e, portanto, mais ou menos inclusivos” (PETINELLI, 2017 p. 613). Vale ressaltar outras formas de participação popular que podem ocorrer através:

[...] de audiências públicas, inclusive durante os processos de elaboração e discussão dos planos; lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos; acesso público, por meios eletrônicos, aos relatórios da execução orçamentária e fiscal, planos, orçamentos,

leis de diretrizes orçamentárias e prestação de contas; conferências temáticas; fóruns de políticas públicas; proposição de projeto de lei de iniciativa popular, junto ao poder legislativo; ação civil em defesa dos direitos protegidos pela lei; e ação de improbidade administrativa, (LIMEIRA, 2014, p. 108).

Desde a instituição jurídica das formas de participação popular nas ações e decisões do Estado está posto o desafio sobre a finalidade e o destino de recursos públicos, haja vista a onda neoliberal que vem incentivando a redução de recursos para as políticas sociais e sugerindo a privatização e mercantilização de direitos que são atendidos através das políticas sociais.

Sintetizando de maneira bem objetiva o trabalho de cada eixo do SGDCA, a promoção volta-se para o acesso às políticas sociais. A defesa atua no sentido de promover a responsabilização, através de medidas jurídicas inclusive punitivas, de órgãos que de alguma forma estão atuando de maneira irregular ou estão violando os direitos individuais e coletivos do público em questão. O controle é exercido como forma de verificar se a promoção e a defesa dos direitos da criança e do adolescente estão sendo materializado conforme os instrumentos normativos da política de atenção a esses sujeitos.

O próximo capítulo discute sobre as diferentes formas de violência que atingem crianças e adolescentes, tendendo mais para a violência sexual que é um dos focos deste trabalho. Também traz o quadro das principais violações dos direitos desses sujeitos no município de Parintins, a partir dos registros de instituições que lidam diariamente com as diversas situações de violência contra esses sujeitos.

2 VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO CONTEXTO PARINTINENSE

Nenhum país, nenhuma cidade, nenhuma comunidade está imune à violência, mas, também, não estamos impotentes diante dela (Nelson Mandela).

O presente e o futuro são criações humanas, com o barro das circunstâncias ao seu alcance (Minayo, 2005).

Na atualidade, a violência de modo geral, tem alcançado proporções gigantescas, multiplicando suas formas e atingindo públicos cada vez mais diversificados. Chauí (1997, p. 337) denomina a violência como “o uso da força física e do constrangimento psíquico para obrigar alguém a agir de modo contrário à sua natureza e ao seu ser”. A violência pode ser compreendida como toda ação que causa dano físico ou psicológico, que constrange ou obriga alguém a submeter-se a situações que lhe trarão dano ou mesmo que são contrárias a sua vontade ou ao seu desenvolvimento físico e psicológico.

Para Leal (1999) a violência é uma problemática antiga, resultado de relações sociais construídas de forma desigual e frequentemente destinada contra aquela pessoa que se encontra em alguma desvantagem física, emocional e social. Está associada à forma como a sociedade se organiza, a maneira como distribui os seus bens e serviços e constrói seus valores e normas, possuindo raízes profundas nas estruturas culturais, sociais, econômicas e políticas.

Faleiros e Faleiros (2007) ressaltam que a violência, de qualquer espécie, dirigida a crianças e adolescentes “é uma relação de poder na qual estão presentes e se confrontam atores/forças com pesos/poderes desiguais, de conhecimento, força, autoridade, experiência, maturidade, estratégias e recursos” (p. 31).

A compreensão sobre a violência contra crianças e adolescentes defendida neste trabalho não entende essa problemática dissociada da forma como a sociedade está organizada, ou seja, leva em consideração a desigualdade social a nível nacional e internacional, a forma como a economia está posta, a maneira como a pobreza atinge inúmeras pessoas no mundo e tem gerado várias expressões da violência.

A violência sexual caracteriza-se como uma das expressões da violência, mostra-se como uma relação de poder, em que alguém em condição de superioridade se aproveita para obrigar ou submeter a outra pessoa à relação sexual, utilizando-se da força física, coerção, sedução ou intimidação.

É uma problemática complexa que se manifesta de diferentes formas, atingindo sujeitos de várias culturas e classes sociais, configurando-se numa violação aos direitos humanos. Neste capítulo, propõe-se discutir alguns conceitos sobre violência de modo geral e, na sequência, faz-se uma abordagem sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes e seu enfrentamento no Brasil. Finaliza com uma sucinta discussão sobre essa problemática no contexto de Parintins.

2.1 ENTENDENDO A VIOLÊNCIA: CONCEITO E SUAS EXPRESSÕES CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Tentar definir, conceituar ou delimitar a violência é uma tarefa perigosa, difícil e complexa. Por isso, entendendo os riscos, pretende-se apenas sinalizar, embasado em autores que discutem a temática, algumas definições que possam auxiliar na compreensão da violência sexual contra crianças e adolescentes, que é o objeto deste trabalho.

Vicente de Paula Faleiros e Eva Faleiros (2007), afirmam que o marco teórico usado para tentar conceituar ou definir a violência é a teoria do poder. Historicamente foi construída no Brasil uma cultura em relação ao trato às crianças e adolescentes baseada em uma pedagogia que submetia, e por vezes continua submetendo, crianças e adolescentes ao poder arbitrário, autoritário e violento.

A violência é uma problemática que atravessa a história das diferentes civilizações, marca os estágios de desenvolvimento da humanidade e tem causado diversos danos às suas vítimas em particular e, de modo geral a sociedade. Promove agressões físicas e psicológicas e obriga o Estado a investir em segurança pública, na área da saúde para o atendimento das vítimas e em outras políticas econômicas e sociais. Se manifesta de diferentes formas, pode atingir o ser humano em todos os estágios de sua vida, não se restringe a uma classe social, desrespeita valores e convenções e é considerada como um problema de saúde pública pela Organização Mundial da Saúde, pela Organização Pan-Americana de Saúde e pelo Ministério da Saúde.

Minayo (2005), afirma que a violência não é “em si, uma questão de saúde pública” (2005, p. 10). Torna-se um problema para a área devido os danos causados a saúde individual e coletiva, exigindo do poder público ações preventivas e de tratamento, assim como a criação de políticas ou programas direcionados a essa problemática. Lembra ainda que, na atualidade, a violência se apresenta como a maior ameaça à vida dos jovens no país. Em outro texto, define que “a violência consiste em ações humanas de indivíduos, grupos, classes, nações que

ocasionam a morte de outros seres humanos ou que afetam sua integridade física, moral, mental ou espiritual” (1998, p. 514).

A violência pode ocorrer nas relações interpessoais ou pode atingir grupos maiores, como é o caso de conflitos que se dão por ordem religiosa ou política. A autora também deixa clara a “racionalidade” das expressões da violência, mostrando que os sujeitos que a praticam têm ciência de que suas atitudes de alguma forma agridem a integridade física ou subjetiva do indivíduo ou de grupos. Para a autora, só os humanos possuem intencionalidade, e isso torna a violência uma prática eminentemente humana, “pois só os humanos, antropológica e convencionalmente, possuem intencionalidade em seus atos ou omissões” (2005, p. 19).

Numa discussão sobre ética, violência e racismo, Chauí afirma que a

violência, palavra que vem do latim e significa: 1) tudo o que age usando a *força* para ir contra a natureza de algum ser (é desnaturar);2) todo ato de *força* contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar);3) todo ato de *violação* da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade (é violar);4) todo ato de transgressão contra aquelas coisas e ações que alguém ou uma sociedade define como justas e como um direito;5) conseqüentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão, intimidação, pelo medo e pelo terror (grifos nossos, s/d./p. 2).

Nessa definição que enumera cinco significados, observa-se que nos dois primeiros a presença da palavra força remete à compreensão da violência com a questão prática, sendo um elemento que coloca o agressor numa posição de superioridade em relação ao que sofre a violência. No primeiro caso, a autora mostra que a violência é todo ato de força contra algum ser, assim, a violência como um ato humano pode também ser praticada contra um ser não-humano, como por exemplo, contra animais. No segundo ponto, a violência é vista como um ato contra o ser humano, podendo se expressar através de limites impostos a um semelhante, cerceando especialmente sua liberdade.

Nos três últimos conceitos trazidos por Chauí, destacou-se as palavras violação, transgressão e abuso, que têm relação direta e mais próxima com o eixo central deste capítulo, a violência sexual. As três possuem características semelhantes e, em alguns momentos, se confundem.

Chauí segue uma sequência que vai de atos mais simples de violência aos mais brutais. Pegando os três últimos termos destacados, observa-se que a violação à natureza de alguém se revela como um desrespeito ao que convencionalmente se fixou como algo a ser respeitado em determinada cultura. A transgressão seria a ultrapassagem de limites daquilo que é delimitado como justo, direito. E o abuso, seria a face mais cruel, expressão mais “dura”

da violência, podendo envolver tortura e brutalidade. Assim, os conceitos trazidos pela autora se aplicam bem a violência sexual contra crianças e adolescentes, pois esta viola, transgrede e abusa da inocência, da liberdade, da vontade desses sujeitos, desrespeitando sua condição de seres em desenvolvimento.

A violência é um ato de desrespeito à condição humana, de negação de direitos, especialmente da liberdade, é um ato de abuso, que se aproveita da situação de desvantagem de alguém para lhe transformar em objeto, coisa a ser manuseada, violada, usada da maneira que apraz ao abusador.

Minayo (2005) pontua que o termo violência tem origem latina, vem da palavra “vis que quer dizer força e se refere às noções de constrangimento e de uso da superioridade física sobre o outro” (p. 14). Reforça que a violência é mutante, acompanha épocas, locais e circunstâncias e sua prática é aceita ou condenada de acordo com cada época.

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), a violência é definida como:

O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (2002, p. 5).

Essa definição coloca a violência como uma ação deliberada que alguém imprime contra si mesmo, contra outra pessoa ou ainda, contra um grupo ou uma comunidade, usando-se da força física ou do poder que resulte em prejuízo, morte dano físico ou psicológico, ou ainda privação. Minayo (2005) ressalta a importância de se acrescentar a essa concepção a negação e a omissão como formas de violência, entendidas como ausência de proteção e cuidados.

Fernandez, Tavares e Pinheiro (2016) afirmam que a violência contraria tudo aquilo que se concebe como ser humano, ou seja, agride a dignidade e o valor do outro, nega-lhe o respeito à vida. Para as autoras “violência significa violação, desrespeito, repressão, autoritarismo, coerção, arbitrariedade. E esta perpassa as relações pessoais, sociais, políticas e tem profundos impactos para o indivíduo, a família, a sociedade e o Estado” (p. 85).

Minayo (2005) destaca que é em contextos de escassez de oportunidades e perspectivas, especialmente vivenciadas pela juventude desejosa do consumo de produtos e serviços e com poucas chances de ascensão social, que a violência cresce, principalmente em sua expressão de criminalidade nas regiões metropolitanas.

Levando-se em consideração a complexidade da problemática, o enfrentamento à violência deve seguir uma abordagem de viés interdisciplinar e intersetorial, apropriando-se dos conhecimentos científicos disponíveis, relacionando segurança, saúde e desenvolvimento econômico, social e cultural.

O Relatório Mundial da Saúde (2002) propõe uma tipologia para a compreensão da violência levando em consideração o autor da violência, assim, classifica-a em três grandes categorias: Violência dirigida a si mesmo ou autoinfligida, Violência interpessoal e Violência coletiva. Essa tipologia também é seguida pelo Ministério da Saúde (2005).

A violência autoinfligida revela-se em comportamentos suicidas, que vão desde pensamentos até o suicídio finalizado, envolve também comportamentos de automutilação. A violência interpessoal comporta duas subcategorias: violência da família e de parceiro íntimo e violência comunitária. A primeira ocorre, na maioria dos casos, mas não exclusivamente, no contexto familiar, no espaço da casa e, pode se manifestar através de abusos praticados contra idosos e crianças e também através da violência contra o parceiro íntimo; a segunda, violência comunitária, envolve pessoas sem laços de parentesco, podendo ocorrer entre pessoas conhecidas ou não, “inclui violência juvenil, atos aleatórios de violência, estupro ou ataque sexual por estranhos, bem como a violência em grupos institucionais, tais como escolas, locais de trabalho, prisões e asilos” (p. 6).

A violência coletiva é subdividida em violência social, política e econômica e, ocorrem geralmente associadas às relações que levam ao cometimento de atos violentos contra grupos de pessoas ou ao Estado, envolvem guerras, crimes de ódio praticados por grupos organizados, atos de terrorismo, violência do próprio Estado contra grupos e etc.

À classificação feita pela OMS, o Ministério da Saúde acrescenta a violência estrutural, designando “processos sociais, políticos e econômicos que reproduzem e cronificam a fome, a miséria e as desigualdades sociais, de gênero, de etnia e mantêm o domínio adultocêntrico sobre crianças e adolescentes” (2005, p. 25). Essa expressão da violência se mostra mais difícil de ser identificada e quantificada, é resultado e ao mesmo tempo processo de relações estabelecidas historicamente que se perpetuam, ganhando a aparência de natural através da cultura, se expressando através da dominação e de privilégios. Nesse sentido, a violência estrutural é, na maioria dos casos, a geradora das outras expressões da violência.

A violência estrutural está baseada em estruturas de dominação de classe, grupo e do Estado. Geralmente não é percebida pela maioria da população e, é responsável por empurrar um expressivo contingente de pessoas às condições sub-humanas de sobrevivência. É, em

grande medida, a base de outras expressões da violência, especialmente da captação de crianças e adolescentes para o mundo do crime, com o objetivo de envolverem esses sujeitos com o tráfico de drogas e a prática de furtos. Esta ganha mais repercussão diante da sociedade por conta do tempo reservado pela mídia para sua propagação. Dessa forma, crianças e adolescentes são criminalizados pela prática de atos de violência e, esquece-se que estes, na verdade, são resultados da violência estrutural que lhes negou as condições mínimas de sobrevivência.

Na tentativa de caracterizar algumas das mais frequentes expressões da violência, a OMS (2002) a classifica em quatro modalidades: física, sexual, psicológica e envolvendo privação ou negligência. O Ministério da Saúde faz uma classificação semelhante, também com quatro modalidades da violência reconhecidas também como abusos: físico, psicológico, sexual e envolvendo abandono, negligência ou privação de cuidados. Assim, abuso físico estaria relacionado ao uso da força para provocar injúrias, dor, feridas ou incapacidades a outras pessoas (BRASIL apud BRASIL, 2005).

O abuso psicológico refere-se a agressões que vão desde expressões verbais a gestos e atitudes que tenham como objetivo causar terror, rejeição e humilhação. O abuso sexual ocorre através de relações hétero ou homossexuais que envolvem atos e/ou jogos sexuais, cujo objetivo seja a estimulação da vítima para promover excitação sexual, erotismo, pornografia e etc. e, ocorrem através da imposição, do aliciamento ou através da violência física e psicológica. A negligência ou abandono refere-se à ausência ou recusa de cuidados a quem deles necessitam e que é negado por aqueles que possuem a obrigação de provê-los.

Minayo (2001), discutindo sobre a violência contra crianças e adolescentes e sua relação com a saúde, afirma que no Brasil, estes sujeitos são atingidos por três expressões da violência: a violência estrutural, a violência social e a violência delinquencial. A primeira se expressa através do trabalho infantil, crianças morando nas ruas e em instituições fechadas; a segunda, na maioria dos casos ocorre no espaço doméstico; e terceira tem as crianças e adolescentes como seus atores.

Para a autora, a violência estrutural atinge crianças e adolescentes através de decisões históricas, econômicas e sociais que comprometem o pleno desenvolvimento e crescimento desses sujeitos. Sua maior expressão se mostra no contingente de crianças e adolescentes que vivem em condições de pobreza, isso influencia direta e indiretamente em outra expressão da violência estrutural: precária situação educacional, materializada pelo analfabetismo e analfabetismo funcional. Outra expressão dessa violência refere-se a forma como os instrumentos da mídia tratam a violência, geralmente banalizando-a, através de cenas de

agressões e mortes muito presente em filmes e séries que atraem principalmente o público adolescente e jovem. A mídia tem contribuído também com a discriminação ao associar a figura do jovem negro e morador da favela às cenas de violência, estimula também o consumo, o que pode ser um dos requisitos para jovens cometerem pequenos delitos, como furto para possuírem o poder de compra.

A autora enfatiza que a violência estrutural tem formas-limite de manifestação, das quais ela elegeu três: "meninos e meninas de rua"⁵; os "meninos e meninas trabalhadores" e as "crianças e adolescentes institucionalizados" (p. 94). No primeiro caso, os fatores que mais contribuem para que meninos e meninas vivam sobre os riscos e perigos que as ruas oferecem são a miséria e a violência no contexto familiar. A segunda forma de violência resultante da violência estrutural é a exploração do trabalho de crianças e adolescentes, que veem que a imagem de criança e adolescente feliz, com brinquedos e acesso à educação de qualidade e na idade certa não é para todos. A terceira forma da violência estrutural é a institucionalização de crianças e adolescentes, resultado do abandono ou por ressocialização. A autora resgata a história das instituições que no Brasil foram responsáveis por atender esses sujeitos, reforça que estas sempre foram marcadas pela ineficácia, incompetência, privação de liberdade e uso da violência.

Outra forma de violência, de acordo com Minayo (2001), é a violência intrafamiliar, que segundo a autora acontece na esfera privada e geralmente a classificam em quatro expressões, consideradas mais visíveis, destacadas no quadro a seguir:

Nº	Expressões da Violência Intrafamiliar	Descrição
1	Violência Física	Uso da força física contra a criança e o adolescente, causando-lhes desde uma leve dor, passando por danos e ferimentos de média gravidade até a tentativa ou execução do homicídio (p. 96)
2	Violência Sexual	Se configura como todo ato ou jogo sexual, relação hetero ou homossexual entre um adulto (ou mais) em uma criança ou adolescente, tendo por finalidade estimulá-los sexualmente e obter estímulo para si ou outrem (GUERRA; DESLANDES apud MINAYO, 2001). (p. 97)
3	Violência Psicológica	Também denominada tortura psicológica, ocorre quando os adultos sistematicamente depreciam as crianças, bloqueiam seus esforços de auto estima e realização, ou as ameaçam de abandono e crueldade (p. 97).

⁵ Atualmente o termo utilizado é pessoa em situação de rua, conforme previsto na Política Nacional para a População em situação de Rua.

4	Negligência	Elas representam uma omissão em relação às obrigações da família e da sociedade de proverem as necessidades físicas e emocionais de uma criança. (p. 97).
---	-------------	---

Quadro 04: Expressões da Violência Intrafamiliar

Fonte: Minayo, 2001.

A autora sinaliza que essas expressões da violência encontram no o lar o espaço privilegiado para fazer suas vítimas, mas lembra também que as ruas e os espaços institucionais podem ser ambientes propícios à violência. Essas expressões mostram que “os lares não são tão sagrados quanto parecem, embora várias experiências mostrem que são espaços passíveis de intervenção para mudanças” (p. 98).

Em relação aos agressores e as consequências dessas expressões da violência, Minayo (2001) afirma que a violência física pode resultar em lesões abdominais, oculares e auditivas, mutilações, fraturas, traumatismos cranianos, queimaduras, invalidez e até a morte e tem como principais agressores os pais, parentes e conhecidos. A violência sexual pode gerar gravidez precoce e indesejada, abortos, saída do lar, especialmente por parte das meninas. Tem como agressores o pai, padrasto, pessoas conhecidas e próximas da família.

A violência psicológica, na maioria dos casos, tem os pais como agressores, que tratam as crianças e adolescentes como lhes apraz, acreditando que o abuso psicológico tem uma dimensão pedagógica, podendo ser usado na educação dos filhos. A autora ressalta que essa forma de violência é vista como a promoção da educação com rigor, e causa efeitos perversos no desenvolvimento de suas vítimas.

Em relação à omissão, pontua que se manifesta através do descuido irresponsável com as necessidades das crianças e adolescentes. Essa violência pode corre através da falta de alimentação, vestimentas, do descuido com a saúde e educação. A autora chama a atenção para que a análise dessa manifestação da violência leve em consideração se esta é resultado de descuidos ou é expressão da miséria vivenciada pela família.

Finalizando a discussão sobre as expressões da violência, Minayo (2001), traz a violência praticada por crianças e adolescentes, especialmente estes últimos, denominando-a de delinquência, enfatizando que a mídia nacional e internacional tem dado mais destaque a essa expressão da violência. A autora traz dados nacionais e internacionais, cita pesquisas realizadas no país que retratam que a maioria dos adolescentes que praticam a violência são do sexo masculino, vivem em condição de pobreza e frequentemente sofrem com o preconceito. Ressalta que a delinquência é resultante da desigualdade que atravessa a sociedade brasileira e defende que essa expressão da violência não pode ser tratada desligada da violência estrutural. Enfoca que nos grandes centros urbanos do país, o tráfico de drogas é

considerado uma alternativa à exclusão de um expressivo contingente de jovens pobres e de pouca instrução. Enfatiza que a delinquência não é exclusividade do Brasil, países como Os Estados Unidos sofrem também com essa problemática.

Num estudo realizado pelo CECRIA em parceria com o Ministério da Justiça, o relatório enfatiza a relação íntima entre a violência física, sexual e psicológica que atinge o público infantojuvenil com as relações econômicas, de gênero, raça e cultural. Ressalta ainda algumas das consequências dessas expressões da violência:

A violência física se manifesta na produção de um dano material ao corpo e às condições de sobrevivência da pessoa implicando exploração, tráfico e maus-tratos. A violência psicológica traz danos morais, traumas gerados pela sedução, pelos toques, pela ameaça, pela tortura. A violência sexual se traduz no abuso, no incesto, no estupro trazendo, evidentemente, consequências físicas e psicológicas graves (CECRIA, 1997, p. 4).

Qualquer que seja a expressão da violência sempre provocará consequências que dependerão do contexto em que foi praticada, das características da vítima e do agressor, do grau de proximidade ou parentesco entre agressor e vítima, das condições, estratégias e suportes para o enfrentamento da violência e do acompanhamento da vítima. Essas consequências aparecerão em menor ou maior grau, podendo ser mais presentes logo após a agressão cometida ou acompanhar a vítima no decorrer de sua vida, podendo levar vários anos. Diante disso, é necessário que sejam oferecidas condições para que as vítimas superem os traumas. Também é essencial que o agressor seja responsabilizado e acompanhado por uma equipe de profissionais que contribua para que esse sujeito tome consciência de que seu ato é criminoso e que causou dano à vítima.

Faleiros (1998) afirma que a violência ocorre numa relação que envolve poderes e dominação, resultando em dano físico, psicológico e/ou moral, no caso de crianças e adolescentes, essa relação é sempre desvantajosa para estes e vantajosa para o agressor adulto. O autor ainda ressalta que sua concepção acerca da violência não a compreende como atos resultantes de doenças psicologizantes, mas como resultado de relações permeadas e influenciadas pela cultura, comportando o imaginário e as normas de um povo.

Retratando as expressões da violência que atinge crianças e adolescentes, Saffioti (2007) faz menção do poder que permeia as relações sociais, especialmente entre adultos e crianças, homens e mulheres, brancos e negros e ricos e pobres. Ressalta que existem duas modalidades de poder: o grande ou macro que se refere a concentração de renda, ou seja, possui o grande poder a pessoa que é rica, e o micro poder, que representa pequenas parcelas de poder distribuídos àqueles que não possuem o macro, ou seja, as pessoas de baixa renda.

É essa última forma de poder que influencia as relações cotidianas, imprimindo características que determinam posições na sociedade e no âmbito privado. A autora ressalta que na sociedade ocidental, e especialmente na brasileira, além da dominação-exploração exercida pela classe dominante sobre a dominada também estruturam a sociedade o patriarcado e o racismo. Assim, aos homens cabe dominar e determinar o lugar das mulheres e ao branco se sentir superior ao negro. Nessas relações, o “poder define-se como macho, branco e rico” (p. 16); [...] “e o último lugar é ocupado pela mulher negra, pobre e criança” (17).

É sobre esses princípios estruturadores que Saffioti introduz a *síndrome do pequeno poder* que se refere a pequenas parcelas de poder exercidas justamente por aqueles que não detêm o macro poder. Essa síndrome faz com que pessoas que são subjugadas em alguma circunstância sintam a necessidade de subjugar alguém que pode estar numa condição inferior a sua. Assim, o funcionário que é subjugado por seu chefe pode exercer seu “pequeno poder” contra sua esposa e/ou filhos. A mulher que é alvo de violência do marido pode exercer seu “pequeno poder” sobre seus filhos crianças e etc. Segundo a autora em inúmeras situações podem aparecer o exercício poder, sendo diversas as possíveis combinações. Entretanto, em relação às crianças, estas sempre estarão em desvantagem, pois dificilmente poderão exercer algum poder sobre alguém, elas estão no último degrau da escala.

É nessas circunstâncias que crianças e adolescentes são alvos da violência, tendo em vista que a “vitimização de crianças constitui fenômeno extremamente disseminado exatamente porque o agressor detém pequenas parcelas de poder, sem deixar de aspirar ao grande poder – síndrome do pequeno poder” (p. 17). Saffioti destaca que a síndrome do pequeno poder ocorre nas relações interpessoais e “miúdas”, tendo a estrutura social como fornecedora de todos os elementos necessários ao exercício desse “pequeno poder”.

Azevedo e Guerra (2007), em relação as formas de violação dos direitos de crianças e adolescentes, usam os termos vitimação e vitimização para classificar as expressões da violência que atingem esse público. O processo de vitimação está relacionado com a violência estrutural e suas consequências sobre as crianças e adolescentes, envolve a vulnerabilidade que vivenciam por conta da desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida. A classificam como de alto risco por conta desses sujeitos terem a “alta probabilidade de sofrer, cotidiana e permanentemente, a violação de seus direitos humanos mais elementares: direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à segurança, ao lazer etc” (p. 26).

Outra classificação usada pelas autoras refere-se às crianças em estado de sítio, usada para denominar a violência presente nas relações interpessoais entre adultos e crianças,

mediadas pela assimetria e pelo poder existente entre ambos, numa relação em que o centro é a pessoa adulta. Nesse contexto, é que se torna possível a compreensão da vitimização.

A vitimização – enquanto violência interpessoal – constitui uma exacerbação desse padrão. Pressupõe necessariamente o abuso, enquanto ação (ou omissão) de um adulto, capaz de criar dano físico ou psicológico à criança. Por essa razão costuma-se considerar abuso-vitimização como as duas faces da mesma moeda de violência (AZEVEDO; GUERRA, 2007, p. 35).

Nos casos de abuso-vitimização de crianças e adolescentes, ocorre, segundo as autoras, um processo que transforma e reduz as vítimas em objeto de maus-tratos, e se apresenta em três formas: abuso-vitimização física, abuso-vitimização psicológica e abuso-vitimização sexual. O primeiro se refere ao abuso físico, ou seja, a violência física e também a negligência, em sua análise leva em consideração a “intenção do agente que o pratica, o efeito do ato sobre quem o recebeu, o julgamento de valor de um observador sobre o ato e a fonte do critério para o julgamento” (p. 36).

O segundo, também conhecido como “tortura psicológica”, envolve situações que depreciam, diminuem ou bloqueiam crianças e adolescentes promovendo com isso sofrimento mental, e se apresenta na forma de negligência afetiva e rejeição afetiva. “A negligência afetiva consiste numa falta de responsabilidade, de calor humano, de interesse para com as necessidades e manifestações da criança. A rejeição afetiva caracteriza-se por manifestações de depreciação e agressividade para com a criança” (p. 41).

A terceira forma de abuso-vitimização refere-se a violência sexual, entendida como “todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança menor de 18 anos, tendo por finalidade estimular sexualmente a criança ou utilizá-la para obter estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa” (MYRE apud AZEVEDO E GUERRA, 2007, p. 42). As autoras deixam clara a dificuldade de se precisar um conceito para essa manifestação da violência, e o conceito que utilizam tem suas limitações e não comporta todas as formas de violência sexual, como por exemplo, as que ocorrem entre adolescentes ou crianças mais velhas com crianças mais novas e imaturas.

De acordo com Azevedo e Guerra (2007), essas três modalidades de abuso-vitimização têm em comum algumas características básicas, defendidas por autores nacionais e internacionais que discutem a temática:

Trata-se de um fenômeno que não é caudatário do sistema de estratificação social e do regime político vigente numa dada sociedade [...] ; - trata-se de um fenômeno que, embora não se restrinja ao lar, tem nele sua origem e sua ecologia privilegiada; trata-se de um fenômeno que pode reproduzir-se em termos de um verdadeiro ciclo

de violência; trata-se de um fenômeno que, embora vitimize meninos, tem na mulher-criança sua vítima mais frequente [...] (p. 43).

Ou seja, essas formas de violência não respeitam as divisões entre classes, atingem crianças e adolescentes, independente do grau de recursos financeiros. Ocorrem predominantemente nos espaços permeados pelas relações familiares, e deixam clara a influência da cultura de gênero e o padrão adultocêntrico quando atinge em sua maioria meninas.

As autoras finalizam a discussão pontuando três aspectos. No primeiro defendem que tanto a vitimação quanto a vitimização são formas de violência que podem ocorrer nas relações de classes ou interpessoais. Concebem a violência como “conversão de uma diferença e de uma assimetria, numa relação hierárquica de desigualdade, com fins de dominação, de exploração e de opressão. Isto é, a conversão dos diferentes em desiguais e a desigualdade em relação entre superior e inferior” (. 46). A violência também é entendida como ações que tomam os sujeitos como coisas, desconsiderando sua liberdade de escolha, de decidir, de agir e etc. Nesse sentido, enfatizam que a violência ocorre através de relações de poder, permeadas pela dominação e pela coisificação. O segundo aspecto defendido pelas autoras enfatiza que o enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes deve combater tanto a vitimação quanto a vitimização. E no terceiro e último aspecto, ponderam que os dois primeiros são formas inaceitáveis de causar “a erosão da infância”.

Faleiros (2000) destaca que as discussões teóricas em torno da questão da violência tendem a dividi-la e classificá-la em violência física, psicológica, sexual, estrutural e institucional. A autora entende que essa divisão ocorre por conta da preocupação em promover a compreensão das principais formas de manifestações da violência. Entretanto, enfatiza que as diferentes formas de violência nas situações concretas não se excluem, pelo contrário, na maioria dos casos se dão de maneira concomitante. Descreve que nos casos de violência física pode ocorrer também a violência psicológica, que também podem ser violência institucional e estrutural. No caso da violência sexual, geralmente ela também envolve violência física e psicológica.

O ECA prevê, em seu artigo 5º, que “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (BRASIL, 1990). Nesse artigo, há o entendimento de que a violência pode se manifestar de diferentes formas, podendo provocar danos físicos ou psicológicos e, que independente da forma como se manifesta, trata-se de violação de direitos e, portanto, é

considerada crime passível de responsabilização. O mesmo instrumento legal na tentativa de coibir o uso da violência no processo educativo de crianças e adolescentes, em seu artigo 18, prevê que:

A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014).

Feita essa breve discussão acerca da violência de modo geral e algumas de suas expressões que mais atingem crianças e adolescentes, parte-se para a discussão acerca da violência sexual, entendendo que, conforme sinaliza Eva Faleiros (2000), “a categoria violência é um elemento constitutivo/ conceitual, e portanto explicativo, de todas as situações em que crianças e adolescentes são vitimizados sexualmente” (p.8). Ou seja, a categoria violência é a raiz sobre a qual suas diferentes expressões se sustentam e, é a partir dela que se deve discorrer sobre a violência sexual contra o público em questão neste trabalho.

2.2 VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Crianças e adolescentes, devido sua condição peculiar de sujeitos em desenvolvimento, são pessoas mais suscetíveis à violência, principalmente nas sociedades onde o há o domínio do padrão adultocêntrico que estabelece a superioridade dos adultos em relação às crianças e adolescentes. Estudos ao longo da história sobre a violência contra esse público revelam que a preocupação com essa problemática é recente, e ao longo dos anos vem ganhando a atenção da mídia, de pesquisadores, de instituições filantrópicas dentre outros.

Apesar do recente interesse pelas questões relacionadas à violência sexual contra crianças e adolescentes, essa problemática é antiga. Vitiello (2007) enfatiza que na “Grécia Clássica e em Roma, era comum o coito anal entre professores e alunos, havendo mesmo aprovação da comunidade para a manutenção de prostíbulos em que meninos escravos eram usados para satisfação sexual” (p. 124). O autor também ressalta que ainda nos dias atuais, apesar dos avanços no tocante a essa temática, algumas vítimas evitam tornar conhecidas as agressões por medo e vergonha, pelas repercussões familiares, profissionais e sociais.

Por ser uma problemática que não está restrita a limites territoriais, a violência sexual em Parintins também tem feito muitas vítimas, sendo cada vez mais frequente o número de

casos que são denunciados. Entretanto, inúmeros desafios ainda se impõem para um enfrentamento efetivo dessa problemática, que é objeto desta discussão.

Para a compreensão acerca da violência sexual que atinge crianças e adolescentes é necessário levar em consideração os valores, interesses e contradições que permeiam a sociedade como um todo. É nesse sentido que Saffioti (2007) afirma que a sociedade ocidental é androcêntrica e adultocêntrica, ou seja, permeada por relações de poder que colocam o homem adulto em um patamar mais elevado que mulheres, crianças e adolescentes. Apesar da mulher, em relação às crianças que são destituídas de qualquer poder, terem algum poder, este sempre será inferior ao exercido pelo homem.

Nessa lógica, a autora ressalta que a educação contribui para a perpetuação desses valores e aguça ainda mais o poder e o prestígio exercido pelo homem adulto. Andar na contra mão disso é um desafio. Nesse padrão imposto pela sociedade, a socialização da mulher e do homem caminham em direções opostas, valores e princípios são internalizados ao longo do desenvolvimento de meninos e meninas que passarão a exercer papéis e funções determinadas culturalmente.

O homem é socializado para externar sua agressividade. Assim como a suavidade é valorizada na mulher, a agressividade aumenta, segundo a ideologia machista, a virilidade do homem. Deste modo, ser violento constitui uma característica do macho, pois ele está sempre na posição de caçador, daí decorrendo o uso da violência, isto é muito mais verdadeiro para o adulto masculino (p. 57).

Desse modo, os comportamentos exercidos por homens e mulheres espelham os valores defendidos e disseminados pela sociedade. Assim, espera-se da mulher comportamento dócil e gentil, determinando inclusive seu espaço no mercado de trabalho voltado para funções como cuidar de idosos, crianças, empregadas domésticas e etc. Esse contexto se reflete nos dados disponíveis sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes, que tem como agressor mais frequente o homem, sendo menos frequente a prática dessa agressão por mulheres (SAFFIOTI, 2007).

Nessa dinâmica, ao homem é conferido o poder e a autoridade, exercidos especialmente no ambiente doméstico, que “lhe permite estuprar sua esposa, quando esta não apresenta disposição para o ato sexual, assim como a esposa do amigo, a jovem, a adolescente, a púbere, a menina, o bebê, a velha, a bonita, a feia, a saudável, a doente” (SAFFIOTI, p. 57). Também no contexto doméstico, o homem como autoridade máxima, envolvido pela cultura machista que lhe inculca a postura de caçador diante das mulheres,

pode ver a filha como presa, como caça, tornando o ambiente do lar um espaço propício ao incesto.

Para Cohen (2011), o incesto é concebido,

[...] como um abuso sexual intrafamiliar com ou sem violência explícita, caracterizado pela estimulação sexual intencional por parte de algum dos membros do grupo que possui um vínculo parental pelo que lhe é proibido o matrimônio. Por tanto, as características do incesto são: o abuso sexual e o vínculo familiar (p. 224).

O autor afirma que relações incestuosas promovem mudanças nas funções familiares, o que pode ocasionar confusão de sentimentos e de papéis entre os sujeitos envolvidos, principalmente da vítima. No caso de incesto pai-filha, há, às vezes, o consentimento da mãe que passa a ver a filha como alguém que disputa a atenção e o carinho do marido. Nesses casos, a filha passa da situação de filha para a de esposa ou de amante e, às vezes, também assume as atividades domésticas e o cuidado das crianças, no caso seus irmãos, como se fosse a esposa.

O incesto pai-filha é o mais frequente, mas também pode ocorrer incesto entre irmãos de sangue ou adotivos, entre avós-netos, sobrinhos-tios e etc. Entender a motivação dessas relações complexas é um desafio, algumas sofrem influências diretas do patriarcado, quando, por exemplo, o pai abusa sexualmente da filha tendo como discurso o de ser o primeiro a usá-la por estar promovendo o seu sustento. No caso entre irmãos, pode ser motivado pela dificuldade de relacionamento sexual com outras pessoas, vendo a irmã como presa fácil à sua satisfação sexual. Pode ainda ter relações diretas com a pedofilia, sendo a criança no ambiente doméstico a pessoa mais vulnerável a sofrer violência. Inúmeras podem ser as motivações que levam ao incesto, entretanto, vale lembrar que, dependendo do grau de parentesco entre as pessoas envolvidas e da idade dos mesmos, pode ser considerado crime.

Fernandez (2012), retratando as influências da estrutura social na prática da violência sexual infantojuvenil, ressalta a necessidade de se compreender o cenário sociopolítico em que ocorre essa agressão, pois este reflete a condição de inúmeras crianças e adolescentes que convivem com a negação de seus direitos. Nesse sentido, crianças e adolescentes oriundas de classe social menos favorecida, têm mais chances de serem vítimas de certas expressões da violência, assim como meninas são frequentemente mais atingidas pela violência sexual em comparação aos meninos.

Esse cenário também é reforçado pelas questões raciais, que expõe um contingente expressivo de crianças negras às mais diversas expressões da violência em relação às crianças brancas. A autora destaca que o entendimento sobre o que se configura como violência, e

violência sexual, dependerá do momento histórico, da cultura e da sociedade em questão. Ou seja, qualquer tentativa de interpretação será sempre restrita e aproximada ao fato. As diferenças regionais também influenciam a frequência dessa agressão, assim norte e nordeste devido as diferenças em relação ao desenvolvimento econômico de outras regiões do país, oferece condições mais propícias à negação da cidadania de crianças e adolescentes.

Faleiros (2002), afirma que a violência sexual é uma agressão grave por envolver a intimidade e, quando ocorre contra crianças e adolescentes se torna muito mais grave e complexa, especialmente quando se dá por um longo período ou envolve a exploração sexual comercial. A autora reforça que na tentativa de conceituar a violência sexual contra crianças e adolescentes deve-se levar em consideração que esta violação,

- deturpa as relações sócioafetivas e culturais entre adultos e crianças/adolescentes ao transformá-las em relações genitalizadas, erotizadas, comerciais, violentas e criminosas;
- confunde, nas crianças e adolescentes violentados, a representação social dos papéis dos adultos, descaracterizando as representações sociais de pai, irmão, avô, tio, professor, religioso, profissional, empregador, quando violentadores sexuais; o que implica a perda de legitimidade e da autoridade do adulto e de seus papéis e funções sociais;
- inverte a natureza das relações adulto/criança e adolescente definidas socialmente, tornando-as desumanas em lugar de humanas; desprotetoras em lugar de protetoras; agressivas em lugar de afetivas; individualistas e narcisistas em lugar de solidárias; dominadoras em lugar de democráticas, dependentes em lugar de libertadoras, perversas em lugar de amorosas, desestruturadoras em lugar de socializadoras; - confunde os limites intergeracionais (2000, p. 10).

Essa forma de agredir a integridade física e psicológica de crianças e adolescentes causa várias confusões de papéis, do que é certo ou errado, de valores e princípios, de relacionamentos, de como viver a sexualidade. É uma forma de ensinar “errado” as formas de relacionamentos entre adultos e crianças/adolescentes, entre pessoas que deveriam protegê-las e se tornam seus algozes. A relação também é perversa, além de provocar inúmeras confusões e entendimentos equivocados, geralmente provoca consequências que irão acompanhar os sujeitos vitimizados ao longo de suas vidas. No contexto dos valores e princípios defendidos historicamente pela sociedade brasileira, meninos e meninas que sofreram violência sexual, por vezes, sofrem com o preconceito e a discriminação e, ainda, em muitos casos, são culpabilizados pela violência sofrida.

Fernandez (2012) defende que a violência sexual por conta de sua complexidade, ambiguidade e contradições, comporta várias dimensões, dentre as quais destaca cinco: estrutural, cultural, legal, ética e política. A dimensão cultural refere-se às distinções e delimitações postas historicamente entre homens e mulheres, ou seja, tem relação íntima e direta com as questões de gênero. Os valores e princípios defendidos pela sociedade atual

carregam diferenças socialmente determinadas entre homens e mulheres, como exemplo, a divisão sexual do trabalho que marca o espaço do homem no mercado, no âmbito público, e a mulher limita o espaço doméstico, privado.

Essas diferenças também regem as relações sexuais, do homem espera-se a virilidade, um ser ativo e dominador no ato sexual. À mulher é determinado o papel de sujeito passivo e objeto de desejo masculino, podendo inclusive ter seu corpo explorado sexualmente através da pornografia e etc. Essas relações são expressões da violência simbólica, que é responsável por determinar culturalmente e incutir nos sujeitos os papéis que deverão assumir na vida adulta.

A segunda dimensão, histórico-estrutural, tem a ver com a desigualdade social que tem raízes históricas no Brasil, que permite e obriga milhares de crianças e adolescentes a sobreviver em condições indignas, negando a estes direitos básicos, como a liberdade, a integridade, acesso a condições mínimas de sobrevivência e etc. Fernandez (2012) afirma que a desigualdade econômica e social obriga crianças e adolescentes a aceitarem ser explorados sexualmente por não terem outra oportunidade.

Apesar das garantias jurídicas e a própria sociedade considerar a violência sexual como crime, a violência estrutural nem sempre é percebida pela maioria da população. Mas esta é a responsável por empurrar um expressivo grupo de crianças e adolescentes a contextos de vulnerabilidade social, inclusive às zonas de exploração sexual comercial infantojuvenil.

Outra dimensão que permeia a violência sexual é a dimensão ética. Para Fernandez (2012), em relação à violência sexual, conta-se com duas éticas: uma que defende os princípios e valores do mercado; a outra refere-se aos princípios e valores voltados para o ser humano. A primeira defende os interesses do mercado, cria, incentiva e dá condições para a mercantilização do sexo. Na difusão desses valores faz-se uso da mídia, que é responsável por incentivar e disseminar o desejo de compra e venda no mercado do sexo. Assim, é exigido da mulher que torne seu corpo desejável, de acordo com os padrões impostos, ou seja, uma mercadoria capaz de despertar interesse e que gere lucro, objeto de desejo e satisfação sexual. Esse mercado pode ocorrer de maneira legal ou ilegal, envolve pessoas adultas ou crianças e adolescentes. Atua na maioria dos casos em rede, e estabelece categorias de preços, locais onde funcionam a comercialização do corpo e etc.

O conjunto de valores e princípios que anda na contramão do mercado do sexo é aquele relacionado aos direitos humanos, que recusa à exploração sexual. É pautado nas conquistas internacionais no campo dos direitos, segue as normas e legislações nacionais e internacionais, posiciona-se contra qualquer forma de violação de direitos.

A dimensão jurídica reúne o conjunto de documentos nacionais e internacionais que, construídos ao longo dos anos, contribuem com a proteção social voltada para crianças e adolescentes. Dentre esses documentos, a autora destaca no âmbito internacional a Declaração de Genebra (1924); a declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); a Declaração dos direitos da Criança (1959); Convenção sobre os Direitos da Criança (1989). São documentos dos quais o Brasil é signatário e tem servido de orientação para a construção de políticas públicas voltadas ao segmento infantojuvenil.

No Brasil, especialmente a partir da década de 1980, a luta de movimentos sociais, ONGs e outros segmentos engajados com as questões relacionadas às crianças e adolescentes contribuíram decisivamente para a construção e o avanço da proteção social direcionada às crianças e adolescentes. Os instrumentos jurídicos que mais se destacam são a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990). Também compõem o aparato jurídico as mudanças no Código Penal Brasileiro, especialmente em relação aos crimes cometidos contra a dignidade sexual, e a construção e implementação de políticas sociais como a Política Nacional de Assistência Social, Política de Saúde, e a Política de Educação, dentre outras. Essas conquistas deixam claro o posicionamento do Estado em relação ao público infantojuvenil e especialmente em relação à violência sexual contra esses sujeitos.

A última dimensão retratada pela autora é a participação política ativa da sociedade civil organizada, cobrando do Estado e sugerindo ações, programas e políticas que estejam sintonizadas com as demandas de crianças e adolescentes. Essa participação política foi possível a partir da luta pela redemocratização do país, o que contribuiu para a construção de uma mentalidade de participação ativa nos ambientes de deliberações das políticas públicas. Esse processo revela a necessidade da relação entre o Estado e sociedade civil no processo de organização, formulação e implementação das políticas.

Um estudo realizado pelo CECRIA (1997) também sinaliza algumas dimensões que devem orientar a compreensão da violência contra crianças e adolescentes, mais especificamente o abuso sexual, a exploração sexual e os maus-tratos. A primeira dimensão toma como questão o fato de a maioria dos casos de abuso sexual serem praticados por algum membro da família da vítima, favorecendo, desse modo, a expulsão de crianças e adolescentes para as ruas, ambiente que pode levar as vítimas à prostituição.

A segunda dimensão faz referência às crianças e adolescentes que são mantidas praticamente em cárcere privado, sendo exploradas sexualmente em ambientes como garimpos, principalmente na região norte, sendo geralmente vítimas de tráfico humano para

fins de exploração sexual comercial, são vendidas, leiloadas, especialmente as que são virgens. Essa realidade é ilustrada no filme brasileiro “Anjos do Sol”, dirigido por Rudi Lagemann, lançado em 2006. A terceira dimensão descreve a situação de exploração sexual em que crianças e adolescentes em situação de rua se submetem em troca de sustento, atenção e afeto, sendo essa realidade mais frequente nos grandes e médios centros urbanos.

A quarta dimensão diz respeito ao turismo sexual e à pornografia, mais frequentes nas regiões litorâneas do país, e contam com uma rede altamente organizada que envolve agências de turismo, hotéis, taxistas dentre outros. É muito presente na região nordeste, e as vítimas geralmente são de famílias pobres, do sexo feminino e negras. A quinta e última dimensão, também tem relação com o turismo, mas neste caso com o náutico. É mais presente na região norte, nas fronteiras da região centro-oeste e em cidades portuárias. Nesses locais, a exploração sexual de crianças e adolescentes visa atender a tripulação de navios cargueiros, mas atende também a população local, especialmente em áreas ribeirinhas.

Essas dimensões discutidas no relatório do CECRIA (1997) e por Fernandez (2012) sintetizam os principais elementos que permeiam a violência sexual contra crianças e adolescentes. Assim, essa violação compreende tanto fatores mais interpessoais quanto estruturais, como as relações familiares na maioria dos casos de abuso sexual, situação que pode gerar a expulsão das vítimas para as ruas, e a exploração sexual que é tencionada pelas precárias condições de vida de inúmeras famílias que sofrem com a pobreza no Brasil. Deixa claro também que essa problemática atravessa o país, e que a exploração sexual pode ganhar características singulares dependendo da região ou local em que ocorre.

Qualquer situação de violência contra qualquer ser humano é altamente prejudicial, podendo causar danos irreparáveis físicos e psicológicos. A violência sexual contra crianças ou adolescentes é uma forma de negar o pleno desenvolvimento desses sujeitos, de marcá-los em sua sexualidade, de negar a eles o direito de conhecerem a relação sexual de maneira livre, com responsabilidade e respeito.

É importante lembrar que a violência sexual, na maioria dos casos, ocorre em rede, seja no ambiente doméstico contanto com o silêncio e omissão de algum membro da família, ou, quando é extrafamiliar com o apoio e a cumplicidade de sujeitos pertencentes a instituições públicas ou privadas envolvidos principalmente na exploração sexual comercial. Diante da complexidade dessa violação, seu enfrentamento não deve ocorrer de forma isolada, necessita da articulação e fortalecimento das relações entre Estado e sociedade, promovendo o engajamento de todos, cabendo ao primeiro criar estruturas para o enfrentamento da questão e permitindo e garantindo que a sociedade participe realizando as denúncias e também atuando

ativamente da construção de propostas, especialmente, durante as conferências das políticas setoriais.

A organização e mobilização da sociedade civil também se faz necessária para promover pressão sobre o Estado, obrigando este a pensar alternativas para atender as demandas postas. Nesse processo, esses entes podem em alguns momentos estarem aliados e em outros estarem em lados opostos.

Diante da visibilidade nacional e internacional que a problemática da violência sexual tem ganhado, no Brasil especialmente a partir da década de 1990 e, também devido aos esforços de movimentos sociais e ONGs que levantam essa bandeira, vários avanços e conquistas em relação ao combate a essa problemática têm sido conquistados. Um deles refere-se à construção do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, para o qual a violência sexual é entendida como “todo ato, de qualquer natureza, atentatório ao direito humano ao desenvolvimento sexual da criança e do adolescente, praticado por agente em situação de poder e de desenvolvimento sexual desigual em relação à criança e adolescente vítimas” (2013, p. 22). A violência sexual é qualquer prática, ação que constrange, obriga, induz, alicia a criança e/ou adolescente a praticarem, assistirem atos sexuais ou terem partes do seu corpo manipulados por algum adulto ou pessoa mais velha com a intenção de satisfação sexual.

Em relação às expressões da violência sexual, o plano adota a classificação do III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes que classifica essa violência em duas modalidades: abuso e exploração sexual. Entre os autores que discutem a temática, essa classificação não é unânime. Eva Faleiros (2000) sinaliza o cuidado que se deve ter em classificar a violência sexual como abuso e exploração sexual. Destaca que todas as formas de violência sexual são abusivas e violentas, inclusive as mediadas por dinheiro ou troca de favores. Assim, fica difícil delimitar o que é abuso e o que é exploração sexual. A autora defende ainda que as tentativas de conceituação e designação das expressões da violência sexual devem ter como critério a natureza da relação em cada cenário que ocorre.

Neste trabalho, entendendo os riscos e a complexidade da questão optou-se por usar o conceito de violência sexual e suas formas de manifestação defendidos no Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes de 2013. A escolha se dá por entender que este documento representa uma tentativa formal de facilitar o entendimento e a compreensão sobre a problemática a nível nacional e, que comporta elementos claros e objetivos que simplificam a conceituação e caracterização da violência

sexual. Também é um documento que busca orientar as políticas, programas e projetos voltados para o atendimento das vítimas, responsabilização do agressor e prevenção dessa violação.

A escolha também entende que ele está em sintonia com alguns referencias internacionais voltados para o público infantojuvenil, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959), a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) e adota a terminologia usada no III congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Guarda ainda sintonia com a Constituição Federal (1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e com as recentes alterações do Código Penal Brasileiro, especialmente em relação aos crimes contra a dignidade sexual previstos na Lei 12.015, de 2009.

Tendo esse entendimento,

[...] o abuso sexual deve ser entendido como uma situação de ultrapassagem (além, excessiva) de limites: de direitos humanos, legais, de poder, de papéis, do nível de desenvolvimento da vítima, do que esta sabe e compreende, do que o abusado pode consentir, fazer e viver, de regras sociais e familiares e de tabus. E que as situações de abuso infringem maus tratos às vítimas (FALEIROS, 2000, p. 7).

Fernandez (2007) sinaliza que o termo leva à compreensão de uso errado, excessivo e indevido de algo. Quando o abuso sexual é praticado por um adulto contra uma criança, a autoridade do primeiro é usada indevidamente para fazer sobressair sua a vontade e seu desejo. Ou seja, é uma relação desigual de poder, de grau de conhecimento, de maturidade, de força, de persuasão. Nessa relação, a criança ou o adolescente, está em plena desvantagem de força física e, quando os envolvidos possuem laços de parentesco, a imaturidade emocional e a dependência são elementos que complexificam ainda mais a situação. A autora reitera que:

As relações são abusivas quando se usa da força e do engano para seduzir a criança ou o adolescente para satisfazer os interesses sexuais do adulto ou da pessoa mais velha, independentemente do grau de consciência do abusado/vítima, isto é, esteja este consciente ou não do dano sofrido (p. 50).

É frequente nas defesas de pessoas que são acusadas de abuso sexual o argumento de que foram seduzidas pela vítima. Entretanto, entende-se que a situação é abusiva justamente por que um adulto ou pessoa mais velha que a vítima, através de sua força física, ameaças ou pela sedução submete a criança e ou adolescente para se estimular ou satisfazer-se sexualmente. Acontece através de uma situação de ‘superioridade’, que geralmente é advinda de uma autoridade familiar ou de qualquer outra natureza.

Caracteriza-se essa agressão como abuso porque envolve crianças e adolescentes em atos sexuais, sendo que esses não possuem condições físicas, biológicas e psicológicas para tais práticas. Assim, mesmo que concordem com a relação sexual, esse consentimento não se dá consciente, sendo emocionalmente prejudicial ao público infantojuvenil e geralmente acompanhada de outras agressões.

O abuso sexual contra crianças e adolescentes é uma agressão que envolve uma relação desigual, tanto de poder físico, quanto de conhecimento e maturidade. Recebe a caracterização de intrafamiliar ou extrafamiliar. Faleiros (1998) defende que o abuso sexual é predominantemente intrafamiliar, acontece nas relações mais próximas da criança ou do adolescente. Nessa agressão, ressalta o autor, os abusadores combinam sedução com a ameaça, impondo o segredo aos vitimizados⁶ e às testemunhas com vistas à proteção da “honra” e da subsistência da família, assim a família aparece muitas vezes como protetora do abuso/abusador e não da criança vitimizada. Segundo o autor, quando o abuso é revelado, pode provocar a desestruturação de todo o arranjo perverso e autoritário construído para a preservação do abusador, mas lembra também que essa revelação é difícil por conta do segredo que a envolve.

As crianças e adolescentes que se encontram ou vivenciaram situações de abuso sexual, na maioria dos casos, vivenciam uma dupla vitimização: uma pela pessoa que pratica a violência e a outra por aqueles que conhecem essa realidade e nada fazem para rompê-la. Ao segundo grupo, Eva Faleiros (2000), sinaliza que estes formam uma rede de “silêncio, tolerância, conivência, medo, impunidade, tanto de membros da família, como amigos, vizinhos, colegas de escola, trabalho e lazer, professores, pessoal dos serviços de saúde e de segurança, que protegem o violentador, que não raro mantém outras pessoas sob sua dominação” (p. 15).

É importante lembrar que, por conta dos abusos sexuais serem predominantemente intrafamiliares, podem acontecer em uma única situação ou perdurarem por anos, às vezes, desde a infância da pessoa vitimizada até sua adolescência ou vida adulta, contanto muitas vezes com o próprio consentimentos e o silêncio de membros da família. O livro intitulado *Abuso Sexual Doméstico: Atendimento às vítimas e responsabilização do agressor*, organizado pelo Centro Regional aos Maus-Tratos na Infância – CRAMI (2009), traz vários relatos de vítimas de violência sexual intrafamiliar, alguns tendo como abusador o próprio pai,

⁶Faleiros opta por usar a expressão vitimizado ao invés de vítima por reconhecer no sujeito capacidade de compreensão e reação de uma ou outra forma. Trata-se de um sujeito vitimizado e não de um objeto-vítima.

contanto inclusive com a silêncio da mãe. Alguns dos casos mostram a durabilidade do abuso, iniciando-se na infância e tendo o rompimento próximo ao final da adolescência.

Como assistente social em Parintins, atuando na Coordenadoria de Educação do Estado do Amazonas – CREP/SEDUC, tive a oportunidade de acompanhar alguns casos de violência sexual tendo como vítimas alunos da rede estadual de ensino, dentre os quais o abuso sexual é o mais frequente. Um dos casos aconteceu entre primos, sendo a vítima criança, na época com oito anos, e o abusador adolescente, quase adulto. Os abusos duraram por um ano e, nenhum membro da família percebeu nada, a vítima só teve coragem de contar sobre essa situação aos treze anos por ter sofrido novamente grave violência sexual. Outro caso, refere-se a uma adolescente que desde a infância sofria abusos por parte do padrasto, a mãe da vítima tinha conhecimento dos abusos mas nada fazia por depender financeiramente do marido. O abuso só veio à tona durante a adolescência da vítima. Esses casos foram tomados aqui apenas como exemplos do ciclo do abuso sexual quando ocorre nas relações familiares, é claro que representam apenas a ponta do *iceberg*.

Frente à complexidade que permeia as situações de abuso sexual contra crianças ou adolescentes entre as relações familiares, Fernandez (2012) assevera que a maioria das vítimas são do sexo feminino, pode acontecer em todas as classes sociais, mas os casos que mais veem à tona são de classe social com menor poder aquisitivo, ressalta ainda que:

Quando ocorre o abuso sexual, a vítima é obrigada, constrangida, aprisionada à vontade do agressor, com poucas possibilidades de defesa, tendo em vista que, quando oferece resistência, é geralmente coagida, chantageada, ameaçada a fim de não revelar a violência sofrida. Por ocorrer principalmente em casa, com pessoas próximas ou conhecidas, o problema torna-se invisível ou menos visível possível (p. 54).

No que se refere ao abuso sexual extrafamiliar, este ocorre fora das relações familiares, sendo praticado por alguém que a criança conhece pouco, podendo ser vizinhos, médicos, professores, padres, pastores, dentre outros, ou ainda, por uma pessoa totalmente desconhecida. Ao contrário do abuso sexual intrafamiliar que, por envolver pessoas com laços de parentesco, pode ser de longa duração, o abuso sexual extrafamiliar pode ocorrer numa única situação, como é o caso do estupro, ou também ter uma duração mais longa. Pode ainda envolver a exploração sexual e a pornografia.

Eva Faleiros (2000) pontua que no início da década de 1990, o envolvimento de crianças e adolescentes no mercado do sexo recebia a denominação de prostituição infantojuvenil. A partir de estudos e do conhecimento da realidade, que à medida que o tempo passa se torna mais complexa, foi acrescentada outras formas como o turismo sexual, a

pornografia e o tráfico humano. Os conceitos e termos utilizados divergem de acordo com posições políticas e éticas, o primeiro Congresso Mundial contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças, realizado em Estocolmo em 1996 adotou o termo Exploração Sexual Comercial, termo com o qual este trabalho se identifica.

No Brasil, a partir do trabalho realizado pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da prostituição infantojuvenil em 1993, passou-se a usar o termo exploração sexual infantojuvenil, pois entendeu-se que somente uma pessoa adulta tem autonomia e maturidade para fazer a livre escolha de optar pela prostituição como forma de garantir sua provisão. Crianças e adolescentes não possuem maturidade suficiente para fazer uma escolha livre por esse modo de garantir seu sustento, podem, no entanto, ser induzidas a tal realidade (FIGUEIREDO; BOCHI, s/d).

Leal (2001) também concorda que a exploração sexual comercial envolve a prostituição, a pornografia, o turismo sexual e o tráfico para fins de exploração sexual. Sinaliza que essa forma de exploração existe porque segue as leis do mercado, ou seja, existe a oferta e a procura de mercadorias desse gênero. Nesse mercado, que ocorre em rede, os comercializadores podem ser os pais ou responsáveis legais, pode ocorrer no mercado autônomo, ou pode ter outros sujeitos envolvidos realizando o papel de aliciadores. Os elementos que contribuem para a existência desse mercado envolvem a violência estrutural, a violência interpessoal e social e ainda, está arraigada a um sistema de valores que bebem na fonte do patriarcado, do racismo e da apartação social. Nesse contexto a sexualidade deixa de ser exclusividade da esfera íntima do seio da família e passa a também ser da esfera privada do mercado.

As precárias condições de vida resultantes da pobreza que atinge inúmeras famílias brasileiras pode se configurar como um elemento determinante para a exploração de crianças e adolescentes no mercado do sexo. Famílias que se encontram nessa condição são obrigadas a traçar estratégias de sobrevivência e, nesse processo, crianças e adolescentes são levadas a contribuir com a manutenção da família, podendo assim, ser alvos da exploração do trabalho infantil, exercendo atividades altamente prejudiciais ao seu desenvolvimento, dentre as quais, uma das opções e às vezes a única é a exploração sexual comercial.

A exploração sexual comercial do público infantojuvenil refere-se à relação sexual envolvendo a criança ou adolescente com um adulto, mediada por dinheiro ou troca de favores, sua particularidade funda-se na obtenção de lucro, seja de ordem financeira ou de outra espécie. Nessa relação, o corpo da criança/adolescente é visto como uma mercadoria, objeto sexual a ser utilizado de maneira a proporcionar ganhos.

Vicente Faleiros (1998) destaca que a exploração sexual de crianças e adolescentes ocorre em rede, trata-se de uma rede autoritária que envolve exploradores, aliciadores, clientes, pode envolver funcionários e donos de hotéis e motéis, taxistas, dentre outros. Essa situação ocorre num contexto de “mercadorização do prazer”, transformando crianças e adolescentes em “mercadoria humana”, cuja comercialização beneficia clientes, aliciadores e demais violadores dos direitos do público infantojuvenil.

O autor destaca que a rede que explora sexualmente crianças e adolescentes se organiza para atender as particularidades de cada local, podendo envolver o turismo sexual, se aproveitar da dinâmica dos garimpos e de mineradoras, de grandes empreendimentos e projetos, estradas, regiões de fronteiras e etc. Em cada contexto, o mercado se diversifica e se adequa ao perfil econômico dos clientes, levando a formação de redes de luxo para atender àqueles que podem pagar mais caro e redes para atender as camadas de média e baixa renda.

Nesse contexto é importante que se compreenda que a situação em que crianças e adolescentes são mantidas no mercado do sexo é identificada como exploração sexual comercial e não como prostituição infantil. Segundo Faleiros (1998), a exploração sexual viola o direito autônomo de crianças, de crescer e se desenvolver dentro das garantias previstas no ECA.

A forte onda de consumo que permeia a sociedade contemporânea também tem influenciado inúmeras crianças e adolescentes a serem inseridos na rede de exploração sexual com vista à obtenção de dinheiro para o consumo de diferentes produtos que atraem esse público, como roupas e tênis de marcas renomadas, celulares e outros aparelhos eletrônicos. Além desses produtos, o consumo de drogas também se inclui nesta categoria, seduzindo crianças e adolescentes pobres e de classe média que, dependentes do consumo de entorpecentes, são incorporadas no mercado do sexo. Na sequência, apresenta-se um quadro com quatro expressões da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes.

FORMAS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL		
Ordem	Modalidades	Descrição
1	Prostituição infantil	As crianças e os adolescentes, por estarem submetidos às condições de vulnerabilidade e risco social, são considerados prostituídas(os) e não prostitutas(os). A prostituição consiste em uma relação de sexo e mercantilização e em um processo de transgressão (FIGUEIREDO; BOCHI, s/d, p. 58).
2	Pornografia infantil	[...] todo material audiovisual utilizando crianças num contexto sexual” ou, segundo a INTERPOL, é “a representação visual da exploração sexual de uma criança, concentrada na atividade sexual e

		nas partes genitais dessa criança” (FIGUEIREDO; BOCHI, s/d , p. 58-59).
3	Turismo sexual	[...] é a exploração de crianças e adolescentes por visitantes, em geral, procedentes de países desenvolvidos ou mesmo turistas do próprio país, envolvendo a cumplicidade, por ação direta ou omissão, de agências de viagem e guias turísticos, hotéis, bares, lanchonetes, restaurantes e barracas de praia, garçons e porteiros, postos de gasolina, caminhoneiros e taxistas, prostíbulos e casas de massagens, além da tradicional cafetinagem (FIGUEIREDO; BOCHI, s/d , p. 59).
4	Tráfico para fins sexuais	[...] o tráfico de pessoas é o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou a recolha de pessoas, pela ameaça de recursos, à força ou a outras formas de coação, por rapto, por fraude, e engano, abuso de autoridade ou de uma situação de vulnerabilidade, ou através da oferta ou aceitação de pagamentos, ou de vantagens para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre uma outra para fins de exploração” (termos do protocolo de Palermo, art. 2º bis, alínea a) (PESTRAF, p. 43, 2002)

Quadro 05: Formas de exploração sexual comercial

Fonte: Figueiredo e Bochi, s/d; PESTRAF (2002)

A prostituição é uma das formas mais comuns de exploração sexual comercial, a mais conhecida pela maioria das pessoas, é tida por alguns como o mais antigo dos ofícios, reconhecida também como a prática de vender o corpo, de trocar práticas sexuais por dinheiro ou por objetos, ou ainda por favores de diferentes ordens. Os motivos que levam pessoas a ingressarem nesse mercado como mercadoria são os mais diversos, mas um tem sido determinante na vida de diferentes sujeitos, especialmente mulheres: o fator econômico.

A escassez de recursos financeiros para a manutenção da sobrevivência tem obrigado pessoas adultas como mulheres, travestis, homens, dentre outros a comercializarem práticas sexuais em troca de dinheiro. Existem também pessoas que ingressam nesse mercado e defendem que optaram por essa forma de trabalho de maneira livre, sem interferência de terceiros, que gostam do que fazem, se identificam com a atividade.

Quando os envolvidos são crianças e adolescentes, ainda que digam que escolheram essa forma de adquirir meios a sua sobrevivência, o critério para o entendimento deve levar em consideração que estes sujeitos estão em processo de formação e que são influenciados pelo meio em que vivem ou viveram. Todos são produtos da sociedade e, nesse sentido, a miséria, a violência intrafamiliar, a quebra de vínculos familiares pode contribuir para a captação de crianças e adolescentes para a exploração sexual comercial.

Por estarem em desvantagem em relação à maturidade de adultos, podem ser facilmente influenciados por aliciadores, inclusive sendo alvos fáceis do tráfico humano para fins de exploração sexual comercial. A criança e o adolescente não possuem todas as suas habilidades e capacidades plenamente desenvolvidas para escolherem por esse meio de

sobrevivência. Muitos não possuem o desenvolvimento físico adequado para práticas sexuais, podendo sofrer sérios danos à saúde por conta da sua estrutura corpórea ainda em fase de crescimento. Também não sabem lidar com os riscos que esse trabalho envolve, como as doenças sexualmente transmissíveis e etc.

Ou seja, crianças e adolescentes não tem condições de livremente opinarem pela comercialização do próprio corpo, podem, no entanto, ser induzidos a isso, ou por um adulto ou adolescente mais velho que já está nesse meio, ou por necessidades de ordem econômica, ou ainda por estarem fugindo de um ambiente familiar violento.

A exploração sexual comercial de crianças, adolescentes e de pessoas adultas acompanhou as mudanças promovidas pelo desenvolvimento tecnológico. Nesse sentido, serviços sexuais estão disponíveis em diferentes sites, através de imagens e vídeos que pretendem estimular sexualmente as pessoas que procuram por esses serviços. Os interessados apresentam suas preferências, e como isso ocorre no âmbito do mercado, há a diversificação de mercadorias, sempre buscando a satisfação dos interessados e gerando cada vez mais lucro.

Assim, há os que buscam imagens e vídeos pornográficos de homens e/ou mulheres, mas há também os que procuram material pornográfico de crianças nuas, seminuas, ou tendo relações sexuais, geralmente com adultos. Alguns dos que procuram por esses serviços são considerados pedófilos, outros não. Tem se tornado frequente em reportagens de telejornais a exibição de matérias que mostram a prisão de pessoas e às vezes até de quadrilhas que produzem material pornográfico. Essa frequência revela que se trata de um mercado que é lucrativo, que tem demanda constante. A produção de material pornográfico de crianças e adolescentes tem relação direta com o tráfico humano para fins de exploração sexual infantojuvenil.

Em relação ao turismo sexual, este é mais frequente em cidades e regiões que contam com atividades turísticas, festividades ou ambientes que sirvam de atração para pessoas de outras localidades, inclusive do exterior. Regiões litorâneas, locais com balneários conhecidos, cidades com festas de repercussão em seu estado, no Brasil e no mundo recebem pessoas de várias partes do globo. A chegada de turistas movimentam o comércio local e cria demandas de diferentes serviços. Esse processo pode servir de incentivo para a exploração sexual comercial, especialmente a prostituição, podendo se configurar num contexto em que crianças e adolescentes podem ser inseridas no mercado do sexo, sendo exploradas sexualmente durante atividades turísticas.

Em Parintins ocorre o Festival Folclórico dos Bumbás Garantido e Caprichoso todos os anos, no final do mês de junho. Essa festa é conhecida mundialmente, expressa a cultura do

município que conjuga a influência indígena, nordestina e europeia que marca a construção do município. Durante as festividades, a rede de proteção à criança e ao adolescente é mobilizada em Parintins no sentido de inibir práticas que violem a integridade do público infantojuvenil, dentre as quais a exploração sexual, especialmente por conta de o município receber nesse período um expressivo número de turistas que são atraídos para a referida festa.

O tráfico humano para fins de exploração sexual se configura como uma prática delituosa que procura retirar especialmente mulheres, adolescentes e crianças de seus locais de origem ou de onde residem para outros municípios ou países onde serão explorados através da comercialização de seu corpo. No Brasil, há dados de que o país possui várias rotas de tráfico humano tanto interno quanto externo, sendo a região norte a com o maior número de rotas no país, seguida pela região nordeste, sudeste, centro-oeste e sul (PESTRAF, 2002).

Essa realidade, com destaque para a região norte, pode ser analisada tendo em vista as características da região, principalmente dos municípios menores e mais distantes das capitais, levando-se em consideração as particularidades do contexto amazônicos, especialmente em relação à geografia, e também a situação socioeconômica e cultural da região.

Historicamente, os projetos de desenvolvimento pensados para a Amazônia não levaram em consideração as populações tradicionais e o cuidado com a biodiversidade natural da região. Quando implementados, provocavam mudanças abruptas que repercutiam diretamente na dinâmica da vida de municípios, especialmente os de menor porte. Projetos voltados para a construção de estradas, de hidrelétricas, de exploração de minérios contribuíram e ainda contribuem com a atração de problemas sociais, dentre os quais a exploração sexual comercial, principalmente de mulheres, adolescentes e crianças que convivem com as diferentes expressões da desigualdade social.

Segundo o relatório da PESTRAF, os planos de desenvolvimento para a região, a geografia e a cultura terminam por favorecer o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual comercial. Um dos elementos que contribuem diretamente nesse processo é o fato da região ter uma dimensão territorial continental e ainda fazer fronteira com sete países, favorecendo desse modo o tráfico externo. Outro fator que está interligado aos fatores descritos é a baixa cobertura institucional, tanto na oferta de serviços básicos quando na dificuldade de fiscalização das fronteiras.

Somadas a essas questões têm-se ainda problemas relacionados à condição de pobreza de muitas famílias da região, o que contribui direta e indiretamente para que mulheres

e adolescentes sejam vulneráveis às propostas de aliciadores que prometem trabalhos com salários atrativos em capitais do país e em países da Europa, principalmente na Espanha.

O relatório também descreve que no contexto amazônico o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual comercial tem relação íntima com práticas de aviamento ligadas à prostituição, ou seja, as vítimas são mantidas como escravas até pagarem às dívidas adquiridas no processo de transporte para os locais onde serão exploradas. Isso ocorre principalmente em áreas de exploração de garimpos e de projetos voltados para a mineração. O relatório ressalta que o tráfico de pessoas está intimamente relacionado às questões de gênero, raça/etnia, de geração e às desigualdades sociais. Na região, as pessoas traficadas, especialmente para o exterior, são na maioria mulheres e adolescentes, de estratos populares, algumas são indígenas, outras de comunidades rurais ou de municípios pouco desenvolvidos.

Torres e Oliveira (2002), também retratando o tráfico humano para fins de exploração sexual comercial na Amazônia, destacam que essa prática remonta períodos anteriores a chegada dos colonizadores, era uma prática ligada às relações políticas estabelecidas entre certas tribos indígenas, sendo as mulheres historicamente as principais vítimas, confirmando dessa forma as relações desiguais de gênero. Nesse contexto, mulheres e ou meninas eram trocadas ou doadas a outras tribos com o objetivo de formação de alianças políticas.

Nos primórdios da colonização, colonos portugueses também podiam receber dos próprios pais meninas como presentes. No auge da exploração da borracha, mulheres e meninas eram capturadas e depois tornadas mercadorias a serem sorteadas ou negociadas no interior dos seringais. E quando algum seringueiro adquiria alguma dívida que não conseguia pagar, poderia ter uma de suas filhas negociadas para a quitação da dívida (TORRES; OLIVEIRA, 2002).

Eva Faleiros (2000) assevera que em relação ao abuso sexual intrafamiliar e extrafamiliar, há o entendimento de que estes são formas de violência sexual, já em relação à exploração sexual comercial, esta nem sempre é entendida como violência sexual e como abuso sexual. A seguir, apresenta-se um quadro com a caracterização de algumas manifestações da violência sexual, tomando como referência o Código Penal Brasileiro, descrevendo também as penas para cada forma de violência.

TIPOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL		
VIOLÊNCIA	DESCRIÇÃO	PENA
Estupro	Art. 213. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso:	Reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos
Violação sexual mediante fraude	Art. 215. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com alguém, mediante fraude ou outro meio que impeça ou dificulte a livre manifestação de vontade da vítima:	Reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos.
Assédio sexual	Art. 216-A. Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função."	Detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos.
Estupro de vulnerável	Art. 217-A. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos:	Reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos
Corrupção de menores	Art. 218. Induzir alguém menor de 14 (catorze) anos a satisfazer a lascívia de outrem;	Reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos
Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente	Art. 218-A. Praticar, na presença de alguém menor de 14 (catorze) anos, ou induzi-lo a presenciar, conjunção carnal ou outro ato libidinoso, a fim de satisfazer lascívia própria ou de outrem:	Reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos.
Favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável.	Art. 218-B. Submeter, induzir ou atrair à prostituição ou outra forma de exploração sexual alguém menor de 18 (dezoito) anos ou que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, facilitá-la, impedir ou dificultar que a abandone;	Reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos
Mediação para servir a lascívia de outrem	Art. 227 - Induzir alguém a satisfazer a lascívia de outrem:	Reclusão, de um a três anos.
Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual	Art. 228. Induzir ou atrair alguém à prostituição ou outra forma de exploração sexual, facilitá-la, impedir ou dificultar que alguém a abandone	Reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.
Casa de prostituição	Art. 229. Manter, por conta própria ou de terceiro, estabelecimento em que ocorra exploração sexual, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente:	Reclusão, de dois a cinco anos, e multa.

Rufianismo	Art. 230 - Tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça.	Reclusão, de um a quatro anos, e multa.
-------------------	--	---

Quadro 06: Tipos de violência sexual

Fonte: Código Penal Brasileiro atualizado

É importante destacar que as penas podem variar de acordo com o crime cometido, o grau de parentesco entre vítima e agressor, a idade da vítima no momento do crime, as consequências do ato cometido, dentre outros fatores. Ressalta-se ainda que as mudanças promovidas pela reformulação do Código Penal Brasileiro no tocante aos crimes relacionados à sexualidade, especialmente a partir da Lei 12.015 de 2009, congregou os esforços de se desfazer de termos com vieses discriminatórios e pejorativos, assim, abandonou-se o título de crimes contra os costumes, passando pelo de crimes contra a liberdade sexual e, atualmente o título é de crimes contra a dignidade sexual.

Ainda sobre o Código Penal Brasileiro, dá-se destaque a alguns artigos, mais precisamente aos que se referem ao estupro, ao assédio sexual, ao estupro de vulnerável, e à corrupção de menores. A redação dada pela Lei 12.015/2009 amplia o entendimento sobre o estupro, além de contemplar a conjunção carnal pode também ser usada para outras formas de abuso sexual.

Quanto ao assédio sexual, entendido como a utilização de certa condição de poder em relação à determinada pessoa para favorecimento sexual, essa prática relacionada a crianças e adolescentes em alguns locais da região norte conserva certa particularidade. Em Parintins é comum, principalmente meninas, virem de comunidades rurais ou ribeirinhas para a cidade para estudar ou a procura de trabalho. Nesse processo, algumas conseguem moradia na casa de conhecidos e, passam a ajudar nas atividades domésticas em troca de abrigo e alimentação. Dependendo do local onde irão morar, algumas podem ser vítimas de assédio sexual, tendo em vista estarem “morando de favor”. Torres e Oliveira (2012) descrevem essa realidade em algumas famílias na cidade de Manaus, nas quais a figura da “filha de criação”, menina vindo do interior, pode vir a sofrer diferentes formas de violência sexual, além da exploração do trabalho doméstico.

O estupro de vulnerável e a corrupção de menores tratados no Código Penal revelam a concepção de que para a referida lei, independente do consentimento da vítima, qualquer atividade sexual com pessoa cuja idade seja inferior a quatorze anos é considerada crime. Esse entendimento reflete a concepção de seres em desenvolvimento trazidos pela Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, confirma ainda o dever de que as pessoas adultas são responsáveis por zelar pela proteção desses sujeitos.

Todo ser deve ser tratado com respeito, e às crianças e adolescentes o ECA assegura, em seu artigo 17, que “o direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais”.

Esse artigo deixa claro que a violência contra o público em questão pode ocorrer de diferentes maneiras, podendo ou não ter o contato físico e, ainda que crianças e adolescentes devem ser privados de qualquer tratamento que tenha a intenção de violar a condição de seres em desenvolvimento. Também reforça que a imagem desses sujeitos deve ser preservada, o que implica na criminalização de qualquer forma de pornografia que possa envolvê-los.

Os crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes geralmente são vistos pelo senso comum como pedofilia, frente a isso Libório e Castro (2010) chamam a atenção para o cuidado no uso dos termos pedófilos e exploradores sexuais, reforçando a necessidade de distinção dos referidos termos. Defendem que há abusadores que não são necessariamente pedófilos e, por outro lado, há pedófilos que, por não cometerem nenhum crime, não são considerados abusadores. Ou seja, existem abusadores que não sentem uma forte atração sexual por crianças, podendo haver também pessoas que convivem com o forte desejo sexual por crianças, mas que nunca tiveram nenhum contato sexual com estes.

Segundo os autores, no âmbito da medicina e da psicologia, existem dilemas relacionados à definição da pedofilia como doença, não havendo consenso nessa definição. Na psiquiatria, a pedofilia é considerada uma parafilia, ou seja, transtornos sexuais que geralmente são expressos através de fantasias sexuais. E no caso da pedofilia, seria uma forte motivação, um intenso desejo sexual pelo corpo da criança, desejo este que não é alimentado por uma pessoa adulta, ainda que com ela se tenha relações sexuais.

Assim, entende-se que a pedofilia só se configura crime quando deixa de ser apenas desejo e ganha concretude, seja através das diferentes formas de abuso sexual físico, ou através da exploração sexual, mais especificamente da pornografia infantil.

Seja qual for a expressão da violência sexual, sendo a vítima criança, adolescente, adulto ou idoso, promove inúmeras consequências, deixa marcas que se não tratadas podem trazer sérios prejuízos aos que em algum momento de suas vidas foram alvos dessa agressão. Entre as possíveis consequências têm-se a gravidez precoce e indesejada, aquisição de doenças sexualmente transmissíveis, doenças psicossomáticas, depressão, desejo pelo suicídio, quando estudante, baixo rendimento, fuga para ruas, envolvimento com a prostituição dentre outros. Essas consequências refletem a gravidade do problema, o que exige intervenção de profissionais que atuem interdisciplinarmente e intersetorialmente.

Diante da gravidade e complexidade que envolve a violência sexual contra crianças e adolescentes e do desafio de garantir o direito à integridade física, psicológica e moral desses sujeitos, têm-se pensado numa proposta em rede, buscando intervenções que ultrapassem atendimentos pontuais. Assim, busca-se envolver e articular atores e instituições que atuem no atendimento e na defesa dos direitos desses sujeitos e também com aqueles que trabalham com a responsabilização dos agressores.

2.3 ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL

As ações voltadas à proteção de crianças e adolescentes vítimas ou vulneráveis à violência sexual são resultantes de um conjunto de iniciativas de setores diversos que, em determinado momento histórico, perceberam a gravidade da problemática. Assim, profissionais de diferentes áreas, instituições governamentais e não-governamentais, organismos internacionais, movimentos sociais, a imprensa, entre outros contribuíram direta e indiretamente para que a violência sexual ganhasse visibilidade nacional e, com isso, o Estado viesse a intervir na questão.

Fernandez (2012) faz um resgate histórico das iniciativas que contribuíram para que a violência sexual contra crianças e adolescentes passasse a ter o reconhecimento público enquanto problema que deve ser enfrentado pela sociedade e pelo Estado. Esse reconhecimento é resultado de um conjunto de fatores e iniciativas tanto a nível nacional quanto internacional. Um desses fatores refere-se a maior conscientização em relação aos aspectos relacionados às crianças e adolescentes na década de 1960, como parte da visibilidade que esse segmento teve a partir da Declaração dos Direitos da Criança, em 1959, pela Assembleia Geral da ONU. Na década seguinte, o surgimento de denúncias médicas sobre violência sexual contra crianças e adolescentes promoveram a sensibilização de segmentos da sociedade no Brasil. Nos anos 1980, a temática da violência sexual contra crianças e adolescentes começa a ser alvo do interesse de pesquisadores, fato que continua até a atualidade, e nesse processo, têm-se uma vasta produção de conhecimento nessa área.

A Convenção dos direitos da Criança (1989), a compreensão trazida pelo artigo 227 da Constituição Federal Brasileira de 1988 e, conseqüentemente, as garantias postas no ECA trazem uma nova forma de se pensar ações a serem implementadas com vista ao combate a todas as formas de violação dos direitos humanos de crianças e adolescentes. As políticas

sociais implementadas a partir dos princípios e diretrizes estabelecidos na Constituição Federal de 1988 também se configuram como importantes instrumentos na garantia dos direitos do público infantojuvenil e, conseqüentemente, no enfrentamento à violência sexual.

Nesse sentido, o quadro a seguir apresenta algumas iniciativas e eventos que influenciaram direta e indiretamente a construção da política pública de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil.

INICIATIVAS QUE CONTRIBUÍRAM COM A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTOJUVENIL NO BRASIL		
DATA	AÇÃO/ATIVIDADE	OBJETIVO/CONTRIBUIÇÃO
12/10/1991	Criação do CONANDA/lei Federal Nº 8.242	Dentre suas atribuições, cabe a elaboração da política nacional de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, assim como zelar pela sua aplicação.
1991	Pesquisa de Gilberto Dimenstein sobre tráfico de meninas para fins de exploração sexual nas regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste.	Série de reportagens publicadas em 1992, na Folha de São Paulo – contribuiu dando visibilidade à questão.
1992	Divulgação do dossiê: Crianças da Amazônia – apontou a existência de crianças em situação de exploração sexual no contexto amazônico em regiões de garimpo	Contribuiu com o processo visibilidade da problemática.
1992	Fundação da Agência Nacional de Notícias dos Direitos da Infância – Andi.	Divulgação de uma cultura de promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes.
1992	Documento da Secretaria Nacional de Direitos da Cidadania: A Violência contra crianças e adolescentes no Brasil: tendências e perspectivas	Propôs através desse documento, ações simultâneas com o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) e o Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência (CBIA) com o objetivo de cumprir a lei, oferecer serviços e priorizar a implantação dos Conselhos de Direitos e Tutelares.
1993	Criação da Comissão parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Prostituição Infantil	Marco para que o problema se tornasse público, ampliou a consciência social e gerou um conjunto de ações fragmentadas; formação de consciência crítica sobre o fenômeno; apontou pela primeira vez a existência do fenômeno em nível nacional e sua extensão; deu visibilidade ao tema, promovendo investigações em várias regiões do país, contribuindo para uma nova compreensão do mesmo e discussão da impunidade dos agressores.

1994	1ª Conferência Metropolitana sobre Prostituição Infantojuvenil Feminina e Políticas Públicas em Salvador/BA	Momento de divulgação de uma pesquisa realizada no ano anterior denominada Meninas de Salvador que discorria sobre a exploração sexual. O momento também foi usado para discutir sobre a criação de propostas para o enfrentamento da questão.
1995	Seminário sobre Exploração e Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes das Metrôpoles do Nordeste	Trocar experiências entre as entidades que trabalham com meninas e no combate à exploração e ao abuso sexual na região Nordeste
1995	Seminário sobre Exploração Sexual de Meninas no Brasil, organizado pelo Centro de Referência, Estudos e ações sobre Crianças e Adolescentes (CECRIA) e organismos nacionais e internacionais	Unir esforços, experiências, conhecimentos em nível nacional para o combate efetivo do problema.
1996	Seminário contra Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes nas Américas, realizado pelo CECRIA, em Brasília.	O evento consistiu numa consulta Regional das Américas como preparativo para o Congresso Mundial contra Exploração Sexual Infantil em Estocolmo. Desse evento foi produzido um documento denominado Carta de Brasília com o posicionamento dos participantes frente a problemática em questão.
1996	Ministério da Justiça (MJ) amplia sua ação em articulação com o Conanda	MJ passa a apoiar ações e programas específicos voltados para a problemática do abuso e da exploração sexual em distintos lugares do Brasil.
1996	I Congresso Mundial contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças, em Estocolmo, Suécia, pela ECPAT ⁷	Os representantes dos países que participaram assumiram o compromisso de enfrentar a exploração sexual infantojuvenil; Elaborou-se a Declaração e uma Agenda de Ações onde são explicitados os compromissos existentes.
1997	É lançada pelo presidente da República a campanha Exploração do Turismo Sexual Infantil – Cuidado! O Brasil está de Olho – projeto da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur)	Campanha de nível nacional que disponibilizava um número de telefone para receber as denúncias. Tinha como objetivo à mobilização e sensibilização da sociedade brasileira e dos turistas estrangeiros contra a exploração sexual no Brasil.
1997	É criado o Disque-Denúncia Nacional de Abuso e Exploração Sexual sob a coordenação da Associação Brasileira Multidisciplinar de Proteção à Criança e ao Adolescente (Abrapia).	Disponibilizar um serviço de discagem 0800 para a realização de denúncias a nível nacional.
	Realização da II Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do	Deliberações relacionadas à violência e à exploração sexual nas áreas de promoção,

⁷ ECPAT: End Child Prostitution, Child Pornography and Trafficking of Children for Sexual Purposes – Campanha pelo Fim da Prostituição, da Pornografia Infantil e do Tráfico de Crianças para Fins Sexuais (NASCIMENTO; DESLANDES, 2016)

1997	Adolescente, tendo como tema “Criança e Adolescente: prioridade absoluta”	controle/vigilância e defesa.
1999	III conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, teve como tema: Uma década de história rumo ao terceiro milênio.	Deliberações acerca da violência de modo geral.
2001	IV conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, com o tema: Crianças, Adolescentes e Violência: violência é covardia, as marcas ficam na sociedade.	Uma das deliberações foi viabilizar a implantação e implementação do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência, Exploração e Abuso Sexual nas Unidades da Federação e respectivos Municípios.
2003	V Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, tendo como tema: O Pacto pela Paz	Foram formuladas as seguintes ações para cumprimento das estratégias: instituir o Calendário de Cidadania da Infância, com tema da violência sexual em campanhas nacionais; implantar, implementar, fortalecer e mobilizar fóruns, grêmios, movimentos, comitês, conselhos e comissões, utilizando os recursos da mídia para a sensibilização dos poderes públicos e da sociedade na perspectiva de erradicação da violência sexual e do tráfico de pessoas; implementar o Plano Nacional, Planos Estaduais, Regionais e Municipais para o Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes; garantir recursos para a criação de varas, promotorias, defensorias, delegacias e serviços especializados na proteção da criança e do adolescente, dentre outras ações.

Quadro 07: Iniciativas que Contribuíram com a Construção da Política de Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil no Brasil

Fonte: Fernandez (2012).

A década de 1990 foi um período em que as discussões acerca das garantias posta na constituição Federal de 1988 ganharam repercussão a nível nacional e, em relação aos direitos do público infantojuvenil não foi diferente. A partir da promulgação do ECA e dos instrumentos criados a partir dele para efetivar as garantias constitucionais, vê-se a iniciativa de setores da sociedade, estatais ou não, em colocar em prática aquilo que estava posto em lei. Um dos marcos desse processo foi a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, instituição responsável pela discussão e deliberação acerca da construção da política de atenção ao público em questão, dentre as quais o enfrentamento às diversas formas de violação de direitos de crianças e adolescentes, como a violência sexual.

O assunto da violência sexual ocupou as discussões das Conferências Nacionais dos Direitos da Criança e do Adolescente, principalmente as realizadas na década de 1990, nas

quais houve deliberações acerca de procedimentos e estratégias a serem tomadas para o enfrentamento dessa problemática. Na conferência realizada em 2001, uma das deliberações foi a viabilização e implantação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil. Esse plano tem seus fundamentos nos princípios postos no ECA, como a garantia da proteção integral, entendendo que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, que suas demandas devem ser prioridade e, que estes são pessoas em desenvolvimento.

O plano representa uma proposta nacional de enfrentamento à violência sexual, configurando-se como um documento que deveria servir de referência para as ações voltadas a esse fim. Foi apresentado e deliberado em assembleia pelo Conanda, em 12 de julho de 2000 e, é um documento que deveria servir de orientação às políticas públicas nos níveis federal, estadual e municipal. Trata-se de “um instrumento de garantia e defesa de direitos de crianças e adolescentes que pretende criar, fortalecer e implementar um conjunto articulado de ações e metas fundamentais para assegurar a proteção integral à criança e ao adolescente em situação ou risco de violência sexual” (BRASIL, 2002, p. 13).

Esse plano também é resultado dos compromissos assumidos pelo governo brasileiro frente aos organismos e eventos internacionais voltados ao combate a violência sexual contra crianças e adolescentes, como o primeiro Congresso Mundial Contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças realizado em Estocolmo e o II Encontro ECPAT, realizado em Salvador.

No primeiro Congresso Mundial Contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças foi produzida a Declaração e Agenda de Ação com diretrizes a serem implementadas pelos países participantes do evento devendo orientar a construção de políticas, programas e projetos com o objetivo de tentar garantir o acesso aos direitos e promover a proteção dos direitos do público infantojuvenil. Nesse sentido, Fernandez pontua que,

a implementação da Agenda de Ação de Estocolmo tornou-se um marco referencial para a construção dos planos nacionais de combate à violência sexual infantojuvenil, tendo em vista o compromisso e a articulação entre a agenda do referido Congresso e a formação da agenda nacional (2012, p. 112).

O Plano contemplou seis eixos: análise da situação; mobilização e articulação; defesa e responsabilização; atendimento; prevenção; protagonismo infantojuvenil. O primeiro eixo, análise da situação, tinha a pretensão de obter o conhecimento panorâmico da situação de violência sexual infantojuvenil no país, organizar e divulgar dados relacionados à problemática, ter o conhecimento das condições de garantia do financiamento do plano dentre

outros objetivos. O segundo, mobilização e articulação, pretendia promover o fortalecimento das articulações no âmbito municipal, estadual, regional e nacional, que visam o enfrentamento da violência sexual buscando envolver a sociedade nesse processo. Também é um dos objetivos deste eixo, deixar claro o posicionamento do Brasil frente às situações de exploração sexual relacionadas ao turismo e ao tráfico humano.

O terceiro eixo, defesa e responsabilização, pretendia atuar no sentido de promover a atualização da legislação brasileira quanto aos crimes sexuais, além de atuar no combate à impunidade e lutar pela implementação e implantação dos conselhos tutelares, das delegacias especializadas dentre outras instituições e serviços. O quarto eixo, atendimento, deveria promover o atendimento especializado às vítimas e suas famílias através de serviços e profissionais capacitados para este fim. Este atendimento também deve ocorrer de forma articulado, ou seja em rede.

O quinto eixo, prevenção, deve promover ações preventivas e também contribuir na educação para o fortalecimento da autodefesa de crianças e adolescentes. Deve ainda atuar junto a Frente Parlamentar no sentido da legislação da internet. O último eixo, protagonismo infantojuvenil, tratou do incentivo à participação do público infantojuvenil frente às questões de defesa de seus direitos e no acompanhamento no processo de execução do Plano de Enfrentamento.

O trabalho da mídia também desempenhou um relevante papel na década de 1990, publicando reportagens sobre a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, como o tráfico humano para fins sexuais e a prostituição infantojuvenil em regiões de garimpo. Esse trabalho contribuiu no sentido de dar visibilidade à questão, trazendo ao conhecimento da população.

A realização de eventos, como seminários a nível local, estadual, regional, nacional e internacional tendo como objetivo discutir a violência sexual contra criança e adolescentes, especialmente a exploração sexual, foi um importante instrumento no processo de compartilhamento de informações, nesses espaços eram traçadas estratégias de enfrentamento, produção conhecimento na área, e pressionavam o Estado frente à questão.

Um dos principais marcos no processo de construção da política de enfrentamento à violência sexual infantojuvenil foi a criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI da Prostituição Infantil, em 1993, que contribuiu para que o fenômeno fosse vislumbrado como um problema que atinge todas as regiões do país. A criação da CPMI também mostrou que o Estado, através do poder legislativo, estava atentando para a problemática. Merece destaque a sensibilização e mobilização de diferentes setores da

sociedade brasileira, como sociedade civil, judiciário, poder executivo e legislativo, instituições internacionais, que pensaram, planejaram e definiram estratégias de prevenção, de atendimento às vítimas da violência sexual, a realização de pesquisas sobre a violência sexual e etc. (BRASIL, 2002).

Rocha, Lemos e Lírio (2011) enfatizam a importância da mobilização social e do trabalho desenvolvido pela sociedade civil no processo de construção da política de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. Destacam que as experiências no atendimento às vítimas de violência sexual e suas famílias do CEDECA/BAHIA e do CEDECA/EMAÙS, no Pará, serviram de referências para as ações que seriam tomadas pelo poder público.

Outro avanço retratado pelos autores é a instituição do Fórum da Criança e Adolescente (FDCA) em 2000, que dentre suas contribuições, promoveu a criação em 2002 do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, tendo como objetivo o monitoramento e a avaliação das ações do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil.

A ausência de elementos voltados ao monitoramento e avaliação das ações do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual fez com que, a partir de 2003, se pensasse em sua revisão. Contribuiu, nesse processo as discussões realizadas no III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, realizado no Brasil, em 2008, no qual os debates trouxeram à tona a necessidade de se atentar para novas formas de violência sexual, especialmente as relacionadas aos crimes transacionais e os com relação às tecnologias de informação e comunicação (BRASIL, 2013).

Assim, a sociedade civil e o poder público, principalmente através das ações do Conanda, do Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, implementaram estratégias para que fosse promovido um amplo debate tendo como objetivo a atualização do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil. Nesse processo, a metodologia de trabalho contemplou a realização de seminários regionais e nacionais, colóquios, reuniões interinstitucionais, dentre outros eventos.

O plano, a partir da revisão, passa a ser denominado de Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e segue as diretrizes conceituais do III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Nele há o entendimento de que a violência sexual é expressa através do abuso

sexual e/ou da exploração sexual, que esta é uma grave violação aos direitos humanos de crianças e adolescentes (BRASIL, 2013).

No processo de construção das iniciativas públicas de combate à violência sexual foi criado o Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (PNEVSCA), que pertence à Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e é responsável pelo Disque 100 e o PAIR.

Todo esse processo de mobilização da sociedade desde a década de 1990 contribuiu com a construção de ações para o atendimento das crianças ou adolescentes vítimas de violência sexual, com a responsabilização dos agressores, com ações preventivas, com a realização de pesquisas e etc. Também contribuiu para que o governo federal instituisse, em 2002, um programa que promovesse o atendimento especializado das vítimas e suas famílias, denominado Sentinela. Esse programa passou por mudanças a partir da elaboração das Normas Operacionais Básicas da Política Nacional de Assistência Social, passando a ser um dos serviços disponibilizado pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. O CREAS deve oferecer atendimento especializado e individualizado às pessoas que tiveram seus direitos violados, assim como às suas famílias.

Outra ação desenvolvida pelo governo federal com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), através do Partners of the Americas em 2003, é o Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil – PAIR, em território brasileiro, que na época foi implementado pela Secretaria de Estado de Assistência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social – atualmente denominado Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome (MDS) – e a Secretaria de Direitos Humanos, Vinculada ao Ministério da Justiça (ROCHA, LEMOS E LÍRIO, 2011).

Inicialmente, o PAIR foi implementado em seis municípios: Feira de Santana/BA; Campina Grande/PB; Manaus/AM; Rio Branco/AC; Pacaraima/RR e Corumbá/MS), e ainda está em expansão alcançando vários outros municípios. O programa é também uma resposta aos dados e sugestões contidos no relatório da PESTRAF e, configura-se como uma metodologia de enfrentamento à violência sexual através do envolvimento de setores e instituições representantes do Estado e da sociedade civil. Visa a estruturação e/ou o fortalecimento da rede de serviços do município, tendo como uma de suas ações a capacitação dos envolvidos nesse processo (PAIR – CADERNO DE TEXTOS, s/d).

Outro marco no processo de visibilidade da problemática da violência sexual contra crianças e adolescentes é a instituição do dia 18 de maio como Dia Nacional de Combate ao

Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescente pela Lei Nº 9.970, de 17 de maio de 2000. Nesse dia, em diferentes municípios do país são feitas mobilizações cujo propósito é incentivar a sociedade como um todo a participar ativamente do combate a essa problemática. Essa data foi escolhida em homenagem a data do desaparecimento de Araci Cabrera Crespo, uma menina de oito anos que foi drogada, estuprada e morta por jovens membros de famílias influentes da cidade de Vitória, Espírito Santo, em 18 de maio de 1973. Nesse caso ninguém foi responsabilizado pelo crime, prevalecendo a impunidade.

Os avanços no enfrentamento da violência sexual infantojuvenil promoveram a alteração e a instituição de leis e decretos que determinam mudanças, por exemplo no Código Penal Brasileiro, dentre as já pontuadas no capítulo dois deste trabalho, merece também destaque a Lei nº 12.650, de 17 de maio de 2012, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, com o objetivo de modificar as regras relativas à prescrição dos crimes praticados contra crianças e adolescentes. Essa lei ficou conhecida como Lei Joanna Maranhão, em homenagem à nadadora que denunciou seu treinador por abuso sexual sofrido quando criança (BRASIL, 2012).

Outro ganho em relação ao tratamento dado às vítimas de violência sexual refere-se às ao Decreto Nº 7.958, de 13 de março de 2013, que estabelece as diretrizes para o atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais de segurança pública e da rede de atendimento do Sistema Único de Saúde. Dentre as diretrizes, o decreto prevê que o atendimento seja humanizado, sem discriminação, sigiloso, prezando sempre pelo respeito da dignidade da pessoa e de sua privacidade. Garante também que esse atendimento seja realizado num ambiente que possibilite a privacidade, a confiança e o respeito à vítima, além da escuta qualificada. Tudo isso só é possível com investimento na capacitação dos profissionais da área de segurança e saúde o que também é previsto no referido decreto.

Ainda em relação ao atendimento prestado às vítimas de violência sexual, em 1º de agosto de 2013 é sancionada a Lei Nº 12.845, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual, assim, “Os hospitais devem oferecer às vítimas de violência sexual atendimento emergencial, integral e multidisciplinar, visando ao controle e ao tratamento dos agravos físicos e psíquicos decorrentes de violência sexual, e encaminhamento, se for o caso, aos serviços de assistência social” (Art. 1º). A intenção de se garantir e promover o atendimento imediato em hospitais públicos deve ocorrer levando em conta, dentre outros fatores, a prevenção da ocorrência de gravidez por conta do estupro e também à prevenção das DSTs, dentre outros fatores.

Ainda no campo das legislações, o decreto de 11 de outubro de 2007, institui a Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, responsável por articular as ações e políticas de acordo com o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Essa comissão deve ser composta pelas seguintes secretarias da Presidência da República: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, responsável por coordenar essa comissão; Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Também compõem essa comissão os Ministérios: da justiça, da cultura, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Educação, da Esporte, das Relações Exteriores, da Saúde, do Trabalho e Emprego, dos Transportes, do Turismo e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2007). As atribuições dessa comissão estão previstas no artigo 3º:

I - Promover a intersetorialidade como estratégia para o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes; II – integrar políticas públicas, tendo como referência o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil aprovado pelo CONANDA e; III – estimular a criação, expansão e manutenção de rede de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescente (Ibidem).

A preocupação pública em relação à violência sexual infantojuvenil e seu enfrentamento no estado do Amazonas também acompanhou a dinâmica que marcou a década de 1990 no Brasil, trazendo à tona a problemática e despertando o interesse de segmentos do governo e da sociedade civil. Nas décadas seguintes, notícias sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes em municípios do estado, ganharam repercussão nacional, principalmente por envolver políticos e grandes empresários. Frente à pressão que essas reportagens provocaram, houve a mobilização de movimentos sociais e também de parlamentares do estado no sentido de promover a responsabilização dos agressores (FERNANDEZ; TAVARES; PINHEIRO, 2016).

Como parte das conquistas e garantias estabelecidas na Constituição Federal e no ECA, o Estado do Amazonas passa a imprimir esforços no sentido de acompanhar aquilo que é estabelecido pela legislação voltada ao segmento infantojuvenil. Nesse processo, na década de 1990, é criado no estado o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA), em 1990, e em 1992, é criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) na cidade de Manaus. No ano de 1996 é implantado o primeiro Conselho Tutelar do estado (FERNANDEZ, 2012).

Iniciativas da sociedade civil também foram importantes nesse processo, merecendo destaque a Organização Não-governamental Estação Direito, apoiada pelo Unicef, a qual desenvolveu o Projeto Txai-Mobilização pelos Direitos da Criança e do Adolescente em Situação de Exploração Sexual Infantojuvenil na Amazônia. Esse projeto visava ter o conhecimento da exploração sexual de crianças e adolescentes na região Norte e com isso contribuir para que a questão fosse incluída na agenda política dos governos estaduais e municipais. Outra iniciativa voltada ao enfrentamento da violência sexual, especialmente a exploração, foi desenvolvida através do projeto Cunhatã-Curumim que tinha como um de seus objetivos o combate à prostituição infantil (Ibidem).

Assim como ocorreu a nível nacional, as conferências municipais e estaduais dos direitos da criança e do adolescente na década de 1990 tiveram importante papel na construção de políticas de enfrentamento à violência sexual no estado do Amazonas e contaram com a participação ativa de setores do governo e da sociedade civil. Nesses eventos, o tema da violência sexual e seu enfrentamento ganharam espaços nas discussões e deliberações, sendo traçadas estratégias de atendimento especializado, a importância do trabalho em rede para o enfrentamento dessa problemática, a criação de instituições necessárias, como as delegacias especializadas, dentre outras propostas. Fernandez (2012) enfatiza que, apesar do assunto em questão ocupar os debates nas conferências e ser motivador de mobilizações em prol do enfrentamento da problemática, “a implantação e implementação das propostas elaboradas demoram em se concretizar ou não acontecem, apontando, assim, a ausência de vontade política do governo e de pressão da sociedade civil interessada” (p. 147).

Em Parintins, o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes segue algumas das determinações nacionais que são adaptadas para a dinâmica local. As iniciativas envolvem a prevenção, o atendimento e a responsabilização dos abusadores, dentro das possibilidades institucionais do município. Além das instituições que lidam diretamente com a referida problemática, já sinalizadas no primeiro capítulo deste trabalho, no município são realizadas ações preventivas nos dias festivos do Carnailha (festas durante o período do carnaval), durante o Festival Folclórico e também há a mobilização no dia 18 de Maio.

O Movimento Social Articulação Parintins Cidadã, que dentre suas bandeiras de luta, defende o combate à violência contra a mulher, nos dias 8 de março e 25 de novembro, seus membros costumam fazer atividades públicas que visam dar visibilidade no município para às questões relacionadas à violência de gênero, incluindo a violência sexual.

A rede de ensino no município, tanto estadual quanto municipal, também tem desenvolvido ações preventivas em relação à violência sexual contra crianças e adolescentes, especialmente no período do dia 18 de Maio. Algumas dessas atividades são realizadas em parceria com o Programa Saúde na Escola- PSE, que dentre os eixos trabalhados pelo programa, está o de prevenção a todas as formas de violência, incluído a sexual. As universidades públicas presentes no município, UEA e UFAM, também têm desenvolvido projetos de pesquisas e de extensão no âmbito da rede de ensino do município com propostas que visam à prevenção à problemática.

2.4 PANORAMA DAS PRINCIPAIS FORMAS DE VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO CONTEXTO PARINTINENSE

No contexto parintinense, a violência sexual ganha contornos e características do ambiente amazônico que, somados aos valores do patriarcado, do adultocentrismo, do machismo e da histórica desigualdade social, formam a tessitura que contribui direta e indiretamente para a frequência dessa violência. A estrutura institucional responsável por enfrentar a violência sexual no município convive com inúmeras dificuldades que vão desde a escassez de recursos humanos, estruturais e materiais às particularidades da região amazônica permeada pelas longas distâncias que são percorridas pelos rios, estradas ou caminhos.

É nesse contexto que as diferentes formas da violência, dentre elas a violência sexual, contra crianças e adolescentes ganha contornos e expressões que guardam íntima sintonia com as particularidades da região. O documento intitulado Cenário da Infância e Adolescência no Brasil 2017, da fundação Abrinq, traz um panorama das principais problemáticas que têm violado os direitos desse público, sendo a região norte uma das que mais se destaca quando o assunto é dificuldade de acesso a serviços e bens que poderiam dar condições de pleno desenvolvimento ao público infantojuvenil.

Segundo o documento, o Brasil possui aproximadamente 60,5 milhões de pessoas na faixa etária de zero a dezenove anos, dos quais 6.411,579 estão na região norte, representando em torno de 36,6% da população da região. Ou seja, a região norte, proporcionalmente, é a região com o maior contingente de crianças e adolescentes. Desse total, 4.647,953 moram na zona urbana e, os outros, 1.763,626, residem na zona rural. A população na região convive com o pior percentual de acesso à distribuição de água potável do Brasil, e 65% da população não conta com os serviços de esgoto ou fossas sépticas.

A região se destaca quando o assunto diz respeito ao acesso à educação, possui baixa cobertura de creches, o ensino fundamental e médio possui números preocupantes relacionados ao abandono e distorção entre idade e série e, ainda, é destaque no tocante à faixa etária de crianças e adolescentes que estão fora da escola. Na área da saúde ainda se convive com a maior taxa de mortalidade infantil em relação às outras regiões do país. Outro problema de saúde refere-se aos casos de gravidez na adolescência, sendo a região a que possui o maior percentual, seguida pela região nordeste.

O documento intitulado *Ser Criança na Amazônia: uma análise das condições de desenvolvimento infantil na Região Norte do Brasil (2004)*, também retrata de forma panorâmica problemáticas ainda persistentes que atingem crianças e adolescentes contexto da região norte. Apesar dos dados não serem tão recentes, mostra situações que ainda não foram alteradas e que dificultam o pleno desenvolvimento de crianças e adolescentes na região.

O documento defende que para o pleno desenvolvimento de uma criança é necessário que esta conviva em um ambiente afetivo, seguro, materialmente confortável e protegido, com condição socioeconômica que promova o acesso a uma habitação de qualidade e o atendimento de todas as suas necessidades materiais. Também mostra a necessidade de alguns serviços que são básicos para a reprodução da vida humana, tais como: saneamento básico, acesso a serviços de saúde preventivos e curativos, ambientes de lazer, acesso a informação e ao conhecimento, energia elétrica, cultura, educação, dentre outros.

Diante das particularidades do contexto amazônico, como as distâncias entre as cidades e as comunidades rurais, ribeirinhas, ou quilombolas, o acesso através de rios, estradas ou caminhos, tudo isso pode se apresentar como dificuldades para o acesso a serviços básicos. O aspecto cultural também pode se mostrar como uma barreira contra o acesso a esses serviços, como o de saúde, tendo como justificativa a recorrência apenas a terapias tradicionais que, quando não conseguem resolver as situações de doenças podem agravar o quadro de saúde e até mesmo levar a óbito.

O nível de escolaridade dos pais ou responsáveis pelas crianças e adolescentes também pode se configurar como um elemento que dificulta o acesso aos bens e serviços necessários ao desenvolvimento desses sujeitos. Pessoas com baixo nível de escolaridade, dependendo de várias situações, dentre elas a dificuldade de acesso à informação, podem ser menos preocupados com o acesso a serviços de saúde e educação, como atualização do calendário vacinal, acompanhamento do desempenho escolar dos filhos e etc.

Um número considerável de famílias da região norte possui baixa renda, essa realidade repercute sobre as condições cotidianas de vida, se manifestando através da

precariedade habitacional. Por conta do aspecto econômico e também cultural, devido à influência indígena, o número de cômodos das residências geralmente é reduzido, refletindo um ambiente que dependendo das circunstâncias pode se mostrar promíscuo. Outro problema frequente na região é a gravidez na adolescência que pode promover o atraso ou a desistência dos estudos, fato que compromete a inserção da mulher mãe no mercado de trabalho. A baixa escolaridade dos pais, especialmente das mães, também é refletido nos estudos dos filhos, que nem sempre contam com o auxílio dos pais na realização das tarefas escolares. As mulheres que chefiam famílias na região norte geralmente recebem baixos salários repercutindo negativamente na provisão do sustento dos filhos crianças ou adolescentes.

Além de todos os desafios e dificuldades já citados, na região norte as crianças, adolescentes, mulheres, idosos que são vítimas das diferentes formas de violência contam com um número reduzido de instituições que possam garantir o atendimento das vítimas, a denúncia e responsabilização dos agressões e etc.

Recentemente, mais precisamente no mês de maio do corrente ano, um tele Jornal da Rede Record, exibiu uma série de reportagens, intitulada “Marajó: meninas em risco”, que retrataram a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes em embarcações que cortam rios da Amazônia. As gravações mostraram que crianças e adolescentes sofriam com a exploração sexual comercial, tendo relações sexuais trocadas por biscoitos, combustíveis, e outros gêneros (PORTAL R7, 2017).

Essa realidade é reflexo da condição de vulnerabilidade social de inúmeras famílias que precisam criar estratégias de sobrevivência e, algumas enxergam nas embarcações alternativas para suprir suas carências materiais. Trata-se de uma forma de violência que é produto da violência estrutural responsável por empurrar um expressivo contingente de crianças e adolescentes para a exploração sexual.

Na Amazônia, especialmente a que compreende a região norte do país, um dos principais desafios para o enfrentamento à violência sexual é a questão da responsabilização dos agressores. A dificuldade de se conseguir provas suficientes convive ainda com a escassez de delegacias especializadas e, ainda, com a escassez de serviços básicos como os exames médicos necessários, atendimento psicossocial, especialmente em comunidades tradicionais, como as rurais e ribeirinhas. As longas distâncias percorridas pelos rios ou estradas para chegar até a cidade mais próxima para a realização da denúncia é um dos obstáculos.

Outra dificuldade tem relação com um problema que não é exclusividade do contexto amazônico: o fato de a maioria dos casos de abuso sexual ser praticado por algum membro da

família, sendo este, às vezes, o único provedor do sustento, o que leva a não realização da denúncia.

As relações de poder que permeiam a violência sexual também é um desafio que, em muitos casos, contribui para a impunidade dos agressões e constrangimento das vítimas. Um exemplo dessa realidade são os casos de exploração sexual comercial tendo como agressores políticos locais, como prefeitos, vereadores, empresários e outras autoridades. Um dos casos na região norte com repercussão nacional teve como lócus a cidade de Coari, sendo um dos abusadores o ex-prefeito da cidade, Manoel Adail Amaral Pinheiro, que atualmente cumpre pena por estar envolvido numa rede de exploração sexual comercial.

Torres e Oliveira (2012) asseveram que no referido município, onde há a extração de petróleo e gás pela Petrobrás, a exploração sexual de crianças e adolescentes é um problema frequente e, tem como principais abusadores políticos locais. As autoras reiteram que notícias mostram que a rede de exploração nesse município procura atrair meninas virgens, inclusive crianças de 10 e/ou 11 anos, de comunidades ribeirinhas para a exploração sexual. Retratam que quando a menina é moradora da cidade de Coari, “logo após a comercialização da sua virgindade toda a cidade fica sabendo, porque ela aparece com motocicleta e tem sua casa reformada” (p. 49).

A presença clara das relações de poder exercidas no sentido de promover diferentes formas de violência, dentre as quais a sexual, foi retratada também por Torres (2005), em sua tese de doutorado. A autora traz à tona diferentes tipos de violência dirigidas às mulheres no ambiente fabril da Zona Franca de Manaus. Os resultados de sua pesquisa revelam que as mulheres trabalhadoras foram alvo das violências psíquica e moral, cuja intenção era de promover a desmoralização e, com isso, enfraquecer a organização política e sindical. Nesse processo algumas foram vítimas de estupro por parte de líderes sindicais e assédio sexual praticados pelos chefes das empresas. A autora chama a atenção para a imagem da mulher amazonense construída tendo por base dois períodos históricos:

“[...] o período da política pombalina, que prepara o solo sobre o qual se formou a imagem da mulher índia como lascívia sexual; e o período da Zona Franca de Manaus, momento em que é recriada a ideia da mulher “fácil” em relação à mulher amazonense inserida no processo produtivo da indústria eletroeletrônica (TORRES, 2005, p. 23).

Desse modo, infere-se que essa imagem da mulher amazonense construída pejorativamente com o objetivo sugerir que estas são promiscuas pode ter relação direta e indireta com alguns casos de violência sexual, especialmente de exploração sexual comercial.

Em festividades de municípios do Amazonas que movimentam as atividades turísticas é frequente a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes.

Torres e Oliveira (2012), retratando sobre o tráfico de mulheres para fins de exploração sexual, citam três municípios que se constituem como rotas por conta do turismo: Barcelos, Coari e Parintins. Barcelos tem como atividade turística o campeonato de pesca artesanal mundial, o qual é responsável por atrair turistas do mundo todo. Em Coari há a extração de petróleo e gás, atividade que foi responsável por atrair, segundo as autoras, mais de 2000 empregados só da Petrobrás, dentre outros que foram para a cidade por conta da movimentação econômica intensa. Parintins é conhecida mundialmente pela festa dos Bumbás Garantido e Caprichoso que é responsável por atrair turistas do mundo inteiro, dentre os quais “príncipes, sheiks, embaixadores, governadores, presidentes de países, dentre outros” (p. 50).

Jornais impressos locais sempre lembram o desaparecimento de uma criança de Parintins que teve grande repercussão na cidade, Katlen Pereira Pinheiro, desaparecida desde os oito anos, já são mais de treze anos sem resposta sobre o caso. Em dezembro de 2014, o portal de notícia G1/AM divulgou uma reportagem sobre a prisão em Parintins, de um homem acusado de abusar de 68 adolescentes dos municípios de Iranduba e Parintins. Segundo a reportagem, as relações sexuais com as adolescentes ocorriam como uma das etapas de rituais de uma seita religiosa.

Outro caso que retrata a exploração sexual de crianças e adolescentes saiu numa reportagem do jornal online Gazeta Parintins, em 12/11/2015, que abordou sobre uma rede de pedofilia e exploração sexual no Baixo Amazonas. A reportagem trazia fragmentos de uma entrevista com Renato de Almeida Souto, na ocasião membro do Conselho Nacional de Direitos Humanos, que informava que entre os exploradores se encontravam vereadores, empresários e agentes policiais. A reportagem também ressalta que a primeira denúncia sobre o caso foi realizada por uma das vítimas em 2012.

Essas informações, somadas aos dados trabalhados por Torres e Oliveira (2012), dão uma visão panorâmica de como ocorre a exploração sexual no Amazonas e do perfil dos abusadores, que segundo as autoras, entre os quais estão políticos, atores, empresários, membros do judiciário e até lideranças do sindicalismo. As autoras também reiteram que a beleza natural do ambiente amazônico funciona como atrativo para os programas de exploração sexual comercial, se dando nos rios, lagos, igarapés e etc..

A seguir, apresenta-se o panorama das principais formas de violência contra crianças e adolescentes no município de Parintins, a partir dos registros de instituições de atendimento do município: Delegacia Especializada em Crimes contra a Criança, à Mulher, o Adolescente

e o Idoso – DECCMI; Conselho Tutelar; Casa de Acolhimento Institucional Vovó Conceição e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS.

A delegacia especializada de Parintins atende diariamente diferentes casos relacionados à violência e a criminalidade no município, é responsável por dar conta de crimes com relação direta com o tráfico de entorpecentes, diferentes expressões da violência, dentre outras ocorrências. O município não conta com um espaço físico destinado à delegacia para lidar apenas com os casos relacionados a crianças e adolescentes, fato que causa certa sobrecarga de trabalho aos servidores da referida instituição, contribuindo diretamente para a morosidade na resolução de casos relacionados à violência sexual contra o público infantojuvenil.

O quadro a seguir apresenta o número de atendimentos da referida instituição, apresentando cada modalidade de violação e o mês da ocorrência. A construção do quadro se preocupou em obedecer às descrições prestadas no documento fornecido no decorrer da pesquisa. Dá-se destaque ao termo “menor” usado para retratar casos relacionados a criança e ao adolescente, esse termo também aparece na entrevista do delegado e da promotora. Acredita-se que o uso desse termo para se referir a criança e a adolescente tem relação direta com o tratamento dado pelo Código Penal Brasileiro, que também se refere ao público infantojuvenil como “menor”.

DELEGACIA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA MENORES – PARINTINS (DECCMI)													
ACOMPANHAMENTO DE OCORRÊNCIAS DIÁRIAS												MÊS: Jan. a dez. de 2016	
Mês \ Delitos	Jan.	Fev.	Mar	Abr	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez	Total
Estrupo	1	6	4	7	4	7	5	4	4	3	3	1	49
Tent. Estrupo	0	0	0	3	0	0	0	0	1	0	2	0	6
Lesão Corporal	4	6	7	9	8	7	8	5	2	12	4	4	76
Ameaça	2	6	5	6	9	9	5	12	1	7	5	5	72
Calúnia	0	0	0	2	0	3	2	0	0	1	1	3	12
Difamação	0	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	3
Injúria	0	0	0	1	1	0	0	1	0	0	0	0	3
Outros	1	1	2	0	3	4	3	0	0	0	1	0	15
Subtração Incapaz	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Tentativa de homicídio	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Maus-tratos	0	1	2	0	0	2	1	1	1	3	0	0	11

Abandono de incapaz	0	1	1	1	1	5	3	1	0	4	1	2	20
Aliciamento Menor	1	0	0	0	2	2	0	2	3	4	1	0	15
Corrupção Menor	1	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	4
Indução à fuga	0	1	1	1	3	1	0	0	0	0	1	0	8
Total													296

Quadro 08: Ocorrências da Delegacia Especializada de Parintins: crimes contra menores

Fonte: DCCMI, 2016

Pesquisa de campo, 2016.

A ocorrência com maior número de registro foi a lesão corporal, com 76 ocorrências seguida pela ameaça com 72. A forma utilizada pela instituição para registrar os casos não descreve com detalhes o tipo de lesão, o agressor, as consequências e etc. Isso dificulta o entendimento sobre esses dados, entretanto, é importante lembrar que a única delegacia do município lida diariamente com casos tão diversos, como violência contra a mulher, contra o idoso, contra crianças e adolescentes, ato infracional e outros crimes. No momento da pesquisa, a instituição estava sem uma delegada para lidar principalmente com os casos de violência contra a mulher devido a aposentadoria da antiga servidora. Estava também sem assistentes sociais, que são contratados pela prefeitura que reduziu o quadro de servidores prejudicando serviços essenciais necessários à população local.

Em relação aos casos relacionados à violência sexual, no ano de 2016, a DECCMI registrou 49 estupros, 06 tentativas de estupro, 15 casos de aliciamento de menores e 04 de corrupção de menores. No ano de 2015, houve o registro de 48 casos de estupro e 07 de tentativas. Em 2014 foram 42 estupros e também 07 tentativas. Observa-se certa constância em relação aos casos de estupros e de tentativas nos três anos seguidos, não tendo nenhum aumento ou diminuição significativa.

Essas informações permitem fazer algumas reflexões: o que contribuiu para a semelhança desses números? Houve avanços no sentido de promover a prevenção à essa violação, fazendo repercutir diretamente nesses dados? Será que a população parintinense conhece os caminhos para a realização das denúncias? Estes são acessíveis? Ou ainda, será que o medo, a vergonha e o constrangimento continuam a se apresentar como empecilhos para que vítimas e ou seus responsáveis realizem as denúncias? Com esses questionamentos não se pretende passar a impressão de que se espera que dados relacionados à violência sexual sejam sempre crescentes, mas que de alguma forma essa semelhança entre os números de três anos seguidos nos levaram a essa reflexão.

Outra questão que chama atenção são os meses em que os casos de estupro aparecem com mais frequência: fevereiro: 06; abril: 07, e junho: 07. Essa frequência pode, de alguma forma, ter relação direta ou indireta com as festividades do município. No mês de fevereiro, Parintins recebe turistas de cidades próximas que são atraídos pelo Carnailha, que promove festas e bailes que ocorrem durante o período do carnaval. No mês de abril, os ensaios nos currais dos Bumbás Garantido e Caprichoso começam a ser mais frequentes como preparação para o festival folclórico que acontece no mês de junho. O referido mês é marcado por festas e ensaios nos currais e, no último final de semana, ocorre o festival folclórico que promove uma intensa movimentação de pessoas na cidade. Durante todo o mês de junho, turistas chegam a cidade para participar dos ensaios preparativos para a grande festa. Nesse período, as atividades turísticas são intensificadas, pois o número de turistas cresce a cada dia que se aproxima a festa na arena do bumbódromo.

Além dos números relacionados ao estupro ou de tentativa, registrou-se pela delegacia 15 casos de aliciamento de menores, não deixando claro o real motivo para o qual houve o aliciamento. Pode-se inferir que existe a possibilidade de que seja para fins de exploração sexual comercial. Também tem o registro de 4 casos de corrupção de menores, descrito pelo Código Penal como a indução de crianças e ou adolescentes com idade inferior a 14 anos para a satisfação sexual de alguém.

Na sequência, apresenta-se um quadro com os registros do Conselho tutelar de Parintins.

CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM PARINTINS ATENDIDOS PELO CONSELHO TUTELAR	
TIPO DE VIOLÊNCIA	NÚMERO DE CASOS ATENDIDOS
Termo de Entrega e responsabilidade/ Termo de advertência/ e guarda	232
Abandono familiar (pai/mãe)	28
Maus Tratos	71
Negligência	159
Conflito Familiar (violência física e psicológica, alcoolismo, drogas/desobediência.	384
Pensão Alimentícia	164
Abuso Sexual/ Aliciamento/ Estupro de vulnerável	43
Fuga de Crianças e Adolescentes	28

Gravidez na Adolescência/Precoce	02
Exploração do Trabalho Infantil	02
Reconhecimento de Paternidade/Registro de nascimento	67
Denúncias/Disk 100	10
Tráfico Humano	01
Ato Infracional; Ato Infracional Roubo/Droga	34
Total	

Quadro 09: Casos de Violência contra Crianças e Adolescentes em Parintins atendidos pelo Conselho Tutelar.
Fonte: Conselho Tutelar de Parintins, 2016
 Pesquisa de campo, 2016.

Os registros mais frequentes do conselho tutelar de Parintins estão relacionados aos conflitos familiares e às advertências e termos assinados pelos pais ou responsáveis de crianças e adolescentes. De acordo com a forma de registro da instituição, são incluídos na categoria conflitos familiares a violência física e psicológica promovida por pessoas do convívio familiar. Também contempla questões relacionadas ao uso/abuso do álcool e outras drogas, problemas que geralmente interverem diretamente nas relações familiares, contribuindo decisivamente para a frequência de situações de violência.

Outra forma de violência que merece ser destacada são os casos de negligência, 159 registros. A negligência refere-se a uma forma de violência que reflete a irresponsabilidade das pessoas que possuem a obrigação de cuidar de crianças e adolescentes e não dispensam a esses sujeitos esses cuidados. Pode estar relacionada ao descuido com a higiene, à educação, à saúde ou ainda, em permitir que crianças e adolescentes estejam em ambientes ou situações que podem violar alguns de seus direitos. Como a maioria dos casos de negligência são promovidos por pessoas com grau de parentesco, as denúncias geralmente são realizadas por terceiros.

A solicitação de pensão também é um dos destaques por conta dos números, 159 registros. Trata-se de uma forma também de negligência, praticada especialmente pela figura do pai que, em vários casos, especialmente os que não possuem nenhuma relação conjugal com a mãe da criança ou do adolescente, não dá a atenção devida às necessidades de subsistência dos filhos. Essa situação termina por sobrecarregar muitas mulheres que, sozinhas, lidam diariamente com os desafios de chefiarem a família, tendo que trabalhar para manter a família e ainda cuidar dos filhos. Algumas chefes de família são obrigadas a deixar

os filhos sozinhos, delegando a responsabilidade aos irmãos mais velhos de cuidarem dos mais novos.

Essa realidade tem colocado em risco principalmente crianças, que, por necessidades, precisam lidar com atividades domésticas diárias, como cozinhar alimentos, usar facas ou outros objetos cortantes para a produção das refeições e etc. Situações como estas podem levar a acidentes graves, sendo a criança vulnerável às possíveis lesões no ambiente doméstico.

A figura da mulher como chefe de família, sendo a única responsável pela provisão do lar, é uma realidade nacional e reflete a situação de desigualdade social relacionada às questões de gênero. Estas geralmente possuem baixa escolaridade, são inseridas no mercado de trabalho informal, geralmente no espaço doméstico, atuando como empregadas domésticas ou diaristas, e também são, em sua maioria, negras ou pardas. Essa realidade reflete diretamente na vida de crianças e adolescentes, que sem a figura de um responsável ficam vulneráveis a aliciadores que buscam induzir o público infantojuvenil ao tráfico de entorpecentes ou a exploração sexual comercial.

Dados do IBGE, nos últimos anos, sinalizam para o crescimento do número de famílias monoparentais femininas e não apenas isso, há também o crescimento e a diversificação de arranjos familiares, como famílias homoafetivas, casais casados que moram em casas reparadas, pessoas que compartilham o mesmo ambiente doméstico sem grau de parentesco sanguíneo e etc (SABOIA, 2012).

Importante destacar o crescente número de casos de divórcios, dado também sinalizado pela pesquisa supracitada, situação que repercute diretamente no cotidiano de crianças e adolescentes que terão a sua guarda sob os cuidados de um de seus pais ou serão alvos da guarda compartilhada. E é nessas circunstâncias que a briga judicial por pensão alimentícia ganha destaque e é um dos dados expressivos dos atendimentos realizados pelo Conselho Tutelar.

Diante dessa realidade em relação aos dados sobre divórcio, destacamos as apreensões de Bauman (2004) sobre eventos da atualidade, especialmente em relação a fragilidade dos relacionamentos pessoais, familiares e de convívio social, sendo destacado pelo autor que no cenário da modernidade, as relações se tornam cada vez mais líquidas e flexíveis.

Outra forma de violência registrada pelo Conselho Tutelar de Parintins é a violência sexual, descrita nos dados como abuso sexual, aliciamento e estupro de vulnerável, sendo registrados 43 casos. Observa-se que esse número guarda sintonia com os dados da delegacia,

estando próximos aos registros da DECCMI. Também a instituição tem um registro de tráfico humano, 10 casos de denúncias realizadas pelo Disk 100 e 02 de gravidez na adolescência.

Parintins, acompanhando a realidade da maioria dos municípios da região norte, tem números expressivos de gravidez na adolescência. Souza 2015 traz a informação de que em um dos dois hospitais do município, Hospital Padre Colombo, só no ano de 2014, foram realizados 330 partos de adolescentes na faixa etária de 12 a 19 anos. A autora também elenca dados da SEDUC no município, informando que no mesmo ano, 11% das problemáticas atendidas pelo Serviço Social da instituição referem-se à gravidez precoce, situação que influencia diretamente na evasão escolar.

Apesar de ser uma problemática constante no município, observa-se que essa situação, na maioria dos casos, não é vista como violação de direitos, e por isso os casos não são denunciados e conseqüentemente não aparecem nos registros da delegacia e minimamente do Conselho Tutelar. Segundo o código Penal Brasileiro, qualquer ato libidinoso contra criança e ou adolescente com idade inferior a 14 anos é considerado estupro de vulnerável, assim se uma adolescente com idade igual ou inferior a quatorze anos aparece grávida, isso pode ser resultado de estupro, logo qualquer pessoa que tenha conhecimento de que se trata de um crime deveria realizar a denúncia, inclusive profissionais da saúde e educação.

Diante disso, observa-se certa naturalização da gravidez na adolescência, uma aceitação passiva dessa problemática, inclusive por profissionais que possuem algum conhecimento, ainda que mínimo, do ECA. A gravidez na adolescência promove inúmeras mudanças na vida da adolescente, podendo comprometer a continuidade dos estudos e conseqüentemente trazendo implicações negativas à forma de inserção da nova mãe no mercado de trabalho. Pode ser um elemento determinante para a permanência de determinada família à condição de pobreza, principalmente da mulher que, se não conseguir concluir o ensino médio, terá dificuldade de conseguir emprego formal.

Outras formas de violência contra crianças e adolescentes que destaca-se neste trabalho são maus-tratos com 71 registros e fuga de crianças e adolescentes 28 casos. Os maus-tratos podem estar ligados a forma como culturalmente os pais educam ou corrigem seus filhos, alguns fazem uso da violência física como estratégia pedagógica na instrução de crianças e adolescentes, usando assim castigos, palmadas e surras, fazendo com que o ambiente familiar seja percebido pela criança como um espaço de violência, influenciando diretamente na decisão de fugir de casa. A fuga, além de outras formas de violência, também pode estar relacionada a violência sexual, especialmente de meninas que veem na fuga a única alternativa para fugir dos abusos.

Para finalizar a análise sobre as formas de violência relacionadas a crianças e adolescentes, o ato infracional teve 34 registros, sendo estes relacionados a roubo e drogas. É recorrente a mídia local dar ênfase a criminalidade no município quando os autores são adolescentes, ressaltando que estes são os que mais cometem crimes e não são responsabilizados, principalmente os relacionados ao tráfico de drogas. Entretanto, na pesquisa realizada por Rodrigues (2016), dos 401 registros de ocorrências da DECCMI, no ano de 2015, tendo o adolescente como autor dos delitos, o ato infracional mais cometido foi a condução de transporte motorizados, o porte de entorpecentes ocupa o decimo primeiro lugar e o tráfico vigésimo sexto lugar.

A pesquisa também apontou para o perfil dos autores de ato infracional, sendo a maioria pertencente à família de baixa renda, possuem baixa escolaridade, moram nos bairros mais afastados do centro da cidade, alguns contam apenas com a mãe para prover a subsistência da família e a maioria são do sexo masculino. Esse dado pode ser reflexo da ausência de políticas públicas que consigam contemplar essas famílias e suas necessidades, evitando assim que adolescentes tenham contato com o mundo das drogas e sejam alistados para o comércio de entorpecentes. É importante frisar que no município as oportunidades para a profissionalização de jovens e sua inserção no mercado de trabalho são escassas.

Parintins é uma ilha, as oportunidades de emprego são basicamente através do funcionalismo público, especialmente da prefeitura, o comércio local, e os trabalhos informais que surgem durante os preparativos para o Festival folclórico dos Bumbás Garantido e Caprichoso, que movimentam a economia do município nos meses de abril, maio e junho. Diante da escassez de oportunidades para o público infantojuvenil, o mercado de entorpecentes aparece como uma das poucas oportunidades que não apresenta muitas exigências para aqueles que não tem o perfil exigido pelo mercado de trabalho formal. Assim, alguns adolescentes, especialmente os de famílias em vulnerabilidade social, se envolvem com o tráfico de drogas e as atividades a ele vinculadas como furtos, assaltos, roubos e etc.

Dando continuidade à discussão sobre as principais problemáticas que provocam danos ao pleno desenvolvimento de crianças e adolescentes em Parintins, apresenta-se a seguir um quadro com os registros dos atendimentos da Casa de Acolhimento Institucional Vovó Conceição.

CRIANÇAS E ADOLESCENTES ATENDIDOS NA CASA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL VOVÓ CONCEIÇÃO EM 2016			
Mês de referência	Tipo de violência	Número de casos	
Janeiro	Negligência	Crianças: 02 Adolescentes: 0	F: 1 M: 1
Fevereiro	Abuso sexual, negligência, conflito familiar e infração	Crianças: 4 Adolescentes: 5	F: 8 M: 1
Março	Negligência, abuso sexual, fuga	Crianças: 02 Adolescentes: 03	F: 3 M: 2
Abril	Fuga, conflito familiar	Crianças: 0 Adolescentes: 02	F: 02
Maio	Conflito familiar, negligência, abandono de incapaz	Crianças: 04 Adolescentes: 03	F: 05 M: 02
Junho	Conflito familiar, abandono de incapaz, fuga, trabalho infantil	Crianças: 04 Adolescentes: 04	F: 07 M: 01
Julho	Negligência, medida protetiva, fuga, negligência	Crianças: 05 Adolescentes: 02	F: 03 M: 04
Agosto	Agressão física, negligência	Crianças: 03 Adolescentes: 00	F: 01 M: 02
Setembro	Não houve entrada, apenas o acompanhamento dos abrigados	Crianças: 0 Adolescentes: 00	
Outubro	Abandono de incapaz, agressão física, fuga, exploração sexual	Crianças: 00 Adolescentes: 04	F: 04
Novembro	Não houve entrada, apenas o acompanhamento dos abrigados	Crianças: 0 Adolescentes: 0	
Dezembro	Não houve entrada, apenas o acompanhamento dos abrigados	Crianças: 0 Adolescentes: 0	
Total			47

Quadro 10: Casos de violência contra crianças e adolescentes em Parintins atendidos na Casa de Acolhimento Institucional Vovó Conceição

Fonte: Abrigo Vovó Conceição, 2016
Pesquisa de campo, 2016

Os casos atendidos pela instituição são de crianças ou adolescentes que o Ministério Público ou o conselho Tutelar retiraram do ambiente familiar por suspeita de alguma expressão da violência, dentre as quais uma das mais frequente é a violência sexual. O entendimento é de que o ambiente da família oferece riscos à integridade física ou psicológica e, por isso são acolhidos na instituição até que seja apurado o caso. Se não for confirmada nenhuma das suspeitas, a criança ou adolescente retorna ao convívio familiar.

As formas de violência mais frequentes são: negligência; conflitos familiares; abandono de incapaz e violência sexual (abuso e exploração sexual). As crianças e ou

adolescentes que ficam em situação de acolhimento são afastadas de seu ambiente familiar, perdem, pelo menos por um tempo, o contato com os pais ou responsáveis, os irmãos, quando têm, com os vizinhos com quem costumavam interagir ou brincar e com outros membros da família.

Essa situação é desagradável para a criança e/ou adolescente, sair de seu lar e ir morar num local onde, até então, não conhecia ninguém. Mesmo contando com o atendimento e acompanhamento de profissionais como psicólogos, assistentes sociais e outros, é uma situação desconfortável, não deixa de ser também uma forma de violência. Entretanto, a situação de acolhimento deve ser vista como algo provisório, e só deve ocorrer quando as condições do ambiente familiar oferecem riscos a esses sujeitos. Trata-se de uma excepcionalidade, que tem como objetivo central garantir que crianças e adolescentes convivam em um ambiente seguro e saudável e, se o lar não é esse ambiente, é urgente que a criança seja retirada para sua própria segurança.

Os registros da Casa de Acolhimento Institucional apontam claramente para a prevalência das vítimas do sexo feminino, 34 registros, sendo 13 do sexo masculino. Esses dados refletem as influências da desigualdade de gênero, especialmente nos meses em que houve casos relacionados a violência sexual, como nos meses de fevereiro 8 registros, março 3 e outubro 4. Vale ressaltar que os casos registrados podem representar apenas a ponta do *iceberg*, tendo em vista que a violência sexual é mais frequente entre as relações familiares e isso é um dos graves problemas que impedem e/ou dificultam que os casos sejam denunciados. Importante também lembrar que, devido os valores do patriarcado e do machismo terem forte influência na sociedade brasileira, isso pode se configurar como um empecilho para que a violência sexual contra crianças do gênero masculino sejam denunciadas, tendo em vista a proteção “à honra da família”.

É importante frisar que a maioria dos casos que chegam à instituição geralmente os vínculos familiares foram rompidos ou estão fragilizados, nessas situações os mais vulneráveis são os prejudicados. Crianças e adolescentes por estarem em processo de desenvolvimento, serem dependentes, não têm maturidade e autonomia para lidar com a vida cotidiana, tendem a ser os que mais sofrem com problemas familiares e/ou com a violência presente no ambiente do lar.

Além da instituição de acolhimento institucional, outra instituição que lida com as diferentes formas de violência contra crianças e adolescentes em Parintins, especialmente quando os vínculos familiares foram rompidos ou quando a criança e o adolescente foram vítimas de grave violação aos seus direitos, é o Centro de Referência Especializado de

Assistência Social- CREAS. Na sequência, apresenta-se um quadro com os registros da instituição do ano de 2016.

CRIANÇAS E ADOLESCENTES ATENDIDOS PELO CREAS EM 2016													
Mês Tipo de violência	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
Abuso sexual	0	1	1	1	1	3	3	2	4	6	5	2	29
Negligência ou Abandono	1	2	5	5	1	0	0	0	5	3	0	0	22
Violência Intrafamiliar (física ou psicológica)	0	3	3	5	2	0	3	0	0	1	2	2	21
Uso de Drogas	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Total	74												

Quadro 11: casos de violência contra crianças e adolescentes em Parintins atendidos pelo CREAS.

Fonte: CREAS, 2016

Pesquisa de campo, 2016

O abuso sexual foi a violação que mais gerou registros na instituição, 29 casos, seguida pela negligência ou abandono com 22 registros e a violência intrafamiliar 21 casos. Geralmente a instituição atende casos encaminhados pela DECCMI, pelo Conselho Tutelar ou demanda espontânea. No ano de 2016, a delegacia especializada registrou 74 casos relacionados a violência sexual, sendo 49 de estupro, 6 tentativas de estupro, 15 de aliciamento e 4 casos de corrupção de menores. O Conselho Tutelar atendeu 43 casos de abuso sexual.

Diante dos casos de violência sexual atendidos pela DECCMI e pelo CT, percebe-se que o número de atendimentos pelo CREAS são inferiores aos registrados pelas duas instituições citadas. Durante a entrevista com uma das promotoras do município, perguntou-se o número de casos de violência sexual que tiveram o desfecho com a responsabilização do agressor, mas esta não precisou em números, informou que foram vários. A conselheira tutelar durante a entrevista informou que um dos grandes desafios enfrentados pela rede de

proteção à criança e ao adolescente nos casos de violência sexual é a demora no processo judicial, especialmente a responsabilização do agressor.

Pode ser que todos os registros do CT e da Delegacia não se configuravam como violência sexual, mas é muito difícil que nem a metade dessas denúncias não tenha relação com a referida violência. Quando não se dá a devida importância para a verificação dos casos de suspeitas de violência sexual, pode-se contribuir para o prolongamento das agressões, especialmente quando estas envolvem grau de parentesco entre vítima e agressor e ocorrem no ambiente doméstico.

Em situações que a vítima procura ajuda e a situação é denunciada e, não é dada a devida importância ao caso, a vítima perde a esperança de que àquela realidade mude e, assim, perde a confiança nas instituições. Todo esse processo pode contribuir diretamente para que a vítima fique retraída e não insista na denúncia, ficando vulnerável a violência sexual que pode iniciar na infância e durar até a adolescência, se esta estiver entre relações familiares.

Essa realidade mostra a necessidade de diálogo entre instituições da rede de proteção ao público infantojuvenil em Parintins, especialmente no tocante aos casos de violência sexual. O enfrentamento da violência sexual é um desafio, se as instituições não conseguirem somar esforços essa luta fica ainda mais fragilizada e os resultados não chegam. Diante disso, reconhecendo que o combate a essa violação só pode ocorrer de forma articulada, intersetorialmente é que no próximo capítulo discute-se a rede de proteção à criança e ao adolescente em Parintins no enfrentamento à violência sexual.

3 ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM PARINTINS: O TRABALHO DA REDE DE PROTEÇÃO

O direito do cidadão hoje é negado até mesmo nos discursos institucionais quando a instituição não tem recursos materiais e humanos para atender determinado tipo de usuário de seus serviços (OLIVEIRA, 2009, p. 19).

3.1 REDE DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE NO ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA SEXUAL EM PARINTINS

Diante da complexidade que é o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes, as ações pensadas para o seu efetivo enfrentamento tem levado a construção de propostas que visam ações articuladas e integradas, envolvendo diferentes atores e instituições. No Brasil, desde o processo de construção do primeiro plano para enfrentar essa problemática já se propunha um trabalho em rede, entendendo a necessidade de diversos esforços para combater um problema que tem múltiplas dimensões.

As iniciativas que visam prestar atendimentos às vítimas, os órgãos responsáveis pela responsabilização dos agressores, instituições que trabalham a prevenção e outros segmentos que atuam visando o combate a todas as formas de agressões contra o público infantojuvenil tem imprimido esforços conjuntos. Os documentos nacionais – Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (PNEVSCA), SGDC, Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, PAIR – têm sugerido o trabalho em rede como forma de combater essa problemática em suas diferentes dimensões.

A existência de uma rede local de proteção pode potencializar a atuação dos segmentos envolvidos com a questão, compreendendo um conjunto de instituições e atores sociais com o mesmo foco: a proteção e materialização dos direitos do público infantojuvenil.

O objetivo fundamental das redes locais de atenção à criança e ao adolescente é dar materialidade às garantias estabelecidos na Convenção dos Direitos da Criança, na Constituição Federal Brasileira de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, e isso tem sido feito, principalmente através das políticas públicas e da participação ativa da sociedade. Ao contrário da atuação verticalizada, característica de várias instituições, o trabalho em rede se revela como um processo dinâmico, facilitando a construção de vínculos

horizontais e interdependentes, tendo por finalidade a complementaridade das ações que visam garantir direitos.

As estratégias de trabalho em rede têm sido adotadas em diferentes áreas, como na ciência da informação, voltadas especialmente para as redes sociais na internet; na sociologia e psicologia voltadas para os vínculos afetivos ou de sociabilidade, na administração, dentre outras áreas. A perspectiva que se pretende defender neste trabalho é a proposta de trabalho que envolve políticas públicas que atuam no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Nesse sentido, trata-se de uma

[...] rede intersetorial, que congrega as principais políticas direcionadas ao enfrentamento de demandas complexas, como é o caso da violência contra crianças e adolescentes, que necessita de que, ao mesmo tempo, se desenvolvam conjuntamente ações de saúde, educação, segurança pública, assistência social, tanto para proteger as vítimas e famílias, como para responsabilizar os autores da violência. São aquelas que articulam o conjunto das organizações governamentais, não governamentais, serviços, programas sociais, bem como as redes setoriais, priorizando o atendimento integral às crianças e adolescentes (LAVORATTI, 2013, p. 131-132).

Fleury (2002) assevera que a gestão em rede tem influenciado diferentes campos: empresariais, de políticas, de movimentos sociais, de apoio sociopsicológico e etc. e, que esse modo de gestão é resultante de diversos fatores. Um deles é a globalização econômica que promoveu alterações nos processos produtivos e administrativos, tendo em vista a busca por maior flexibilização, integração e interdependência. Outro fator refere-se às mudanças no âmbito do Estado e em sua relação com a sociedade, que exigiu formas de gestão descentralizadas e uma nova forma de relação entre Estado, organizações empresariais e sociais. Outro fator tem relação com mudanças vividas no contexto latino-americano por conta do processo democrático que promoveu maior participação de setores da sociedade no âmbito da gestão pública, especialmente no tocante às políticas públicas.

Outra influência na gestão em rede guarda relação com a complexificação dos processos administrativos, num contexto de mudanças cada vez mais rápidas e constantes, há dificuldade em agir isolado, exigindo parcerias e articulações. O avanço tecnológico também tem sido determinante, principalmente em relação à área da comunicação, possibilitando o acompanhamento de situações e interações em tempo real.

Schneider (2005) pontua que, diante da vasta produção teórica a respeito das redes de políticas públicas, algumas generalizações podem ser feitas:

1. O denominador mais comum de todas as análises de redes de políticas públicas é que a formulação de políticas públicas não é mais atribuída somente à ação do

Estado enquanto ator singular e monolítico, mas resulta da interação de muitos atores distintos. A própria esfera estatal é entendida como um sistema de múltiplos atores.

2. Na formulação e implementação de políticas públicas, além de muitos atores públicos, estão envolvidos atores privados de distintos setores sociais e áreas.

3. O próprio conceito de rede se refere a vínculos diretos e indiretos relativamente duradouros, através dos quais os atores envolvidos estão integrados na formulação de políticas públicas.

4. Embora muitos atores estejam envolvidos direta e indiretamente na produção de políticas, existe entre eles diferença de poder e influência.

5. Posições de poder e influência não são determinadas somente através de status político-institucional formal, mas também por meio de vínculos informais (por exemplo, comunicação, intercâmbio de recursos, interação estratégica) (p. 38).

Assim, países que são dirigidos a partir de um regime democrático possibilitam que a sociedade, de alguma forma, participe da construção, implementação e do controle das ações do Estado, inclusive das políticas públicas. No Brasil, a partir da luta pela redemocratização do país e pela garantia universal de direitos, no contexto da década de 1980, foi possível avanços importantes que estão expressos na Constituição de 1988, imprimindo novas formas de participação da sociedade tanto na construção das políticas públicas, quanto no controle sobre os Estado na execução destas.

Simões (2009) sinaliza que a distribuição de poderes e competências entre a União, estados e municípios oriunda da descentralização, possibilitou a participação da sociedade, estabelecendo desse modo a corresponsabilidade entre Estado e sociedade. Assim a concepção de democracia participativa influenciou diretamente as leis que seguiram os padrões constitucionais, como a 8080/1990 e a 8069/1990, consagrando assim a participação da sociedade, principalmente através dos conselhos.

Nesse processo, apesar da possibilidade de participação da sociedade frente a construção e fiscalização de políticas públicas, é importante lembrar que, nesse processo, as parcelas de poder e influência nem sempre são igualitárias, o que pode levar a existência de conflitos.

Scheinder (2005) pondera que a rede tem relação direta com as transformações no âmbito das relações entre Estado e sociedade e diante do contexto da complexidade das exigências governamentais, seria difícil para o gestor público atuar sem a parceria de partidos, grupos de interesse, institutos de pesquisa, dentre outras instituições no processo de construção de políticas públicas e em outras ações. Nesse sentido, as redes de políticas públicas são entendidas como “novas formas de condução política” (p. 39).

Além dos elementos já elencados sobre a proliferação do trabalho em rede envolvendo políticas públicas, também contribuem nesse processo:

A complexidade dos problemas sociais, a diversidade de atores e interesses em conflitos envolvidos, a crescente mobilização da sociedade civil cobrando atenção diferenciada que respeite as diferenças sociais, a organização de um setor não-governamental que atua cada vez mais no campo das políticas sociais e o aumento da ação social das empresas, são fatores que impulsionam e explicam o florescimento das redes de políticas sociais (FLEURY, 2005, p. 86).

Pereira e Teixeira (2013) defendem que a atuação em rede envolvendo as políticas sociais e a participação do setor privado é uma forma de proteção social que emerge e se desenvolve sobre a influência do projeto neoliberal, que propaga que a responsabilidade pela promoção do bem-estar social deve ser compartilhada entre o mercado, as organizações não-governamentais e o Estado. Cada um atendendo um público determinado: mercado para os que podem pagar; o Estado e organizações não-governamentais focando no atendimento dos mais pobres. Assim, essa forma de gestão seria parte do processo de desmonte do Estado Intervencionista e, nesse processo, há a intenção de promover a mercantilização de serviços sociais para os que possuem o poder de compra e a refilantropização para os mais pobres.

Para as autoras, o terceiro setor pode ser entendido como “o conjunto de organizações societárias e comunitárias que operam na defesa ou na prestação de serviços sociais com caráter público, porém não estatal [...]” (p. 119). Nesse contexto, a atuação do Estado deveria ocorrer apenas no âmbito da regulação dessas relações, ficando a cargo da sociedade e da iniciativa privada a oferta de bens e serviços. Trata-se de uma proposta de viés neoliberal que procura minimizar cada vez mais a intervenção estatal na vida social, devendo este intervir apenas nos aspectos que o mercado e a sociedade civil não conseguissem atender.

Apesar das críticas dirigidas ao trabalho em rede envolvendo setores governamentais e não governamentais, Pereira e Teixeira (2013) não negam a importância dessa estratégia, defendendo que:

Em meio ao discurso em prol da descentralização, as redes mostraram-se como uma modalidade de coordenação favorável à construção de parcerias em nível local, estadual e federal, visão com a qual concordamos, posto que não significa o desmonte ou desresponsabilização do Estado, mas sim divisão de responsabilidades entre entes governamentais, de recursos e de poder de decisão, de pactuação e de articulação que, se associada às redes intersetoriais de políticas públicas, será capaz de uma intervenção totalizante, rompendo a fragmentação e a setorialidade das políticas sociais (p.118).

Fica claro que a concepção de rede que as autoras defendem é aquela que articula, envolve e fortalece as instituições governamentais, deixando o Estado como o interventor frente às diferentes expressões da questão social. Em Parintins, tem sido frequente a criação

de instituições não governamentais que visam prestar atendimentos ao público infantojuvenil, como pode ser visto no capítulo I deste trabalho, apesar da importância dessas instituições, observa-se que a maioria, se não todas, trabalham com recursos públicos.

Vale lembrar, que na execução dos serviços oferecidos por essas instituições dificilmente se propaga aos usuários que parte dos recursos captados possuem origem pública. Nesse contexto, as ações muitas vezes aparecem como se fossem exclusivamente de iniciativa daquela instituição, ou de sujeitos, que por vezes são tidos como “heróis”, sendo alguns envolvidos com a política partidária local. Diante disso, a postura que se defende neste trabalho, apesar de reconhecer a importância de várias instituições que ofertam serviços de qualidade no município, é a do Estado intervencionista, responsável por atender as demandas da população.

Dowbor (2005) afirma que

[...] estamos evoluindo do que poderíamos caracterizar como sistema de acordos diplomáticos entre os atores sociais interessados, para uma estrutura muito menos formalizada, mas bastante mais ágil. Quando as regras do jogo eram relativamente estáveis, as diversas organizações podiam acertar o papel de cada uma. Hoje, a situação e as regras mudam, e com isto o processo de interação, a própria construção dos arranjos de colaboração, devem manter uma grande flexibilidade e capacidade de se reorganizar (p. 19).

O autor, ao estudar as mais variadas formas de alianças e parcerias, retrata que tem se verificado uma evolução no que diz respeito a maneiras tradicionais de acordos, alianças e parcerias. Retrata o surgimento de uma forma de interação que é permeada pela flexibilidade, capacidade de reorganização e com caráter menos formal e bastante ágil.

Gonçalves e Guará (2010) ponderam que nossa forma de pensar foi decisivamente influenciada pelo modelo cartesiano, incentivador das análises detalhadas de parcelas/pedaços de determinado fenômeno, fato que orientou a organização do ensino, a forma de se pesquisar e produzir conhecimento. Entretanto, os autores destacam que a atualidade impõe novos e numerosos desafios complexos que passam a exigir um olhar mais amplo e global, contexto este que é propício para diversas formas de interações.

Assim, os problemas passam a exigir formas de intervenções que extrapolam as competências de um único setor, favorecendo a cooperação na resolução de problemas sociais entre instituições governamentais, sociedade civil e, por vezes, o mercado. Nesse processo são formados elos, alianças, eixos, teias, articulações, conexões, redes que visam estabelecer uma relação de confiança entre os participantes, promovendo a sociabilização de poder, o respeito à autonomia e à negociação.

Em relação à violência sexual contra crianças e adolescentes, Faleiros (1998) destaca formas de redes que são violadoras dos direitos do público infantojuvenil e redes que visam à proteção desses sujeitos. As redes de proteção são democráticas, formadas por atores/organizações-forças no território para ações articuladas que visam combater toda e qualquer forma de violação aos direitos do público em questão. As redes violadoras de direitos voltam-se para a exploração sexual de crianças e adolescentes, articulam um conjunto de atores/abusadores que se organizam para explorar crianças e adolescentes. Trata-se de uma rede verticalizada, autoritária, baseada em relações hierárquicas de poder onde participam redes de hotéis, agências de turismo, taxistas e outros operadores que se aproveitam da condição de vulnerabilidade do segmento infantojuvenil.

Essas redes autoritárias também existem nas relações familiares onde o abuso sexual está presente, e conta com o silêncio de familiares, vizinhos, conhecidos que se articulam para proteger o abusador em detrimento da proteção da vítima.

Essa assertiva também é compartilhada por Ribeiro (2011) que enfatiza que a exploração de crianças e adolescentes ocorre em rede, seja via tráfico humano para fins de exploração sexual, seja através da pedofilia na internet, dentre outras formas de exploração sexual. Defende que o combate a essa violação deve envolver “um grande esforço de trabalho em rede visando à eficiência das ações, o cessar da violência, a investigação dos acusados e a proteção das vítimas” (p. 209). Assim, destaca que “a rede de enfrentamento da violência sexual, ou redes de proteção de crianças e adolescentes vítimas da exploração e abuso sexual, surgem como resposta ao enfrentamento do problema, considerando sua complexidade e o necessário envolvimento de diversos atores sociais” [...] (p. 209-210).

Por ser um fenômeno multifacetado, complexo, de difícil identificação e comprovação, a violência sexual se mostra como um problema complexo de ser enfrentado. Desde a década de 1990, percebe-se a intensificação de discussões e iniciativas no Brasil que visam combater essa violação, mas apesar dos anos, o desafio permanece. Nos instrumentos legais construídos e reconstruídos ao longo das últimas décadas, são apresentadas propostas e orientações nacionais que visam dirigir as ações de enfrentamento do problema no nível local, municipal, mas a implementação dessas propostas se mostra também como um grande desafio frente às particularidades de cada município.

Essas propostas deixam clara a necessidade de articulação de setores/órgãos e sujeitos no sentido de somar esforços tendo objetivos comuns, no caso, o enfrentamento à violência sexual infantojuvenil. Importante destacar que o combate a essa grave violação

deve contemplar vários aspectos, como a prevenção, a responsabilização dos agressores, a defesa e proteção das vítimas e suas famílias dentre outras áreas.

Em Parintins, as estratégias de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes conta com setores do Estado e da sociedade civil, que imprimem estratégias no âmbito da promoção, prevenção, atendimento, controle e responsabilização dos agressores e tentam atuar de maneira articulada, visando o trabalho em rede.

Desse modo, buscou-se conhecer, junto aos operadores dessa rede de serviços em Parintins que participaram da pesquisa, como funciona o trabalho da rede de proteção à criança e ao adolescente no enfrentamento à violência sexual. Trabalham diretamente com essa problemática o Conselho Tutelar, o CREAS, a Casa de Acolhimento Institucional Vovó Conceição, o SAVVIS, a Delegacia Especializada e o Ministério Público. Além destes, de maneira mais indireta também contribuem no enfrentamento a essa questão, o CMDCA, o trabalho desenvolvido nas escolas, principalmente pelos pedagogos e também buscamos conhecer a percepção de uma das participantes do Movimento Social Articulação Parintins Cidadã.

Assim, o quadro a seguir apresenta, a partir da percepção dos entrevistados, como ocorre o trabalho da rede de proteção à criança e ao adolescente em Parintins através das instituições que lidam mais diretamente com a questão.

TRABALHO DA REDE DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E ADOLESCENTE NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL	
ENTREVISTADOS	TRABALHO DA REDE
ENTREVISTADO I	Ela está muito mais de massificar que existe (rede) aqui em Parintins [...] mas ela fica muito aquém de investigação que não compete a gente, é delegacia, ministério público. As demais redes, elas massificam simplesmente através de manifestações, através de campanhas, é feito esse processo, mas de investigação, de finalmente prender quem são os envolvidos, aí já compete a esses outros órgãos, de poder de polícia mesmo. [...] Mas o nosso trabalho aqui, é mesmo essa divulgação, de denuncie, não fique alheio a essa situação. [...] Quando se trata principalmente dessa situação da alta complexidade né, a gente tem uma (rede), não completamente de toda a rede, mas daquelas primordiais a gente tem, com algumas deficiências, sim, mas porque requer mais da administração que faça investimento na rede.
ENTREVISTADO II	A gente trabalha na rede né, tem a rede de proteção e a gente trabalha em parceria junto com a SEMASTH, junto com o ministério público, juntamente com o juiz, conselho tutelar, comissariado de menores, todos os órgãos que trabalham com crianças e adolescentes que são registrados no conselho, a gente tem essa função. [...]A rede ela não funciona o ano todo, então a gente teria que ter uma rede funcionando o ano todo, fora do festival, fora do carnaval, mas também tem as escolas que também podem fazer esse trabalho, geralmente eles sempre convidam pra gente dar uma palestra [...].
	[...] eles só se mexem em períodos festivos. Quando é período festivos, os órgãos se unem, começam a fazer panfletagem, visitar os estabelecimentos, colar cartaz, a rede

ENTREVISTADO III	só é assim. [...] Por sabermos que a rede, uma parte da rede deveria fazer essa parte preventiva, esse trabalho preventivo não funciona, nós vamos fazer. Nós saímos um pouco do que rege nossa atribuição, e nós vamos, quando nós temos essa disponibilidade, nós vamos sim fazer palestra, fazer orientações, pra tentar diminuir esse índice que é muito grande.
ENTREVISTADO IV	A rede de proteção à criança e ao adolescente trabalha em uma constante, durante o ano inteiro com as redes articuladores. São realizadas ações em todos os eventos festivos na cidade de Parintins e agrovilas, como por exemplo o Festival Folclórico de Parintins, Carnailha, entre outras festividades. As equipes trabalham diretamente articuladas às redes, em função de orientação, panfletagens, e encaminhamentos no ato da abordagem.
ENTREVISTADO V	Aqui em Parintins existe esse link com os psicólogos e assistentes sociais que não são servidores da delegacia, servidores da polícia civil. Em Manaus, por exemplo, já existe, tudo é feito dentro da própria delegacia, lá existe uma estrutura para tanto. Aqui ainda não, então tudo é feito desse modo. A cooperação ela é necessária como meio de minimizar o sofrimento da vítima e, também para que ela seja assistida durante o tempo em que for necessário para que ela consiga enfrentar esse trauma de um modo mais... menos difícil, pra que ela consiga conviver com esse trauma que é pra vida inteira.
ENTREVISTADO VI	Geralmente, o dia D mesmo, o dia 18 de maio, que é o dia realmente de combate a violência sexual de crianças e adolescentes, então esse é um dia que nós sempre estamos trabalhando. Mas também tem as palestras dos universitários, dos acadêmicos da UFAM da UEA, que vem fazer as palestras aqui na escola. Tem também o trabalho dos próprios professores em sala de aula, os professores de biologia, de ciências que tratam sobre a questão mesmo da sexualidade, e eles sempre estão abordando também a questão da violência sexual.
ENTREVISTADO VII	[...] E por que que a gente sente que em Parintins essa situação da questão da violência contra o menor e, não só essa, quer dizer o crescimento da criminalidade, menores infratores nas ruas, um aumento exacerbado, porque essa segunda promotoria ela não está com promotor na cidade, porque ele está sob a administração atual, legalmente falando, então nós não temos um membro nessa promotoria, assim como nós não temos um juiz titular cuidando dessa vara. Então imagina uma cidade do tamanho de Parintins com essa problemática do menor sem um juiz e sem um promotor! Passam substitutos que tanto na 2ª Vara quanto na 2ª promotoria, isso já faz um certo tempo. Então redundou na situação prática de hoje e [...] de tanto ver a situação se agravar em Parintins, especialmente no que tange a questão do menor [...]eu resolvi acumular essa 2ª promotoria, a partir de meados de janeiro ou fevereiro desse ano (2017) [...]
ENTREVISTADO VIII	Informou que nunca foi convidado para nenhuma reunião ou encontro dessa rede, sua participação se dava quando solicitado pela delegacia, conselho tutelar ou ministério público, sempre voltado para os exames médicos, especialmente de conjunção carnal

Quadro 12: Trabalho da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente no Enfrentamento à Violência Sexual
Fonte: Pesquisa de campo, 2016, 2017.

De acordo com o entrevistado I, o trabalho em rede fica mais no âmbito do discurso e ganha mais visibilidade em períodos de campanhas, pode-se citar nesse caso, a mobilização nacional em torno do dia 18 de maio e as campanhas preventivas realizadas no município durante as festividades do carnaval e do Festival Folclórico. Ressalta ainda que no tocante ao processo de responsabilização dos abusadores, o trabalho das instituições fica abaixo do esperado.

Pondera que sua contribuição, enquanto membro da rede é a de disseminar para a população a importância da denúncia em relação aos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, de fazer com que a população se sinta parte desse processo e participe ativamente do enfrentamento a essa problemática. Declara que existe uma rede, “não completamente toda a rede”, que contempla instituições que estão envolvidas mais diretamente com as questões relacionadas à violência sexual, acredita-se que CREAS; Conselho Tutelar; o abrigo; Ministério Público; Delegacia, ressaltando que estas, mesmo com as dificuldades que precisam ser sanadas pelo poder público, seus operadores se esforçam para enfrentar a violência sexual contra crianças e adolescentes no município.

O entrevistado II cita algumas das instituições que compõem a rede de proteção, SEMASTH, Ministério Público, Conselho Tutelar, Comissariado de Menores⁸. Ressalta que a rede de proteção só funciona em períodos das duas principais festas do município, Carnailha e Festival Folclórico e que, fora desses períodos, o trabalho fica mais focado no âmbito da prevenção, especialmente nas escolas do município. Essa compreensão também aparece na fala do entrevistado III que sinaliza que a rede só é movimentada em períodos festivos, com panfletagem em bares, hotéis, motéis e outros estabelecimentos, visando prevenir principalmente a exploração sexual de crianças e adolescentes. Reitera que o trabalho preventivo que deveria ser feito ao longo do ano por algumas das instituições que fazem parte da rede é negligenciado.

A percepção do entrevistado IV em relação ao trabalho em rede no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes é de que essa rede funciona o ano todo e, que suas ações seguem uma dinâmica mais intensa nos períodos festivos, tanto na cidade quanto nas duas agrovilas pertencentes ao município (Caburi e Mocambo). Destaca que nos períodos festivos, além das abordagens e orientações, também são encaminhados os casos, que no ato da abordagem, são identificados como situações de violação de direitos e que precisam ser acompanhados por profissionais de alguma instituição da rede.

O entrevistado V ressalta a importância da parceria, principalmente da SEMAST, na disponibilização de assistentes sociais e psicólogos frente ao processo de enfrentamento das consequências da violência sexual. Enfatiza que a polícia civil no município não possui a estrutura necessária para lidar com as questões da violência sexual, principalmente em relação aos recursos humanos.

⁸ Refere-se a um corpo de profissionais que trabalhavam no porto de Parintins inspecionando a documentação de crianças e adolescentes que pretendiam viajar.

O entrevistado VI dá ênfase ao trabalho realizado no dia 18 de maio, dia Nacional de Combate a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e, sinaliza para as parcerias que a escola tem frente ao combate a essa violação, como os alunos de medicina da UFAM e UEA. Também destaca o trabalho interno, realizado pelos professores, como de biologia, que discute questões relacionadas ao corpo humano e seu desenvolvimento, a sexualidade e etc. Importante lembrar que o espaço escolar é um ambiente em que possibilita o trabalho preventivo, não apenas em relação às questões da violência sexual, mas também de diferentes problemáticas que permeiam a vida de crianças e adolescentes, como gravidez precoce, uso/abuso de álcool e outras drogas, DSTs, outras manifestações da violência, dentre outras questões.

Quando questionado sobre o trabalho da rede em Parintins no enfrentamento à violência sexual, o entrevistado VII pondera sobre o crescimento das problemáticas relacionadas ao público infantojuvenil em Parintins, não só em relação às diversas formas de violência sofrida por esses sujeitos, mas também as praticadas pelos adolescentes. Justificou o agravamento da questão à ausência de promotor na promotoria que deveria lidar com essas questões, assim como também a ausência de um juiz titular para a vara de justiça ligada a essas demandas. Diante do tempo sem titular na segunda promotoria e, diante do agravamento das questões ligadas ao público em questão, o entrevistado, que é titular da terceira promotoria, resolveu acumular essa função, buscando dar seguimento às questões relacionadas ao público infantojuvenil.

Assim, uma de suas primeiras ações foi solicitar uma reunião com as instituições da rede em Parintins para saber como estava seu funcionamento. Destaca que, às vezes, o município nem sempre oferece todos os serviços necessários às demandas postas pelos seus segmentos, e em relação à violência sexual, há situações em que nem os atendimentos psicossociais estão funcionando. Um exemplo disso, foi a demissão em massa no final do ano de 2016, por conta da mudança de gestor municipal, essa situação deixou paralisado vários serviços no município, como por exemplo o CREAS, que por ordem judicial voltou a funcionar nos primeiros meses do ano de 2017.

Quanto ao posicionamento do entrevistado VIII em relação ao trabalho da rede de proteção, sinalizou que nunca foi convidado para nenhuma reunião, que as instituições com as quais tinha contato, por conta da violência sexual, era a delegacia especializada, o conselho tutelar e o ministério público quando solicitavam os exames a serem usados no processo de confirmação ou negação da violência sexual sofrida.

Observa-se nas falas dos entrevistados que alguns dão ênfase ao trabalho em rede que é realizado nos momentos festivos do município, e que há um certo afrouxamento dessa rede no restante do ano.

Vale sinalizar que Parintins é uma cidade turística e, que nos períodos festivos recebe turistas do mundo todo, especialmente no festival folclórico. A festa dos bumbás Garantido e Caprichoso é conhecida mundialmente e todos os anos atraí turistas de diversas regiões do país e do mundo. Durante o processo de preparação para as festividades, o município recebe investimentos do governo do estado e de patrocinadores, fato que intensifica as atividades econômicas desde os primeiros ensaios da festa dos bois até os três últimos dias do festival.

Nesse período, é comum identificar diferentes estratégias de trabalho que o parintinense juntamente com sua família traça para aproveitar esse momento, como a venda de alimentos e bebidas, artesanatos, aluguel de suas casas e etc. Diante da intensificação das atividades econômicas por conta do festival folclórico, alguns riscos à violação de direitos do público infantojuvenil também são visíveis, como trabalho infantil, exploração sexual, dentre outros.

É dentro da proposta de garantia de direitos que, durante as festividades realizadas no município, a rede de proteção à criança e ao adolescente tem suas ações intensificadas com o objetivo de prevenir situações que possam colocar em risco crianças e adolescentes. Assim, durante as principais festas realizadas no município – Festival Folclórico, Carnailha, festas de final de ano, Festival Folclórico da comunidade do Mocambo, Festival de Verão da Comunidade do Caburi – as instituições que compõem a rede no município se reúnem para pensar estratégias que possam inibir toda e qualquer ameaça aos direitos do público infantojuvenil.

O trabalho de mobilização dessa rede, principalmente para o festival folclórico, inicia com reuniões para o planejamento de ações e preparação/capacitação dos profissionais que irão atuar durante as festividades. Nesse contexto, são separadas, por equipes, as pessoas para atuarem nos quatro últimos dias de festa do festival folclórico (festa dos visitantes e as três noites de apresentações dos Bumbás Garantido e Caprichoso). Para esse processo, são mobilizados quase todos os funcionários da prefeitura do município, mas as instituições mais atuantes são SEMASTH, Conselho Tutelar, CMDCA e alguns universitários voluntários para conseguir carga horária complementar.

Todo o processo de organização das ações desenvolvidas pela rede é realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação – SEMASTH, com a participação direta de algumas instituições que compõe a rede no município. O trabalho

realizado pela rede nos períodos festivos consiste em abordagens realizadas junto a situações de violência contra crianças e adolescentes. As situações mais frequentes são: negligência (como mães com bebês de colo, com poucos meses de vida, próximo ao bumbódromo ou em bares com o som muito alto durante a madrugada), exploração do trabalho infantil, exploração sexual, uso/abuso de álcool ou outras drogas por adolescentes, crianças perdidas, adolescentes andando pelas ruas durante a madrugada sem nenhum responsável.

Os locais em que ocorrem as abordagens são as proximidades e dentro do bumbódromo, e a praça da Catedral. Nesse processo, as equipes que atuam ficam num local de concentração, geralmente localizado próximo ao bumbódromo. O trabalho consiste em abordagens orientadas pelo diálogo, na tentativa de convencer os pais, responsáveis ou mesmo os adolescentes dos perigos aos quais estão sujeitos.

Esse trabalho realizado durante o festival folclórico convive com desafios que possuem características amazônicas, como a exploração sexual de adolescentes em embarcações. Parintins é uma ilha, no período do festival folclórico muitas embarcações ocupam toda a orla do município, tal realidade dificulta o trabalho da rede de proteção, que não possui pessoal suficiente para dar conta de todas as situações de colocam em risco crianças e adolescentes.

O fato de Parintins ser cercada por água também facilita a entrada de substâncias entorpecentes que tem cada vez mais tem captado adolescentes, especialmente os do gênero masculino, para atuarem na comercialização dessas substâncias. Essa problemática também tem contribuído para o envolvimento de adolescentes em práticas de roubo e furto durante os períodos festivos.

Essa realidade chama a atenção para a necessidade de articulação entre os diferentes setores que atuam na promoção, defesa e controle dos direitos do público infantojuvenil, exigindo uma atuação horizontal que articule efetivamente as políticas de saúde, assistência social, educação, setores do judiciário e segurança pública, antes, durante e após os eventos e festas.

Fernandez (2012), discutindo sobre as políticas de enfrentamento à violência sexual no Amazonas, sinaliza que um dos grandes desafios é o entendimento da situação de violência pela sociedade, ou seja, seu reconhecimento público, isso requer o envolvimento do poder público e da sociedade como um todo. Assim, a autora sinaliza a importância da sensibilização em relação ao problema, tendo em vista a busca por mudanças de mentalidade e de atitudes em relação ao problema.

Essa necessidade em relação à compreensão dos direitos do público infantojuvenil se mostra necessária no contexto parintinense, onde algumas formas de violação dos direitos desse público são vistos como naturais – trabalho infantil, gravidez na adolescência, envolvimento sexual de adolescentes com pessoas maiores de idade e etc – alguns são utilizados como mecanismo pedagógico, como o trabalho infantil que, em muitos casos, é visto como um processo necessário para que a criança forme um caráter admirável e adquira responsabilidades.

A percepção do entrevistado IX sobre o trabalho em rede como forma de enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes é de que o termo “rede” na região amazônica é usado para outros fins, sem a pretensa relação com conexão, nós e etc.

Para nós caboco do Amazonas, a rede é um instrumento de repouso, de descanso. Ele não traz um sentido de diálogo, de comunicação de expansão de informações e entrosamentos e articulações. Não existe, dentro do conceito de rede pra nós caboclo, não existe isso. Não sei se isso seria um empecilho para que isso viesse a vingar definitivamente no meio da gente. Por exemplo, o nosso movimento nunca foi convidado, consultado para compor essa rede de defesa, de proteção. Então, se existe uma rede de proteção eu desconheço e, deve ser alguma articulação muito em nível institucional, que não consegue ultrapassar os limites da burocracia e chegar lá no problema, meter o pé no pântano, como diz o João Cabral de Melo Melo (ENTREVISTADO IX, 2017).

De acordo com essa percepção, o termo “rede”, no sentido de trabalho intersetorial, não é adequado para a região amazônica, pois na percepção do “caboclo do Amazonas” a rede é um instrumento para descanso. O entrevistado também destaca que o movimento nunca foi acionado a fazer parte da rede de proteção em Parintins, isso pôde ser verificado na última Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que ocorreu em 2015, na qual não foi identificada a participação de nenhum movimento social. Também sinalizou desconhecer qualquer rede de proteção, e supõe que, se esta existe, se limita apenas às instituições da burocracia estatal.

Os movimentos sociais tiveram papel importante no processo de construção de várias políticas públicas no Brasil, inclusive no enfrentamento à violência sexual, e são instrumentos imprescindíveis no controle social, exigindo que o Estado atenda aos anseios da população. Inibir ou dificultar a participação de movimentos sociais nos eventos de interesse coletivo é contribuir com uma lógica verticalizada, não democrática no trato das questões públicas, lógica essa que é oposta à proposta do trabalho em rede.

Na fala de alguns dos entrevistados, foi possível perceber a ideia da rede como um conjunto de instituições que atua durante o ano todo no município, e que nos momentos

festivos tem suas atividades intensificadas. Por outro lado, percebe-se também a cobrança em relação às instituições que lidam com a responsabilização dos agressores e com as que deveriam trabalhar os aspectos preventivos à violência sexual contra crianças e adolescentes.

Procuramos conhecer como as instituições que tiveram profissionais entrevistados neste trabalho atuam no âmbito da rede de proteção à criança e ao adolescente no enfrentamento à violência sexual. Como ocorre o trabalho de cada instituição que, somado às ações das outras instituições presentes no município, sugere o trabalho em rede.

O entrevistado VI enfatizou o trabalho preventivo, realizado através de palestras, também informou que sempre se coloca à disposição para ouvir os alunos. Declarou que quando há as palestras sobre violência sexual, vez ou outra aparece um/a adolescente relatando alguma situação de violência. Iniciativas com esse foco são realizadas por alguns professores da própria escola, pela equipe psicossocial da SEDUC, ou pelas universidades públicas presentes no município, que através de projetos de extensão contribuem com o enfrentamento às principais problemáticas que permeiam o contexto escolar.

Justamente através dessas atividades de palestras, de conversas com os alunos, de sensibilização junto aos alunos. A gente não tem trabalhado muito com os pais, ainda, mas principalmente junto aos alunos mesmo e, também porque nós nos colocamos sempre à disposição pra que eles venham até nós, para que nós possamos ajudá-los. E nós sentimos que estamos presente dessa forma [...] (ENTREVISTADO VI, 2017).

Importante lembrar que esse trabalho preventivo é realizado principalmente em períodos de mobilização contra a violência sexual, mas não exclusivamente, como durante o carnaval e o dia 18 de Maio e, que a rede estadual de ensino tem um calendário com sugestões de datas/meses a serem trabalhadas determinadas temáticas, como por exemplo, setembro amarelo, outubro rosa, drogas e etc. A rede estadual de ensino possui uma equipe psicossocial formada por quatro profissionais, duas Assistentes Sociais e duas Psicólogas que tentam atender vinte escolas, sendo duas em comunidades rurais. Essa equipe além de atender situações ligadas aos alunos e suas famílias, também atende questões ligadas aos servidores, como por exemplo saúde do trabalhador, e se esforça para fazer o trabalho preventivo com os alunos e a família destes.

O entrevistado III descreveu que este não tem a atribuição de executar serviços, mas a partir do conhecimento de situações de violações de direitos de crianças e adolescentes, aciona os órgãos e instituições competentes para atender os casos, como delegacia, instituições da Assistência Social, educação e etc.

[...] o conselho tutelar é um órgão que não executa, requisitamos serviços. Então nós trabalhamos em cima das denúncias que aqui chegam. O que nós fazemos quando a denúncia chega: se for o genitor que vier denunciar um direito violado ou ameaçado de seus filhos, nós fazemos a orientação e levamos pra quem de direito, levamos ao conhecimento da delegacia que tomará as formas cabíveis, que vai passar pro judiciário. [...] fazemos o acompanhamento com a família, requisitando serviços na área da assistência, na área da saúde, na área da educação. O conselho tutelar atua quando os direitos foram ameaçados ou violados das nossas crianças e adolescentes (ENTREVISTADO III, 2017)

Segundo o ECA, cabe ao conselho tutelar zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos em Lei (Art. 131), assim, além de requisitar serviços que se fizerem necessários, pode ainda prestar orientações aos pais ou responsáveis, “promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes” (Lei Nº 13.046/2014).

Outro entrevistado destacou o trabalho de denúncia, não apenas dos casos de violência cometidos de maneira mais particular, mas também da violência do próprio Estado quando se faz negligente frente às questões que colocam em vulnerabilidade crianças e adolescentes.

O nosso posicionamento tem sido mais de denúncia, as intervenções, elas acabam morrendo no esquecimento. Por que? Porque o próprio Estado é quem produz esta violência. [...] O Estado, indiretamente, ele incentiva essa produção, o Estado é manipulado, é manobrado pelo modelo econômico, pelo capital. [...]você observa uma criança hoje ou uma menina, as crianças já saem do berço, já começam andar travestidas de mulheres. [...] Outra coisa, as músicas que são jogadas, músicas que estimulam a erotização precoce, eventos que estimulam a exposição de crianças e adolescentes – Boi Bumbá, carnaval – e os próprios órgãos que se dizem protetores dessas crianças, dessas vulnerabilidades, quando se trata de determinação dos órgãos do Estado, eles silenciam, eles se recolhem. Então, as nossas denúncias por escrito ou até nos meios de comunicação, muitas vezes nós somos bloqueadas, porque nós somos consideradas exageradas com as nossas colocações, justamente é porque nós não encontramos a resposta, a empatia que é necessária desses órgãos e do próprio Estado (ENTREVISTADO IX, 2017).

O entrevistado destaca a relação entre mercado e Estado como uma das articulações que mais promovem a violência contra o público em questão, sinalizando para o incentivo ao cedo abandono da infância que, muitas vezes se manifesta através das formas de vestimentas. Não que o entrevistado acredite que determinadas roupas incentivem a violência sexual, não foi essa percepção que se teve no contexto da entrevista, até porque segundo o mesmo, quem tem interesse sexual por crianças ou adolescentes nem sempre sente essa atração devido à roupa, mas de demonstrar que a infância nem sempre é respeitada como tal e isso acontece frequentemente com o próprio consentimento do Estado.

Outro elemento trazido refere-se à erotização promovida por algumas festas como carnaval, festival folclórico e certas músicas. O festival folclórico de Parintins é uma importante festa que divulga a cultura local, sob a influência indígena, europeia e nordestina. No que tange aos aspectos indígenas, as vestimentas de itens, como cunhã poranga que representa a índia mais bela e guerreira da tribo, o item carrega consigo certa erotização. Importante ressaltar que, nem sempre o evento apresentado na arena do bumbódromo, no que tange a cultura indígena, representa piamente aquilo que é de fato repassado pelas etnias indígenas. Como a festa se tornou mundialmente conhecida e recebe investimentos de algumas empresas multinacionais, precisa fazer um espetáculo que possa ser vendido no mercado, e a sensualidade e erotização feminina tem sido uma mercadoria sempre requisitada, fato que termina por influenciar diretamente na construção das fantasias e no bailado dos itens femininos dos bumbás.

Vale destacar ainda que a cultura do festival é disseminada em várias instituições de atendimento do público infantojuvenil, sejam elas estatais ou não. Algumas escolas, tanto da rede estadual quanto municipal, costumam fazer seus arraiais e, nestes, há a apresentação de itens mirins que retratam os do festival folclórico, como amo do boi, cunhã poranga, porta-estandarte, rainha do folclore, sinhazinha, levantador de toadas, apresentador. Outras instituições também ofertam oficinas de dança, e uma das mais frequentes tem sido as relacionadas às danças do boi bumbá. Os próprios bois dão abertura para a participação de adolescentes como itens do boi durante o festival, sendo disciplinada pelas determinações judiciais, inclusive no tocante às vestimentas.

Não se quer aqui condenar a cultura local, nem negar sua importância para os parintinenses, mas destacar a necessidade de um trabalho preventivo mais ativo no decorrer do ano, no sentido de evitar problemas relacionadas à erotização precoce e conseqüentemente a gravidez na adolescência e à exploração sexual do público infantojuvenil, especialmente no contexto do carnaval e festival folclórico. Ribeiro (2011) também demonstra inquietação quanto a alguns aspectos relacionados à cultura que acabam por promover a precoce erotização de crianças, como determinadas músicas, danças, comerciais de TVs, cenas de novelas, estilos de roupas e etc.

A participação da Casa de Acolhimento Institucional na rede de proteção ocorre através do recebimento de crianças e adolescentes que foram retiradas do convívio familiar pelo Conselho tutelar ou Ministério Público. Essa retirada ocorre porque o ambiente familiar oferece algum risco à integridade física ou psicológica da criança ou do adolescente. Segundo

o entrevistado, a maioria dos casos de crianças que passam pelo abrigo são vítimas da violência sexual.

[...] a questão do abrigo é mais sigiloso, [...] O perfil dos usuários do abrigo são crianças e adolescentes, onde o conselho tutelar, ou o ministério público, ou o CREAS, percebeu uma necessidade de retirada dessa criança ou do adolescente do âmbito familiar em decorrência do abuso, da violência sexual, até que seja apurado todos os fatos, onde não havendo, essas crianças retornam às suas famílias de origem (ENTREVISTADO I, 2016).

O entrevistado IV destacou que, nos casos de violência sexual, as vítimas e suas famílias são atendidas através do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI. Neste “as famílias recebem orientações relacionadas à promoção de direitos, acompanhamento à prevenção e fortalecimento de vínculos da função protetiva das famílias diante das demandas de vulnerabilidades que são submetidas” (ENTREVISTADO IV, 2017). Através desse serviço as crianças ou adolescentes que sofreram a violência sexual e sua família recebem acompanhamento psicossocial e jurídico que contribuirão com a superação das consequências da violência sofrida. Nesse processo também poderão receber orientações acerca dos procedimentos jurídicos que seguirão o processo de denúncia.

Questionou-se os entrevistados acerca dos desafios/dificuldades presentes no trabalho realizado pela rede

A gente enfrenta sim, muitas vezes devido às falhas da rede. Isso é algo que eu vejo já há oito anos que eu estou na Assistência Social. A rede existe, mas ela tem uma falha na questão de não estar firme, de não estarem exatamente ativas. Tem momento que a gente procura para dar continuidade ao caso, até mesmo quando saem daqui fica muito falha, ela fica solta, eu penso que tem que ter mais aliança, mas ela, em algum momento, fica muito fraca, fica muito fragmentada (ENTREVISTADO I, 2016).

O entrevistado relata que existe a rede, mas é solta, fragmentada, fraca, mostra a preocupação em relação à continuidade dos casos que envolvem a violência sexual que, devido as falhas da rede, a continuidade do acompanhamento fica comprometida. Na sua fala, observa-se o tempo de atuação no âmbito da política de assistência, seis anos, e deixa transparecer que essas fragilidades são antigas.

Outro participante da pesquisa demonstrou preocupação quanto a um espaço com melhores condições para atender às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual que precisam ser retiradas do ambiente familiar. Essa preocupação também aparece quanto ao atendimento médico para as vítimas, assim como com a ausência de juiz na 2ª Vara de Justiça do município que deveria lidar com as diversas questões do público infantojuvenil:

Eu tenho uma preocupação, nós não temos uma casa pra atender crianças que são violentadas sexualmente, tem ali o abrigo, aquilo ali não é abrigo. Precisa de um abrigo verdadeiro em Parintins que funcione com profissionais, com médicos que possam atender essa demanda em Parintins. Muitas vezes a gente até se esforça pra fazer o nosso trabalho, mas muitas vezes chega lá, pára. A falta de juiz em Parintins atrasa muito o trabalho também do conselho tutelar, das denúncias. Até hoje, Parintins, o povo já está assim mais esclarecido, então é muita denúncia do Disque 100 (ENTREVISTADO, II 2017).

o entrevistado também destacou o aumento do número de denúncias através do Disque 100 e, que a falta de juiz titular na 2ª Vara de Justiça atrapalha o trabalho do Conselho Tutelar. Num trabalho acadêmico realizado em 2015, para o qual foram entrevistados, na época, a presidente do CMDCA – de outra gestão –, e o diretor do CREAS daquele período, questionados sobre os avanços da rede de proteção à criança e ao adolescente em Parintins, ambos relataram que, apesar dos desafios, um dos ganhos mais importantes tem sido a maior visibilidade da rede diante da população parintinense. Essa visibilidade, segundo os entrevistados, tem contribuído diretamente com o processo de denúncia por parte da população o que tem repercutido diretamente no número de denúncias sobre a violência sexual.

Ainda em relação aos desafios, outra participante da pesquisa deixa transparecer uma certa decepção em relação à organização e mobilização da rede no município:

Eu sempre tento colocar no colegiado que nós temos que estar interligados. Todas as tentativas que a gente tentou fazer com a rede via CMDCA para tentar reunir, porque a gente precisa estar em contato sempre, precisamos estar interligados, falar a mesma língua, no ano passado (2016) a gente não conseguiu, é difícil. Então, não teve esse relacionamento, de fato, inclusive agora, nós vamos tentar solicitar da secretaria de assistência que ela possa trazer um palestrante, [...] para dar uma capacitação para a rede de proteção, não só para os conselheiros tutelares, pra rede de proteção e colocar quais são as atribuições de cada segmento. Porque se cada segmento fizesse o que realmente rege sua atribuição, o trabalho em rede ele iria ser magnífico [...], quando a gente tenta envolver a rede, quando a gente tenta reunir a rede, vai dois, três órgãos somente. [...]. Ano passado teve uma prévia capacitação pra nós e, eles convidaram o segmento da saúde, da educação, assistência, só se fez presente a assistência e nós conselheiros. Parece que não tem essa responsabilidade por parte dos órgãos e nós temos que saber. Eu tenho que saber o que acontece na educação, o que acontece na saúde, na assistência, pra gente estar interligado. Nós precisamos conhecer cada serviço, pra poder solicitar, obter resposta. Eu acredito que nossa rede ela precisa realmente ser revigorada, por que parece que os órgãos só se envolvem em épocas festivas: carnaval e festival [...]. (ENTREVISTADA III, 2017).

Nessa fala, percebe-se o reconhecimento da importância do trabalho em rede para enfrentar as problemáticas que atingem crianças e adolescentes e, também, as tentativas, em 2016, de tentar estreitar os laços entre as instituições que compõem a rede no município. Entretanto, as ações nesse sentido contaram mais com a participação do conselho tutelar e dos funcionários da política de assistência social. O entrevistado ressalta a necessidade de

capacitação para os operadores da rede, destacando que os membros da rede devem conhecer o trabalho de cada setor/segmento. Destaca ainda a necessidade da rede ser revigorada e que os órgãos membros da rede que são mais ativos em períodos festivos precisam ter esse mesmo compromisso ao longo de todo o ano.

Junqueira (2000) destaca a importância de, no trabalho em rede, os objetivos serem definidos coletivamente e não por um pequeno grupo de instituições, como no caso de Parintins, SEMASTH, Conselho Tutelar e CMDCA. O autor sinaliza a importância de cada saber, cada membro e organização pública ou privada dentro de uma proposta coletiva de trabalho.

Nas redes os objetivos, definidos coletivamente, articulam pessoas e instituições que se comprometem a superar de maneira integrada os problemas sociais. Essas redes são construídas entre seres sociais autônomos, que compartilham objetivos que orientam sua ação, respeitando a autonomia e as diferenças de cada membro. Daí a importância de que cada organização pública — estatal ou privada — desenvolva seu saber para colocá-lo de maneira integrada a serviço do interesse coletivo (JUNQUEIRA, 2000, p. 39).

Numa intervenção que se propõe articulada, envolvendo outras instituições e/ou outros saberes, é importante que cada área/setor desenvolva suas ações com presteza, dessa forma, todas as instituições envolvidas serão beneficiadas, pois cada trabalho será potencializado à medida que cada instituição desenvolve suas atribuições.

O entrevistado I, em relação às dificuldades da rede, deu ênfase à falta de retorno das instituições. Descreve que já houve situações em que, um mesmo caso retornou várias vezes para a Casa de Acolhimento Institucional. Em casos de violência sexual, quando as intervenções necessárias não são realizadas, as vítimas sofrem com várias consequências, principalmente quando o abusador mora na mesma casa. Em casos assim, a vítima pode continuar sendo abusada e, como as instituições não interromperam a situação, crianças e adolescentes podem deixar de acreditar nas instituições de proteção e passarem a aceitar a violência sem pedir ajuda, pois não foram ouvidas ou atendidas quando solicitaram.

Vítimas de violência sexual também precisam ter acompanhamento psicossocial, quando isso é negligenciado, podem sofrer com várias consequências, tanto físicas quanto psicológicas. Algumas se tornam vulneráveis à exploração sexual, outras podem ser mais suscetíveis a engravidar na adolescência, algumas podem tentar suicídio ou automutilação, dentre outras consequências.

Não temos, eu penso assim que é uma deficiência, de fazer esse retorno, pode até pontuar como uma das falhas da rede, a gente nunca devolve, às vezes já vem de

novo o problema, houve caso que três vezes voltou pra cá. Às vezes, dentro da rede, por exemplo da educação, algumas instituições de ensino elas tentam camuflar os problemas, porque? Porque vai à tona o nome da escola. [...] quando a gente vai procurar saber a instituição já sabia, mas camuflava, [...] como uma instituição não informa ao conselho tutelar que uma menina já tem meses sem ir na aula, que essa mesma menina está se prostituindo, e é uma escola de renome [...]. Quando chega, já chega pelo familiar que essa criança estava na praça se prostituindo e, aí traz, quando chega aqui a gente descobre toda bomba ao redor e, que não era uma novidade, que já tinha tempo isso acontecendo. [...] onde muitas pessoas sabiam, família, vizinhos, instituições e ninguém fazia isso (ENTREVISTADO I, 2016).

Outro problema sinalizado pelo entrevistado se refere à negligência das escolas em relatar ou encaminhar problemas envolvendo crianças e ou adolescentes ao conselho tutelar, principalmente em relação aos casos de exploração sexual que podem influenciar no número de faltas dos alunos nas aulas. Isso também é um dos reflexos da fragilidade da rede em Parintins. A escola é um espaço em que pode ser identificadas várias situações de violações de direitos do segmento infantojuvenil, e os profissionais dessa área não podem ser negligentes a esses casos.

Também buscou-se conhecer quando começaram as primeiras propostas de trabalho em rede no município voltado ao segmento infantojuvenil. Nesse sentido, uma das pessoas com mais tempo de atuação nessa área é o entrevistado II.

[...] Mas antes disso já funcionava, não como é hoje, mais organizado. Mas na minha época, quando eu trabalhava no comissariado de menores, a gente trabalhava em parceria com o juiz, promotoria, conselho tutelar, polícia militar, corpo de bombeiro, marinha e outras pessoas que se voluntariavam a nos ajudar a fazer um comboio e aí a gente fazia as abordagens tanto fluvial como terrestre. Eram feitas essas abordagens, aonde a gente detectava muitos casos, crianças que vinham de fora pra cá, daqui quase não saía crianças, mas de outros lugares, de outros municípios vinham muitas crianças pra cá. Então a gente fazia essa fiscalização e até acompanhava algumas vezes, como comissariado a gente acompanhava essas crianças de volta às suas cidades, às suas origens que vinham fugidas por causa do festival e, também em outras ocasiões, que às vezes, as crianças saem de um lugar e vão pra outro. Então, nessa época, a gente fazia essa parceria, saía todo mundo andando. [...]. Isso durante o festival, carnaval, nos períodos das festas. E também a gente sempre tirava uma vez no mês pra fazer esse rodizio, na época da doutora Leda, da doutora Cristiane. Quem deu o pé inicial de tudo isso aí foi a doutora Cristiane, ela era promotora de justiça. Ela foi uma grande incentivadora da rede. Então daí surgiu, [...] (ENTREVISTADO II, 2017).

O entrevistado descreve que as primeiras iniciativas envolvendo diferentes instituições com o objetivo de proteção à criança e ao adolescente envolvia promotoras, polícia militar, juiz, bombeiros, conselho tutelar e outros voluntários num trabalho de abordagem realizado nas ruas e em áreas fluviais de Parintins. Esse trabalho tinha a pretensão de prevenir situações de violências contra crianças e adolescentes principalmente durante o festival folclórico e carnaval. Durante esse trabalho, segundo o entrevistado, era possível

encontrar crianças e adolescentes que vinham de outros municípios por conta das festas. Chama a atenção para o trabalho de sujeitos do judiciário que foram importantes no processo de organização da rede de proteção no município.

Percebe-se que as primeiras iniciativas de trabalho em rede voltado ao segmento infantojuvenil em Parintins, além das determinações nacionais especialmente os postos no ECA, surgiram a partir da percepção de certos profissionais que estiveram atentos às demandas locais, como as festividades do município que, por alguns fatores, contribuiu para a exposição de crianças e adolescentes a certos riscos, como a exploração sexual. Nessa perspectiva, Pereira e Teixeira (2013) ponderam que,

o trabalho de redes surgiu como uma proposta de intervenção capaz de forjar uma nova abordagem no enfrentamento das demandas da população, baseada na troca de saberes e de práticas entre os atores públicos ou entes governamentais envolvidos, visando à superação das formas cristalizadas de atendimento cujo enfoque não garante solução para as demandas sociais a cada dia mais complexas (p. 122).

É importante frisar que o trabalho realizado pela rede de proteção segue uma proposta interdisciplinar, ou seja, visa o diálogo com diferentes áreas do saber, setores da sociedade, políticas públicas e etc., está embasado no Sistema de Garantia de Direitos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e, se não se tem a participação efetiva dessas instituições e sujeitos, o trabalho que deveria ter cunho interdisciplinar fica limitado.

Pereira, com base em Japiassu (1976), sinaliza que a interdisciplinaridade surgiu de uma certa “patologia do saber” ou uma “alienação científica”, em outras palavras, emerge da carência no âmbito do conhecimento provocado pela intensa especialização e pelo desenvolvimento autônomo de certas áreas do conhecimento. Nesse contexto, a interdisciplinaridade aparece como “uma estratégia de aglutinar saberes desconexos e interdependentes” (s/d, p. 7).

Faleiros (1998) destaca que por envolver a multidisciplinaridade, o trabalho em rede potencializa a atuação dos diferentes sujeitos inseridos nessa dinâmica, fazendo com que sejam compartilhados os objetivos e procedimentos, resultando no fortalecimento das ações que visam à proteção ou atendimento das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Afirma ainda que a multidisciplinaridade, ou ainda melhor, a transdisciplinaridade⁹ é condição para que o trabalho seja realizado em razão de sua complexidade. Desse modo, as

⁹Para GALVÁN (2007), a transdisciplinaridade diz respeito a uma compreensão que ultrapassa as fronteiras de cada disciplina e promove a articulação que possibilita o surgimento de uma nova visão da natureza e da realidade, com uma finalidade comum, as relações de poder ocorrem de maneira horizontal.

diversas situações de violação dos direitos do público infantojuvenil são trabalhadas em conjunto, envolvendo diferentes profissionais e instituições, que vão construindo coletivamente o objeto da intervenção. Nessa relação, são definidos, através da discussão democrática e interativa, os papéis de cada profissional ou unidade inserida nessa teia.

Feita essa discussão acerca do trabalho da rede de proteção à criança e ao adolescente para enfrentar a violência sexual em Parintins, o próximo item tenta discutir como, no trabalho da rede de proteção, ocorre a intersetorialidade entre as instituições que realizam o trabalho voltado ao enfrentamento à violência sexual infantojuvenil em Parintins.

3.2 A INTERSETORIALIDADE NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTOJUVENIL NO MUNICÍPIO DE PARINTINS.

Segundo Pereira e Teixeira (2013), a noção de intersetorialidade está relacionada ao conceito de rede e aparece como uma forma de gestão que propõe a integração, articulação de saberes e serviços entre sujeitos coletivos visando o atendimento das demandas da população. Envolve a descentralização, pois a gestão intersetorial exige a transferência de poder principalmente no nível municipal.

Inojosa (2001) pontua que a intersetorialidade ou transetorialidade está vinculada à transdisciplinaridade, que tem suas raízes na teoria da complexidade de Edgar Morin. A teoria da complexidade prega a geração de conhecimentos ecologizados, numa tentativa de superar a fragmentação do conhecimento promovida pela separação por disciplinas, assim, a ecologia promove a criação de um novo conhecimento apoiado em diversas disciplinas. A ideia é entender que as disciplinas separadas não dão conta da diversidade articulada.

Para a autora, no âmbito das políticas públicas, paira a reclamação quanto aos resultados alcançados resultantes de ações implementadas de maneira fatiada, atendendo demandas fragmentadas que tem suas origens em diversos fatores. Defende que é preciso olhar a situação como um todo complexo, entendendo a realidade em totalidade e complexidade.

[...] estamos definindo intersetorialidade ou transetorialidade como a articulação de saberes e experiências com vistas ao planejamento, para a realização e a avaliação de políticas, programas e projetos, com o objetivo de alcançar resultados sinérgicos em situações complexas. Trata-se, portanto, de buscar alcançar resultados integrados visando a um efeito sinérgico. Transpondo a ideia de transdisciplinaridade para o campo das organizações, o que se quer, muito mais do que juntar setores, é criar uma nova dinâmica para o aparato governamental, com base territorial e populacional (INOJOSA, 2001, p. 105).

De acordo com a autora, o trabalho intersetorial deve contemplar o planejamento, seja ele dirigido a execução de uma política, programa ou projeto, ou a avaliação destes e, nesse processo, devem ser conjugados os esforços, os saberes e as experiências dos atores/instituições envolvidos com vistas a um objetivo comum. Trata-se de pensar numa forma de trabalho que supere as ações e estratégias setorializadas e criar uma dinâmica local pensada a partir das demandas de sua população.

Nesse sentido, o trabalho tendo como perspectiva a transetorialidade deveria levar em consideração quatro fatores. O primeiro refere-se a mudança de paradigma, que significa uma reforma de pensamento com foco na complexidade, diversidade e na comunicação. O segundo tem relação com um projeto político transformador para as políticas públicas, é preciso abandonar a perspectiva assistencialista das políticas públicas avançando para políticas que promovam de fato a “repartição equânime” da riqueza socialmente construída, só assim será possível reduzir a desigualdade social e combater a exclusão social. O terceiro fator tem ligação com o planejamento e a avaliação numa perspectiva participativa e com base regional. O último refere-se a atuação em rede de compromisso social com o objetivo de superar a pirâmide hierarquizada e fatiada da estrutura governamental. Para isso, uma das ações necessárias é a reforma administrativa orientada a partir da perspectiva transetorial. Assim o Estado estaria mais aberto à sociedade, agregando parcerias, inclusive com instituições não estatais (INOJOSA, 2001).

Comerlatto et al. (2007) asseveram que a intersetorialidade está relacionada ao enfrentamento de problemas reais, para o qual envolve sujeitos de setores diversos numa nova forma de trabalho, de governar e de construir políticas públicas numa perspectiva que contemple as complexas demandas da população. Esse processo exige o respeito à diversidade e às particularidades de cada setor ou sujeito/profissional. Requer também, além das mudanças na organização e na oferta de políticas/programas públicos, a formação, qualificação e valorização dos profissionais que lidam cotidianamente com as demandas que se pretende enfrentar.

Junqueira (1998) sinaliza que a “qualidade de vida passa pela interação de várias dimensões do bem-estar – físico, psíquico e social – que as políticas setoriais, isoladamente, não são capazes de realizar” (p. 14). Há a necessidade do entendimento do ser humano como um todo, ainda que este apresente uma demanda ou necessidade em determinada área, é necessário entendê-lo como um ser completo e complexo, pertencente a um determinado território, inserido numa determinada cultura. As ações isoladas de determinado programa,

projeto ou política pública, por mais bem elaboradas que sejam, podem se mostrar ineficiente diante da complexidade das demandas que lhes são postas, necessitando de articulação com outras áreas para o real enfrentamento das problemáticas de determinado território. Diante disso,

“ a intersetorialidade constitui uma concepção que deve informar uma nova maneira de planejar, executar e controlar a prestação de serviços, para garantir um acesso igual dos desiguais. Isso significa alterar toda forma de articulação dos diversos segmentos da organização governamental e de seus interesses” (JUNQUEIRA, 2010, p. 42).

Além da necessidade de novas formas de planejamento para que se construa uma perspectiva intersetorial, o autor destaca a necessidade de mudança de valores, de uma nova cultura que influencie as normas e regras sociais, determinando novas formas de agir de grupos e setores da sociedade, de maneira que isso repercuta nas práticas cotidianas dos profissionais envolvidos no processo. Nesse processo, a contribuição de cada setor se faz necessária e importante para a resolução das problemáticas postas, respeitando as diferenças de cada área ou sujeito envolvido.

Isso é que vale pensar em rede, dentro das possibilidades de cada realidade, compreendendo e respeitando a cultura local, promovendo o envolvimento não só das instituições estatais, mas também da sociedade civil organizada, incluindo aí os movimentos sociais, promovendo desse modo a participação social de todos os que direta e indiretamente se identificam com os problemas de seu município.

Na área da criança e do adolescente, o ECA traz a proposta de articulação de políticas sociais e de seus operadores no sentido de promover ações integradas, especialmente no âmbito da defesa, proteção e promoção de direitos estabelecidos pelo SGDCA. Em relação à violência sexual praticada contra esse segmento, por ser um problema multicausal exige intervenções que compreendam essa problemática em sua complexidade, exigindo ações que interajam com diferentes setores.

Nesse sentido, Lopes et al. (2008) destacam que as políticas de saúde, educação e assistência social configuram-se como o “tripé fundamental na instituição da rede de serviços de proteção de crianças e adolescentes vítimas de violência e exploração sexual, na relação transversal com o sistema de garantia de direitos às crianças e aos adolescentes” (p. 10). Os autores também asseveram que além dessas políticas, o enfrentamento da problemática deve contar com as áreas de segurança pública, trabalho, turismo, planejamento, orçamento, e pelo sistema de justiça.

De acordo com os autores citados, a política que tem se destacado em relação à proteção do segmento infantojuvenil que sofrem ou sofreram violência sexual é a assistência social, especialmente a partir da estruturação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, que através de seus eixos, especialmente três contribuem direta e indiretamente com o enfrentamento da problemática.

São eles: - a matricialidade sociofamiliar, pois aponta para a implementação de serviços que buscam a proteção e o fortalecimento deste importante espaço de socialização, desenvolvimento e proteção, mais especificamente ainda, ao tratar de crianças e adolescentes em situação de risco; - hierarquização de sua rede de serviços que reconhece e propõe atenção especializada em diferentes níveis de proteção. Ao criar Centros de Referência Especializados de Assistência Social-CREAS, concretiza a necessidade da existência de serviços que se qualifiquem em questões de maior complexidade, como é o caso de crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual e outras violações. Por fim, cabe um importante destaque para o enfoque dos trabalhos intersetoriais e integrados na perspectiva da rede de serviços especializados e complementares, em articulação com as várias políticas setoriais, de base local (Ibidem, p. 15).

A Política Nacional de Assistência Social – PNAS sugere o trabalho em rede. Em Parintins, as ações em rede geralmente surgem a partir da iniciativa da SEMASTH, que é uma das responsáveis pela organização, planejamento, e execução das atividades voltadas ao enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, principalmente das ações realizadas durante os períodos festivos.

Diante da importância do trabalho intersetorial, buscou-se conhecer junto aos entrevistados como ocorre a intersetorialidade entre as instituições em relação ao enfrentamento à violência sexual infantojuvenil. O entrevistado I declarou que:

Eu acho que esse retorno, esse voltar pra instituição. Eu peguei um caso que, quando não é pingue-pongue, ela fica perdida. Quando eu vou verificar uma situação, aí eu não sei nem em que Vara tá (Vara de Justiça), eu quero um guia dessa adolescente aqui, pra eu me respaldar, aí não sei nem onde é que tá. E aí ministério público, como está a situação da fulana? não tem! se eu não for lá, se o conselho não for... vai ficar lá. Esse retorno que nunca tem, vai, mas nunca volta. Muito difícil voltar pra dizer como é que está. Olha a menina tem um ano aqui, o ministério público ainda não mandou, era pra ele mandar né, como que está a situação da adolescente? Mas pra eu liberar ela pra passar o natal na casa de uma família, eu tenho que mandar daqui. Eles não dizem assim: olha, nós recebemos e estamos ciente da situação, não. É incrível! às vezes as coisas acontecem verbalmente, eles não me mandam um documento. Então tudo às vezes é verbal, informal, sem esse retorno, sem essa aliança mesmo firmada (ENTREVISTADO I, 2016).

O entrevistado destaca a dificuldade em relação ao retorno das instituições envolvidas nos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, enfatiza que essa dificuldade é mais presente principalmente em relação aos órgãos do judiciário que, inclusive, além da demora em relação às respostas solicitadas em relação aos casos, também usa de

ações baseadas na informalidade, sem documentar decisões importantes como, a liberação de crianças que estão no abrigo para passar datas comemorativas em casas de algumas famílias.

O entrevistado III enfatizou que a intersectorialidade entre as instituições que lidam mais diretamente com a questão da violência sexual ocorreu de maneira fragilizada e quando ocorre, fica mais restrita aos momentos festivos.

Fragilizadíssima! Não funcionou, muito ruim mesmo a rede, não funcionou (2016). [...] não é só nos períodos festivos, é cotidiano, é diário, então a gente não precisa que a rede funcione só no período do carnaval, só no festival. No festival agora, o que nós observamos é que todos os órgãos, eles jogam pro conselho tutelar. É como se o conselho tutelar tivesse a frente de tudo. Até as abordagens de bares eles querem que o conselho tenha que ir na frente, eles tiram o deles, e colocam pra nós. Então é muito fácil, nos períodos festivos que tem, aí vem órgãos de Manaus, de Brasília e, tudo isso. A gente colocou requisitando que nós não precisamos trabalhar só. Se a gente conseguir trabalhar o ano todo, nós não vamos ter índices elevados nos períodos festivos e fora deles também. A rede precisa trabalhar o ano todo, não somente nos momentos comemorativos, de festas: festival e carnaval e algumas outras. Ela precisa de fato funcionar, e o conselho tutelar ele depende das instituições (ENTREVISTADO III, 2017).

Defende que se o trabalho for realizado de maneira satisfatória durante o ano todo, durante as festividades, festival e carnaval, os casos de violências contra o segmento infantojuvenil podem ser reduzidos. Destaca que se exige muito do conselho tutelar, inclusive intervenções que ultrapassam os limites das atribuições dos conselheiros previstas no ECA. Enfatiza ainda a importância do bom funcionamento das instituições no município para as quais o conselho tutelar pode estar solicitando os serviços necessários à garantia de direitos de crianças e adolescentes no município.

O entrevistado IV destacou a importância do trabalho em rede, o qual favorece o compartilhamento de práticas, o planejamento e a avaliação e também contribui com o trabalho desenvolvido por cada setor. Destacou ainda o elevado número de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes e, que o município ainda precisa avançar no âmbito das políticas sociais.

[...] a população parintinense caminha para grandes avanços de ordem social. Com base nos atendimentos realizados no CREAS, existe uma demanda elevada na busca do serviço referente a casos de violência sexual no município de Parintins. Crianças e adolescentes estão expostas as situações de vulnerabilidade, muitas vezes é decorrente a falta de comprometimento familiar no que tange aos cuidados básicos de proteção e atenção, se faz necessário também, maiores incentivos da rede pública como políticas públicas voltadas a educação, esporte, lazer, entre outros projetos que sejam alvo para dispensar a ociosidade de tempo. Evitando assim, a exposição acentuada dos menores as diversas condições de vulnerabilidades, as situações de risco pessoal e social (PESQUISA DE CAMPO, 2017).

Também deu ênfase na necessidade de oferta de serviços voltados às diferentes políticas, especialmente as sociais, no sentido de promover a promoção dos direitos de crianças e adolescentes evitando, desse modo, com que estejam vulneráveis às diversas formas de violência, especialmente a sexual.

O entrevistado V destacou que a intersetorialidade “ocorre de forma satisfatória, toda vez que nós solicitamos, nós somos atendidos, isso é praxe a onde existe esse tipo de crime”. A presidente do CMDCA sinalizou que “é um serviço bom, mas ainda não é excelente, é um serviço que, nesses quatro anos que passaram, praticamente a rede quase não funcionou” [...].

Afirma que o trabalho intersetorial nos casos de violência sexual ocorre de maneira satisfatória, principalmente com a SEMASTH que, quando necessário, disponibiliza assistentes sociais e psicólogas. Além desses profissionais, os casos de violência sexual contra o segmento infantojuvenil, que são denunciados na delegacia, geralmente contam com a parceria do SAVVIS para o exame de corpo de delito e também os exames e cuidados relacionados à saúde das vítimas.

Na fala do entrevistado II aparece o viés político-partidário, quando sugere que na gestão anterior a rede de proteção “quase não funcionou”. Apesar das inúmeras dificuldades e desafios, ao longo da pesquisa, observou-se que a intersetorialidade não funcionou da maneira como os teóricos que discutem a temática sugerem, com planejamento, avaliação, articulação e etc. o que exigiria o trabalho dos gestores das políticas setoriais. Por outro lado, observa-se o esforço dos profissionais que lidam diariamente com as demandas relacionadas à violência sexual em executar suas práticas em parceria com as instituições envolvidas nos casos. O entrevistado também se mostrou bem esperançoso em relação a gestão municipal que assumiu a cidade no início do ano.

O entrevistado VII sinalizou que a relação intersetorial entre as instituições que lidam com a violência sexual geralmente ocorre dentro dos limites institucionais, mas estava fragilizada por conta da ausência de um promotor na segunda promotoria que deveria lidar com essas questões.

Acredito que, em regra, é boa, mas no momento ela estava ineficiente em Parintins, porque [...] não tinha um membro do Ministério Público na cidade, [...] ela ficou muito tempo sem um membro e a mesma coisa na justiça. Então imagina que esses órgãos estavam resolvendo situações pontuais apenas, cada um, então o conselho tutelar resolvia de um lado, o CREAS de outro, a secretaria de outro, não tinha essa ligação que necessariamente tem que ter pra que haja uma resposta efetiva sobre os casos. E, é essa ligação que eu estou tentando iniciar novamente, ou seja, restaurar aqui em Parintins, já que eu resolvi aceitar esse desafio de assumir a segunda promotoria que é a que cuida desse tipo de assunto, não só da questão da violência,

entendeu né, isso aí todas as promotorias cuidam, é da rede de proteção em relação ao menor (ENTREVISTADO VII, 2017).

Destaca que a falta de um promotor e de um juiz que deveriam lidar, dentre outras questões, com as problemáticas relacionadas às crianças e adolescentes, dentre outros fatores, contribuiu para que as instituições que compõem a rede atuassem de maneira pontual, cada uma desempenhando suas atribuições sem uma ligação mais estreita que pudesse ser mais efetiva no combate a violência sexual e outras problemáticas que atingem as crianças e adolescentes no município.

O espaço escolar é um ambiente em potencial para se trabalhar a prevenção aos diferentes problemas que afligem o segmento infantojuvenil, nesse sentido, o entrevistado VI ressaltou o trabalho feito através das parcerias com as universidades públicas, com o PSE, o conselho tutelar e com o centro de saúde próximo à escola.

Temos a parceria com, através do Programa Saúde na Escola, nós temos aí o Centro de Saúde Galliane, temos também a própria SEDUC com relação a psicóloga que fez um trabalho ano passado com os acadêmicos da UFAM, e os acadêmicos da UEA também, como nós temos parceria com o Centro de Saúde Galliane, todos os anos os acadêmicos da UEA veem, os acadêmicos de medicina, odontologia e enfermagem, que eles veem fazer o estágio rural, então eles estão vindo todos os anos, tem sempre algumas turmas que veem fazer as palestras na escola, e isso tem sido muito bom. [...] o conselho tutelar só quando a gente solicitou mesmo a presença de um conselheiro aqui, que eles vieram. Ou quando houve uma denúncia fora da escola que, às vezes os pais ou alguém vai direto lá, aí eles vem nos procurar, e assim eles chegaram até nós (PESQUISA DE CAMPO, 2017).

Além do trabalho preventivo, quando ocorre alguma situação de violência sexual contra um aluno ou aluna, alguns pais, muitas vezes não sabem como lidar com a situação, e como veem a escola como uma referência, acabam, por vezes, procurando a pedagoga ou a gestora da escola para pedirem ajuda. Quando isso ocorre, a pedagoga ou gestora solicitam o apoio da equipe psicossocial da SEDUC, que prestarão orientações aos pais e encaminharão o caso aos órgãos competentes.

O entrevistado VIII ressaltou que, em alguns casos, falta ao conselho tutelar um cuidado maior em verificar nos casos em que há a suspeita de alguma violência sexual, pois há situações em que o atendimento médico não seria necessário.

Primeiro com relação ao conselho tutelar, [...] nem sempre eles tinham filtro necessário para ter o entendimento de que aquilo era uma possível violência sexual. Não tem um filtro pra dizer assim: olha isso aqui é efetivamente foi uma violência sexual. Ou se é fofoca de vizinho, de parente e tal. No mais, a situação de si, eu tenho o entendimento, eu acho que deveria ficar uma equipe efetivamente dedicada, direcionada pra isso. Mas eu sei também, que por outro lado, nós não temos condições de fazer isso, tenho o entendimento de que depende muito da boa vontade

da pessoa, depende muito da prestação de serviços à comunidade (ENTREVISTADO VIII, 2017).

Destacou também as dificuldades relacionadas aos recursos humanos, defendendo que há a necessidade de uma equipe para lidar com essas situações, mas entende que por questões estruturais isso não é possível.

Observa-se que a relação intersetorial entre as instituições que lidam mais diretamente com as situações de violência sexual contra criança e adolescente em Parintins tem sido comprometida por questões relacionadas à falta de estrutura física e de pessoal e, também, por falta de um planejamento que contemple os setores que lidam com a questão. Também é tensionado quando profissionais/instituições deixam de dar a devida importância às situações de violência contra o público infantojuvenil, não denunciando ou não encaminhando os casos para as instituições que lidam com a negligência ou desrespeito aos direitos desses sujeitos.

A relação fragmentada da rede de proteção em Parintins contempla as várias situações de violência, no capítulo II deste trabalho são apresentadas as situações de violência contra o segmento infantojuvenil, se analisarmos os números das denúncias do conselho tutelar e da delegacia especializada, identifica-se que o número de acompanhamento do CREAS desses casos fica muito aquém dos registrados nas duas instituições sinalizadas. É notória a falta de diálogo entre os setores, também é visível a sobrecarga de trabalho de muitos servidores do município, que até imprimem esforços para lidar com as situações, mas muitas delas exigem condições que ultrapassam a competência dos profissionais, pois tem relação com a falta de recursos.

Feita a discussão acerca da intersetorialidade, o item seguinte tenta descrever o trabalho realizado pelas instituições alcançadas pela presente pesquisa em relação ao enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes em Parintins.

3.3 A OPERACIONALIDADE DAS INSTITUIÇÕES DA REDE DE PROTEÇÃO NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL EM PARINTINS

O trabalho intersetorial entre as instituições que se propõem a desempenhar um trabalho em rede não diluí a importância e a particularidade de cada instituição. Sposati (2006) destaca que a intersetorialidade “não pode ser considerada antagônica ou substitutiva da setorialidade, mas complementar, ou seja, deve-se realizar uma combinação entre política setorial com intersetorial, e não contrapô-las no processo de gestão (apud NASCIMENTO,

2010, p. 134). Nesse contexto, buscou-se conhecer como cada instituição, dentro de suas especificidades, executa suas ações em relação à violência sexual em Parintins.

TRABALHO DAS INSTITUIÇÕES NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	
INSTITUIÇÃO	DESCRIÇÃO DO TRABALHO
Abrigo	O perfil dos usuários do abrigo são crianças e adolescentes, onde o conselho tutelar, ou o ministério público, ou o CREAS, percebeu uma necessidade de retirada dessa criança ou do adolescente do âmbito familiar em decorrência do abuso, da violência sexual, até que seja apurado todos os fatos, onde não havendo, essas crianças retornam às suas famílias de origem. Nós recebemos dessas instituições e, a partir disso, a gente faz o acolhimento, essa criança vem pro abrigo, a partir de um guia de acolhimento emitido pelo Conselho Tutelar ou Ministério Público, essa criança passa a estar sobre a nossa proteção, até que se finalize o processo dela. Então, ela é acolhida, dependendo da situação, a gente começa a fazer os procedimentos básicos: é feita a escuta pelos dois técnicos: assistente social e psicóloga do abrigo, em seguida, a gente toma algumas providências junto com o Conselho Tutelar, de levar essa criança pra um exame de conjunção carnal pra dar continuidade ao processo. Após ela permanecer na casa, faz a escuta qualificada, começa a trabalhar em rede, pra gente começar a desenvolver como a gente pode traçar a situação que a gente está recebendo. De repente fazer uma visita domiciliar, fazer um acompanhamento com essa família e dar ciência ao Ministério Público sobre todo aquilo que nós observamos (ENTREVISTADO I)
Conselho Tutelar	O conselho tutelar é um órgão que não executa, requisitamos serviços. Então nós trabalhamos em cima das denúncias que aqui chegam. O que nós fazemos quando a denúncia chega? Se for o genitor que vier denunciar um direito violado ou ameaçado de seus filhos, nós fazemos a orientação e levamos pra quem de direito, levamos ao conhecimento da delegacia que tomará as formas cabíveis, que vai passar pro judiciário. Então o conselho tutelar atua na forma de denúncia. Além de levar essa denúncia ao conhecimento da justiça, fazemos o acompanhamento com a família, requisitando serviços na área da assistência, na área da saúde, na área da educação. O conselho tutelar atua quando os direitos foram ameaçados ou violados das nossas crianças e adolescentes (ENTREVISTADO III).
CREAS	Normalmente as demandas relacionadas a violência sexual são recebidas no CREAS espontaneamente, ou através de encaminhamentos das diversas secretarias e instituições articuladoras da cidade de Parintins, incluindo as agrovilas do município, denúncias do DISK 100, e um constante trabalho realizado com o Conselho Tutelar. [...] O atendimento fundamenta-se no respeito à heterogeneidade, potencialidades, valores, crenças e identidades das famílias. O serviço articula-se com as atividades e atenções prestadas às famílias nos demais serviços socioassistenciais, nas diversas políticas públicas e com os demais órgãos do sistema de Garantia de Direitos. As atividades essenciais realizadas são: entrevista de acolhida e avaliação inicial; atendimento psicossocial (individual, familiar e em grupo); construção de Plano e Acompanhamento Individual e/ou Familiar; Orientação Jurídico-social; Elaboração de relatórios técnicos sobre o acompanhamento realizado; Ações de mobilizações e enfrentamento; Visita domiciliar, quando necessário e Articulação em rede (ENTREVISTADO IV).
Delegacia	Assim, a polícia nesse tipo de atuação tem que atuar com bastante cautela. Primeiro pra evitar uma nova vitimização daquela pessoa que já sofreu algum tipo de violência e está buscando a delegacia para ser amparada, pra que a gente consiga esclarecer como tudo aconteceu e conseguir efetuar a prisão sem margem de dúvida de que aquela pessoa realmente foi o autor daquela violência. Até porque além da preocupação com a vítima, a gente não pode esquecer que existe uma condenação antecipada na maioria das vezes nesse tipo de crime e, que, principalmente nas unidades prisionais, esses crimes são rechaçados de forma brutal [...] Então nesse tipo de situação, a gente tenta

Especializada	com que as crianças e pré-adolescente sejam atendidas por mulheres, por isso existe a delegacia especializada da mulher. No momento, Parintins está desassistida nesse sentido, existe estrutura física, mas não de servidores, a gente está sem delegada no momento. Mas isso não é empecilho para que deixemos de atender, e aí a gente solicita apoio da Assistência Social e de psicólogos para fazer o relatório psicossocial que também vai nos amparar durante o procedimento policial (ENTREVISTADO V).
Ministério Público	[...] Então, como são tratados esses assuntos? Quando chega uma denúncia desse tipo de assunto aqui, ele é distribuído para uma das varas e, cai em uma das promotorias. Então o ministério público, ele tem três opções quando ele recebe esse tipo denuncia: ou ele pede para o delegado, a autoridade policial, fazer diligências para melhorar aquela investigação, porque ele encontrou falhas ou então está incompleta, então ele pede para que o juiz devolva o procedimento para a polícia; ou então, ele acha que realmente, após feita aquela investigação feita pela polícia não se convenceu, ou seja, não tem provas contra ninguém, ou não tem a materialidade do ato, ou seja não se comprovou que existe um crime, aí ele pede arquivamento, o que é muito raro. E por fim, o que é mais comum, que é o nosso dia a dia realmente, o nosso cotidiano, quando a gente recebe essas denúncias em forma de inquérito é denunciar o suposto autor e, aí começa um processo judicial. Então, [...] já começa uma situação de repressão. O ideal seria se trabalhar muito mais na prevenção, para evitar isso. Mas pela falta dessa vara especializada tanto na justiça quanto no ministério público e, pela gama de trabalho, pelo volume de trabalho que a gente tem, que a pessoa trata de homicídio, trata de tudo isso, então acaba não tendo tempo suficiente para fazer da maneira adequada essa prevenção (ENTREVISTADO VII).
Escola	Normalmente são os professores que detectam na sala de aula. Tem alguns comportamentos que são meio estranhos dos comportamentos normais de crianças e adolescentes, e aí eles veem trazer aqui. Atitudes diferentes dos alunos, ou às vezes a própria criança ou adolescente procura o professor pra contar alguma situação da vida deles. Aí o professor já fica antenado e vem trazer aqui pra que a gente converse, pra que a gente encaminhe para os órgãos competentes. Mas também, houve uma situação em que a própria família veio denunciar alguém da família. Às vezes a mãe mesmo sabe, já soube do que aconteceu e vem aqui comunicar o que está acontecendo. Mas em muitos casos são os professores mesmos que são procurados na própria sala: a criança chega ou o adolescente pra falar alguma situação, principalmente depois dessas campanhas que nós fazemos nas escolas contra o abuso sexual de crianças e adolescentes. E aí é o momento em que eles começam a ter coragem de chegar até nós e falar o que está se passando com eles. [...] Como agora tem o serviço social da SEDUC a gente já encaminha diretamente pra lá, preenchemos a ficha de encaminhamento, entramos em contato por telefone com a assistente social e já repassamos o caso. [...] (ENTREVISTADO VI).
SAVVIS	A maior parte vinha encaminhado da delegacia ou do conselho tutelar e, as pacientes sempre foram encaminhadas para o hospital Jofre Cohen, onde nós fazíamos a parte técnicas de exames de corpo de delito, além do exame de corpo de delito também fazia a prevenção para as DSTs/AIDS e também de certa forma o atendimento psicológico. Atendia homens e mulheres vítimas de violência sexual, a maior parte eram mulheres, alguns meninos também eram atendidos (ENTREVISTADO VIII).

Quadro 13: Trabalho das instituições no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes

Fonte: pesquisa de campo, 2016, 2017.

A Casa de Acolhimento Institucional Vovó Conceição atende crianças e adolescentes que, na percepção do conselho tutelar ou do ministério público, precisaram ser retirados do ambiente familiar por este oferecer riscos à integridade física e/ou psicológica desses sujeitos. Esses riscos podem ter relação com a violência sexual ou com outras formas de violação de

direitos. Trata-se de um ambiente que se assemelha a uma casa, com dois quartos, sala e cozinha, pode receber até 10 crianças e/ou adolescentes.

Questionado sobre o tempo em que crianças e adolescentes podem ficar na instituição, o entrevistado informou que isso depende de cada caso e, principalmente dos órgãos do judiciário:

Dois casos já ficaram mais de ano, o certo é de seis meses aí se faz essa análise junto ao ministério público e rever a situação dessa criança. Só que assim a gente tem um outro agravante, uma outra dificuldade que nos limita aqui a desenvolver, a acelerar o processo: a rotatividade na questão do ministério público, do juizado. Vai com um juiz, aí já não é ele, ele já vai pra outro município, aí tu tem que estar fazendo todo tempo essa busca, uma das dificuldades é isso (ENTREVISTADO I, 2016).

Durante o período em que ficarem na instituição, as crianças e/ou adolescentes serão atendidas e acompanhadas pelos profissionais, mais especificamente a assistente social e a psicóloga. Além desses profissionais, a instituição conta com uma orientadora e os cuidadores. Os cuidadores são responsáveis pelos cuidados domésticos do ambiente, como limpeza, preparação dos alimentos e etc. A orientadora “providencia um atendimento à saúde, consultas, reforço escolar, dinâmicas que a gente vai desenvolvendo com eles, oficinas, também algumas terapias. Então vai de acordo com cada necessidade” (ENTREVISTADO, 2016). A instituição também deveria contar com um coordenador, mas até o momento da entrevista, a instituição por quase um ano estava sem esse servidor.

Quando necessário, além do acompanhamento das crianças e adolescentes, as famílias também podem ser acompanhadas pela equipe psicossocial, que poderão inclusive, realizar visitas domiciliares e atendimento individualizado. Durante o acompanhamento dos casos, sempre há a necessidade de articulação com outras instituições que fazem parte da rede, como a área da saúde, com a escola onde a criança/adolescente estuda, instituições da política de assistência social, órgãos do judiciário, delegacia e o conselho tutelar.

O Serviço de Acolhimento Institucional faz parte da Política Nacional de Assistência Social, está incluído na modalidade de proteção social especial de alta complexidade e, em relação às crianças e adolescentes, deve funcionar como provisório e excepcional. Trata-se de uma medida de proteção para aqueles que se encontram em risco pessoal e social, sendo a família ou os responsáveis considerados impossibilitados de protegê-los. Importante lembrar que finalizado o período necessário ao acolhimento institucional, se possível, a criança ou o adolescente deverá retornar à sua família de origem, podendo ser a nuclear ou extensa, ou então, será colocado em família substituta (BRASIL, 2009).

O conselho tutelar funciona, em muitos casos, como a porta de entrada no processo de resolução dos casos de violação de direitos do segmento infantojuvenil. Por ser uma instituição com o espaço menos tenso que a delegacia, responsáveis/familiares das vítimas, profissionais que lidam com esse segmento se sentem mais à vontade para realizar as denúncias, do que no espaço da delegacia especializada que, além de atender diversas situações de violação de direitos de crianças e adolescentes, também lida com todas as formas de crimes no município.

Importante destacar que nos casos de violação de direitos, especialmente, da violência sexual, a partir da denúncia realizada no conselho tutelar, o caso também será denunciado na delegacia especializada. A partir disso, poderá ser solicitado o atendimento da vítima pelo SAVVIS para os cuidados e exames médicos necessários. Para o acompanhamento psicossocial e assessoria jurídica à vítima e a sua família, o caso também contará com o CREAS. Quando a delegacia conseguir juntar um corpo de provas que julga suficiente para a resolução do caso, encaminhará ao ministério público que decidirá se apresentará a denúncia, se solicitará mais provas da delegacia ou arquivará o caso. A situação também poderá contar com o apoio da escola que a criança ou adolescente estuda, aliás, algumas das denúncias relacionadas à violência sexual partem dos profissionais que atuam nas escolas.

Todo esse percurso mostra a importância do real e bom funcionamento das instituições assim como do trabalho intersetorial que repercutirá de maneira positiva ou negativa na situação. Diante do número de instituições pelas quais determinado caso pode passar, é importante que se trace estratégias para evitar a revitimização das vítimas, ou seja, a necessidade de relatar várias vezes o ocorrido para profissionais diferentes pode provocar sofrimento durante os relatos.

O entrevistado III relata as formas como os casos chegam à instituição e as providências tomadas.

Existe várias formas de chegar até nós essa denúncia, a maioria das vezes, a gente recebe essa denúncia através das escolas, através da área da saúde quando eles identificam e nos passam. Uma vez que chega até nós, nós vamos primeiramente ter um contato com a vítima. Quando vem através dos genitores, a gente faz a escuta dos genitores, faz aquele primeiro contato com a vítima, nós acionamos um profissional, um psicólogo para fazer a escuta qualificada da vítima e aí nós vamos fazer a denúncia, levar a família, acompanhar a família até a delegacia pra fazer a denúncia desse abuso, desse suposto abuso e lá vai acontecer os procedimentos. Vão pedir exames o qual vai ser comprovado se houve ou não. E quando vem através da escola, a maioria os casos a família elas não aceitam, as mães, principalmente quando o abusador é intrafamiliar, tem uma grande resistência por parte da família em aceitar. Geralmente a genitora diz que não, não aceita, diz que é mentira da

criança, que a criança está inventando que ela quer prejudicar, geralmente é o padrasto. Já aconteceu de ter pais também, ser o próprio pai. Então a gente tem uma grande barreira quando a denúncia vem da escola, vem de outros setores sem ser a família. A gente vai ter esse contato e vai tentar primeiramente sensibilizar a mãe, de a mãe ir denunciar. O conselho tutelar ele orienta, mas o dever da denúncia, quem de fato tem que denunciar é a família, que é o responsável da criança. E quando se tem essa resistência, o conselho tutelar faz a denúncia e a delegacia vai tomar seus procedimentos legais, vai fazer a escuta dos genitores, a escuta da vítima e vai repassar a denúncia para (ENTREVISTADO III, 2017).

Na fala do sujeito da pesquisa, é possível identificar a importância da participação de instituições da área da educação e da saúde no processo de identificação das formas de violência contra o segmento infantojuvenil. O ECA, em seu artigo 70, determina que “É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente”. Cada profissional, independente da área de atuação, seja ele de entidade pública ou privada, deve comunicar ao conselho tutelar as situações de violação de direitos do segmento infantojuvenil.

O entrevistado III também destacou que, em casos de violência sexual, quando o abusador é membro da família, principalmente pai ou padrasto, a família geralmente é resistente em realizar a denúncia. Nesses casos, quando há a recusa por parte do responsável da vítima, o próprio conselho a faz junto à delegacia.

Diante das expressões da violência que atinge o universo infantojuvenil no município, o conselho tutelar necessita da parceria das instituições que compõem a rede de proteção em Parintins e, que estes serviços estejam funcionando em condições de atender as demandas dessa população.

O CREAS, segundo o sujeito da pesquisa IV, atende as demandas relacionadas à violência sexual encaminhadas pelas instituições, inclusive da zona rural como as agrovilas e também recebe demandas espontâneas. A instituição faz parte da proteção social especial de média complexidade da Política Nacional de Assistência Social, e presta orientações e atendimentos voltados às situações de violação de direitos, trabalhando o convívio sociofamiliar e comunitário (PNAS, 2005).

Dentre os serviços ofertados pelo CREAS, está o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), voltado para indivíduos e suas famílias em situação de ameaça ou violação de direitos. Através desse serviço são ofertados orientações e acompanhamentos tendo como objetivo “a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social” (BRASIL, 2009, p. 19).

Entre os usuários desse serviço, estão as vítimas de violência sexual. Segundo o sujeito da pesquisa, a partir do momento em que o caso chega até a instituição, é feita a entrevista psicossocial para a avaliação do caso e os encaminhamentos necessários, como a construção de um Plano e Acompanhamento Individual e/ou Familiar. A instituição também conta com a orientação Jurídico-social e, no processo de acompanhamento do caso, pode ser solicitado pelo Ministério Público relatórios técnicos sobre o acompanhamento.

O entrevistado V destaca o cuidado que se deve ter em relação aos crimes contra a dignidade sexual, tanto em relação às vítimas quanto aos suspeitos da agressão. Em relação às vítimas, o cuidado se deve em não provocar, durante os procedimentos policiais, uma nova vitimização do sujeito que sofreu a violência sexual, por isso, a recomendação é que às vítimas, especialmente as do sexo feminino sejam atendidas por uma delegada. Nesse processo, se faz necessário a presença de profissionais do Serviço Social e da Psicologia que, a partir da escuta das vítimas, poderão emitir relatório psicossocial que poderá orientar os procedimentos policiais. Apesar desses cuidados, o entrevistado pontua que “a vítima tem que ser ouvida e todo cuidado é adotado para que a gente minimize o sofrimento, que isso não tem como deixar de acontecer, durante esses relatos”.

No tocante aos agressores, o cuidado se deve em juntar um corpo de provas que consiga esclarecer quem de fato foi o agressor, para que se não condene um inocente, tendo em vista a brutalidade com que esses crimes são tratados no sistema prisional pelos presidiários. Importante lembrar que, diante das diversas formas de violência sexual, conseguir juntar provas que não deixem dúvida em relação aos agressores é um desafio, tendo em vista às questões que envolvem essa violação. Questionamos o entrevistado sobre o tempo necessário para a formação dos inquéritos:

O inquérito ele tem um prazo pra ser concluído, mas a gente pode pedir a dilação de acordo com o caso concreto. Nos crimes de estupro, principalmente de vulnerável, que envolve crianças e adolescentes com menos de 14 anos, é tudo feito de uma forma muito séria, apesar dos cuidados serem adotados. Nós encaminhamos a vítima para fazer o exame de conjunção carnal pra testar se houve ou não o desvirginamento, solicitamos o apoio dos psicólogos e do corpo de assistentes sociais, e aí ouvimos as testemunhas que eventualmente existam. A gente tem um problema nesse tipo de crime que, na grande maioria das vezes, ele acontece de forma velada, onde não tem ninguém pra assisti-lo, pra vê-lo, pra ouvir. Os estupros eles acontecem geralmente em lugares ermos e dentro da própria casa da vítima. Essa é uma realidade absurda, mas ela é estatisticamente comprovada. Muitos dos abusos acontecem no ambiente familiar ou próximo às pessoas que tem algum vínculo com a vítima (ENTREVISTADO V, 2017).

A violência sexual, segundo Faleiros (1998), ocorre predominantemente nas relações familiares e conta muitas vezes com o silêncio da família que, para proteger o abusador, acaba

não realizando a denúncia. Também vale frisar, que mesmo nos casos de violência fora do contexto familiar, seja o abuso ou a exploração sexual, também existem dificuldades em relação a aquisição de provas que de fato consigam promover a responsabilização dos agressores. Nesse processo, se mostra extremamente necessário o trabalho de profissionais da área da saúde, como os do SAVVIS, que a partir da realização de exames poderão contribuir nesse processo.

A partir do trabalho realizado pela delegacia especializada nos casos de violência sexual infantojuvenil, os inquéritos são encaminhados ao Ministério Público de Parintins que poderá tomar três posicionamentos frente ao caso: quando identifica falhas no processo de investigação, ou verifica que as provas encaminhadas são insuficientes, solicita diligências, ou seja, que se melhore o conjunto de provas para então encaminhar novamente o caso ao Ministério Público. Nos casos em que se não conseguiu provas suficientes, pode solicitar o arquivamento do caso. Outro posicionamento, que de acordo com o entrevistado é o mais comum, é denunciar o possível agressor, o que dará início a um processo judicial que poderá resultar na condenação do acusado (ENTREVISTADO VII, 2017).

O entrevistado VII também destaca que os casos de violência sexual podem ser atendidos por qualquer uma das três promotorias no município, mas sinaliza que o ideal, “seria uma vara especializada nesse assunto. [...] Mas enfim, nem a justiça aqui, nem o ministério público trataram desse assunto com essa gravidade, com essa importância que deveria ter sido dada. Ou seja, de se criar um ambiente especializado para tratar desse assunto”. Também destaca que por falta de profissionais no âmbito da justiça, tem se priorizado mais o aspecto punitivo em relação aos casos de violência sexual, em detrimento da prevenção à violação.

Questionamos o entrevistado VII sobre o tempo, em média, para a responsabilização do agressor.

É uma pergunta difícil de responder porque cada vara tem um ritmo, depende se tem juiz titular, [...] muitas das vezes também o que que acontece: a demora começa na delegacia. Por que? Hoje nós temos apenas um delegado titular em Parintins pra dar conta de toda a demanda. Muitas das vezes então ele não consegue cumprir os prazos da delegacia, já começa dali a demora. [...], depois tem o prazo no ministério público, o prazo na justiça e, aí sim começam a ser marcadas as audiências pra ouvir todo mundo pra que se chegue num julgamento. Então isso eu não vejo acontecer em menos de seis meses, isso quando se fala que tudo ocorreu rapidamente, tudo ocorreu sem atrasos, no mínimo é isso aí, um prazo de seis meses. O que não impede de acontecer em um mês, depende da situação, da estrutura de cada local, o número de processos que um juiz tem para julgar, então é difícil você dizer um tempo exato porque isso vai depender da agilidade da delegacia investigar. Depois do Ministério Público denunciar e, depois da justiça ter agilidade, ter pauta pra marcar essas audiências, de ouvir essa pessoa. Agora, é importante que se diga que quando a pessoa está presa, obrigatoriamente o processo tem que andar mais rápido porque

existe uma série de leis que protege para o processo não demorar, que a pessoa está presa sem um julgamento, ou seja uma prisão cautelar. Nesse sentido, o processo obrigatoriamente tem que correr mais rápido, porque uma coisa é alguém está solto e o processo demorar e lá no final se comprova que ele é inocente. Agora, imagina o contrário, a pessoa está presa, e o processo demora e no final, o Estado não consegue provar que ele era realmente o autor daquele crime (ENTREVISTADO VII, 2017).

O entrevistado destaca que o ritmo das instituições envolvidas pode ser determinante para o desfecho dos processos, sinaliza ainda que cada situação pode exigir certos cuidados quanto ao tempo, o que pode contribuir para que uns processos demorem mais e outros menos. O exemplo citado é dos casos em que o suspeito está cumprindo prisão cautelar, o que exige que o andamento do processo judicial ocorra mais rápido.

Outra situação se refere a própria estrutura de cada instituição envolvida, principalmente em relação aos recursos humanos, que em Parintins, várias instituições trabalham com profissionais insuficientes diante do número de demandas apresentadas pela população local. Essa realidade está presente nos órgãos do judiciário de Parintins, que no momento da entrevista, estava com o corpo de juízes, promotores e defensores públicos insuficientes. Também foi constatada essa realidade na delegacia especializada que estava sem a delegada que lida com os casos de violência contra crianças e adolescente, violência de gênero e violência contra o idoso.

Assim, de acordo com o entrevistado, os desfechos dos processos dificilmente acontecem em menos de seis meses, tendo em vista a estrutura humana dos órgãos do judiciário. Como assistente social da SEDUC, sempre acompanho casos de violência sexual contra alunos da rede estadual de ensino em Parintins. Em dois casos foi possível verificar a demora dos processos judiciais, um dos casos refere-se ao abuso sexual contra oito adolescentes que aconteceu em 2013, a primeira audiência com o juiz aconteceu em 2017. Outro caso refere-se ao estupro de uma aluna de 10 anos pelo padrasto que ocorreu em 2010, no processo consta o exame de conjunção carnal além de outras provas, até o momento, não houve nenhuma audiência com o juiz desse caso.

Também questionou-se sobre o número de casos com a responsabilização do agressor, segundo o entrevistado VII, há vários, mas não precisou a quantidade. Sinalizou que “Eu acho que esse não é o problema atual de Parintins, ou seja, número de responsabilizações têm, em todo tipo de crime, dos mais graves a esses, porque a gente participa de audiências de muitos casos. O problema está no cumprimento da pena” (ENTREVISTADO VII, 2017). Assevera ainda que:

Então o que que acontece, muitas das vezes, a pessoa pega uma pena, que por vários motivos, questões técnicas do direito que pelo número de anos que ela pega, pelo como era a vida social dela antes, se ele não tinha antecedentes, então a pena não é alta e aí, ela vai começar a pena em regime semiaberto e não fechado. E onde que nós temos o semiaberto aqui? Não está funcionando como exige a lei, por que não está funcionando? Porque não tem um local adequado. Então essas pessoas, por exigências da lei, ou seja, se não tem um local adequado a gente não pode fazer no regime fechado, pior do que o que foi determinado na sentença, então elas acabam cumprindo nas suas casas, indo apenas assinar um documento lá no presídio. Isso faz o quê? Faz cair uma sensação de descrédito, a gente se sente impotente porque você faz todo um trabalho, você vê um trabalho sendo realizado, moveu toda a máquina estatal, desde a investigação que iniciou, desde a prisão ou desde a denúncia, que passou pela investigação da polícia depois, que chegou ao Ministério Público, depois toda aquela instrução na justiça, ao final você vê o agressor condenado ir pra sua casa, cumpri em casa. Então isso repercute negativamente, não é só para a sociedade, todos nós envolvidos nisso aí ficamos chateados e sentimentos impotentes, porque tem todo um trabalho e não tem o resultado que deveria ter (ENTREVISTADO VII, 2017).

De acordo com o entrevistado, o problema não reside na falta de responsabilização dos agressores, que quando se consegue provar a autoria do crime, há a condenação. Entretanto, as “brechas” na Lei e a falta de estrutura física de instituições como o presídio acabam por favorecer certos agressores. Importante lembrar que nos crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes, o Código Penal Brasileiro leva em consideração a idade da vítima, o grau de parentesco do agressor, as circunstâncias da agressão, o tipo de agressão, dentre outros fatores que repercutem direta e indiretamente na pena do agressor.

O entrevistado VII também destaca que quando o agressor é condenado a certa pena, ele não pode ser submetido a uma pena pior do que a que recebeu. Quando o Estado não dá condições de cumprimento da pena decretada, esta pode ficar mais branda por conta de o Estado não oferecer as condições necessárias ao seu cumprimento. Desse modo, alguns condenados acabam por cumprir prisão domiciliar, o que na visão da população aparenta impunidade.

O entrevistado deixa claro o seu descontentamento com essa situação e sinaliza para o desrespeito com todo o esforço, dedicação, tempo, recursos, instituições e profissionais que se empenharam para a resolução do caso e, no final, o agressor fica praticamente impune. Também destaca que contribui com essa situação as condições do sistema prisional brasileiro, do estado do Amazonas e de Parintins, que não tem estrutura física de um presídio. Trata-se de uma antiga delegacia que foi transformada em presídio e que oferece riscos aos presidiários, aos servidores da instituição e é vulnerável às rebeliões que inclusive já aconteceram e provocaram mortes de detentos.

Em relação ao trabalho da escola no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, o entrevistado VI destacou como os casos são detectados, sendo os

professores, muitas vezes, os primeiros a perceberem no contexto da sala de aula. Há situações em que ocorre uma mudança repentina de comportamento do aluno/a, ou então o próprio aluno procura o professor/a ou a pedagoga da escola para pedir ajuda. Mas há casos em que a própria família procura a escola para pedir ajuda, justamente por esta instituição fazer parte do cotidiano da família e por ser, às vezes, a única referência para a família.

Importante frisar que o contexto escolar se mostra como um espaço em potencial para se trabalhar a prevenção às diversas problemáticas que atinge o universo infantojuvenil, como a violência sexual. As campanhas preventivas cumprem um importante papel nesse processo, contribuindo com que, no momento das palestras e ou oficinas preventivas, as vítimas criem coragem para denunciar ou pedir ajuda.

A equipe psicossocial no âmbito da política de educação também se mostra necessária, funcionando como um apoio que além do atendimento das vítimas e suas famílias, dependendo do caso, identificará na situação os encaminhamentos que devem ser tomados.

O livro *Escola que Protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes* (2007), do Ministério da Educação em parceria com a UNESCO, visa além da formação dos profissionais envolvidos com a educação, promover a capacitação desses sujeitos para o enfrentamento às diversas modalidades da violência, entre elas a violência sexual. Esse livro além de trazer conceitos básicos sobre as formas de violências também apresenta instituições de proteção a esses sujeitos e estimula o trabalho em rede como forma de enfrentar essas problemáticas.

Em relação ao SAVVIS, o entrevistado VIII sinaliza que a maioria das vítimas eram do sexo feminino, confirmando a influência das questões de gênero na violência sexual, destaca ainda que o SAVVIS recebia os encaminhamentos do conselho tutelar ou da delegacia que solicitavam o exame de corpo de delito e os cuidados médicos relacionados às DSTs/AIDS, além do atendimento psicológico. O entrevistado também sinaliza para o fato de não ter uma equipe exclusiva para trabalhar com essa demanda e afirma que esse trabalho era realizado por conta da vontade própria da equipe que o acompanhava nos casos de violência sexual.

[...] nós continuamos fazendo o trabalho, mas é muito por causa da vontade própria das pessoas que trabalhavam nisso. Não era nem uma obrigação, porque eu não tinha a obrigação de trabalhar nisso. Na realidade eu trabalhava nisso porque eu já fazia antes esse tipo de trabalho, o exame de corpo de delito em si, sem as técnicas preconizadas pelo ministério da saúde pra fazer isso. Mas depois nós passamos a fazer o trabalho com esse cunho assistencial dado pelo ministério da saúde, mas era sempre muito sobrecarregado. Imagina que os casos de exame de flagrante delito, que são aqueles emergenciais que devem ser feitos em 24, 48 horas no máximo, a

gente fazia porque queria. Ligavam, eu tenho um caso assim, a gente ia e fazia. Mas nem sempre tava a assistente social, a técnica, porque essas pessoas estavam dispersas no final de semana. Eu cansei de fazer, maneira de dizer, fazer exames em final de semana, em que a equipe não estava montada porque não tinha como essa equipe ficar montada exatamente só pra essa assistência. (ENTREVISTADO VIII, 2017).

Além de não ter uma equipe para lidar exclusivamente com os casos de violência sexual, o entrevistado também destaca que quando a violência ocorria no final de semana, estando a assistente social, a psicóloga e a enfermeira de folga, realizava o atendimento sozinho. Essa situação pode, de alguma forma, ter tido implicações para as vítimas, tendo em vista que na maioria dos casos a vítima é do sexo feminino, como bem sinalizou o próprio entrevistado. Assim, após a ocorrência da violação, passar por um exame de conjunção carnal realizado por um homem, sem o apoio psicossocial e, sendo a vítima do sexo feminino, pode inibir ou causar desconforto emocional nas vítimas.

O entrevistado ainda sinalizou para os casos em que o exame deveria ocorrer dentro do tempo limite do flagrante, que exigia certa pressa para cumprir o prazo, muitas vezes o levando a ir ao hospital para esses atendimentos fora de seu expediente.

Questionamos os entrevistados sobre os desafios e dificuldades enfrentados pelas instituições nos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. Nesse sentido, o entrevistado I pontua que:

Com certeza, tudo respinga diante das dificuldades, seja ela de suporte administrativo, olha só a gente não tem uma sala do serviço social, uma estrutura adequada. Pra eu falar com uma adolescente, uma criança eu tenho que ir lá pro quarto, pedir que a outra que está no quarto venha pra sala. [...] Aí a gente tem a dificuldade de estrutura, a gente tem dificuldade desse fortalecimento, de se olhar pra alta complexidade direcionado a acolhimento eu digo, eu fico assim oh, que me chamam pra reunião e CRAS, CREAS, não sei o quê, aí eu digo e o abrigo? Aí eles dizem; não o abrigo a gente tá dando providência pra sair de lá e não é só isso. É muito além de estrutura física, é de humanas, porque assim, pra você trazer uma criança pra cá, você tem que dar todo o suporte de uma forma integral né. Tu tá tirando uma criança que está sendo violada pra trazer pra outro lugar pra violar outros direitos? Então querendo ou não, às vezes eu me sinto assim nesse reflexo de, poxa, está sendo tirando de uma coisa e aqui a gente acaba que viola um direito, o direito ao lazer que aqui não tem estrutura pra lazer, a criança fica frustrada aqui [...]. E aí, cadê o transporte, teria que ter um transporte pra levar pra um passeio, sabe, isso aqui é um ambiente de casa, mas também elas ficam restrita aqui, já pensou só o quarto e sala? Não tem um quintal. Então a gente acaba violando esse direito. Não pode sair, porque tem que tá com uma cuidadora (ENTREVISTADO I, 2016).

As dificuldades vivenciadas pelos profissionais e usuários da instituição de acolhimento, em sua maioria, estão relacionadas à estrutura física do ambiente, que não oferece as condições necessárias para o desenvolvimento do trabalho dos profissionais, especialmente da assistente social e da psicóloga. O espaço físico conta com uma pequena

sala, que também funciona como recepção da instituição. Nela tem um sofá, que no momento da visita era visível seu estado avançado de uso, estando as esponjas expostas, uma TV, uma pequena mesa para as crianças ou adolescentes estudarem, e uma estante com alguns livros. Na sequência da sala veem a cozinha e depois os dois quartos.

Por conta do espaço físico restrito, as crianças e adolescentes ficam entediados, sem opções de atividades a serem realizadas durante o dia. Nos fundos da instituição, fazendo frente para uma outra rua funciona o conselho tutelar do município. No momento da pesquisa documental, os dados estatísticos foram repassados manuscritos a punho, pois a instituição não contava com computador nem impressora.

O entrevistado ainda assevera que:

[...] Então, quando ele foi inaugurado, ele era uma casa de passagem, 72 horas aqui, resolvia a situação, era uma coisa de imediato do conselho, resolvia e ia pra casa e dava continuidade nos serviços com a rede. Mas aí, no final de 2014, o município consegue uma adesão pra ele se tornar um abrigo institucional. [...] A partir do final de 2014 pra 2015, nós conseguimos obter ele através de recursos que vem pro município pra esse abrigo institucional, mas ele ainda não é adequado, segundo o que eu tenho de informação é que até 2017 ele tem que está estruturado de acordo com essas normas dentro desse guia de acolhimento. Aqui está totalmente inadequado a essas condições, porque o abrigo ele acolhe crianças que sofreram algum tipo de abuso sexual, mas também abre mão pra outros tipos de violações que há a necessidade de se retirar essa criança por alguma negligência, alguma condição assim e aí ele é livre, ele é pra criança com deficiência, mental, a única restrição que ele tem de receber é menor infrator, mas os demais, ele não é específico só pra criança vítima de abuso sexual, mas aqui no caso, é o que mais a gente recebe. Na maioria desses atendimentos, sempre é gritante o abuso sexual e, às vezes, ele é intrafamiliar, a maioria deles, por isso que eles ficam aqui (ENTREVISTADO I, 2016).

A inadequação física da Casa de Acolhida se deve ao fato de o espaço físico ter sido preparado para funcionar como casa de passagem, podendo as crianças e adolescentes permanecer na instituição por no máximo três dias. A transformação em instituição de acolhimento ocorreu do final de 2014 para 2015, e teria que estar adequado até 2017. O entrevistado também destaca que a instituição atende crianças e adolescentes que foram vítimas das diferentes formas de violência, inclusive as com deficiência, a única restrição é em relação aos autores de ato infracional. Sinaliza que a maioria dos casos é oriundo da violência sexual, principalmente no contexto familiar o que provoca a retirada desses sujeitos do seio de suas famílias.

O entrevistado III relatou que as dificuldades e os desafios estão relacionados à estrutura física e humana das instituições e à morosidade da justiça em relação a responsabilização dos agressores.

[...] dificuldade em relação aos casos de abuso sexual, eu falei que era a justiça, porque é lenta demais, demora demais, as famílias ficam sem resposta, muitas delas, no caso dessas famílias que a mãe não apoia a vítima, que geralmente é o padrasto, o abusador acaba retornando para o convívio familiar e nada se foi feito. [...] Aí a criança volta ao risco [...]. O nosso abrigo, a estrutura dele não comporta receber uma criança, na verdade, a gente coloca uma criança aqui no abrigo, nós estamos privando essa criança de liberdade. É o contrário que está acontecendo, é a vítima que fica privada de liberdade e o agressor fica livre. O espaço é muito pequeno, não tem o espaço adequado pra criança, e a criança que acaba vivendo uma prisão e o abusador livre. Um outro dia, numa conversa com o juiz, eu perguntei o porquê dessa demora, por que de tudo isso, ele me respondeu que são inúmeros processos na frente desses de 2016, que infelizmente a justiça ela é assim e, não se pode passar processos na frente de outros, tem que acompanhar a ordem. Então, enquanto profissional, essa é a nossa maior dificuldade, em dar esse retorno para a família, porque quando você é a vítima, você quer logo que seja solucionado, então isso que nos deixa triste, e vai gerando casos e mais casos e aí fica acumulado (ENTREVISTADO III, 2017).

A questão da demora em relação ao andamento dos processos e dos julgamentos dos casos de violência sexual é algo que aparece no relato da maioria dos entrevistados, e nessa situação, algumas instituições, como o conselho tutelar, são cobradas pelos familiares das vítimas. Alguns acreditam que ao denunciarem na instituição, automaticamente o agressor será responsabilizado. Essa demora no desfecho dos casos acaba por favorecer os abusadores, que contam com o tempo para que o caso caia no esquecimento ou com a perda das provas ao longo do processo. Essa dificuldade também repercute diretamente e negativamente no processo de atendimento/acompanhamento das vítimas e seus familiares que, ao perceberem a morosidade da justiça, acabam por abandonar os atendimentos psicossociais necessários ao enfrentamento das consequências da violência sexual.

Outra dificuldade sinalizada pelo entrevistado III volta-se para a estrutura física da Casa de Acolhida, também já sinalizada pelo entrevistado I, que favorece a restrição de liberdade das vítimas, que longe do ambiente familiar, que muitas vezes é onde ocorreu/ocorre a violência, fica submetida a um espaço restrito, longe de sua família, de seus amigos e de sua dinâmica cotidiana. Ainda destacou o não funcionamento do SAVVIS em 2016, o que repercutiu negativamente nos casos de violência sexual.

Também foi destacado pelo entrevistado III a falta de respostas das instituições para as quais encaminhou os casos de violência sexual, principalmente do CREAS, que não dá o retorno esperado. Sinalizou ainda que quando procura saber das vítimas e suas famílias se estavam fazendo o acompanhamento na instituição, ouvia como resposta que não, que tinham ido uma única vez e que foram informados que bastava um atendimento.

Em relação às dificuldades, o entrevistado V também sinalizou para a questão estrutural da instituição: “O ideal é que haja um ambiente lúdico para que a criança consiga

expor como a violência aconteceu, mas tudo isso é feito dentro das possibilidades. Em Manaus isso existe, aqui em Parintins a gente ainda não tem essa estrutura” (ENTREVISTADO V, 2017). O entrevistado reconhece que nos casos de violência sexual, especialmente contra crianças, torna-se essencial uma estrutura ambiente que possibilite aos profissionais extrair de maneira diferenciada as informações necessárias à resolução do caso. Frente à ausência desse ambiente e dos instrumentos necessários, pontuou que solicita o apoio de assistentes sociais e psicólogos da SEMASTH e destaca que essa dificuldade não impede que o trabalho seja realizado.

O entrevistado VIII destacou basicamente duas dificuldades na realização do trabalho do SAVVIS: tempo necessário para os procedimentos, principalmente em relação ao atendimento médico e a dificuldade das vítimas, frente à complexidade da violência sexual, em relatar o ocorrido e ainda fazer o exame ginecológico.

Muitas dificuldades. Primeiro porque esse atendimento ele depende muito de muito tempo. Que é coisa que não se tem num hospital (rs). Muitas das vezes eu posso até ter sido intempestivo dizendo: olha, você me desculpe, mas eu tenho estas e estas outras e você tem que me contar o que aconteceu. O mais difícil para pacientes é extrair efetivamente o que aconteceu, a verdade do fato. Quando você trabalha na perícia médica, você trabalha com a verdade da paciente, a verdade do conselho tutelar e a verdade verdadeira, o que aconteceu. Então você tem que se aproximar da verdade verdadeira, do que realmente houve. E as vezes você não tem condições de chegar a uma verdade porque o paciente ou tem vergonha de dizer, imagina, ele foi violentado pelo avô, ele foi violentado pelo tio, as vezes pelo próprio pai, ele tem vergonha de te contar. Nas pacientes do sexo feminino, a dificuldade é maior ainda, porque, eu como homem, já é difícil uma consulta ginecológica. Agora muito menos, imagina a trina anos atrás quando eu comecei, a própria consulta para a mulher com um homem ginecologista, ela já tem uma dificuldade, agora você imagina a dificuldade de uma paciente vítima de violência sexual, uma paciente feminina contar o que aconteceu para o médico ginecologista, para um homem, são muitos os desafios e dificuldades (ENTREVISTADO VIII, 2017).

A dinâmica hospitalar, com as situações de emergência, urgência e o atendimento/acompanhamento dos pacientes internados, exige certa otimização do tempo, fato que contribui para que os profissionais procurem desenvolver seus trabalhos no menor intervalo de tempo possível. Essa situação é prejudicial no atendimento das vítimas de violência sexual, ainda mais quando houve conjunção carnal, em que a vítima precisará de um tempo para se sentir à vontade e segura para relatar aos profissionais o ocorrido e então passar pelos exames ginecológicos, quando se trata de pessoas do gênero feminino.

O entrevistado também destaca a dificuldade das vítimas do gênero feminino em serem examinadas por profissionais do gênero sexo masculino, tendo em vista que a maioria dos abusadores são do gênero masculino e geralmente são membros da família da vítima.

Frente a essa situação, destaca que como estratégia sempre procurou contar com uma equipe de profissionais do gênero feminino, como enfermeiras, assistentes sociais, auxiliares e técnicas de enfermagem.

Então eu tinha uma rede de apoio, eu sempre trabalhei com mulheres, durante todo o tempo que eu trabalhei, tanto assistente social, como auxiliar e técnico de enfermagem e enfermeira que trabalharam comigo, sempre foram mulheres, não que fosse uma escolha deliberada minha. Mas porque eu entendia que tinham que ser mulheres para facilitar o trabalho, para extrair a realidade do fato, mais ou menos aproximado do fato. Eu acho eu nós fizemos um trabalho significativo nesses anos que trabalhamos nisso, porque muitos dos casos foram elucidados graças ao denodo da equipe, graças a dedicação dessas pessoas que trabalhavam comigo. Muitas das vezes, eu já pegava o prato feito, orientava as técnicas de enfermagem, assistente social a extraírem aquela conversa da criança, principalmente da criança, os adultos e adolescentes quase não tinham, era mais a criança. Então quando nós chegávamos para fazer a parte técnica do exame de corpo de delito pra constatar a violência, já tinha sido feito um bom trabalho previamente (ENTREVISTADO VIII, 2017).

Sinaliza para a importância do trabalho realizado por essa equipe, seu esforço e dedicação são determinantes para a contribuição na resolução dos casos de violência sexual, principalmente quando as vítimas são crianças ou adolescentes. O trabalho realizado também por essa equipe contribuía diretamente para a preparação das vítimas para os exames ginecológico. Vale frisar que na equipe do SAVVIS, geralmente fazem parte desse serviço além de médico, assistente social, enfermeiro, um profissional da psicologia.

O entrevistado IV escreveu que “os desafios sempre existirão, constantemente existem mudanças e novos arranjos estabelecidos pela gestão competente, o que de fato, mesmo com as dificuldades encontradas para elaborar as melhorias dos serviços, já está obtendo-se resultados positivos” (PESQUISA DE CAMPO, 2017). Assim, sinaliza que os desafios estão ligados às mudanças relacionadas à gestão municipal, mas que isso tem gerado resultados positivos. Também destacou os desafios relacionados ao sofrimento psíquico das vítimas de violência sexual, e também em relação à espera do processo judicial destacando a necessidade de acompanhamento psicológico. Ressaltamos que no processo de coleta de dados, o entrevistado não permitiu que aplicássemos a entrevista semiestruturada, mas se comprometeu a responder as questões do roteiro de entrevista.

O entrevistado VII também sinalizou como dificuldade questões relacionadas à estrutura humana dos órgãos do judiciário, o que dificulta o trabalho preventivo à violência sexual contra crianças e adolescentes.

A maior dificuldade é a falta de estrutura. Por que? Porque se a gente tem que tomar conta de N assuntos, N processos, tem que fazer o atendimento ao público, tem que tratar de questões sociais da sociedade, ou seja, todos os interesses difusos

indisponíveis às pessoas, dos vulneráveis e, ainda, participar de audiências, se manifestar nos processos de assuntos diversos, como é que tem condições de fazer um trabalho preventivo da maneira como a sociedade merece sobre esse assunto de tanta gravidade, que causa tanta comoção social, já que mexe com as nossas crianças, nossos menores? (ENTREVISTADO VII, 2017).

O entrevistado descreve a diversidade de demandas que precisa atender e, ainda, assevera que o combate a violência sexual contra crianças e adolescentes precisa de “uma cadeia de pessoas, de profissionais agindo ao mesmo tempo e de maneira efetiva pra que se consiga um resultado a médio e longo prazo, que não se consegue resultado a curto prazo” (ENTREVISTADO VII, 2017).

A dificuldade sinalizada pelo entrevistado VI refere-se à falta de capacitação para os professores e pedagogos sobre o assunto, tendo em vista a complexidade da questão da violência sexual e a dificuldade que alguns professores têm em lidar com o problema.

O entrevistado II também sinalizou para as questões estruturais:

A maior dificuldade é a falta de apoio dos nossos governantes. O ano de 2016 foi muito conturbado, foi o ano de final de gestão então nós enfrentamos muita dificuldade. Nós não temos um telefone próprio, nós estamos numa salinha lá da SEMASTH, muitas vezes nós não temos materiais para trabalhar e isso dificulta o nosso trabalho. Inclusive, nós vamos fazer um relatório e encaminhar ao Ministério Público pra dizer as nossas dificuldades. O CMDCA precisa de transporte, nós não temos transporte, a gente usa o nosso próprio transporte pra fazer esses trabalhos. Nós temos como parceiros a SEMASTH que nos auxilia quando nós precisamos de algum material, até pra se deslocar pra levar ofício, eles sempre dão esse suporte mas não é o suficiente. O CMDCA é um órgão independente, então nós tínhamos que ter a nossa própria sede, os nossos próprios instrumentos, mas infelizmente isso ainda não ocorreu em Parintins (ENTREVISTADO II, 2017).

O CMDCA é um órgão que deve exercer o controle social sobre determinada política, para tal precisa ser autônomo, essa autonomia pode ser comprometida se esse órgão não conta com as condições necessárias para o seu funcionamento. Como mobilizar as instituições que compõem a rede de proteção à criança e ao adolescente em Parintins se não tem papel para fazer os ofícios? Ou ainda, se não tem transporte para entregá-los? Como fiscalizar o uso dos recursos voltados ao segmento infantojuvenil se o órgão funciona dentro de uma das secretarias municipais? E as correlações de forças presentes nesse ambiente? O entrevistado também evidencia a influência da política partidária local, destacando que o fato de o ano de 2016 ser final de gestão, as determinações do poder local repercutiram negativamente na atenção voltada ao segmento infantojuvenil.

Questionado sobre como avalia a estrutura do município no combate a violência sexual, o entrevistado IX assevera que:

O Estado cria essas políticas públicas, quando eu falo Estado eu me refiro às instituições, ele cria essas políticas públicas, cria representatividades para essas políticas públicas, mas não oferece o suporte necessário para que essas estruturas, esses órgãos, façam o enfrentamento. Quando o enfrentamento esbarra no interesse do prefeito, do vereador, do deputado, do governador ou do presidente, aí “esses enfrentamentos”, eles recuam. Então eu vejo que é muito frágil, é muito ilusório a gente acreditar que esses órgãoszinho que estão aí, como conselho tutelar, CREAS, Delegacia e outros órgãos que não estou lembrada agora, eles não têm poderes para enfrentar o monstro que os criou para iludir que havia uma defesa para essas vulnerabilidades (ENTREVISTADO IX, 2017).

O entrevistado afirma que apesar do Estado brasileiro criar as políticas e instituições para enfrentar o problema da violência sexual contra crianças e adolescentes, não oferece as condições necessárias ao pleno funcionamento dessas instituições e, ainda, quando esse enfrentamento esbarra em interesses políticos/partidários as ações são comprometidas. Assim, diante do interesse do Estado, as instituições não poderão e nem terão condições de enfrentá-lo para defender os interesses de crianças e adolescentes. Ou seja, tem-se um Estado altamente contraditório, que na maioria dos casos não imprime todos os esforços necessários ao real enfrentamento de determinada problemática, mas apenas o enfrentamento de suas manifestações mais visíveis. Também pontua que

O município é reprodução do Estado, a estrutura que o município adota de governabilidade, de governança é a mesma estrutura do modelo capitalista, é de cima para baixo. No nosso entendimento, pelas nossas jornadas, pelas nossas experiências para que a violência seja combatida na sua estrutura, na sua base, ela tem que descer do pedestal, não ter medo de meter o pé na lama e, vir dialogar com os vulneráveis históricos, com os excluídos históricos. O que que acontece, esses técnicos contratados, esses agentes que são chamados para ocupar as funções públicas, primeiro, não passam por um processo de escolha democrática, eles são indicados, eu quero a secretária de educação, ou secretário de educação porque isso, porque ele votou em mim, porque é um cara que soma comigo. O gestor público, o prefeito, em momento algum ele questiona os compromissos políticos e ideológicos daquele cidadão, e se ele tem a devida competência para promover o diálogo já que nós dissemos que estamos numa sociedade democrática. Então o que que acontece? Aí criam-se as tais políticas públicas de cima para baixo, que chamam políticas públicas. O daqui da ponta, o que está de fora, não se vê incluído, por quê? Porque ele não entende nada do que foi jogado em cima dele, aquilo é um pacote, é uma bomba que foi jogado em cima dele, ele não entende nada, não houve diálogo entre o poder e aquele pra quem o pacote está sendo jogado. Resultado, se ele não se sente incluído ali, aquilo é um favor que chega, favor vem e favor vai. Então, os pacotes, o que que acontece? Eles terminam por morrer lá de onde eles saíram porque não há essa repercussão, não há o retorno, não há o tal de feed back que deveria haver. (ENTREVISTADO IX, 2017).

O entrevistado sinaliza as semelhanças entre as formas de gestão do capitalismo e do Estado, destacando que ambos, na maioria das vezes, impõem seus interesses aos que estão sob o seu comando. Assim, o real enfrentamento da violência sexual deveria combater o problema em sua raiz, sendo parte desse processo os segmentos que historicamente são deixados de fora das decisões políticas do país. Tece críticas à forma como são escolhidos os

gestores das políticas setoriais no município, que geralmente não leva em consideração os compromissos políticos e ideológicos desses sujeitos.

Frente a essa situação, julgamos importante destacar uma observação realizada na última conferência municipal de Assistência Social, na qual, no momento da apresentação dos membros do conselho municipal dessa política, como representantes dos idosos, apareceu uma funcionária pública municipal que não era idosa. Representando as pessoas com deficiência, foi apresentada outra funcionária do município que também não possui nenhuma deficiência.

O entrevistado coloca que a forma como as políticas públicas são criadas, pode contribuir para que o usuário não se identifique com a mesma, sendo que na maioria das vezes ela já vem como algo pronto e acabado requerendo apenas sua execução.

Feita essa discussão sobre como as instituições da rede de proteção à criança e ao adolescente desenvolvem suas ações para enfrentar a violência sexual, as dificuldades que enfrentam, o próximo item traz uma breve apreciação sobre o trabalho profissional dos operadores das instituições que compõem essa rede.

3.4 O TRABALHO DOS OPERADORES DA REDE DE PROTEÇÃO NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTOJUVENIL EM PARINTINS

O trabalho da rede de proteção é realizado por profissionais que atuam nas instituições desempenhando suas funções e/ou atribuições cotidianamente frente as demandas que lhes são postas. Oliveira (2009) destaca que [...] “todos do coletivo institucional, devem buscar constantemente o conhecimento efetivo dos programas sociais, para que este se consolide à luz das necessidades dos segmentos sociais envolvidos, para garantir não o mínimo mas o máximo no campo social” (p. 48). Nesse sentido, o trabalho voltado ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes deve ocorrer através de:

[...] um conjunto de ações integradas, executadas por uma equipe interdisciplinar e especializada, que tenha como objetivo amenizar os danos causados pela violência, interromper o ciclo perpetuador desta violência, oferecer à família a oportunidade de reconstrução de seus vínculos afetivos e dar ao agressor um tratamento digno e adequado (sem prejuízo das medidas legais cabíveis) (EQUIPE DO CRAMI/CAMPINAS, 2009, p. 42).

O fenômeno da violência sexual devido sua complexidade exige intervenções em diversas áreas – prevenção, atendimento, responsabilização e etc. – para que de fato ocorra

seu enfrentamento. Assim, além do atendimento/acompanhamento especializado às vítimas e suas famílias, também é necessário acompanhamento/tratamento aos agressores, além de sua responsabilização, no sentido de evitar que estes voltem a praticar a violência sexual. Em Parintins, além das dificuldades relacionadas à responsabilização dos agressores, atendimento especializado a esses sujeitos é praticamente inexistente, existem algumas iniciativas das igrejas evangélicas e católicas no presídio do município, mas não é exclusivo para abusadores sexuais, alcança a maioria dos presidiários.

Nesse processo, é importante que os profissionais inseridos nas instituições sejam capacitados a lidar com as diversas situações da violência sexual, proporcionando um “atendimento diferenciado de modo a não ocorrer o risco da revitimização” (VIDOTTI; ARAÚJO; PUENTE, 2009, p. 52). Em Parintins, dependendo da instituição e ou profissional onde pela primeira vez a criança ou adolescente relate a situação da violência sexual, a vítima pode se ver obrigada a relatar as situações abusivas várias vezes para diferentes profissionais que atuam em diferentes instituições.

Como exemplo, toma-se um caso em que o primeiro profissional a saber a situação foi um professor, este leva o caso para a pedagoga da escola. A profissional provavelmente irá chamar a suposta vítima para conversar e, identificada a ocorrência da violência sexual encaminhará o caso ao conselho tutelar. Nessa instituição, um dos conselheiros ouvirá novamente a vítima e poderá, na sequência, denunciar o caso na delegacia. Na delegacia a vítima terá novamente que relatar a situação de abuso, esta instituição, dependendo do tipo de violência sexual, poderá encaminhar o caso para o SAVVIS solicitando exames médicos. No SAVVIS, a equipe formada por psicólogo, assistente social, enfermeiro e médico, talvez solicite que a vítima também relate o ocorrido. Após esses procedimentos iniciais, a vítima e sua família será encaminhada ao CREAS para o acompanhamento psicossocial e provavelmente terá que relatar novamente o ocorrido, sem contar que nas audiências, o juiz também pode solicitar que a vítima relate como ocorreu a violência.

Todo esse processo de reviver por diversas vezes a situação de abuso sexual pode provocar e agravar o sofrimento na vítima. Diante dessa situação, é importante que se pense em estratégias de atendimento que evite o processo de revitimização tanto da vítima quanto de sua família.

Neste tópico, apresenta-se as apreensões acerca do trabalho de profissionais que lidam com a violência sexual no exercício de sua profissão e que foram sujeitos desta pesquisa: assistente social da Casa de Acolhimento Institucional, psicóloga do CREAS, delegado, promotora de justiça, pedagoga e o médico do SAVVIS.

PROFISSIONAIS QUE ATUAM NO ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL EM PARINTINS		
Profissionais	Titulação	Tempo de atuação na instituição
Assistente Social	Especialização	Três anos
Delegado	Especialização	Quase três anos
Médico	Especialização	+/- 2 anos
Pedagoga	Especialização	5 anos
Promotora	Especialização	Pouco mais de 1 ano
Psicóloga		11 meses

Quadro 14: Profissionais que atuam no atendimento às vítimas de Violência Sexual em Parintins

Fonte: pesquisa de campo, 2016-2017

A psicóloga não descreveu sua titulação, os demais profissionais têm especialização. A profissional com o menor tempo de atuação na instituição em que trabalha é a psicóloga. Vale ressaltar que o tempo de atuação descrito no quadro refere-se ao tempo na instituição que representava no momento da pesquisa. Alguns profissionais possuem mais tempo de trabalho, alguns em outros municípios como o delegado, a promotora e a pedagoga. Outros possuem mais tempo de atuação em outras instituições ou áreas como o médico que tem 40 anos de experiência, a assistente social que também tem mais anos de atuação no município.

Questionamos os profissionais sobre a prática de cada um em relação aos casos de violência sexual, a assistente social descreveu que:

O trabalho é de escuta logo quando chega, fazer o levantamento do histórico dessa criança, familiar, a partir disso, a gente começa a fazer esse processo que é o plano político pedagógico, traçar de acordo com a especificidade que a gente vai trabalhar, através de estratégias, como orientações, desenvolver algum trabalho focalizado naquele problema. Além disso, o trabalho com a família né, encaminhar as famílias pro CREAS para o fortalecimento dos vínculos familiares, buscar além daqui do abrigo, essas outras parcerias de acordo com cada necessidade, na saúde, mexer essa rede, então é muito dessa forma o serviço social (ENTREVISTADO I, 2017).

A assistente social sinaliza que a escuta é uma das primeiras ações realizadas e tem o objetivo de conhecer a situação para então traçar as estratégias necessárias. A partir disso, é traçado um plano de ação que visa contemplar as necessidades de cada caso. Nesse processo, geralmente é feito o atendimento da família, que identificadas as demandas, serão encaminhadas as instituições competentes. Dependendo do caso, pode haver a necessidade de um trabalho articulado com a escola onde a vítima estuda, com o CREAS, com o SAVVIS, o

ministério público, o conselho tutelar dentre outras instituições e, nesse processo, é muitas vezes a assistente social a responsável em promover essa articulação.

Nesse sentido, Pereira (2009), assevera que:

Ao Serviço social cabe acompanhar as consequências no círculo de relações e apoio da família, as reações na escola, no grupo de amigos, na igreja, na família extensiva, no trabalho, o cumprimento dos encaminhamentos realizados, o suporte para a manutenção destes etc. Os encaminhamentos aos recursos disponíveis deverão ser acompanhados de um contato direto de técnico a técnico para dinamizar e até priorizar o atendimento daquela família, além de promover o trabalho em rede de atendimento integrado (p. 35).

É importante que o assistente social mantenha contato com as instituições e profissionais que acompanharão a vítima e sua família, esse trabalho também alcança setores que de alguma forma fazem parte do cotidiano da criança e ou adolescente que sofreu a violência sexual, como a igreja. A esse profissional também cabe acompanhar o caso para verificar se os atendimentos/acompanhamentos necessários estão sendo realizados.

Na descrição de seu cotidiano enquanto profissional, a assistente social destaca o cuidado que deve ter em relação aos depoimentos das supostas vítimas.

Porque assim como vem crianças que foram abusadas, vem crianças que não foram abusadas e, no decorrer do processo a gente descobre [...]. Olha eu já tive meninas aqui que elas vieram todo detonando, detonando e querendo mandar prender, mandar prender e, no decorrer do tempo, ela foi falando a real história que aconteceu. [...] nunca é no primeiro contato que a gente tenta passar essa segurança [...] conte pra mim ou pra psicóloga. [...] diante da falta de investimento, a gente tem, enquanto profissional, usar estratégias. A gente pegou esses livros aí em parceria com o Itaú. Olha vamos fazer um cantinho, vamos estimular a leitura. [...] ela começou a externar no caderno dela, no diário. Ela tinha vergonha, aí ela deixava aqui em cima da mesa. Então diante de toda essa dificuldade, de falta de incentivo, de estrutura adequada, de um incentivo maior, a gente enquanto profissional a gente tenta usar dessas estratégias para concretizar, ajudar no nosso trabalho (ENTREVISTADO I, 2016).

A profissional ressalta que já atendeu adolescentes que diziam que tinham sido abusadas sexualmente e no decorrer do tempo, desmentiram suas versões. Também já atendeu casos que as vítimas tiveram dificuldades de externar o que aconteceu e, nas duas situações, dar um tempo contribuiu para que as vítimas relatassem o que de fato ocorreu. A assistente social relatou ainda que já se deparou com casos em que a vítima tinha dificuldade em falar sobre o abuso, mas no decorrer do tempo externou escrevendo em papel e deixando na mesa da profissional.

Também destacou que diante das dificuldades relacionadas à estrutura física e humana, se esforça para realizar seu trabalho, usando estratégias que contribuam nesse

processo. Uma delas foi a parceria com o banco Itaú, com a qual conseguiu livros para a instituição, incentivando desse modo a leitura das crianças e adolescentes. Discutindo sobre a formação e a prática profissional dos assistentes sociais na cidade de Manaus, Oliveira (2009) destaca que “para intervirem na realidade social, os profissionais necessitam de um conjunto de conhecimentos e habilidades técnicas diversificadas, uma vez que essa realidade nunca é igual ou é a mesma – é sempre uma surpresa e guarda o inusitado” (p. 42).

O delegado faz a seguinte descrição de seu trabalho:

Cabe ao delegado de polícia verificar a existência do crime, tipificá-lo. Tipificar é adequar aquela conduta a um tipo, um tipo significa um crime que está previsto no código penal ou no Estatuto da Criança e do Adolescente, quando for criança ou adolescente. Feito isso, o delegado tem que traçar as diretrizes da investigação e determinar diligências para que consiga apurar elementos de informações suficientes para convencer o Ministério Público a oferecer a denúncia contra aquela pessoa que for indiciada ou for flagranteada pela polícia. Resumidamente, o delegado vai juntar um corpo de informações, e às vezes, dentro dele, prova para entregar o procedimento policial a justiça, esse procedimento policial vai ser remediado ao Ministério Público que vai oferecer a denúncia ou arquivar o procedimento. Então, quanto mais informações tiverem e quanto melhor forem esses elementos no sentido de indicar aquela pessoa como o autor de um crime, mas fácil vai ser para o Ministério Público oferecer uma denúncia contra esse agressor, e consequentemente, chegar a condenação desse sujeito (ENTREVISTADO V, 2017).

O delegado, registrado o caso na delegacia, é o responsável por enquadrar a denúncia dentro do que é previsto nas legislações, nos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, Código Penal e ECA. É esse profissional que dará as orientações aos policiais no processo de investigação que, quando finalizada, juntará as provas para encaminhar ao ministério público responsável por apresentar ou arquivar a denúncia.

Diante da complexidade que geralmente envolve a violência sexual, especialmente quando é praticada por algum membro da família e, diante da dinâmica que permeia o ambiente das delegacias, é importante que se crie um espaço em que as crianças e adolescentes que sofreram a violência sexual se sintam seguras para relatar o ocorrido. Frente a isso, há a necessidade de uma postura “acolhedora, empática, paciente, não-agressora, considerando que as vítimas são sujeitos de direitos, podendo desta forma contribuir para que eles mantenham seus depoimentos e não se sintam revitimizados, assegurando a coerência dos depoimentos que serão prestados posteriormente na fase processual” (VILGA; FÈLIX; URVAVEGIA, 2009, p.58).

Algumas das vítimas, principalmente as adolescentes, tem a noção das implicações para o abusador após o seu depoimento na delegacia, por isso, relatar a violência sofrida, principalmente quando o agressor faz parte da família, é uma situação difícil. Por isso, os

profissionais da delegacia, especialmente delegados e policiais, devem se mostrar sensíveis e pacientes às dificuldades apresentadas pela vítima em relatar a violência.

Quanto ao relato do médico sobre sua atuação profissional frente os casos de violência sexual, o mesmo destacou:

[...] nós fazíamos a parte técnicas de exames de corpo de delito [...] além de ser ginecologista obstetra, eu também tenho especialização em perícia médica, tenho pós-graduação em perícia médica. [...] Esse atendimento à vítima de violência sexual ele é muito complexo, muito difícil, e às vezes a gente esbarra em incompreensão da família, do paciente. Imagina, eu como homem, ginecologista, a gente tinha que ter uma preparação muito grande pra algumas pacientes que se recusavam a colaborar, dentro do próprio princípio que era pra ajudar a paciente. Às vezes era preciso muitas dizer, olha eu estou aqui pra lhe ajudar, eu não sou juiz, eu não sou promotor, não há, na minha ação, nenhuma atuação no sentido de condenar, de achar que você fez alguma coisa errada, a minha função é somente ajudar, mas nem sempre a gente era incompreendido, até mesmo pela própria característica da educação das pacientes vítimas de violência, grande parte das vezes são pessoas despreparadas e sem grande conhecimentos culturais (ENTREVISTADO VIII, 2017).

Segundo o médico, cabia a ele realizar o exame de corpo de delito que, através deste, provas poderiam ser adquiridas e então encaminhadas à delegacia para somar com as adquiridas pela polícia civil. Entretanto, para a realização desse procedimento, o médico destaca que vivenciava alguns desafios, como, o fato de ser do gênero masculino e ter que realizar um procedimento ginecológico na vítima. Esse fato, em algumas situações provocava certo desconforto nas vítimas, principalmente por que a maioria eram do sexo feminino e tinham sido abusados por alguém do gênero oposto.

Outra situação refere-se ao fato de, em algumas situações, a vítima e sua família, acharem que o médico poderia provocar a prisão do abusador. Esse comportamento é frequente nos casos de violência sexual, quando os familiares, principalmente os pais confundem as atribuições dos profissionais envolvidos no atendimento das vítimas.

Frente ao trabalho desenvolvido pelos médicos em relação à violência sexual contra crianças e adolescentes, Vilga, Fêlix e Urvavegia, (2009) defendem a necessidade de “capacitação destes médicos para que, com maior conhecimento e segurança, eles possam perceber as lesões físicas características do abuso sexual e atestar as mesmas com maior propriedade” (p. 60). Sinalizam também o fato de que, em algumas situações, os exames realizados por pediatras ou ginecologistas nem sempre tem a mesma importância diante do exame de corpo de delito.

Em relação ao trabalho da pedagoga no enfrentamento à violência sexual, a entrevistada sinalizou que:

A gente trabalha mais o dia D, o dia 18 de maio. Então nesse dia nós fazemos um trabalho interdisciplinar, que não se limita aquele dia mas nós sempre trabalhamos a semana. Então a gente sempre elabora um cronograma de atividades interdisciplinares. Então a gente faz assim uma pesquisa no conteúdo programático dos professores, vendo o que cada um pode estar trabalhando pra fazer um link com a sua disciplina. O professor de ciência, por exemplo, ele vai estar trabalhando o corpo humano, a questão de higiene corporal e tal, aí ele já vai abordar a questão da higiene com as partes íntimas e tudo mais. Vai trabalhar a questão da sexualidade da criança e do adolescente. Assim também o professor de biologia, já vai trabalhar a questão da reprodução humana, fala da ética também, da gravidez precoce. Então abordando vários outros temas que não se limitam a questão da violência sexual, mas também de prevenção à gravidez precoce, as consequências de uma gravidez precoce, doenças sexualmente transmissíveis. Então nós vamos abordando outros assuntos relacionados a essa problemática. A professora de língua portuguesa vai trabalhar um texto relacionado a questão da violência sexual, o professor de matemática nós já orientamos a trabalhar a questão de estatística, assim como geografia, sempre trabalhando assim de forma interdisciplinar. O professor de história passar um filme que trate da questão da sexualidade, a questão da violência sexual, de artes. Então cada um, a gente já vai dando direcionamento para que nenhum diga: ah, não tem nada a ver com a minha disciplina. Então vamos buscando nos conteúdos, onde se encaixa aquele tema (ENTREVISTADO VI, 2017).

O trabalho da pedagoga em relação à violência sexual, além de ouvir as situações que os alunos e/ou professores relatam e dar os encaminhamentos necessários, é de orientar os professores a como trabalhar a referida temática dentro de seu conteúdo programático. Ou seja, dentro de cada disciplina encontrar uma forma de abordar essa problemática tendo em vista principalmente o aspecto preventivo. Nesse processo, orienta que o trabalho dos professores envolva temas relacionados à sexualidade, no sentido de prevenir não apenas a violência sexual, mas também a gravidez precoce e às doenças sexualmente transmissíveis.

Assim, cada professor, dentro da especificidade de sua disciplina, poderá abordar a questão e contribuir diretamente com a prevenção à violência sexual e/ou com o rompimento dessa violação.

Quanto ao trabalho da promotora, a mesma destacou:

[...] nada impede que a pessoa venha aqui, ao mesmo tempo que vá lá (delegacia), ou se não se sentir confortável nem seguro de ir até uma delegacia, em virtude da natureza do delito, da exposição, do constrangimento que aquela vítima sofre não só pela idade, mas pela questão em si do fato, é exposto em toda comunidade muitas das vezes, ou seja muda totalmente a vida de alguém. O Ministério público pode também acionar a delegacia, pode tomar medidas de proteção em relação a essa vítima, como por exemplo, o afastamento da pessoa agressora, que é uma medida cautelar prevista em lei, [...] existe também para a proteção dos vulneráveis, todas as vítimas vulneráveis. Como não dizer que a criança e o adolescente não é vulnerável numa situação dessa? Então ela pode procurar o ministério público pedindo essa ajuda, relatando o problema e, a gente aqui faz um ofício requisitório para a delegacia para iniciar um procedimento policial, [...] mas a gente também toma providências ao mesmo tempo, a exemplo da medida cautelar de afastamento da vítima do agressor para que ela seja protegida durante todo esse desenrolar da investigação e dá instrução processual que pode demorar, além de pedir, evidentemente a prisão (ENTREVISTADO VII, 2017).

Além de apresentar a denúncia quando o inquérito vindo da delegacia está completo, sinalizou que a vítima e sua família, quando não se sentem à vontade em ir à delegacia, pois após o registro alguns casos ganham repercussão no município, estes podem procurar diretamente o Ministério Público. Nesse processo, podem ser tomadas medidas de proteção à vítima como afastá-la agressor, quando este é membro da família. Também são dadas orientações à família acerca dos procedimentos jurídicos do caso, inclusive informando que geralmente esse processo demora.

A psicóloga, quanto à sua prática profissional nos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes:

Os procedimentos realizados são, acolhimento, escuta qualificada individual, familiar ou em grupo. Cada caso é singular, o sigilo dos conteúdos é de extrema importância e ética profissional, o qual é compartilhado alguns aspectos com a equipe técnica, para que seja possível a articulação de um plano de ação fidedigno de fortalecimento de vínculos tanto individual quanto familiar. A elaboração de relatórios para a Promotoria Pública nesses casos de violência sexual é imprescindível, para que as medidas judiciais criminais sejam providenciadas contra o suposto agressor (ENTREVISTADO IV, 2017).

Além dos procedimentos individuais executados pela referida profissional, como a escuta e o sigilo, observa-se o trabalho interdisciplinar realizado pela equipe que compõe o CREAS, sendo construído um plano de atendimento voltado às particularidades de cada caso. Também é presente no discurso da entrevistada o trabalho intersetorial com a promotoria, devendo os profissionais do CREAS que acompanham os casos de violência produzirem relatórios a serem enviados para a referida instituição.

Pereira (2009) destaca que cabe ao psicólogo acompanhar os desdobramentos emocionais resultantes da violência sexual, tanto da vítima quanto dos membros de sua família. Esse profissional também pode realizar um trabalho de preparação da família e vítima para os procedimentos policiais e jurídicos que o caso exigirá, como os depoimentos na delegacia e para o juiz. Quando há o afastamento da vítima de seu convívio familiar, esse profissional também se mostra necessário no acompanhamento das crianças e adolescentes. Importante frisar que esse trabalho geralmente é realizado em parceria com assistentes sociais.

A profissional também escreveu que em Parintins não participou de nenhuma capacitação para trabalhar com questões relacionadas à violência sexual, mas que por interesse próprio, quando morou em Manaus, sempre participava de capacitações e congressos sobre a temática. Destacou ainda que, na graduação, foram abordados conteúdos sobre crianças e adolescentes “e como trabalhar os eixos de conflitos psíquicos no campo social clínico” (ENTREVISTADO IV, 2017).

Em relação às dificuldades enfrentadas em seu cotidiano profissional, elencou que há situações em que não pode executar certos procedimentos, necessitando em alguns casos, da parceria com outras instituições “não é permitido intervenções psicoterapêuticas, inclusive a utilização dos instrumentos de testagem, o que nos leva a encaminhar as demandas que necessitam do atendimento terapêutico para as redes articuladoras como CAPS e Secretaria Municipal de Saúde de Parintins (ENTREVISTADO IV, 2017).

O trabalho de cada profissional é frequentemente tensionado pelas dificuldades institucionais, principalmente em relação à falta de estrutura tanto física quanto humana. Frente a essa realidade, que não é exclusiva de Parintins, os profissionais se veem impelidos a buscar estratégias que contribuam na execução de sua prática no cotidiano profissional. Nesse processo, por iniciativa individual procuram capacitações, alguns usam o próprio transporte para realizar atividades institucionais, e ainda, os que não são efetivos, convivem com o medo da demissão, que também repercute na rotatividade de profissionais, comprometendo muitas vezes um trabalho já iniciado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observam-se importantes avanços no Brasil no sentido de promover a proteção social do segmento infantojuvenil, tanto em nível nacional quanto internacional. Diante dos instrumentos legais que devem orientar as ações a nível estadual e municipal, os gestores tentam criar ações que contemplem as exigências postas nesses documentos. Entretanto, percebe-se que várias dessas ações, quando implementadas a nível municipal, convivem com dificuldades e desafios que vão desde a violação de direitos promovidas por sujeitos individuais e por grupos, como no caso de redes de exploração sexual, às promovidas pelo próprio Estado quando é negligente e omissivo frente às problemáticas postas.

O trabalho ora apresentado resultou de inquietações e revoltas suscitadas a partir de uma das piores formas de violência contra crianças e adolescentes: a violência sexual. Assim, como forma de obter respostas às inquietações, buscou-se através da pesquisa conhecer como, na cidade de Parintins, é enfrentada essa problemática.

A princípio, durante a construção do projeto de pesquisa para submissão ao processo de seleção do mestrado do PPGSCA, tinha-se em mente que o enfrentamento à violência sexual em Parintins ocorria de maneira pontual, fragmentada, sem muitos resultados positivos. Também acreditava-se que tanto os gestores públicos, quanto boa parte dos profissionais lidavam com a problemática de maneira negligente. Desde o processo de graduação era possível observar o discurso de que a violência sexual em Parintins era enfrentada através da rede de proteção. Foi diante disso que se propôs conhecer como essa rede atuava para enfrentar a referida problemática.

Com a realização da pesquisa, foi possível conhecer melhor a realidade e fazer algumas inferências. Uma delas é que Parintins é parte de um todo mais amplo e complexo, que concentra valores e princípios que bebem da cultura posta, influenciada pelas diferenças de classe, econômicas, políticas, de gênero, étnico/racial e geracional. Assim, os casos de violência sexual contra crianças e adolescentes são resultantes de toda essa influência. Toda essa cultura também influencia diretamente na maneira como o Estado e a sociedade enfrentam o problema.

Diante dessa realidade, o enfrentamento da violência sexual, em alguns momentos, disputa com outros interesses, como por exemplo, a realização do festival folclórico de Parintins. Para a realização da festa, o governo do estado, empresas multinacionais investem milhões, enquanto que os problemas gerados durante a festa, como a exploração sexual de

crianças e adolescentes, não contam minimamente com a quantidade de profissionais necessários à prevenção a essa violação.

Com a realização da pesquisa foi possível observar o crescente surgimento de instituições da sociedade civil com registros no CMDCA e no CMAS. Essas instituições atuam na oferta de serviços basicamente socioassistenciais, que poderiam ser ofertados com a ampliação de vagas nos CRAS. Ou seja, em Parintins, também se segue as recomendações neoliberais de enxugamento do Estado e ampliação das iniciativas privadas.

Outro dado importante refere-se ao número de registros de violência sexual das instituições de defesa e promoção dos direitos do segmento infanto-juvenil. Observa-se que boa parte dos casos registrados na delegacia especializada não recebe o atendimento/acompanhamento psicossocial disponibilizado pelo CREAS. Isso pode ser altamente prejudicial às vítimas que sem esse acompanhamento poderão ter mais dificuldades para superar as consequências da violência sexual.

Em relação ao trabalho em rede, identificou-se que este sofre com problemas que ultrapassam as atribuições dos profissionais que a operacionalizam. Assim, apareceu em alguns relatos que esta só funciona em períodos festivos, outros defenderam que nos períodos de festas ela tem suas ações intensificadas, mas funciona durante o ano todo. Diante desses relatos, nossa reflexão é de que o trabalho em rede, em cada local/município guarda certas particularidades e, que trabalhar com essa forma de gestão é um desafio e não se conta receitas prontas e acabadas. É uma construção coletiva e cotidiana que precisa de algumas condições para funcionar o mais próximo do esperado.

Dentre uma das condições necessárias está o bom funcionamento de cada instituição que a compõe, para que isso ocorra, necessita-se de condições físicas/estruturais, materiais e humanas. Instituições de proteção à criança e ao adolescente como o conselho tutelar, delegacia especializada e o ministério público, contam com o corpo profissional insuficiente para dar conta das demandas do segmento infantojuvenil em Parintins. O conselho tutelar tem cinco conselheiros para lidar num município com mais de 110 mil habitantes, distribuídos na cidade e na zona rural. Como, com esse corpo de conselheiros, atender todas as demandas da cidade e das comunidades rurais e ribeirinhas?

O ministério público, no momento da pesquisa, estava com seu quadro de promotores reduzidos, uma das três promotorias estava sem promotor titular e, isso já tinha algum tempo. Essa realidade também estava presente nas varas de justiça, estando com o quadro de juízes reduzido. A delegacia também sofria com o mesmo problema, com a falta de

uma delegada. Além do reduzido quadro de funcionários, a estrutura física de algumas instituições também apresenta dificuldades.

Outro fator importante para o trabalho em rede refere-se ao planejamento das ações. É necessário promover a mobilização de todos os setores envolvidos com o segmento infantojuvenil para que participem ativamente do planejamento. No processo de planejamento, é importante que se tenha um diagnóstico da realidade local, que os problemas sejam quantificados e apresentados a todos os setores e órgãos envolvidos. Nesse planejamento, é imprescindível a participação da política de educação, saúde, esporte, lazer e cultura, e dos órgãos do judiciário, além da delegacia especializada. Quando há algum evento da rede, geralmente quem participa são conselho tutelar e servidores da política de assistência social.

Nossa apreensão do trabalho em rede em Parintins no processo de enfrentamento à violência sexual é de que há uma mobilização maior durante o Carnailha e o Festival Folclórico e que, no restante do ano, as ações ocorrem de maneira mais pontual. Há certo trabalho intersetorial entre as instituições como MP, CREAS, Abrigo, CT, Escola, SAVVIS e Delegacia Especializada. Mas esse trabalho só existe no sentido de atendimento dos casos, funciona apenas como forma de encaminhamento, não existe uma relação mais próxima entre as instituições. Não existe planejamento das ações e nem avaliação de todo o trabalho desenvolvido. Também dificilmente uma instituição manda respostas dos casos para a instituição que encaminhou a situação. Trata-se de um trabalho pontual, fragmentado, em que, na maioria das vezes, cada instituição faz o seu trabalho e encaminha o caso para a próxima instituição envolvida.

Outro fator muito importante para que haja de fato um trabalho articulado no processo de enfrentamento à violência sexual refere-se à capacitação dos operadores dessa rede. Apareceu no relato de alguns entrevistados a necessidade de promover um momento com a participação de todos os operadores para o esclarecimento do papel/função de cada setor e que também haja a capacitação desses operadores.

Destacamos como necessário e urgente o melhor aparelhamento das instituições de promoção, defesa e controle do Sistema de Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes em Parintins. Acreditamos que isso deve ser refletido através da ampliação do quadro de profissionais para trabalhar tanto a prevenção e o enfrentamento a todas as formas de violência contra o público infantojuvenil. Do mesmo modo, entendemos que a responsabilização dos agressores precisa ocorrer de maneira mais rápida e consistente, no sentido de dar respostas à sociedade e às vítimas de violência sexual. Não se pode esquecer

ainda da maior mobilização da sociedade parintinense frente aos problemas que atingem e circundam crianças e adolescentes no município, no sentido de cobrar aos gestores das políticas setoriais condições de atendimentos das demandas frequentes.

Durante a coleta de dados questionou-se um dos sujeitos da pesquisa, membro do conselho tutelar do município, quem era o principal agressor dos direitos do público infantojuvenil em Parintins, já que é responsabilidade da família, da sociedade e do Estado zelar por esses direitos. O entrevistado declarou que é o Estado. Concordamos com o entrevistado, pois é visível que boa parte das ações do Estado está voltada aos interesses econômicos de uma pequena minoria, deixando boa parte da população, dentro dela o segmento infantojuvenil, à mercê de problemáticas como a violência sexual.

REFERÊNCIAS

AMARO, Sarita. **Crianças Vítimas de Violência. Das sombras do sofrimento à genealogia da resistência:** uma nova teoria científica. 2ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

ARIÉS, Philippe. **História Social da Criança e da Família:** tradução de Dora Fláscman. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane N, de A. **Políticas Sociais e a Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes: o panorama nacional.** In: Infância e Violência Doméstica: fronteiras do conhecimento. AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane N, de A (Orgs.). 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Vitimação e Vitimização: questões conceituais.** In. **Crianças Vitimizadas: a síndrome do pequeno poder.** Org. AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. 2ª ed. São Paulo: Iglu, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

BRASIL. Lei Nº 9.970 de 17 de maio de 2000, **Institui o 18 de maio como Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.** Disponível em: <www.planalto.gov.br>Acesso em 07 de fevereiro de 2017.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Impacto da Violência na Saúde dos Brasileiros.** Brasília - DF, 1ª edição, 2005. 340 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde).

BRASIL. **Código Penal Brasileiro Atualizado.** Decreto - Lei N. 2.848 - de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: <www.planalto.gov.br>Acesso em 07 de fevereiro de 2017.

BRASIL. Constituição Federal (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 2010.

BRASIL. Decreto de 11 de outubro de 2007, institui a **Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.** 2007. Disponível em: <www.planalto.gov.br>Acesso em 07 de fevereiro de 2017.

BRASIL. Lei 12.015 de 2009. Disponível em: <www.planalto.gov.br>Acesso em 07 de fevereiro de 2017.

BRASIL. Lei Nº 8.069, de 13 de Julho de 1990, dispõe sobre o **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Disponível em: <www.planalto.gov.br>Acesso em 07 de fevereiro de 2017.

BRASIL. Lei. Nº 8.242, de 12 de outubro de 1991, cria o **Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.** Disponível em: <www.planalto.gov.br>Acesso em 07 de fevereiro de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Guia Escolar: **Métodos para Identificação de Sinais de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes**. Secretaria Especial dos direitos Humanos. Brasília, 2004.

BRASIL. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes**. CONANDA; Secretária de Direitos Humanos, 2013.

BRASIL. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil**. Coleção Garantia de Direitos Série Subsídios Tomo V. Ministério da Justiça; Secretaria de Estado dos Direitos Humanos; Departamento da Criança e do Adolescente. Brasília, 2002.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/ 2004**. Brasília, Novembro de 2005.

BRASIL. Resolução Nº 109, de 11 de Novembro de 2009. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), 2009.

CASTRO, Bernardo Monteiro de; LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra. **Abuso, exploração sexual e pedofilia**: as intrincadas relações entre os conceitos e o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. In: Criança e Adolescente: Direitos, Sexualidades e Reprodução. Org. UNGARETTI, Maria America. ABMP 1ª ed. São Paulo, 2010.

CENTRO DE REFERÊNCIA, ESTUDOS E AÇÕES SOBRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES – CECRIA. **Fundamentos e Políticas Contra a Exploração e Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes**. Relatório de Estudo MJ/CECRIA -. Brasília, março de 1997.

CENTRO REGIONAL AOS MAUS-TRATOS NA INFÂNCIA – CRAMI. **Abuso Sexual Doméstico**: Atendimento às vítimas e responsabilização do agressor. CRAMI Org. 3ª Ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 2009. (Série Fazer Valer os Direitos: V1).

CHAUÍ, Marilena. **Contra a Violência**. Disponível em: < esmec.tjce.jus.br/wp-content/uploads/2011/06/contra-a-violencia-marilena-chau.doc.> Acesso em: 07 de jan. 2017.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo, editora Ática, 1997. COHEN, Cláudio. **O Incesto**. In: Infância e Violência Doméstica: fronteiras do conhecimento.

COMERLATTO, Dunia; COLLISELLI, Liane; KLEBA, Maria Elizabeth; MATIELLO, Alexandre; RENK, Elisônia Carin. **Gestão de políticas públicas e intersectorialidade**: diálogo e construções essenciais para os conselhos municipais Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. 2 p. 265-271 jul./dez. 2007.

CORREA, Maria Valéria. **Controle Social na Saúde**. In: MOTA, A. E. et al.(orgs). Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. 4.ed. São Paulo: Cortez; Brasília: OPAS, OMS, Ministério da Saúde.

COSTA, AM., and VIEIRA, NA. **Participação e controle social em saúde**. In FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. A saúde no Brasil em 2030 - prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro: organização e gestão do sistema de saúde [online]. Rio de Janeiro:

Fiocruz/Ipea/Ministério da Saúde/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2013. Vol. 3. pp. 237-271.

COSTA, AM., and VIEIRA, NA. **Participação e controle social em saúde**. In FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. *A saúde no Brasil em 2030 - prospecção estratégica do sistema de saúde* *debra sileiro*: organização e gestão do sistema de saúde [online]. Rio de Janeiro: Fiocruz/Ipea/Ministério da Saúde/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2013. Vol. 3. pp. 237-271.

CRAMI Campinas. **Violência Sexual doméstica contra Crianças e Adolescentes**: a necessidade de atendimento especializado. In: ABUSO SEXUAL DOMÉSTICO: Atendimento às vítimas e responsabilização do agressor. Org. CRAMI – Centro Regional aos Maus-Tratos na Infância. 3ª Ed. São Paulo: Cortez: Brasília, DF: UNICEF, 2009. (Séria Fazer Valer os Direitos: V1).

DESLANDES, Suely Ferreira; ASSIS, Simone Gonçalves de. SANTOS, Nilton César dos. **Violência envolvendo crianças no Brasil: um plural estruturado e estruturante**. In: Brasil, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Impacto da Violência na Saúde dos Brasileiros. Brasília - DF, 1ª edição, 2005. 340 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde).

DRAIBE, Sônia M. **BRASIL 1. 980-2. 000**: proteção e insegurança sociais em tempos difíceis. Santiago, Chile, Mayo 14-16, 2002.

FALEIROS, Eva T. **Repensando os Conceitos de Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes**. Brasília, CECRIA / MJ-SEDH-DCA / FBB / UNICEF, 2000.

FALEIROS, Vicente de Paula Faleiros; FALEIROS, Eva Silveira. Escola que Protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes. 1ª Edição Brasília, maio de 2007.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A violência sexual contra crianças e adolescentes e a construção de indicadores**: a crítica do poder, da desigualdade e do imaginário. Trabalho apresentado na Oficina de Indicadores da Violência Intrafamiliar e da Exploração Sexual de crianças e adolescentes, promovida pelo CECRIA, em Brasília de 01 a 02/12/97.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Redes de Exploração e Abuso Sexual e Redes e Proteção**. Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes – CECRIA. Trabalho apresentado no 9º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - Goiânia - Julho de 1998- Anais - Vol. 1- p.267-271.

FERNANDEZ, Cristiane Bonfim. **Infância Violada**: Políticas Públicas de Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil no Amazonas. Manaus: Edua, 2012.

FERNANDEZ, Cristiane Bonfim; TAVARES, Luana Ferreira; PINHEIRO, Maria Joseilda da Silva. **Enfrentamento da violência sexual de crianças e adolescentes pelo legislativo no Amazonas**. Argum. (Vitória), v. 8, n. 2, p. 84-103, maio/ago. 2016.

FIGUEIREDO, Karina; BOCHI, Shirley B. B. **Violência sexual**: um fenômeno complexo. CECRIA, CAP. 03 Disponível em: <www.unicef.org.br>. Acesso em 12 de dez. de 2016.

FREITAS, Maria Raquel Lino. **Questão Social no Brasil**: considerações sobre o papel do Estado. Revista Ser Social, Brasília, n. 16, p. 11-31. Jan/jun, 2005.

FUNARI, Pedro Paulo. **Grécia e Roma** In: Repensando a História. 2 Ed, São Paulo: Contexto. 2002.

FUNDAÇÃO ABRINQ. **Cenário da Infância e Adolescência no Brasil**. Abrinq, 2017.

GAZETA PARINTINS. **Desaparecidos em Parintins podem ter sido Vítimas de Rede de Tráfico Humano**. Postado em 06/10/2016.

GEHRKE, Mirjam. **1946: Criação do Unicef**. In: Calendário Histórico. Disponível em: <http://www.dw.com/pt/1946-criação-do-unicef/a-707247>. Acesso em: 02/08/2016.

GONÇALVES, Antônio Sérgio; GUARÁ, Isa Maria F. Rosa. **Redes de Proteção Social na Comunidade**. In: Redes de proteção social. Coordenação da publicação Isa Maria F. R. Guará. 1. ed. São Paulo: Associação Fazendo História: NECA - Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2010. -- (Coleção Abrigos em Movimento).

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma Interpretação Histórico-metodológica**. 25ª Ed. São Paulo, Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2008.

INOJOSA, Rose Marie. **Sinergia em políticas e serviços públicos**: desenvolvimento social com intersectorialidade. Cadernos FUNDAP n. 22, 2001, p. 102-110.

JACCOUD, Luciana. **Proteção social no Brasil: debates e desafios**. In: Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009.

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. **Descentralização e intersectorialidade**: a construção de um modelo de gestão municipal. RAP, Rio de Janeiro. p. 11-22. Mar./Abr. 1998.

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. **Intersectorialidade, Transectorialidade e Redes Sociais na Saúde**. Revista de Administração Pública 6/2000.

Lavoratti, Cleide. **Tecendo a Rede de Proteção**: desafios do enfrentamento intersectorial à violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes no município de Curitiba/PR. Curitiba, 2013. Tese de Doutorado.

LEAL, Maria Lúcia Pinto. **A Exploração Sexual Comercial de Meninos, Meninas e Adolescentes na América Latina e Caribe**. (*Relatório Final – Brasil*). Brasília: CECRIA, IIN, Ministério da Justiça, UNICEF, CESE, 1999.

LEAL, Maria Lúcia Pinto. **A Mobilização das ONGs no Enfrentamento à Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes no Brasil**. Pesquisa em Serviço Social e Política Social. Ser Social 9, (2001).

LIMEIRA, Zilda. **Participação e Controle social: reflexões sobre a representação da sociedade civil nos conselhos dos direitos de crianças adolescentes.** In: Direitos da Criança e do Adolescente: defesa, controle democrático, políticas de atendimento e formação de conselheiros em debate. Org. Iris Maria de Oliveira, Antonia Agripina Alves de Medeiros, Maria Regina de Avila Moreira. – Natal, RN: EDUFRN, 2014.

Linda L. Dahlberg, Etienne G. Krug. **Violência - um problema global de saúde pública.** In: Relatório mundial sobre violência e saúde. Organização Mundial da Saúde. Editado por Etienne G. Krug ... [e outros.]. Genebra: Biblioteca da OMS, 2002.

LORENZI, Gisella Werneck. **Uma Breve História dos Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil.** Disponível em: <<http://www.promenino.org.br/>>. Acesso em: 11 de mar. 2011.

Marajó: Meninas em Risco. **JORNAL DA RECORD.** Disponível em: < <http://www.noticiasr7.com/jornal-da-record/series/serie-jr-marajo-meninas-em-risco-16052017>. Acesso em: 12 de jul. 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde.** Rev. bras. saúde matern. infant., Recife, 1(2):91-102, maio-ago., 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência: um problema para a saúde dos brasileiros.** In: Brasil, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Impacto da Violência na Saúde dos Brasileiros.** Brasília - DF, 1ª edição, 2005. 340 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde).

MOTA, Ana Elizabete; MARANHÃO, Cesar Henrique; SYTCOVSKY, Marcelo. **As Tendências da Política de Assistência Social, o SUAS e a formação profissional.** In: O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, políticas e sociedade. MOTA, Ana Elizabete (Org.) 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NASCIMENTO, Alexandre Ferreira; DESLANDES, Suely Ferreira. **A construção da Agenda Pública Brasileira de Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil.** *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 26 [4]: 1171-1191, 2016.

NASCIMENTO, Sueli. **Reflexões sobre a Intersectorialidade entre as Políticas Públicas.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 101, p. 95-120, jan./mar. 2010.

NETO, O. C. & Moreira, M. R. **A Concretização de Políticas Públicas em Direção à Prevenção da Violência Estrutural.** Revista eletrônica: Ciência & Saúde Coletiva, 4(1):33-52, 1999.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** 7ª ed. São Paulo, Cortez, 2009.

NOGUEIRA NETO, Wanderlino. **“Duas décadas de direitos da criança e do adolescente no Brasil”.** Assembleia Legislativa do Estado do Ceará & Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente –CEDCA-CE – julho, 2011.

NOGUEIRA NETO, Wanderlino. **Políticas Intersetoriais Integradas**. Artigo apresentado como Tema 3 no III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, realizado na cidade do Rio de Janeiro/Brasil de 25 a 28 de novembro de 2008. OIT - Organização Internacional do Trabalho - Escritório no Brasil. **História**. Disponível em: (<http://www.oitbrasil.org.br>). Acesso em 02/08/2016.

PAIR Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro. **Capacitação das Redes Locais - Caderno de Textos**.

PARINTINS. **Lei Municipal Nº 420/2088**. Procuradoria Geral do Município – PGMP.

PEREIRA, Karine Yanne de Lima; TEIXEIRA, Solange Maria. **Redes e intersetorialidade nas políticas sociais: reflexões sobre sua concepção na política de assistência social**. Rev. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 12, n. 1, p. 114 - 127, jan./jun. 2013.

PEREIRA, Lucimara Martins. **Violência Sexual doméstica contra Crianças e Adolescentes: uma proposta multidisciplinar de atendimento**. In: ABUSO SEXUAL DOMÉSTICO: Atendimento às vítimas e responsabilização do agressor. Org. CRAMI – Centro Regional aos Maus-Tratos na Infância. 3ª Ed. São Paulo: Cortez: Brasília, DF: UNICEF, 2009. (Série Fazer Valer os Direitos; V1).

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. **Protecao Social Contemporanea:cui prodest?.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 116, p. 636-651, out./dez. 2013.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. **Política Social: Temas e Questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

PETINELLI, Viviane. **A quem servem as conferências de políticas públicas? Desenho institucional e atores beneficiados**. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 23, nº 3, set.-dez., 2017. p. 612- 646.

RIBEIRO, Joaquim Hudson. **Espaços Violados: uma leitura geográfica e psicossocial da violência sexual infantojuvenil na área urbana de Manaus (2006-2010)**. São Paulo, 2011. Tese (Doutorado.)

RIZZINI, Irene, PILOTTI, Francisco (Org.). **A Arte de Governar Crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 2. ed. rev. – São Paulo: Cortez, 2009.

RIZZINI, Irene. **Meninos Desvalidos e Meninos Transviados: Trajetória da assistência pública até a era Vargas**. In: RIZZINI, Irene, PILOTTI, Francisco (Org.). **A Arte de Governar Crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 2. ed. rev. – São Paulo: Cortez, 2009.

ROCHA, Genylton Odilon Rêgo; LEMOS, Flávia Cristina; Flávio Corsini; LÍRIO. **Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes no Brasil: políticas públicas e o papel da escola**. Cadernos de Educação: FaE/PPGE/UFPEL. Pelotas [38]: 259 - 287, janeiro/abril 2011.

SABOIA, Ana Lucia. **Desafios e possibilidades da investigação sobre os novos arranjos familiares e a metodologia para identificação de família no censo 2010**. / Ana Lucia

Saboia, Bárbara Cobo, Gilson Gonçalves Matos. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2012. p.381– (Textos para discussão. Diretoria de Pesquisas, ISSN 1518-675X ; n. 39).

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Exploração Sexual de Crianças. In:** Crianças Vitimizadas: a síndrome do pequeno poder. Org. AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. 2ª ed. São Paulo: Iglu, 2007.

SANTOS, Josiane Soares. **Questão Social:** particularidade no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SAUNIER, Tonzinho. **Parintins:** Memórias dos Acontecimentos Históricos. Manaus: Editora Valer, 2003.

SER CRIANÇA NA AMAZÔNIA: uma análise das condições de desenvolvimento infantil na região Norte do Brasil. Fundação Joaquim Nabuco; Unicef. Fevereiro de 2004 / Belém-Pará.

SÉRGIO, Antonio; GUARÁ, Isa Maria. **Redes de Proteção Social na Comunidade. In:** Isa Maria F. R. Guará (Org.). Redes de Proteção Social. 1. ed. - São Paulo: Associação Fazendo História : NECA - Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2010. (Coleção Abrigos em Movimento).

SILVA, Maria Liduina de Oliveira. **O Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código de Menores:** discontinuidades e continuidades. Revista Serviço Social e Sociedade, nº 83- ano XXVI – setembro 2005.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito de Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2009.

SOUZA, Nilciana Dinely de. **O Processo de Urbanização da Cidade de Parintins (AM): evolução e transformação.** Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP. São Paulo, 2013.

TEIXEIRA, Sonia Maria Fleury. **O desafio da gestão das redes de políticas.** In: Congresso Internacional Del Clad sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, 7. Lisboa, Portugal, 2002. Oct. p. 1-24. Disponível em: <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/CLAD/clad0043204.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2012.

TENÓRIO, Ataíde. Suspeitos de pedofilia em Parintins e Barreirinha serão indiciados pelo MPF, afirma Renato Souto. **Gazeta Parintins**, 12 de novembro de 2015.

TOLEDANO, Diego. Homem é preso suspeito de estuprar 68 jovens em rituais satânicos no AM. G1 AM, Jornal online. 11/12/2014 19h25. Acesso em 16 de julho de 2017.

TORRES, Iraildes Caldas. **As Novas Amazônidas.** Manaus: Edua, 2005.

TORRES, Iraildes Caldas; OLIVEIRA, Márcia Maria de. **Tráfico de Mulheres na Amazônia.** Florianópolis: Ed. Mulheres, 2012.

VIDOTTI, Fabiana Brenelli; ARAÚJO, Maria Salete; PUENTE, Mariana. C. **O Serviço Social, a Família e a Parceria com a Rede.** In: ABUSO SEXUAL DOMÉSTICO:

Atendimento às vítimas e responsabilização do agressor. Org. CRAMI – Centro Regional aos Maus-Tratos na Infância. 3ª Ed. São Paulo: Cortez: Brasília, DF: UNICEF, 2009. (Séria Fazer Valer os Direitos; V1).

VILGA, Vanessa Fermoseli; FÈLIX, Lucínio de Souza M; URVAVEGIA, Helena Lucchino. **Implicações psicológicas decorrentes de processos judiciais de abuso sexual doméstico contra crianças e adolescentes.** In: ABUSO SEXUAL DOMÉSTICO: Atendimento às vítimas e responsabilização do agressor. Org. CRAMI – Centro Regional aos Maus-Tratos na Infância. 3ª Ed. São Paulo: Cortez: Brasília, DF: UNICEF, 2009. (Séria Fazer Valer os Direitos; V1).

VITIELLO, Nelson. **Vitimização Sexual: consequências orgânicas.** In: Crianças Vitimizadas: a síndrome do pequeno poder. Org. AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. 2ª ed. São Paulo: Iglu, 2007.



PODER EXECUTIVO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E
CULTURA NA AMAZÔNIA



APÊNDICE A - ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA APLICADA AO
MEMBRO DO CMDCA

IDENTIFICAÇÃO

1. Profissão: _____
2. Instituição que Representa: _____
3. Tempo de trabalho na instituição: _____

TRABALHO DO CMDCA EM PARINTINS

1. Como ocorre a atuação do CMDCA em Parintins?
2. Em relação aos casos de violência sexual, que ações o CMDCA desenvolve?
3. Que resultados tem conseguido no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes?
4. Que desafios e dificuldades enfrenta no combate à violência sexual contra crianças e adolescente?

ATUAÇÃO EM REDE

1. Que instituições e sujeitos fazem parte da rede de proteção à criança e ao adolescente? Quando essa rede surgiu?
2. Como ela atua no enfrentamento à violência sexual? Existe um plano de ação municipal para o combate à violência sexual que atinge crianças e adolescentes em Parintins?
3. Como o CMDCA atua nas atividades da rede de proteção em Parintins?
4. Como ocorre a relação do CMDCA com as instituições que compõe a rede no enfrentamento a violência sexual?

5. Quem ou que instituição é responsável pela organização da rede de proteção em Parintins? Essa rede faz reuniões com os sujeitos que a compõe?
6. Em Parintins, existe uma rede de proteção para lidar especificamente com a problemática da violência sexual?

APÊNDICE B - ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA APLICADA AO MÉDICO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL – SAVVIS

IDENTIFICAÇÃO

4. Titulação: _____
5. Tempo de trabalho no Serviço: _____

ATUAÇÃO DO SAVVIS FRENTE AOS CASOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL

1. Como ocorre o trabalho do SAVVIS em relação aos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes em Parintins?
2. Além do atendimento médico, o SAVVIS conta com a atuação de outro profissional em Parintins?
3. A serviço enfrenta algum desafio/dificuldade em relação ao atendimento dos casos de violência sexual em Parintins?
4. Que resultados o serviço tem conseguido em relação aos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes?

ATUAÇÃO EM REDE

5. No processo de atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual em Parintins, o SAVVIS conta com a parceria de outra instituição? De que maneira isso ocorre?
6. O SAVVIS participa da rede de proteção à criança e ao adolescente em Parintins? de que maneira?
7. O SAVVIS já foi em algum momento convocado para reuniões com os membros das instituições que compõem a rede de proteção? Qual o objetivo dessas reuniões?

ATUAÇÃO PROFISSIONAL

8. Como ocorre o seu trabalho com as vítimas de violência sexual?
9. Você recebeu alguma capacitação para atender casos de violência sexual contra crianças e adolescentes?
10. Enfrenta alguma dificuldade ou desafio no desempenho de seu trabalho com as vítimas de violência sexual? Como tenta resolvê-las?



PODER EXECUTIVO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE
CULTURA NA AMAZÔNIA



**APÊNDICE C - ENTREVISTA SEMIETRUTURADA APLICADA A UM MEMBRO DO
 CONSELHO TUTELAR DE PARINTINS**

IDENTIFICAÇÃO

6. Profissão: _____
7. Tempo de trabalho na instituição: _____

TRABALHO DO CONSELHO TUTELAR EM PARINTINS

1. Como ocorre a atuação do Conselho Tutelar em Parintins?
2. Quais as demandas mais frequentes atendidas pelo Conselho Tutelar em Parintins?
3. Que procedimentos são tomados pelo Conselho Tutelar nos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes em Parintins?
4. Que avanços e resultados o Conselho Tutelar tem conseguido no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes em Parintins?
5. Nos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, o conselho tutelar conta com a parceria de outras instituições? Quais?

ATUAÇÃO EM REDE

1. De que maneira a rede de proteção à criança e ao adolescente tem funcionado em Parintins?
2. Como ocorre a participação do Conselho tutelar na rede de proteção à criança e ao adolescente em Parintins?
3. Como a rede de proteção à criança e ao adolescente trabalha para enfrentar a violência sexual em Parintins? de que forma o Conselho tutelar contribui para alcançar esse objetivo?

4. Quais os desafios e dificuldades enfrentadas pela rede de proteção à criança e ao adolescente no enfrentamento à violência sexual?
5. Há reuniões com os membros das instituições que compõem a rede de proteção? Com que frequência? Qual o objetivo dessas reuniões?
6. Tendo em vista que o conselho tutelar é órgão responsável por zelar pelo cumprimento dos direitos de crianças e adolescentes que devem ser de responsabilidade do Estado, da sociedade e da Família, qual dessas instituições tem sido mais omissa nesse propósito em Parintins: Estado, família ou sociedade?



PODER EXECUTIVO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E
CULTURA NA AMAZÔNIA



APÊNDICE D ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA APLICADA À ASSISTENTE
 SOCIAL DO ABRIGO VOVÓ CONCEIÇÃO:

IDENTIFICAÇÃO

8. Titulação: _____

9. Tempo de trabalho na instituição: _____

**TRABALHO DO ABRIGO VOVÓ CONCEIÇÃO FRENTE AOS CASOS DE VIOLÊNCIA
 SEXUAL**

1. Como ocorre o trabalho do abrigo relação aos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes em Parintins?
2. Que profissionais dentro da instituição são responsáveis pelo atendimento/acompanhamento das vítimas e suas famílias? Como se dá esse processo?
3. A instituição enfrenta algum desafio/dificuldade em relação ao acompanhamento dos casos de violência sexual em Parintins?
4. Que resultados a instituição tem alcançado no enfrentamento à violência sexual infantojuvenil em Parintins?

ATUAÇÃO EM REDE

11. No processo de acompanhamento/atendimento das vítimas e suas famílias, o abrigo conta com a atuação de profissionais de outras instituições? De que maneira isso se dá?
12. Como ocorre a atuação do abrigo na rede de proteção à criança e ao adolescente em Parintins?
13. Como essa rede trabalha para enfrentar a violência sexual contra crianças e adolescentes em Parintins? E que ações o abrigo desempenha para alcançar esse objetivo?

14. Há reuniões com os membros das instituições que compõem a rede de proteção? Com que frequência? Qual o objetivo dessas reuniões?

ATUAÇÃO PROFISSIONAL

15. Como ocorre o seu trabalho com as vítimas de violência sexual?
16. Você recebeu alguma capacitação para atender casos de violência sexual contra crianças e adolescentes?
17. Enfrenta alguma dificuldade ou desafio no desempenho de seu trabalho com as vítimas de violência sexual? Como tenta resolvê-los?



PODER EXECUTIVO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E
CULTURA NA AMAZÔNIA



APÊNDICE E - ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA APLICADA AO DELEGADO DA DECCMI

IDENTIFICAÇÃO

10. Titulação: _____

11. Tempo de trabalho na instituição: _____

TRABALHO DA DELEGACIA ESPECIALIZADA FRENTE AOS CASOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL

1. Como ocorre o trabalho da delegacia nos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes em Parintins?
2. A equipe recebeu alguma capacitação específica para atender crianças e adolescentes vítimas de violência sexual?
3. A delegacia enfrenta alguma dificuldade ou desafio em relação aos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes?
4. Quais os procedimentos para a responsabilização do agressor?
5. Quanto tempo leva, em média, para a formação dos inquéritos?
6. O que poderia ser feito para agilizar o atendimento e aquisição de provas dos crimes de violência sexual contra crianças e adolescentes?

ATUAÇÃO EM REDE

1. Nos casos de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, a delegacia conta com a parceria de outras instituições da rede local de serviços? Quais?
2. De que forma a Delegacia (polícia civil) participa da rede de proteção à criança e ao adolescente em Parintins?

ATUAÇÃO PROFISSIONAL

18. Descreva seu trabalho com as vítimas de violência sexual?
19. Enfrenta alguma dificuldade ou desafio no desempenho de seu trabalho com as vítimas de violência sexual? Como tenta resolvê-los?



**PODER EXECUTIVO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E
CULTURA NA AMAZÔNIA**



IDENTIFICAÇÃO

12. Titulação: _____

13. Tempo de trabalho na instituição: _____

TRABALHO DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM PARINTINS

1. Como o ministério público atua no enfrentamento à violência sexual que atinge crianças e adolescentes em Parintins?
2. Que resultados você pode elencar em relação à atuação do ministério público para enfrentar a violência sexual contra crianças e adolescentes em Parintins?
3. Que desafios ou dificuldades o ministério público enfrenta nos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes?

ATUAÇÃO EM REDE

1. Com quais instituições o ministério público dialoga nos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes em Parintins?
2. De que maneira o ministério público contribui com a rede de proteção à criança e ao adolescente no enfrentamento à violência sexual em Parintins?

ATUAÇÃO PROFISSIONAL

1. Como ocorre sua atuação nos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes?
2. Durante o seu tempo de atuação em Parintins, quantos casos já tiveram seu desfecho com a responsabilização do agressor?
3. Quanto tempo, em média, para o desfecho de um processo judicial de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes?



**PODER EXECUTIVO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E
CULTURA NA AMAZÔNIA**



**APÊNDICE G - ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA A PSICÓLOGA DO
CREAS**

IDENTIFICAÇÃO

14. Titulação:

15. Tempo de trabalho na instituição: _____

ATUAÇÃO DO CREAS FRENTE AOS CASOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL

20. Como ocorre o trabalho do CREAS em relação aos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes em Parintins?
21. Que profissionais dentro da instituição são responsáveis pelo atendimento/acompanhamento das vítimas e suas famílias? Como se dá esse processo?
22. A instituição enfrenta algum desafio/dificuldade em relação ao acompanhamento dos casos de violência sexual em Parintins? quais?
23. Que resultados a instituição tem alcançado no enfrentamento à violência sexual infantojuvenil em Parintins?

ATUAÇÃO EM REDE

24. No processo de acompanhamento/atendimento das vítimas e suas famílias, o CREAS conta com a atuação de profissionais de outras instituições? Quais?
25. Como ocorre a atuação do CREAS na rede de proteção à criança e ao adolescente em Parintins?
26. Como essa rede trabalha para enfrentar a violência sexual contra crianças e adolescentes em Parintins? E como o CREAS participa desse objetivo?

27. O CREAS já foi em algum momento convocado para reuniões com os membros das instituições que compõem a rede de proteção? Qual o objetivo dessas reuniões?

ATUAÇÃO PROFISSIONAL

28. Descreva seu trabalho com as vítimas de violência sexual?
29. Você recebeu alguma capacitação para atender casos de violência sexual contra crianças e adolescentes?
30. Enfrenta alguma dificuldade ou desafio no desempenho de seu trabalho com as vítimas de violência sexual? Como tenta resolvê-las?



**PODER EXECUTIVO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E
CULTURA NA AMAZÔNIA**



APÊNDICE H – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA APLICADA AO PEDAGOGO

IDENTIFICAÇÃO

16. Titulação: _____

17. Tempo de trabalho na instituição: _____

O TRABALHO DA ESCOLA FRENTE A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

1. Como a escola percebe/detecta os casos de violência sexual contra crianças e adolescentes?
2. Quando há a suspeita ou confirmação de casos de violência sexual, que procedimentos são tomados pela escola?
3. A escola desenvolve alguma ação/projeto voltado para a problemática da violência sexual?
4. Os profissionais da escola receberam alguma capacitação para o enfrentamento à violência sexual?

ATUAÇÃO EM REDE

1. No tocante a problemática da violência sexual que atinge crianças e adolescentes, a escola conta com a parceria de outras instituições ou sujeitos?
2. A escola participa da rede de proteção à criança e ao adolescente em Parintins? de que maneira?
3. A escola já foi em algum momento convidada para reuniões com os membros das instituições que compõem a rede de proteção? O que foi debatido nessas reuniões?

ATUAÇÃO PROFISSIONAL

4. Enquanto pedagogo e frente ao número de casos de violência sexual detectado pela escola, que ações você tem desenvolvido para enfrentar essa problemática?
5. Na sua opinião, como fica o papel da escola diante da violência sexual contra crianças e adolescentes?



**PODER EXECUTIVO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E
CULTURA NA AMAZÔNIA**



PLICADA AO
MEMBRO DO MOVIMENTO ARTICULAÇÃO PARINTINS CIDADÃ

IDENTIFICAÇÃO:

1. Nome do Movimento Social: _____
2. Função/Cargo dentro do Movimento: _____
3. Tempo de atuação do Movimento em Parintins: _____
4. Principal Bandeira de Luta do Movimento: _____

ATUAÇÃO DO MOVIMENTO NA REDE DE PROTEÇÃO

1. Como ocorre a atuação do movimento frente às questões relacionadas ao público infantojuvenil em Parintins?
2. Diante dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes em Parintins, qual têm sido o posicionamento do movimento?
3. Como você avalia as iniciativas públicas no enfrentamento à violência sexual em Parintins?
4. O movimento participa da rede de proteção à criança e ao adolescente em Parintins? Como se dá essa participação?
5. O que você acha da proposta de atuação em rede para o enfrentamento à violência sexual?
6. Como você avalia o trabalho realizado pela rede de proteção à criança e ao adolescente em Parintins?
7. Na sua opinião, o município conta com a estrutura institucional necessária ao enfrentamento da violência sexual?
8. Diante do que o movimento acredita e defende, o que poderia ser feito para o enfrentamento mais efetivo à violência sexual em Parintins?



**PODER EXECUTIVO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E
CULTURA NA AMAZÔNIA**



APÊNDICE J - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar da Pesquisa intitulada: **“ATUAÇÃO EM REDE: Um Estudo sobre o Enfrentamento e a Proteção Social à Criança e ao Adolescente Vítimas da Violência Sexual, na Cidade de Parintins – AM”**, sob a responsabilidade da pesquisadora Marineide Nunes de Souza, residente na Avenida Geny Bentes, Nº: 3853, Itaúna I, CEP: 69. 152 – 000, Parintins – AM, E-mail: marineide_nunes08@hotmail.com, discente do programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA/UFAM, sob orientação da Dra. Simone Eneida Baçal de Oliveira, professora da Universidade Federal do Amazonas, mais especificamente, do Instituto de Ciências Humanas e Letras - ICHL, situado na Av: Gal Rodrigo Octávio Jordão Ramos 3000, Aleixo, 69077-000 - Manaus, AM – Brasil. Telefone: (92) 3305-4378, E-mail: simonebacal@ufam.edu.br.

A pesquisa pretende analisar o trabalho realizado pela rede de proteção social à criança e ao adolescente no enfrentamento à violência sexual na cidade de Parintins-AM. Para alcançar esse objetivo, traçamos algumas estratégias: I: Desvelar de que forma ocorre a intersectorialidade entre as diferentes instituições do município que compõem a rede de proteção social à criança e ao adolescente, tendo em vista os desdobramentos do trabalho realizado em rede; II Verificar a operacionalidade das instituições que compõem a rede de proteção social à criança e ao adolescente em Parintins; III Analisar o trabalho dos profissionais inseridos na rede de proteção no enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil em Parintins; IV Averiguar a forma de participação da sociedade parintinense no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes.

Por envolver seres humanos e especialmente por lidar com a problemática da violência sexual, a pesquisa pode envolver certos riscos. Entretanto, procuramos traçar estratégias que inibissem/minimizassem esses riscos. Assim, para o desenvolvimento desta pesquisa será aplicado o roteiro de entrevista semiestruturada com perguntas abertas e fechadas buscando sempre evitar qualquer dano emocional, moral, físico, social, cultural ou espiritual. Se, no decorrer da pesquisa, se apresentar algum risco, nos comprometemos a prestar assistência imediata conforme as determinações postas na resolução 466 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Lembramos que sua participação é muito importante para o desenvolvimento da pesquisa, mas é voluntária e se dará por meio de entrevistas. Se decidir participar, estará contribuindo para que se conheça como se dá o trabalho da rede de proteção à criança e ao adolescente em Parintins no enfrentamento à violência sexual. Se depois de consentir sua participação o Sr. (a) desistir de contribuir com a pesquisa, tem o direito e a plena liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O (a) Sr. (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, o (a) Sr. (a) poderá entrar em contato com o pesquisador no endereço, telefone ou e-mail já descritos.

Consentimento pós-informação:

Eu _____, após a leitura deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável para esclarecer todas as minhas dúvidas. Estou ciente dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade e esclarecimentos sempre que desejar. Diante do exposto, apresento minha concordância de livre e espontânea vontade em participar desta pesquisa como informante.

Assinatura do participante

Data: / /

Assinatura do pesquisador